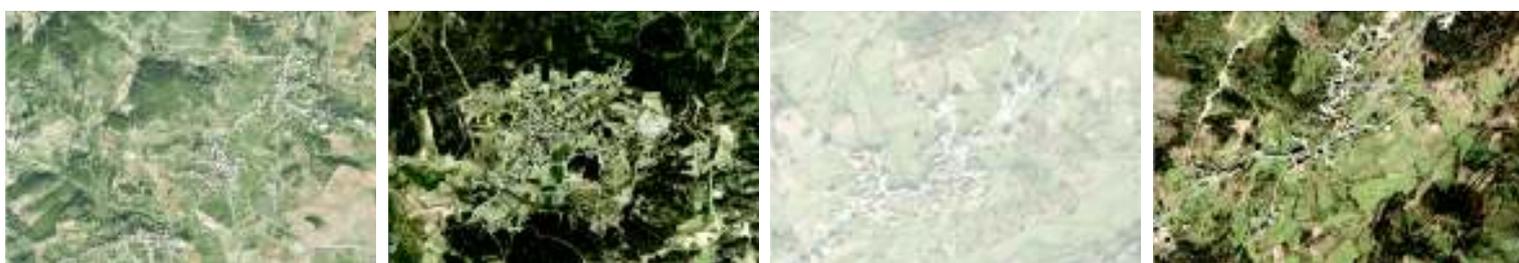


COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS DOS AGLOMERADOS NO TERRITÓRIO

- Beira Interior Norte e Cova da Beira



COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS DOS AGLOMERADOS NO TERRITÓRIO

- Beira Interior Norte e Cova da Beira

Vera Dulce Fernandes Martinho
vera.f.martinho@gmail.com

“Tentar explicar uma aglomeração urbana é, ante de mais nada, inseri-la neste contexto: ‘posição’ no espaço, ‘lugar’ que ocupa entre as suas congéneres. ‘sítio’ onde se implantou; mas é também, partindo da observação do actual, rastrear no tempo as condições da sua génese e as vicissitudes do seu destino, mostrar o que é antigo e persistente na sua figura, tanto como as transformações que, sob a acção dos novos processos de construir e maneiras de circular e de outras necessidades ou desejos dos homens (em cuja escolha a ‘moda’ tem o mais largo papel), deram, a tantas cidades velhas, uma expressão moderna diferente.”

Orlando RIBEIRO, 1969, Opúsculos Geográficos, Vol.V, p. 170

. ABSTRACT

Urban morphologies evidence a remarkable capacity for adaptation to the territory in which they are implanted. However, we are witnessing today a restructuring of the same territory, where the conjugation of the original forms is combined with others of recent origin building a more diversified “land mosaic”¹. Currently the structure of the territorial settlement takes place under conditions that cut across variably distinct contexts, causing sectioned traditional views (urban-rural, concentrated, dispersed, among others) to narrow leading to a new set of appreciations.

This dissertation presents a reflection on the distribution of urban morphologies in the territory searching to perceive the influence of context in their natural setting at the same time analyzing the processes of territorial transformation in progress. An analysis on the settlement of a region within the center of mainland Portugal was undertaken (Beira Interior Norte and Cova da Beira²), with a view to bring together two scales of observation, thus exposing a territorial model that combines the analysis of the distribution of settlement on a regional scale (represented by urban contiguities) with another one closer to human scale and studying urban form and composition. It is presented a holistic approach in order to understand the whole territory under study but also allowing to understand the intrinsic diversity of the numerous morphologies populated.

The society recognizes in this region, mostly from rural matrix, an irreversible decline, evident in the depopulation of villages and the aging of their populations. On the other hand, the work of land management agencies reveals the uniformity of understanding on the distribution and composition of the population, which not being indicative its diversity, not contributing to the process of revitalizing the region. Thus, this research searches in the different conjugations of territorial occupation patterns an answer to justify a distinguished consideration and action which contributes to enhance these populations life.

¹ Expression used by Teresa Sá marques, Portugal na transição do século : retrato e dinâmicas territoriais, 2004.

² Biophysical units defined for the development of PROT-Centro's territorial model.

. RESUMO

As morfologias urbanas evidenciam uma notável capacidade de adaptação ao território em que se implantam. No entanto, assiste-se hoje a um processo de reestruturação territorial das mesmas, onde a conjugação das formas originais se combina com outras de génese recente e que assim constroem um “mosaico territorial”¹ mais diversificado. Na actualidade a estruturação territorial do povoamento processa-se sob condicionantes transversais a contextos variavelmente distintos, fazendo com que visões tradicionais seccionadas (urbano-rural, concentrado-disperso, entre outras) se estejam a esbater dando lugar a um conjunto de novas apreciações.

Esta dissertação apresenta uma reflexão acerca da distribuição das morfologias urbanas no território procurando perceber a influência do contexto natural na respectiva configuração ao mesmo tempo que analisa os processos de transformação territorial em curso. É efectuada uma análise sobre o povoamento de uma região no interior centro de Portugal continental (Beira Interior Norte e Cova da Beira)² numa perspectiva de aglutinar duas escalas de observação, expondo assim um modelo territorial que conjuga a análise da distribuição do povoamento à escala regional (representado por contiguidades urbanas) com uma outra mais próxima à escala humana e que estuda as formas urbanas e a sua composição. Apresenta-se uma abordagem holística ao entendimento de todo território em estudo mas que permite compreender a diversidade intrínseca às numerosas morfologias povoadas.

A sociedade reconhece nesta região, maioritariamente de matriz rural, um declínio irreversível, evidente no despovoamento das povoações e no envelhecimento das respectivas populações. Por outro lado, a actuação dos órgãos de gestão territorial revela a uniformidade dos entendimentos sobre a distribuição e composição do povoamento que, não sendo reveladora da diversidade existente, não contribuindo no sentido da revitalização da região. Assim, esta investigação procura na territorialização das diferentes conjugações de padrões de ocupação presentes na região uma resposta que justifique uma apreciação e actuação diferenciada que por sua vez contribua para qualificar a vida destas populações.

1 Expressão utilizada por Teresa Sá Marques, Portugal na transição do século : retrato e dinâmicas territoriais, 2004.

2 Unidades biofísicas definidas no âmbito do desenvolvimento do modelo territorial do PROT-Centro.

. ÍNDICE GERAL

RESUMO

ÍNDICE GERAL

I. INTRODUÇÃO

1.1. PROPÓSITOS	3
1.4. OBJECTIVOS	24
1.5. ESTRUTURA DO DOCUMENTO	24
1.3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
1.3.1. Complexidade territorial	15
1.3.2. Complexidade conceptual	18
1.2.1. A região	9

2. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

2.1. O HOMEM E O MEIO NATURAL	20
2.2. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO / INDICADORES	21
2.3. "AS TEXTURAS DO TERRITÓRIO"	23
2.3.1. Povoamento	23
a. Dimensão	25
b. Estruturas de proximidade	29
c. Afectação viária	28
2.3.2. Unidades biofísicas	35
a. morfologia	35
b. usos agrícolas	40
2.4. SÍNTESE	46

3. MORFOLOGIA DOS AGLOMERADOS

.nota introdutória	53
3.1. TECIDOS URBANOS	55
3.1.1. Elementos morfológicos	55
3.2. DECOMPOSIÇÃO	58
3.2.1. Vias	58
a. caminhos	59
b. ruas irregulares	59
c. arruamentos regulares	59
d. estradas de ligação entre povoações (estradas nacionais e municipais)	59
e. auto-estradas	59
3.2.2. Parcela e Edificado	62
a. casario contíguo	63
b. casario próximo	63
c. casa unifamiliar isolada	63
d. outros	63

3.3.RECOMPOSIÇÃO	66
a. Tecidos "sedimentares"	67
b. Desenvolvimentos lineares (com prevalência da moradia)	67
c. Desenvolvimentos regulares (com prevalência da moradia)	68
d. Desenvolvimentos com outros usos	69
e. Estruturas emergentes	70
f. Tecidos indefinidos	70
3.4.SÍNTESE	74
4. ESTRURAÇÃO MORFOLÓGICA DOS AGLOMERADOS	
4.1. FORMAS DA OCUPAÇÃO DA PAISAGEM	78
4.2. MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	81
4.2.1.Nucleares	81
a. De desenvolvimento uniforme	81
b. De desenvolvimento direccional	83
c. Confluente	83
4.2.2.Polifocais	85
a. Subordinada	85
b. Diversa	85
4.3. FORMAS ORIGINAIS	86
a. Quinta / Casal	87
b. Aldeia	88
4.4. PADRÕES DE OCUPAÇÃO	93
4.4.1.Padrões de ocupação concentrada	93
4.4.2.Padrões de ocupação dispersa	94
a. disseminação construtiva;	95
b. rede de pequenas aglomerações ou aglomerados em colmeia;	98
c. estruturas lineares sobre o viário existente;	98
d. polaridades;	99
4.5.SÍNTESE	103
5. OCUPAÇÃO MORFOLÓGICA DO TERRITÓRIO	
5.1. TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS	106
5.2. CARACTERIZAÇÃO TIPO-MORFOLÓGICA	111
a. Dispersão das bacias aluviais;	113
b. Encostas povoadas nas depressões montanhosas;	114
c. Aglomerados polarizados no planalto de uso agrícola;	115
d. Aglomerados polarizados no planalto;	116
e. Aglomerados em colmeia no planalto;	117
f. aglomerados nucleares na faixa raiana;	119
5.3. SÍNTESE	124
. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
.ANEXO	137

. ÍNDICE DE IMAGENS

Fig. 1.1. Tipos de povoamento segundo Orlando Ribeiro	7
Fig. 1.1.1. Tipos de povoamento segundo Orlando Ribeiro	7
Fig. 1.1.2. Tipos de povoamento segundo Orlando Ribeiro	7
Fig. 1.2. As três macro-geografias de Portugal continental	11
Fig. 1.3. Os diferentes padrões de delimitação do rural	11
Fig. 1.4. Divisões do território na Região Centro	16
Fig. 1.5. Delimitação da região em estudo	16
Fig. 1.6. Variação da população residente, por freguesia	17
Fig. 1.7. Variação da população residente com enfoque na região em estudo	17
Fig 2.1. Dimensão das contiguidades urbanas	24
Fig 2.1.1. Contiguidades urbanas com área igual ou superior a 128ha	26
Fig 2.1.2. Contiguidades urbanas com área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha	26
Fig 2.1.3. Contiguidades urbanas com área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha	26
Fig 2.2. Sistemas de povoamento (mapa de autor)	28
Fig 2.2.1. Sistemas de povoamento 1	27
Fig 2.2.2. Sistemas de povoamento 2	27
Fig 2.2.3. Sistemas de povoamento 3	27
Fig 2.2.4. Sistemas de povoamento 4	27
Fig 2.2.5. Sistemas de povoamento 5	27
Fig 2.2.6. Sistemas de povoamento 6	27
Fig 2.3.1. Afectação viária nas contiguidades urbanas polarizadas	32
Fig 2.3.2. Afectação viária nas contiguidades urbanas em rede	33
Fig 2.3.3. Afectação viária nas contiguidades urbanas isoladas	34
Fig 2.4. Hipsometria	36
Fig 2.5.1. Unidades de paisagem	38
Fig 2.5.2. Unidades morfológicas	38
Fig 2.5.3. Usos agrícolas	42
Fig 2.5.4. Unidades biofísicas	42
Fig 2.5.5. Delimitação das unidades biofísicas	43
Fig 2.6. Estruturação do povoamento segundo as unidades biofísicas	44
Fig 2.6.1. Estruturação das contiguidades urbanas polarizadas segundo as unidades biofísicas	45
Fig 2.6.2. Estruturação das contiguidades urbanas em rede segundo as unidades biofísicas	45
Fig 2.6.3. Estruturação das contiguidades urbanas isoladas segundo as unidades biofísicas	45
Fig 3.1. Exemplos de valoração das vias em alguns aglomerados	61
Fig 3.2. Exemplos de valoração do edificado em alguns aglomerados	65
Fig 3.3. Exemplos de valoração dos tecidos urbanos em alguns aglomerados	73
Fig 4.1. Modelos nucleares de organização espacial	82
Fig 4.2. Modelos polifocais de organização espacial	84
Fig 4.3. Padrões de ocupação	92
Fig 4.4. Esquema comparativo das formas de ocupação do território	102
Fig 5.1. Modelo territorial da estruturação morfológica das contiguidades urbanas	112

. ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Quadro esquemático da ocorrência dos tipos de povoamento segundo as unidades biofísicas	48
Quadro 2.2. Quadro resumo da implantação dos tipos de povoamento segundo as unidades biofísicas	49
Quadro 3.1. Aglomerados em estudo segundo as categorias a que pertencem (tipos de povoamento e implantação)	52
Quadro 3.2. Valoração das vias (características)	60
Quadro 3.3. Valoração do edificado (características)	64
Quadro 3.4. Valoração do tecido urbano (características)	72
Quadro 3.5. Quadro resumo da valoração dos tecidos urbanos dos aglomerados analisados (anexo I)	75
Quadro 5.1. Quadro resumo das tipo-morfologias com base na implantação dos tipos de povoamento segundo as unidades biofísicas	108
Quadro 5.2. Quadro resumo das tipo-morfologias com base na morfologia dos aglomerados segundo as unidades biofísicas	109

. GLOSSÁRIO DE SIGLAS

A23	Auto-estrada n.º23
A25	Auto-estrada n.º25
CEAU - FAUP	Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
CCDRC	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
ESPON	European Observation Network, Territorial Development and Cohesion
IGE	Instituto Geográfico do Exército
IGP	Instituto Geográfico Português
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP2	Itinerário principal n.º2
NUTS	Unidades Territoriais Estatísticas
PDM	Plano Director Municipal
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Plano Pormenor
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT - C	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PSOT	Plano Sectorial de Ordenamento do Território
PU	Plano de Urbanização

1. INTRODUÇÃO

I.1. PROPÓSITOS

I.2. OBJECTIVOS

I.3. ESTRUTURA DO DOCUMENTO

I.4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I.4.1. Complexidade territorial

I.4.2. Complexidade conceptual

I.4.3. Análise da região

1.1. PROPÓSITOS

“Um país bem ordenado pressupõe a interiorização de uma cultura de ordenamento por parte do conjunto da população. O ordenamento do território português depende, assim, da vontade de técnicos e de políticos, mas também do contributo de todos os cidadãos.” [PNPOT, 2006, p. 1]

Em Portugal, um país em que a atenção (política, económica, social) está maioritariamente direccionada para o(s) centro(s) urbano(s) do litoral, local onde habita mais de metade da população portuguesa, deve estar também presente, na consciência dos cidadãos, a vontade e o empenho na revitalização das áreas do interior. João Ferrão [2002, p. 156]³ afirma que “a fronteira entre o litoral e o interior traduz a delimitação subjectiva entre incluídos e excluídos no processo de modernização iniciado nos anos 1960. O seu desenho é sobretudo reconstituível a partir da cartografia das vozes que se fazem ouvir contra o esquecimento a que o “interior” foi votado, porque são justamente estes que mais relembram a existência desta oposição. Ainda o mesmo autor refere, “ao nível local, é o sentimento de interioridade que prevalece. De certa maneira, “sentir-se interior” - ou, para ser mais correcto, vítima da interioridade – é mais decisivo do que ser efectivamente “interior” tendo por base indicadores objectivos e qualificados.”

Neste sentido, é importante interessarmo-nos por estes territórios, tradicionalmente negligenciados e estudar, investigar e revelar as potencialidades e os elementos diferenciadores que os tornam únicos e possam inverter esta tendência.

Se os discursos e referências escritas sobre o desenvolvimento das áreas do interior são recorrentes, no que concerne a estudos que possibilitem a passagem de modelos abstractos para o território concreto, em particular na área do urbanismo e do planeamento, não se reconhece um especial empenho na temática. Não se concentrando aqui grandes áreas urbanas, matéria predilecta da prática do urbanismo, torna esta região menos atractiva para este tipo de práticas. Justifica-se assim o escasso conhecimento sobre região na sua globalidade e o défice de estudos sobre esta temática em particular.

A “aldeia da beira” é expressão referente a uma descrição singular e uma equidade nos adjetivos empregues. “A solidão do abandono”; “aldeias adormecidas sem futuro”; “descaracterizadas pela desertificação”; “destinadas ao abandono” são apenas alguns dos enunciados utilizados pela opinião pública

³ Segundo o autor “o território continental português reflecte, hoje, a combinação de três espacialidades macroregionais: a oposição Norte/Sul, característica do Portugal tradicional; a oposição litoral/interior, característica do Portugal moderno; um “território-arquipélago” organizado em rede, característico do Portugal pós-moderno.” A primeira definida no final de oitocentos, “quando autores como Alberto Sampaio e Basílio Telles, propuseram explicações de natureza étnica para esta imposição, sendo que a Norte se implantavam povoações de origem “ariana” e a sul de proveniência “semita”. No entanto, para orlando ribeiro a explicação deve ser encontrada nas especificidades que os mundos atlântico e mediterrâneo estimulam do ponto de vista do esforço de adaptação das populações a meios físicos diferenciados.” A segunda reflecte, depois do processo de modernização que emergiu durante os anos 1960, a oposição entre grupos sociais, sectores económicos e espaços modernos. O Portugal urbanizado, industrializado, infra-estruturado e demograficamente dinâmico (o litoral), destaca-se do Portugal rural agrícola, subdesenvolvido e demograficamente repulsivo (o interior). Por fim a última espacialidade é “um produto das novas mobilidades e da sociedade de informação, sendo que as aglomerações urbanas e respectivas bacias de emprego imediatas constituem ilhas desse arquipélago”. [2002, p. 151]

para reconhecer o presente e ditar o futuro destas povoações.

No entanto, esta investigação vem revelar uma outra perspectiva sobre esta realidade. O estudo morfológico dos aglomerados que se implantam nesta região salienta uma realidade territorial bastante díspar. Pretendeu-se, por isso, estudar esta temática perspectivando que estas diferenças possam ser o elemento diferenciador na estruturação de estratégica e políticas especializadas capazes de orientar o planeamento eficaz destes territórios, ambicionando que estes conhecimentos possam favorecer o desenvolvimento sustentável destas populações.

1.2. OBJECTIVOS

- Divulgar a região interior-centro de Portugal;
- Desenvolver um estudo no âmbito do ordenamento do território que apoie a gestão territorial;
- Demonstrar a importância de uma visão integradora de várias áreas do conhecimento nos estudos regionais;
- Promover a investigação da região estudada em instâncias académicas e governamentais.

Num âmbito mais específico, no que concerne à problemática em estudo, pretende-se:

- Contribuir para o conhecimento da distribuição povoamento com intuito de apoiar a prática da gestão territorial;
- Cruzar os estudos sobre a distribuição do povoamento com um estudo morfológico dos aglomerados encontrando pontos de convergência entre ambos;
- Apresentar uma nova abordagem sobre o tema para apreciação e reflexão das entidades competentes na gestão do território, demonstrando a importância do conhecimento das realidades locais na prática do planeamento;
- Estudar as morfologias enquanto especificidades locais, numa relação directa com o meio em que se implantam e com a forma como evoluíram ao longo no tempo, apontando as variâncias mais relevantes;
- Conhecer a diversidade da distribuição das morfologias urbanas tendo em conta os diversos contextos e origens.

1.3. ESTRUTURA

O presente estudo debruça-se sobre o povoamento, tendo a observação do território de uma forma integrada como ponto de partida .

Assim, pretende-se apresentar uma reflexão acerca da distribuição das morfologias urbanas no território procurando perceber a influência do contexto natural na respectiva configuração dos aglomerados, ao mesmo tempo que se analisam os processos de transformação que têm vindo a decorrer.

Para isso, a investigação está estruturada em duas escalas de observação: na primeira [CAP:2] (macro-escala), pretende-se uma análise articulada da distribuição do povoamento e da caracterização do meio biofísico. Através do cruzamento de vários indicadores percebem-se como os fenómenos de dispersão, rarefacção e outros se relacionam e são determinados com as variantes no contexto natural da região.

Num segundo momento [CAP:3 e 4] (micro-escala), correspondendo a uma outra escala de observação, estudaram-se as formas urbanas, nomeadamente a sua composição e estruturação segundo as classes dominantes encontradas na análise anterior. Este processo seguiu uma metodologia que passou primeiramente, [CAP:3], pela identificação e classificação dos tecidos urbanos e posteriormente, [CAP:4], pela definição de padrões de ocupação determinados a partir da forma como os vários tecidos se organizam entre si.

Resumindo, partindo de três sistemas de povoamento identificáveis em contextos geográficos específicos [CAP:2] e, posteriormente, sujeitos a uma análise morfológica das estruturas que os compõem (vias, edificado e tecidos urbanos) [CAP:3], foi possível esboçar um conjunto de justificações para a implantação de determinados padrões de ocupação [CAP:4] e que, por isso, remetem para locais e condições específicas.

No cartograma síntese, [CAP:5], tornam-se explícitas estas variâncias. Através de uma valoração cromática das contiguidades urbanas, definidas no modelo territorial do PROT-Centro, reconhecem-se seis tipo-morfologias de aglomerados que se implantam em contextos biofísicos distintos.

A justaposição destas duas perspectivas (macro e micro) permite fazer uma conexão entre a escala estratégica dos instrumentos de planeamento com uma óptica mais operativa e num enquadramento mais próximo da realidade de cada intervenção.

1.4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.4.1. Complexidade territorial

De entre os vários assuntos que preocupam os que se dedicam ao estudo do território, aquele que desde sempre despertou maior interesse aborda a forma e as causas do repartimento da população. Orlando Ribeiro⁴, no seguimento de outros autores⁵, dedicou grande parte da sua obra ao estudo desta problemática no território português, com particular atenção sobre o “mundo rural”⁶, tentando desenhar um cartograma territorial da distribuição das várias formas de povoamento o mais aproximado possível da realidade da época. Segundo este autor [1989-1990, p.299], “as habitações, juntas em aldeias ou disseminadas pelos terrenos de cultura, andam tão intimamente associadas ao cultivo da terra, ao regime de propriedade, à disposição das vias de comunicação, que, quando os principais aspectos da distribuição das casas pelo campo puderem explicar-se, compreender-se-á também o maior número de traços com que o homem foi afeiçoando, no decorrer dos séculos, as regiões em que de longa data habita”.

Ambicionando uma caracterização de todo o território nacional, os estudos de Orlando Ribeiro perseguem uma diferenciação dos aglomerados rurais, conforme o seu grau de dispersão ou concentração, estabelecendo tipologias de povoamento reveladoras das suas morfologias e relação com o meio onde se implantam. Segundo o autor [1989-1990, p.315], na região em estudo, apresentada adiante, podem encontrar-se diferentes tipos de aglomerados. Por um lado, na região de planalto, o “tipo transmontano”⁷ [Ribeiro, O., 1987-1991, p.868], composto por “aldeias compactas, afastadas umas das outras, com exclusão quase completa de lugares, casais e quintas” e por outro, circunscrito à Cova da Beira, o “tipo minhoto”⁸ [Ribeiro, O., 1987-1991, p.868] no qual existe o “predomínio quase absoluto das formas de dispersão: lugares de casas esparsas, casais e quintas” e ainda junto à encosta da serra uma mistura entre as duas tipologias antes referidas.

No entanto, a caracterização que aqui é nomeada, ainda que alguns traços permaneçam reconhecíveis, não representa este território com exactidão, traduz uma realidade datada e que apenas em traços gerais pode ser transposta para o que a define na actualidade.

A realidade mudou, as necessidades e tendências também se alteraram. A simples dicotomia entre o que eram aglomerados com formas concentradas e dispersas situados em duas zonas distintas da região esbateu-se e deu origem a uma maior variedade e mixidade tipológica. Coexistem, actualmente

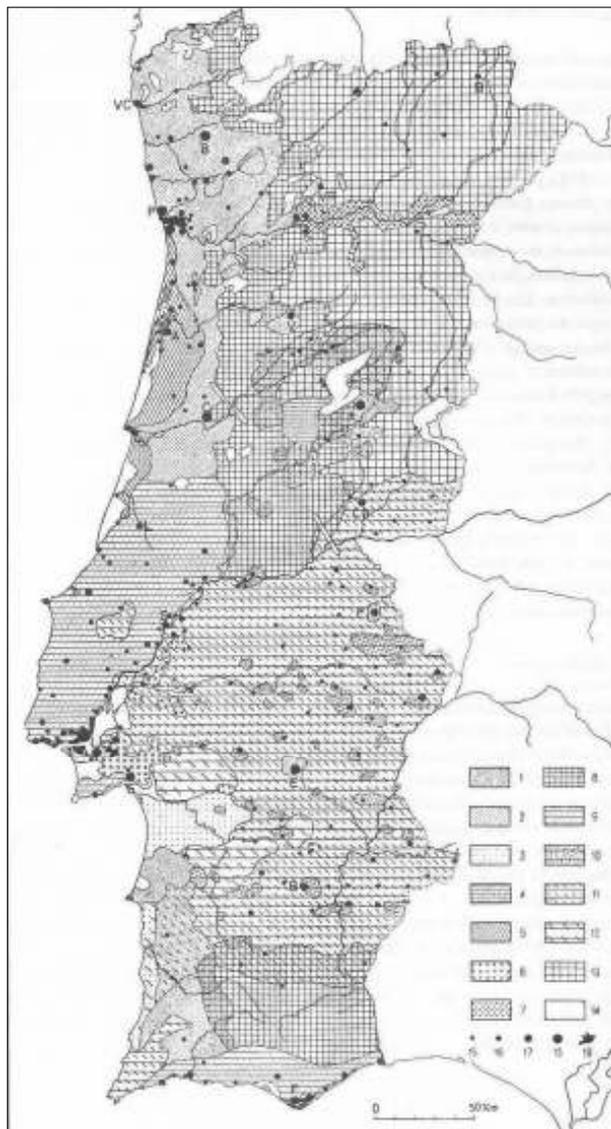
4 Orlando Ribeiro (1911-1997), essencialmente dedicado ao ensino e investigação em Geografia, é considerado o renovador desta ciência no Portugal do século XX pela introdução do factor humano como elemento central à compreensão geográfica entendida como síntese de muitas realidades. É o geógrafo português com mais ampla projecção a nível internacional.

5 De acordo com Suzanne Daveau [2004, pp.7] “a divisão geográfica clássica do país, foi sucessivamente elaborada, e a pouco e pouco melhorada por Barros Gomes (1878), Amorim Girão (1933), Herman Lautensach (1937) e Orlando Ribeiro (1945). Trata-se de uma divisão de base natural mas moldada pela lenta adaptação das características humanas.”

6 Título de uma publicação que resulta um compêndio de artigos de Orlando Ribeiro, escritos entre 1989-1990, sobre a ruralidade.

7 Ver figura 1.1.2

8 Ver figura 1.1.1



Tipos de povoamento.
 Figura 38 da obra original de O. Ribeiro, 1955.
 Legenda:
 Povoamento rural: 1. Dispersão quase completa (tipo mióhoto); 2. Dispersão em pequenos núcleos; 3. Dispersão em manchas isoladas; 4. Dispersão ao longo dos vales; 5. Dispersão orientada; 6. Focos e montes do Sul; 7. Quintas do Douro; 8. Lagares aglomerados (tipo arranha); 9. Lagares aglomerados, com dispersão intercalar (Estremadura e Algarve); 10. Aglomeração com muitos montes; 11. Aglomeração com dispersão intercalar de montes (tipo alentejana); 12. Aglomeração com raras montes; 13. Aglomeração para (tipo transmontano); 14. Áreas despovoadas.
 Povoações: 15. de 2000 a 3000 habitantes; 16. de 5000 a 10 000; 17. de 10 000 a 20 000; 18. mais de 20 000 habitantes; 19. Lisboa e Porto.

Fig. 1.1. Tipos de povoamento segundo Orlando Ribeiro
 fonte: Ribeiro, O., 1987-1991, p.862-863

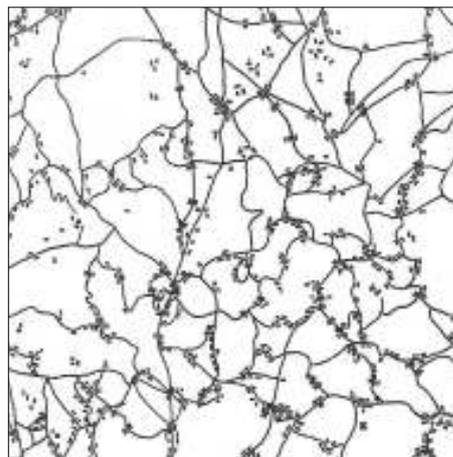


Fig. 1.1.1. Tipos de povoamento segundo Orlando Ribeiro
 fonte: Ribeiro, O., 1987-1991, p.862-863

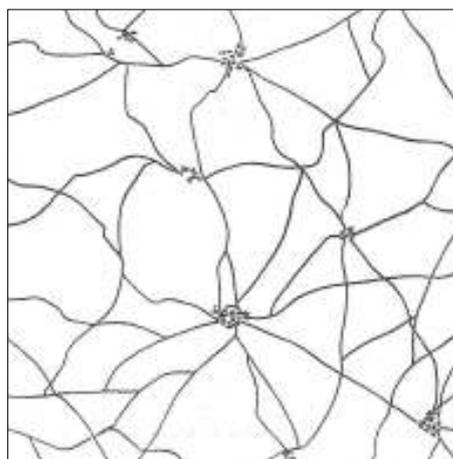


Fig. 1.1.2. Tipos de povoamento segundo Orlando Ribeiro
 fonte: Ribeiro, O., 1987-1991, p.862-863

cambiantes morfológicas tão distintas cuja tipificação, designação e representação é de difícil consenso, pelo que é necessário distinguir a igual diversidade de contextos e origens que se lhes atribuem. Assim, torna-se peremptória uma revisão sobre esta temática no sentido de compreender e preservar a lógica que deu origem às actuais formas de povoamento.

A realidade territorial actual exprime uma intensa inadequação física de grande parte dos aglomerados a um perímetro confinado, tornando a dispersão que refere Orlando Ribeiro, associada a casais e quintas, apenas uma variante do habitat disperso. As dinâmicas territoriais organizam hoje estruturas muito diversas principalmente nas morfologias da dispersão. Como descreve Álvaro Domingues [2006, p.20], a observação da distribuição do povoamento ilustra “a extensão e a diversidade da dispersão. Parece tão anacrónica a expansão por somatório de loteamentos densos e descontínuos, como a urbanização ao longo das estradas, na aureola de antigos assentamentos rurais, na saída do nó da auto-estrada, ou em manchas contínuas onde ainda se percebe o cadastro rural que a suporta.” [Domingues, A., 2006, p.340]

Neste sentido, perante esta nova realidade territorial, tão diversa e tão díspar, apresentam-se nos incompatibilidades a dois níveis :

Por um lado, o sistema de gestão territorial não tem vindo a acompanhar estas alterações, sendo que existe um desfasamento entre a realidade das formas urbanas e capacidade de intervenção dos instrumentos de gestão territorial.

Estruturalmente, a política de ordenamento do território actual assenta em três âmbitos distintos: nacional, regional e municipal, os quais se compatibilizam com os respectivos instrumentos de gestão territorial⁹ e aos quais compete articular todas as lógicas que integram esta problemática. [LEI n.º48/98] No entanto, uma revisão sobre a articulação e carácter de todos os instrumentos de gestão territorial, a compatibilização com os órgãos que os definem e a realidade territorial existente, revela conflitos e demonstra alguma incapacidade em regular convenientemente a totalidade do território português adaptando-se às diferentes realidades. A maior dificuldade reside na inadequação entre a divisão político-administrativa em que o território está demarcado, sendo que é notório o desajuste geográfico entre a distribuição do povoamento e as áreas administrativas. A cartografia do espaço urbano demonstra que as transformações patentes nos aglomerados contribuíram para uma progressiva inadequação entre a territorialização destes e a matriz administrativa actual.

Assim, esta inadequação entre a distribuição do povoamento e os limites político-administrativos exige a necessidade em coordenar políticas, objectivos e prioridades das várias tutelas o que se tem revelado um obstáculo. Segundo Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral [2003, p.44], “a dificuldade que resulta do facto das conurbações¹⁰ se estenderem por varias unidades político-administrativas, com

9 O âmbito nacional, integra o PNPOT, os PSOT's e os PE's; no âmbito regional formulam-se o PROT's e, por fim, no âmbito municipal, podem executar-se PIMOT's e os PM's, sendo que estes últimos integram os PDM's, os PU's e os PP's.

Ainda se devem distinguir os instrumentos de natureza estratégica que englobam o PNPOT, os PSOT's, PIMOT's e os PRot's e os de natureza regulamentar, como os PM'S. [DL n.º 380/99]

10 É o resultado do processo de crescimento que expande a cidade, prolongando-a para fora do seu perímetro absorvendo aglome-

tudo o que isso significa na dificuldade em obter consensos, coloca inúmeros problemas: em encontrar arquiteturas institucionais e modelos de regulação que se ajustem à complexidade e à extensão geográfica do território urbanizado, em coordenar políticas e tutelas sectoriais demasiado espartilhadas, em definir objectivos, estratégias e prioridades de intervenção, em articular políticas macro-territoriais com políticas micro, etc.” Até hoje as experiências “inter-municipais”, como as “Associações de Municípios”, ou regionais, como as comissões de coordenação (CCDR), funcionam como organismos cujo âmbito não se estende ao planeamento, uma vez que as práticas e instrumentos que daí decorrem operam apenas do ponto de vista da análise estratégica fazendo evidenciar questões estruturantes e contribuindo com enunciados orientadores que instruem outros instrumentos de índole apenas local, estes sim com validade no planeamento.

Por outro lado, existe uma enorme dificuldade em encontrar modelos de representação desta realidade capazes de apoiar o estudo das estruturas urbanas de uma forma multi-escalar. Se os métodos de representação não são eficazes, claros, universais e transversais por forma a identificar e estudar os problemas de uma forma encadeada, as políticas que destes decorrem também não o poderão ser.

Por exemplo, o sistema de representação do povoamento por contiguidades urbanas¹¹, utilizado no modelo territorial do PROT-Centro foi uma forma encontrada para representar esta realidade em toda a região Centro. Este sistema, definido a partir do edificado existente reflecte a distribuição do povoamento, expressando manchas de contiguidades urbanas que retratam a realidade territorial construída e, por analogia, da distribuição da população que a habita. No entanto, esta metodologia não responde a questões morfológicas da estruturação do povoamento como sejam a definição das densidades construídas ou ainda da espacialização dessas construções. Esta investigação vem precisamente possibilitar a ligação entre os estudos macro-escalares (do tipo do modelo territorial do PROT-Centro) e a realidade morfológica das manchas construídas, porque apenas considerando as variantes morfológicas dos aglomerados é possível intervir efectivamente no território garantindo a coerência com a realidade precedente.

rados rurais e outras cidades, em consequência do seu crescimento geográfico.

11 “Consideram-se contiguidades urbanas as manchas contínuas de construção, definidas por meio de um buffer de 50m aplicado a cada vértice do layer do edificado das cartas militares 1:25 000, às quais se subtraíram áreas inferiores a 3ha, uma vez que correspondem à concentração máxima de apenas 5 edifícios.” [cartograma “Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3 hectares”, in Relatório de fundamentação técnica - Modelo territorial do PROT- Centro, 2008; pp.15]

1.4.2. Complexidade conceptual

Como vimos anteriormente, os discursos contemporâneos acerca do povoamento integram descrições da realidade actual que se vinculam à noção de “transformação” e “mudança”, redireccionando a forma de observar e reflectir acerca desta temática.

Os modelos tradicionais assentavam numa diferenciação basilar estabelecida entre o meio urbano e o meio rural, estando o primeiro associado a actividades industriais e de serviços e o segundo às actividades primárias, particularmente a agricultura e pecuária. O ponto de vista defendido até final dos anos 1970, defendia que o progresso e a inovação eram processos primordiais das áreas urbanas sendo que nas áreas rurais o desenvolvimento era mais demorado. Porém, hoje é conhecida a predominância de um rural não agrícola da mesma forma que, pela globalização do mundo actual, os processos evolutivos se coordenam temporalmente em todo o território, tornando antiquada esta oposição entre a forma e a função dos dois mundos. [Ferrão, J., 2000, p.46]

De acordo com João Ferrão, “a organização em arquipélago”¹² traduz, até certo ponto, a velha oposição entre áreas urbanas e rurais mas a situação é hoje bem mais complexa. As actuais condições de mobilidade e de comunicação alteraram radicalmente os espaços e o tempo de acção da vida quotidiana das pessoas pelo que a expansão dos processos de urbanização tornou-se mais complexa e ultrapassou os limites da “urbe”. A observação da territorialização do povoamento demonstra claramente a actual incoerência e consequente impraticabilidade desta dicotomia, tradicionalmente utilizada.

A dificuldade e resistência em abandonar aquilo que se entende hoje como genérica e diminuta distinção “rural/urbano” está profundamente vinculada ao imaginário comum que opõe claramente a cidade ao campo. Justamente, para precisar o conceito do que é o rural é indispensável contrapor-lhe o de espaço urbano, porque rural é sinónimo de não urbano e define-se pelo conjunto de todos os territórios exteriores ao perímetro deste. Hoje é impossível encontrar uma definição e delimitação do “urbano” porque os processos de transformação são extensíveis a todo o território, sendo possível observar fenómenos idênticos em contextos territorialmente distintos.

Por esta razão, e pela escassez de referências bibliográfica acerca desta temática referenciando aglomerados de matriz rural, foi possível reconhecer características-tipo dos processos em cursos noutros territórios e transpô-las de outros estudos para a realidade em causa. Percebe-se que os processos urbanos que se observam nesta região são semelhantes àqueles que se decorrem em áreas fortemente urbanizadas e sobre as quais se encontram vários estudos, pelo que foi viável utilizar nesta análise conceitos normalmente referenciados para as formas urbanas resultantes da expansão da cidade, designadamente a urbanização difusa.

Explicando a urbanização difusa, no livro “Explosion de la Ciudad”, a expressão (explosão da

12 Uma das espacialidades macroregionais que o autor João Ferrão [2002] apresenta e que foram descritas antes. (ver figura 1.8 e nota de rodapé 1)

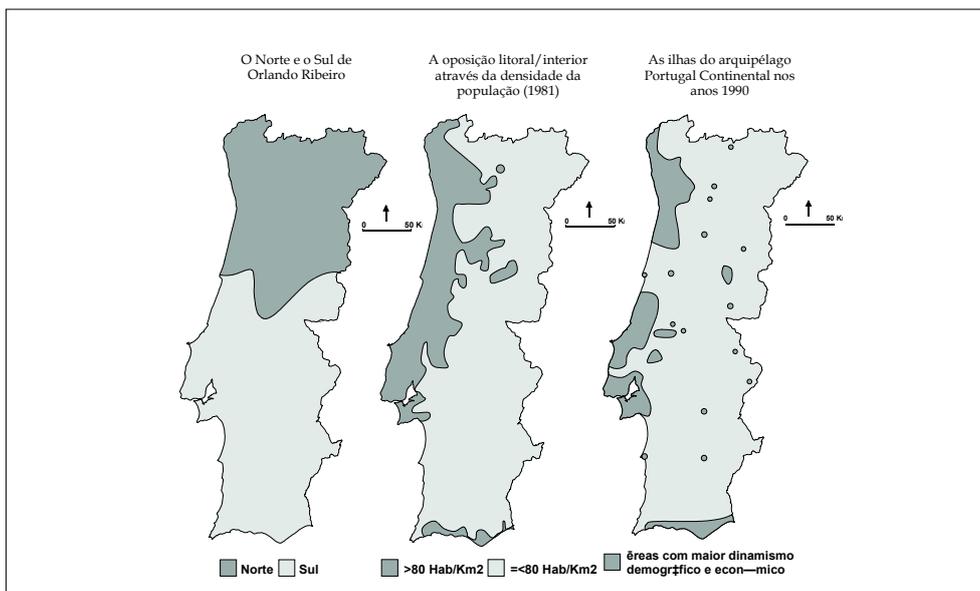


Fig. 1.2. As três macro-geografias de Portugal continental
 fonte: Ferrão, J., 2002, p.152

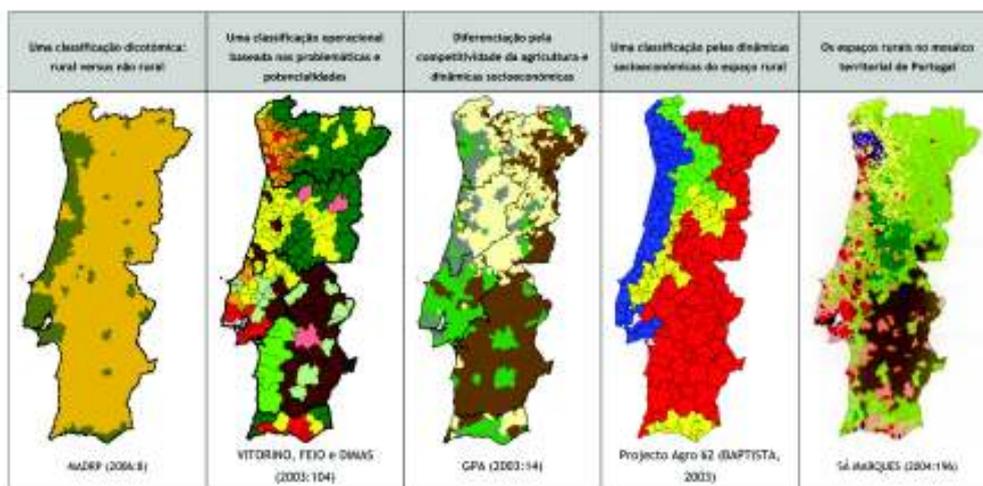


Fig. 1.3. Os diferentes padrões de delimitação do rural
 fonte: Azevedo, N., 2010, p.77

cidade) é usada “como imagem sintética do ocorrido na última etapa do nosso processo de urbanização, que pressupõe a dispersão do território, das actividades e fluxos, assim como a transformação interna dos núcleos urbanos”. Este processo de expansão conheceu formas, estruturas e origens muito distintas pelo que são várias as análises sobre esta problemática. Os estudos sobre o “sprawl”¹³ nos EUA, o trabalho que foi feito no N e NE de Itália nos anos 70 por A.Bagnasco denominada “Terceira Itália” e depois em Portugal, por João Ferrão, evidenciam a diversidade das formas e complexidade das justificações dessas formas na urbanização dispersa. [Domingues, A., 2006, p.30]

A maioria dos conceitos sobre a temática pressupõem a ruptura do conceito tradicional de “cidade” (densa, compacta e limitada) ocorrida dada a transformação por continuidade, no entanto, identificam-se outros processos, cujas dinâmicas e lógicas são partilhadas em territórios e contextos bastante distantes, cuja justificação se baseia na globalização económica, social e cultural e as transposições que daí decorrem. Estes definem o processo de urbanização dos espaços rurais em consequência da transposição das lógicas da “urbe” para a ruralidade, sem necessária absorção destes aquando da extensão espacial da cidade.

Álvaro Domingues [2006, p.340] explica que “o difuso não é rural nem urbano, no sentido comum das palavras e dos outros sentidos que elas carregam. É um terceiro estado de formação muito recente, onde o tempo ainda não permitiu estabilizar e possibilitar que algum nome mais próprio se lhe chame.” Está igualmente presente em territórios de matriz urbana ou rural e é no sentido de revelar as especificidades das formas morfológicas nestes últimos que se direcciona a presente investigação. Porque também o rural está em transformação, porque também há rural em transformação.

Força-se, então, uma revisão de conceitos e aproximações ao problema assente na ruptura dos obstáculos conceptuais e ideológicos existentes, evidenciando a diversidade de situações encontrada nos territórios. Importa, por isso, distinguir conceitos, genericamente entendidos como familiares, mas que expressam situações e objectos particulares. Porque cidade, urbano e forma urbana não são conceitos actualmente transversais na interpretação mas antes de conteúdos e significados específicos. No presente estudo reflecte-se especificamente acerca das formas urbanas no território, porque é sobre a forma das estruturas povoadas que se vai indagar, independentemente do contexto económico-social e de desenvolvimento em que se inserem. O estudo das aldeias enquanto realidades autónomas, com características completamente distintas das observáveis em meio urbanos sabe-se hoje impreciso. A clara separação entre um e o outro é inexequível e apenas o estudo dos aglomerados como uma realidade só deverá ser revelador do seu papel no ordenamento territorial do país.

Porque as formas urbanas estão em transformação em todo o território e a interacção das realidades determina a transversalidade dos conhecimentos.

13 Palavra introduzida nos EUA nos anos 60 para designar o crescimento urbano sem forma, significa, literalmente “espalhar(-se)”, “estender”. Não existe palavra equivalente na linguagem europeia. [Domingues, A. 2006, p.28]

1.4.3. Análise da região

Inserida na região interior centro de Portugal continental, a área em estudo alberga, na totalidade, onze municípios pertencentes a dois distritos diferentes: Guarda e Castelo Branco. Tendo em conta uma outra divisão administrativa, NUTSIII, Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal, que designam as sub-regiões estatísticas em que se divide o território português⁴, a mesma área está distribuída pelas Beira Interior Norte e Cova da Beira, sendo que não ocupa nenhuma delas na sua totalidade. [figura 1.4]

No passado, esta região deteve um papel fulcral aquando da fixação das fronteiras do país, assumindo uma posição de defesa dos territórios até aí conquistados, deixando nas muitas aldeias históricas fortificadas ao longo da linha de fronteira memórias físicas desse tempo.

Relativamente ao povoamento na actualidade caracteriza-se, de uma forma geral, por uma grande rarefacção dos aglomerados, na sua maioria de pequena e média dimensão, em contraste com a marcação de uma “armadura urbana de nível regional constituída por Guarda, Covilhã/ Fundão e Castelo Branco, unidas pela A23, onde se concentram as funções de serviços de maior nível de especialização, diversidade e escala e também as maiores áreas industriais e logísticas.” [Relatório de fundamentação técnica do modelo territorial do PROT-Centro, 2006, p.70]

Sendo neste momento uma das maiores entradas terrestres do país assume hoje uma posição geoestratégica privilegiada a nível nacional e internacional, onde os vários centros urbanos assumem funções específicas: “a Guarda é uma rótula entre o IP2/A23 e o IP5/A25, entre litoral e interior e bem posicionada nas ligações inter-fronteiriças; a Covilhã e o Fundão, vindos da tradição têxtil da Beira Serra, inscrevem-se na pequena constelação dispersa da Cova da Beira e mesmo não sendo capital distrital, a Covilhã apresenta um perfil de especialização muito interessante e de grande importância na estruturação da região. A outra face do modelo é uma constelação de pequenos centros (vilas sede de concelho e algumas sedes de freguesia), mais rarefeita a Sul do que a Norte, e marcada por uma dinâmica muito acentuada de quebra demográfica e envelhecimento.” [Relatório de fundamentação técnica do modelo territorial do PROT-Centro, 2006, p.70]

Descrições como “pobre de circulação e povoamento” e “forte sensação de abandono” fazem parte dos estudos geográficos da região quer mais antigos ou mais actuais. Próprio de um território cujas linhas de fronteira se estabeleceram muito cedo na história do país, a aquisição de traços culturais bastante enraizados revelam-se também eles na apropriação desse mesmo território. Estruturas que mantêm a sua configuração quase inalterada familiarizam-se numa relação próxima com outras formas de aglomerados mais recentes e com elas edificam novos sistemas de (inter)dependências.

Quando comparada com outras regiões do país, a rarefacção territorial associada a grandes áreas de perdas demográficas fazem o retrato de uma zona crítica. Os fenómenos migratórios emergentes desde o início do século XIX perduraram durante todo o século, prescreveram alterações demográficas importantes que ditaram a realidade das aldeias portuguesas destes territórios. Rosa Moreira da Silva [1981, p.45], no seu estudo sobre o povoamento no Minho insere uma reflexão sobre a evolução da po-

pulação onde justifica que, “a insatisfação do agricultor, associada a razões de ordem político-económicas no país, motiva a mobilidade da população agrícola activa para outras actividades económicas no país e estimula a emigração” e destaca que “destes resultados poder-se-á ler uma consequência do estado degradante da agricultura e necessidade do homem da terra recorrer ao trabalho na indústria, a fim de garantir a sua sobrevivência”. Esta descrição é também reveladora do que se passou na região em estudo com o abandono dos campos agrícolas e a profusão do êxodo rural, cuja sequela ditou a despovoamento que se viveu (e vive) nas aldeias portuguesas, com um elevado número de casas desabitadas e a preponderância de uma população idosa.

Na actualidade, e devido à extensão do processo de terciarização para as cidades do interior, pode verificar-se a continuidade do êxodo rural, nesta época a duas escalas: num primeiro momento dos aglomerados rurais do interior em direcção àqueles mais urbanos na mesma área e depois destes para os grandes centros no litoral. Conseguem-se por isso identificar algumas áreas de ganhos demográficos, quase exclusivamente sedes de concelho, associadas a estes processo de terciarização, contrastando com grande áreas de perda.

Em termos biofísicos, a região distribui-se maioritariamente pela “unidade geomorfológica denominada Beira Transmontana, uma superfície aplanada (como a Meseta Ibérica) com altitudes quase sempre acima dos 600 metros”, contrastando com importante áreas aluviais como a Cova da Beira e a Cova do Mondego. “O efeito da altitude e da continentalidade actuam, na região de planalto, de modo distinto favorecendo verões muito quentes e secos em zonas mais abrigadas e vales; frios prolongados nos planaltos de maior altitude. A cartografia da agricultura exprime bem a geografia desta alternância: a vinha junto a Pinhel, ou os olivais e pomares, alternam com as áreas extensas dos prados naturais e do sequeiro entre o Côa e o Águeda, por terras de Almeida ou Figueira de Castelo Rodrigo. Os mosaicos de pequenas parcelas regadas constituem pequenas manchas de solo que rodeiam a rede de aldeias e povoados, uma malha regular, mas relativamente densa, de pequenos povoados”

Nas áreas aluviais, onde a maior riqueza é o solo, a abundância de água e as condições de abrigo sempre proporcionaram uma combinação de culturas muito rica e diversificada. “A especificidade biofísica da Cova da Beira foi reforçada pelo projecto do regadio, resultando num mosaico territorial onde o modelo disperso é mais presente e se mistura com um padrão diversificado de agricultura (vinha, pomar, olival, regadio, etc.), onde o povoamento concentrado nas polaridades urbanas da Covilhã, do Fundão e de Belmonte se estende ao longo de estradas e vales.” [Relatório de fundamentação técnica do modelo territorial do PROT-Centro, 2006, p.71]

As condições naturais desta região definem-se em grande parte pelos imponentes conjuntos montanhosos que a circunscreve formando uma autêntica muralha natural. A cordilheira montanhosa da Serra da Estrela, posicionada no limite Oeste da região e com altitudes que chegam perto dos 2000m, faz-se perceber como um maciço rochoso impossível de transpor. Nos limites sul e sudoeste, as unidades de paisagem da Serra da Gardunha e da Serra da Malcata respectivamente, contrapõem manchas densas de um padrão claramente florestal em contraste com a vegetação rasteira que cobre a Estrela.

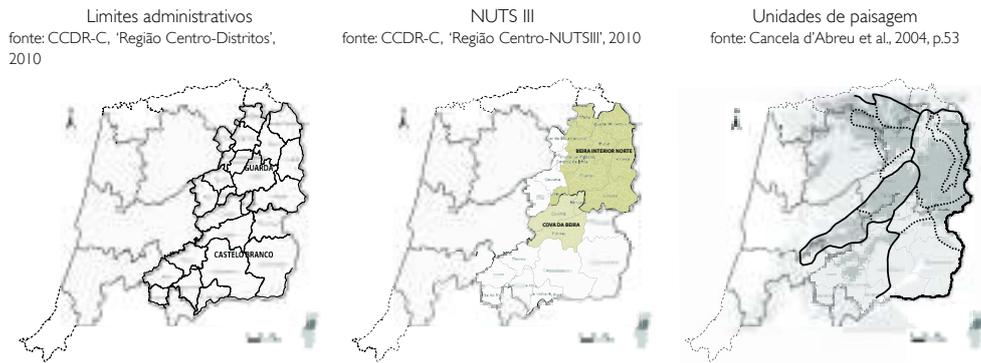


Fig. 1.4. Divisões do território na Região Centro

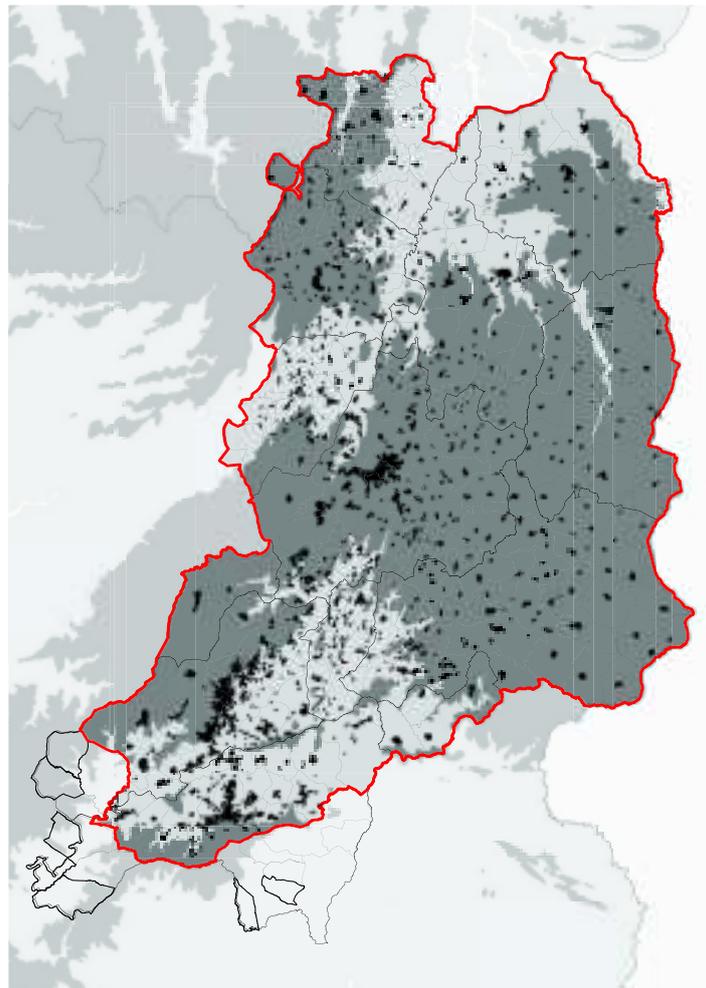


Fig. 1.5. Delimitação da região em estudo (mapa de autor)

Hipsometria:

fonte: CEAU-FAUR [Cartograma 'Hipsometria'], 2008, p.11

Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha e com afectação da rede viária principal

Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e com afectação da rede viária principal

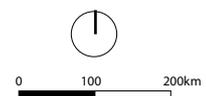
Contiguidades urbanas

fonte: CEAU-FAUR [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008

Limites administrativos (freguesias e concelhos)

fonte: IGR [Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2011)], 2011

Limites administrativos (freguesias e concelhos)



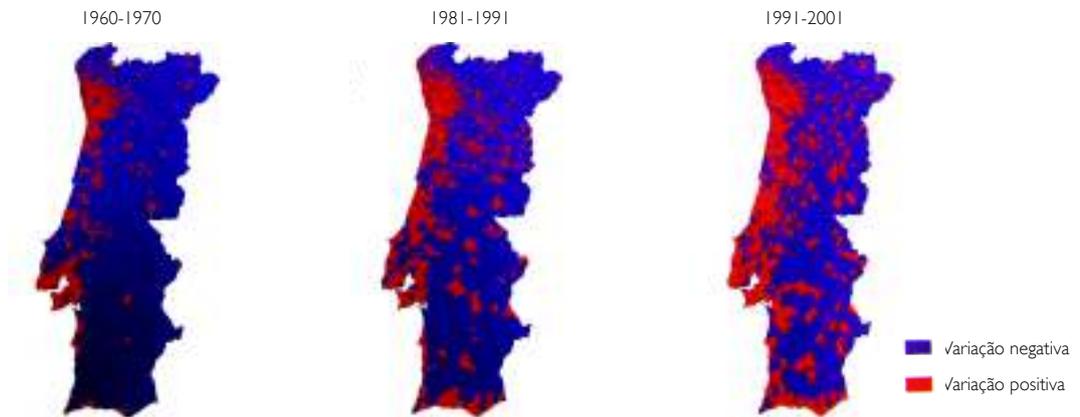


Fig. 1.6. Variação da população residente, por freguesia
fonte: Adaptado de 'Variação da população residente, por freguesia'; Marques, S.T., Cidade e Democracia, 2006, p.86

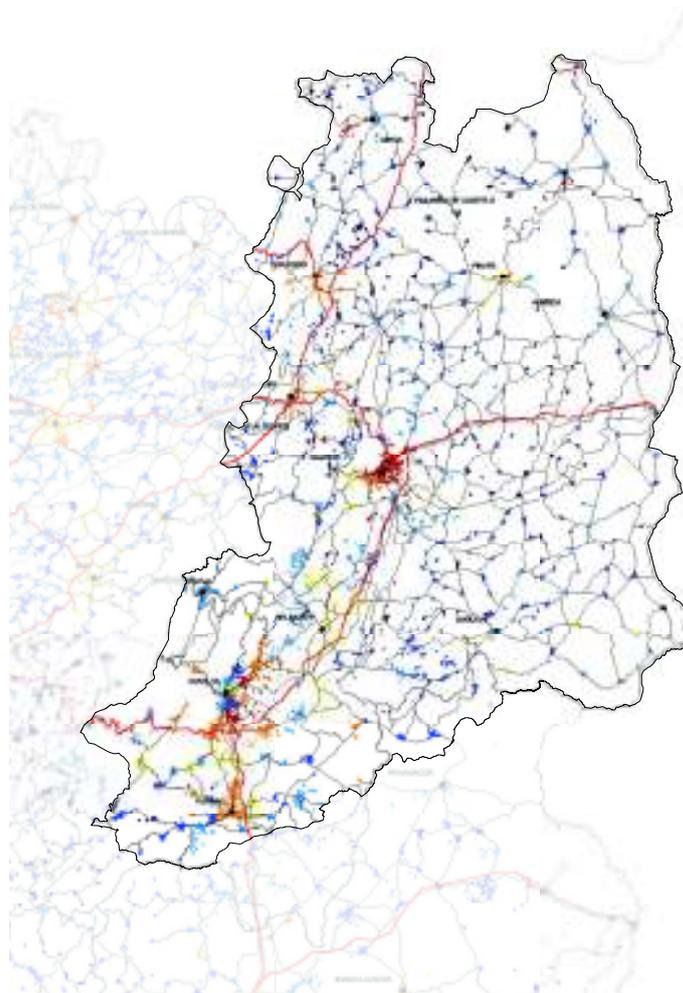
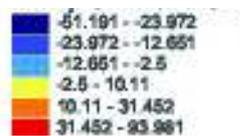


Fig. 1.7. Variação da população residente com enfoque na região em estudo
fonte: Adaptado do cartograma 'Variação do número de habitantes 1991-2001 %'; CEAU-FAUP; 2008



2. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

2.1. O HOMEM E O MEIO NATURAL

2.2. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO / INDICADORES

2.3. "AS TEXTURAS DO TERRITÓRIO"

2.3.1. Povoamento

- a. Dimensão
- b. Estruturas de proximidade
- c. Afecção viária

2.3.2. Unidades biofísicas

- a. morfologia
- b. usos agrícolas

2.4. SÍNTESE

“Os estudos de paisagem, inicialmente muito focados na descrição das formas físicas da superfície terrestre, foram progressivamente incorporando os dados da transformação humana do ambiente e do tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais, sem nunca perder de vista as interligações mútuas. Pelo contrário, a acção humana é considerada factor decisivo ou principal de transformação (...)” [Salgueiro, T. B., 2001, p.41]

2.1.O HOMEM E O MEIO NATURAL

Diversos autores descrevem a importância do sítio ou do lugar para qualquer prática arquitectónica. Expressões como “locus”, utilizada por Aldo Rossi [1999], ou “genius locus”, de Norberg Schulz [1986], impõem ao lugar o papel determinante de qualquer acção que ali decorra. De acordo com Resano Garcia Lamas [1993, p.63], “o sítio contém já em muitos casos a génese e o potencial gerador das formas construídas, pelo apontar de um traçado, pela expressão de um lugar”.

A expressão, “Território, suporte das gentes”, usada pela autora Raquel Soeiro Brito [1994], é explícita da relação próxima existente entre o meio físico e as pessoas que nele e com ele interagem. Segundo a mesma autora [1994, p.82], “qualquer território, num dado momento, é expressão das marcas humanas herdadas ao longo da História, sobrepostas às suas características físicas; os homens conseguem adaptar-se a estas ou modificá-las em seu proveito, segundo as técnicas de que dispõem e o estilo de vida que adoptam numa determinada época. Umhas marcas podem manter-se por muito tempo, outras ser efémeras: mas sempre delas ficam sinais, que acabam por explicar parte da paisagem que se desenrola sob os nossos olhos. Em cada momento, as comunidades recompõem a História e recriam as paisagens (...) Todo o agrupamento humano cria o seu ambiente local que interfere com o ambiente envolvente através de uma rede de relações físicas e mentais que contribuem para valorizar o território”. No entanto, contrariamente ao que sugere o enunciado anterior, trata-se de uma afinidade mútua, simbiótica, da qual ambos dependem na definição da sua identidade. Não subsiste um elemento determinante do outro, nem aquele que é apenas resultado da acção do anterior; ambos tomam parte desta dinâmica transformadora do território contribuindo igualmente para a definição do elemento integrador denominado paisagem¹⁴.

Neste estudo pretende-se o entendimento das relações que as estruturas de povoamento estabelecem com o meio geográfico em que se implantam e a percepção dos elementos que influenciam as variâncias existentes numa região que, numa observação nacional, se considera bastante uniforme. A

14 De acordo com Cancela d'Abreu [2004, p.32] “a compreensão da paisagem implica o conhecimento de factores como a litologia, o relevo, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da actividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua articulação, o que resulta numa realidade multifacetada.”

realidade afigura-se, no entanto, bem diferente uma vez que a quantidade de especificidades quer numa componente como na outra ocasiona variantes bastante particulares em diversas áreas da mesma.

A integração do povoamento no meio onde se implanta influencia, como já foi exposto acima, a sua própria configuração. A relação estreita com as condicionantes biofísicas do local determina o perfil do conjunto, num ciclo contínuo de relações. Investigações actuais na área da geografia preferem estudar a paisagem neste contexto complexo. Em particular, os autores Cancela d'Abreu et al. [2004, p.32], resultado de uma reflexão aglutinadora de perspectivas de vários autores, define-a enquanto "um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter".

Perante o exposto, o entendimento desta região, bem como de qualquer outra, deve aceitá-la enquanto uma realidade multifacetada, efeito de uma composição integradora de todos os elementos que a compõem.

2.2. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO / INDICADORES

A procura de critérios que explicitem a diversidade de situações existentes e a totalidade das relações expressas no ponto anterior e que definam também as diferentes tipologias das mesmas é um processo pluridireccional, implicando escolhas de análise que reflectem uma intenção ponderada e são resultado do estudo de várias outras perspectivas e reflexões¹⁵. Compilando linhas de pensamento complementares bem como várias áreas do saber é possível desenvolver um estudo integrado, fundamental numa análise com este objecto. Segundo Pierre George [1975, p.141], a propósito de estudos sobre população e povoamento, "nenhuma interpretação dos números de base pode ser cientificamente válida se não se fizer uma estreita relação entre três noções inevitavelmente implicadas: a de população, que é descritiva e quantitativa numa aproximação é essencialmente estatística; a de povoamento, que é, por um lado, histórica; e ainda a geográfica qualitativa e distributiva: a observação e a explicação da verdadeira repartição da população num espaço ocupado, no qual se projecta, directa ou indirectamente, a actividade dos grupos humanos considerados".

Sendo esta uma análise no âmbito da arquitectura e planeamento interessa particularmente o estudo da morfologia dos aglomerados enquanto reflexo do meio que os integra. Importa, portanto

¹⁵ O autor Álvaro Domingues [2003, p.111] explica que "sendo a paisagem uma construção social e não entidade com existência própria, e sendo o seu significado assumidamente polissémico, é possível encontrarmos as mais diversas aproximações ou "olhares", desde os diversos campos da criação artística, aos disciplinares ou científicos."

identificar as variáveis que influenciam a forma e as estruturas, naturais ou construídas, reconhecíveis na região, cruzando as variantes nas formas de povoamento com as variações no meio natural.

O estudo acerca das formas de povoamento e da territorialização das mesmas que determinou o “Modelo Territorial do PROT-Centro”¹⁶ [2008], distingue neste contexto dois grupos distintos: “texturas” e “estruturas”, cada um deles caracterizado por um conjunto de variáveis. A primeira “ênfatisa os indicadores de carácter extensivo referentes à Geografia Física, combinando grandes permanências naturais (relevo, rede hidrográfica, climas), com traços de paisagem, os principais usos agrícolas e florestais e destacando as áreas sujeitas a regimes de protecção por via da sua valia ambiental e as perigosidades naturais e tecnológicas” integrando ainda as variáveis demográficas e de povoamento, enquanto que a segunda “integra variáveis organizadas em variáveis económicas (emprego), polaridades urbanas, infra-estruturas arteriais de mobilidade e em parâmetros de vulnerabilidade social e de exposição ao risco” [CEAU-FAUP; 2008, p.9].

No seguimento da intenção exposta no parágrafo anterior, relativo ao âmbito do trabalho, delimita esta análise apenas ao nível das “texturas”, elementos que condicionam a distribuição das estruturas visíveis no território, excluindo do campo de trabalho todos os indicadores relativos ao potencial económico e administrativo. Neste contexto, importa especificar as variáveis estruturantes utilizadas nesta caracterização da região.

Distinguem-se, portanto, duas grandes variáveis já acima mencionadas como integrantes do organismo textual da região: o povoamento, que procura materializar um conjunto de especificidades nas formas de territorialização da população nesta área e as grandes permanências naturais, designadas neste trabalho de unidades biofísicas, com as quais se procura agrupar e classificar os elementos respeitantes à morfologia com traços de paisagem como o uso do solo agrícola, também este relativo ao meio natural mas de carácter mais efémero pela sua relação intrínseca com a apropriação humana.

A categorização destas variáveis permite relacioná-las, expondo tipos de povoamento dominantes segundo o meio em que se implantam intuindo, assim, um estudo o mais complexo possível da região observando uma grande variedade de cambiantes existentes neste território, normalmente descrito de uma forma negativamente uniforme.

16 Produzido pelo CEAU-FAUP no âmbito da formulação do PROT-Centro, documento da autoria da CCDR-Centro.

2.3. "AS TEXTURAS DO TERRITÓRIO"¹⁷

Interessa neste ponto explicar as orientações que conduzem à classificação de cada uma das variáveis em análise, aquilo que, no âmbito do trabalho, constitui a originalidade no conjunto das análises possíveis.

Assim, na variável do povoamento preocupam os fenómenos de dispersão e rarefacção, intensamente sentidos nesta região, e, por isso, importa desenhar um cartograma que esclareça as potencialidades de interdependência dos aglomerados bem como a hierarquia dimensional e de influência viária que entre eles estabelecem. Note-se que para esta análise tem como base o "Modelo Territorial do PROT-Centro" [2008] para obtenção deste tipo de informação. No ensaio da classificação de unidades biofísicas recorreu-se ao estudo de Cancela d'Abreu et al. [2004] sobre a caracterização das unidades de paisagem de Portugal Continental porque nele se encontra grande parte da informação necessária à identificação dos elementos que compõem a morfologia física da região. Por último, para a ilustração da composição das culturas agrícolas na mesma zona analisa-se a cartografia do Instituto Geográfico Português relativa ao uso do solo¹⁸, numa tentativa de destacar as grandes permanências de culturas relacionando-as com a forma de exploração agrícola, ou seja, sempre que possível fazer uma correspondência com as estruturas agrárias associadas.

2.3.1. Povoamento

Direccionando a análise desta variável para as especificidades no tipo de relação que se estabelece ou não entre diferentes concentrações de população, importa salientar a diversidade de decomposições que poderiam ser estabelecidas dependendo dos critérios utilizados. De acordo com Maria de Lourdes Poeira e Nuno Soares [in Portugal: perfil geográfico, 1994, p.45] "a interdependência entre o comportamento da população, face ao território, e as disponibilidades desses território, tem gerado, ao longo do tempo, diversas formas de relação que se materializam nas múltiplas paisagens que caracterizam o país, e nos diversos tipos de povoamento, mesmo tendo em conta as dimensões reduzidas de Portugal"

À escala do território regional, os aglomerados apresentam uma forma complexa e descaracterizada, inoperativa numa análise deste género, o que obriga à adopção de uma representação dos mesmos baseada nas suas estruturas construídas (as contiguidades urbanas), importada do estudo que originou o "Modelo Territorial do PROT-Centro" [2008]. Segundo o mesmo estudo, "consideram-se contiguidades urbanas as manchas contínuas de construção, definidas por meio de um buffer de 50m aplicado a cada

¹⁷ Expressão importada do modelo territorial do PROT-Centro.

¹⁸ Instituto geográfico português, [Carta Corine Land Cover 2006' (CLC06)], [ficheiro vectorial], 2011, [CD-ROM], n.º de registo: 12/11, data 2011/01/11, validade 5 anos

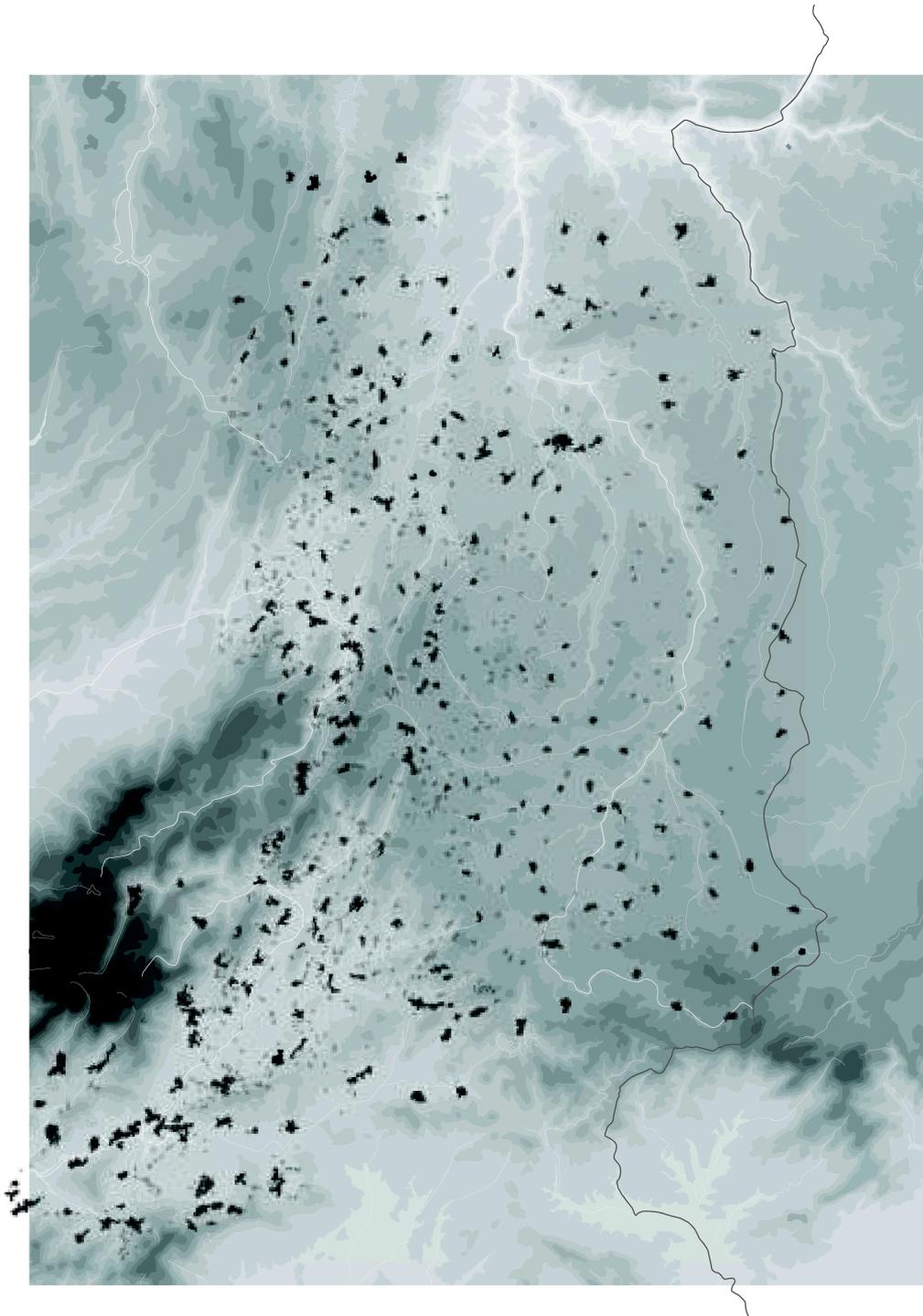
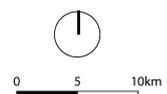


Fig 2.1. Dimensão das contiguidades urbanas (mapa de autor)

-  Contiguidades urbanas com área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha
-  Contiguidades urbanas com área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha

.hipsometria e rede hidrográfica: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009

.contiguidades urbanas: CEAU-FAUP, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



vértice do layer do edificado das cartas militares 1:25 000, às quais se subtraíram áreas inferiores a 3ha, uma vez que correspondem à concentração máxima de apenas 5 edifícios."

Partindo destas manchas representativas do sistema de aglomerados e do cruzamento de três indicadores, a dimensão, a proximidade entre eles e a sua afectação viária, definidos como estruturantes, resulta um cartograma que pretende expor as classes mais reconhecíveis dos mesmos.

A escolha das variáveis mencionadas, para além de ter sido baseada em estudos deste âmbito foi determinada tendo em conta o seu propósito, classificar o povoamento considerando a sua capacidade atractiva enquanto pólo dinamizador e, por outro lado, as relações que entre eles se estabelecem quer sejam de dependência ou cooperação ou ainda a inexistência das mesmas.

Assim, se a dimensão é uma variável necessariamente presente quando se debate questões relativas ao povoamento, até porque muitas vezes remete para uma hierarquia administrativa, a existência de territórios de proximidade e a sua afectação viária é uma consequência axiomática da ágil mobilidade na actualidade e que não poderia deixar de ser aqui ponderada, uma vez que muitas vezes definem linhas orientadoras dos novos desenvolvimentos.

a. Dimensão

A dimensão é um critério inevitável na classificação tipológica do povoamento pois está intrinsecamente relacionado o número de pessoas que o habitam. Este está muitas vezes associado à importância administrativa que os aglomerados têm ou tiveram no passado. Também se entende uma correspondência directa entre a extensão destes e a sua capacidade de atrair populações por possuírem mais focos de interesse relativamente a outras.

Assim, e recorrendo ao "Modelo Territorial do PROT-Centro" [2008], cartografaram-se três categorias: contiguidades urbanas com área igual ou superior a 128ha, contiguidades urbanas com área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha e contiguidades urbanas com área superior ou igual a 3ha e inferior a 14ha. A definição dos intervalos atendeu a três valores de referência:

.3ha, limite para a definição de contiguidades urbanas uma vez que, como já foi referido acima, corresponde à concentração máxima de apenas 5 edifícios;

.14ha, equivale à área da sede de concelho mais pequena (cidade de Almeida), incluindo, por isso, neste intervalo todas as sedes de concelho;

.128ha, corresponde à menor superfície de um centro urbano de nível 2, segundo o critério do estudo da hierarquia urbana da região Centro (NUTSII).

Este cartograma permite algumas reflexões: em primeiro lugar e por ser a mais expressiva para o estudo, verifica-se que o número de contiguidades urbanas com área maior ou igual a 14ha é bastante superior ao número de sedes de concelho da região, ou seja, existem numerosos outros aglomerados

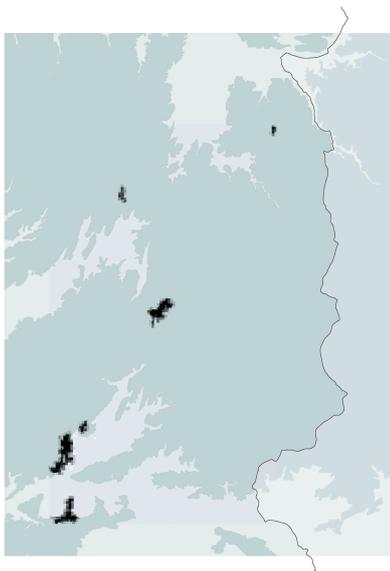


fig. 2.1.1. Contigüidades urbanas com área igual ou superior a 128ha
Adaptado de Cartograma 'Contigüidades urbanas com área maior ou igual a 128ha', CEAU-FAUR, 2008, pp.18

Hipsometria:
 300 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contigüidades urbanas:
 Área igual ou superior a 128ha

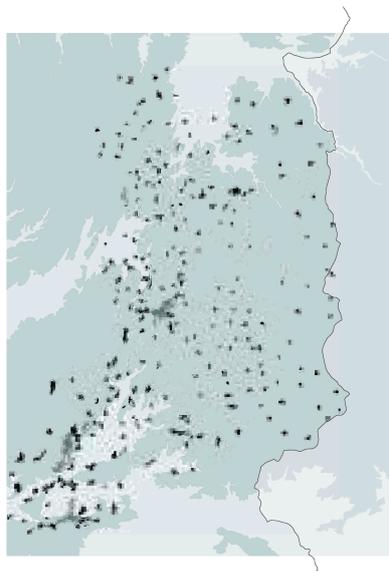


fig.2.1.2. Contigüidades urbanas com área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha
Adaptado de Cartograma 'Contigüidades urbanas com área maior ou igual a 14ha', CEAU-FAUR, 2008, pp.15

Hipsometria:
 300 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contigüidades urbanas:
 Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha
 Área igual ou superior a 128ha

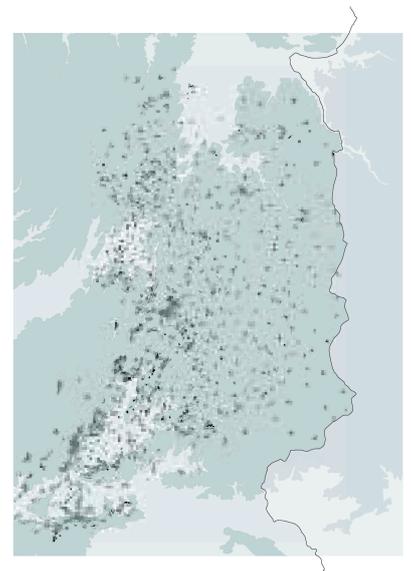


fig.2.1.3. Contigüidades urbanas com área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha
Adaptado de Cartograma 'Contigüidades urbanas com área maior ou igual a 3ha', CEAU-FAUR, 2008, pp.15

Hipsometria:
 300 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contigüidades urbanas:
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha
 Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha





Fig. 2.2.1. Sistemas de povoamento 1
Adaptado de Cartograma 'Áreas de contiguidade e de rareficação'; 2008, pp.15

Hipsometria:
 200 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contiguidades urbanas:
 Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha

Área de contiguidade urbana e rareficação 1*

*Búfers de 15km aplicados às contiguidades urbanas com área igual ou superior a 14ha



Fig. 2.2.2. Sistemas de povoamento 2
Adaptado de Cartograma 'Áreas de contiguidade e de rareficação'; 2008, pp.15

Hipsometria:
 200 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contiguidades urbanas:
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 128ha
 Área igual ou superior a 14ha em área de contiguidade urbana e rareficação 1

Área de contiguidade urbana e rareficação 1*

*Búfers de 15km aplicados às contiguidades urbanas com área igual ou superior a 14ha

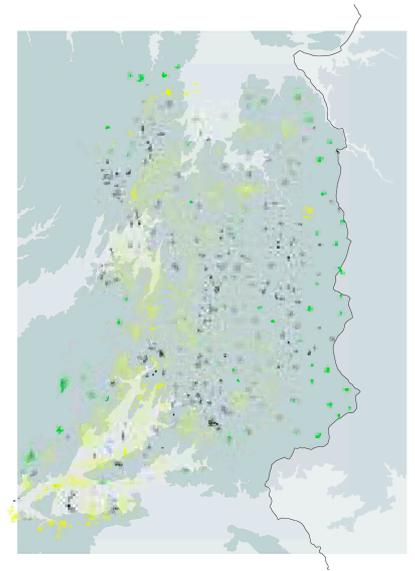


Fig. 2.2.3. Sistemas de povoamento 3
Adaptado de Cartograma 'Áreas de contiguidade e de rareficação'; 2008, pp.15

Hipsometria:
 200 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contiguidades urbanas:
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 128ha organizadas polinucleadas
 Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha isoladas
 Outras contiguidades que não se incluem em nenhuma das categorias anteriores

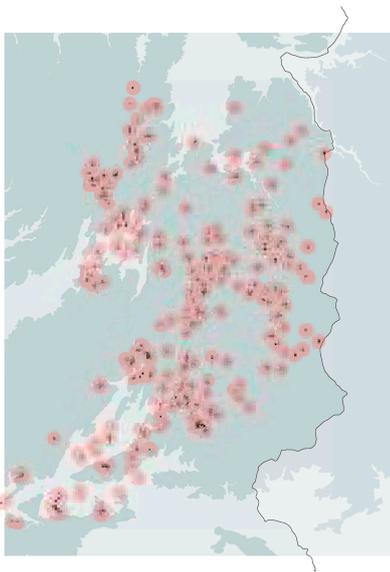


Fig. 2.2.4. Sistemas de povoamento 4 (mapa de autor)

Hipsometria:
 200 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contiguidades urbanas:
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha que não se incluem na categoria de contiguidades polinucleadas

Área de contiguidade urbana e rareficação 2*

*Búfers de 15km aplicados às contiguidades urbanas com área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha que não se organizam em sítios

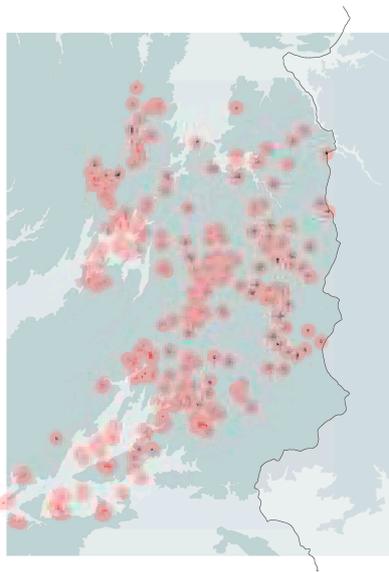


Fig. 2.2.5. Sistemas de povoamento 5 (mapa de autor)

Hipsometria:
 200 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contiguidades urbanas:
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha organizadas em rede
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha isoladas

Área de contiguidade urbana e rareficação 2*

*Búfers de 15km aplicados às contiguidades urbanas com área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha que não se organizam em sítios

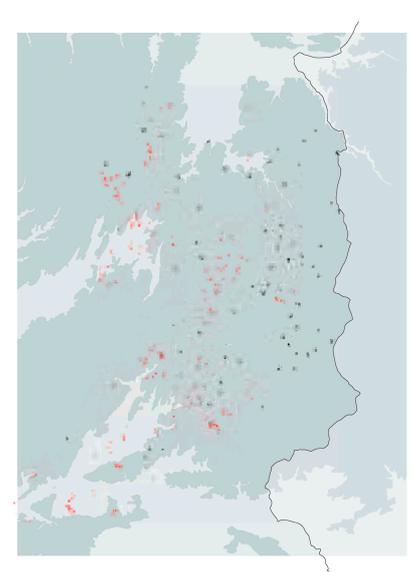


Fig. 2.2.6. Sistemas de povoamento 6 (mapa de autor)

Hipsometria:
 200 a 500 metros
 600 a 2000 metros

Contiguidades urbanas:
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha organizadas em rede
 Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha isoladas



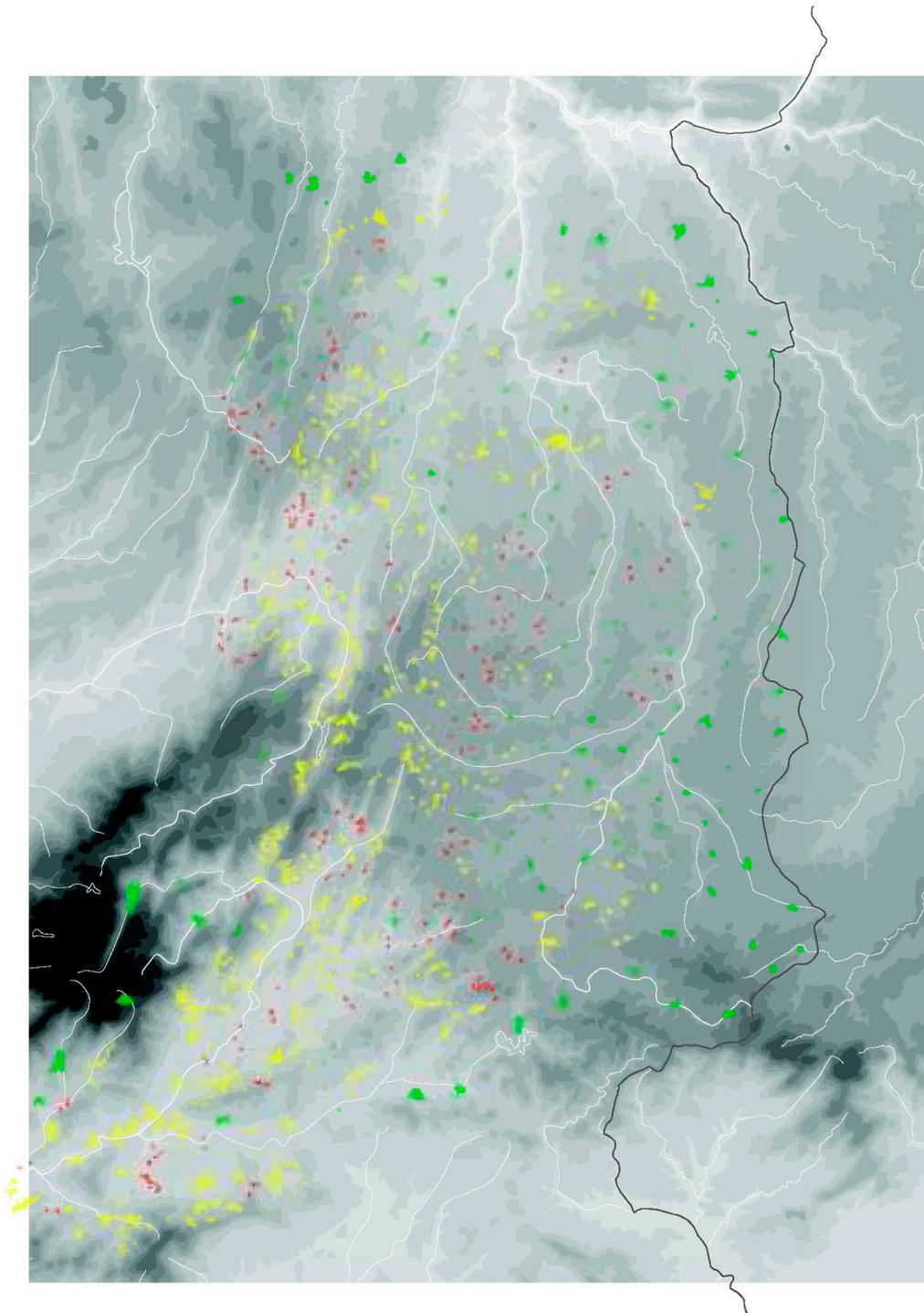
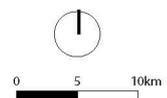


Fig 2.2. Sistemas de povoamento (mapa de autor)

-  Contiguidades urbanas polarizadas
-  Contiguidades urbanas em rede
-  Contiguidades urbanas isoladas

.hipsometria e rede hidrográfica: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009
.contiguidades urbanas: CEAU-FAUR, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



que embora não tenham a importância administrativa destes, conseguem dentro deste critério posicionar-se na mesma categoria. Por outro lado, importa notar a existência de apenas cinco centros urbanos nível 2 em toda a área em estudo. Assim, e porque estas são áreas cujas estruturas e lógicas funcionais são manifestamente distintas das restantes, não se enquadram no objecto de estudo da presente dissertação, deixando por isso de ser consideradas a partir daqui.

b. Estruturas de proximidade

Nesta área convivem diferentes tipos de povoamento, aglomerados concentrados e isolados, outros constituídos por pequenos núcleos dispersos ou ainda diferentes aglomerados que pela sua proximidade extrema são lidos enquanto um único conjunto. A procura destas estruturas de proximidade tem como base o cartograma “Sistemas Estruturados de Povoamento”¹⁹. Este cartograma resulta de uma metodologia que aplica 2 buffers de 1,5km às contiguidades urbanas com área igual ou superior a 14ha. Nele podem observar-se áreas de influência nas quais estão inseridas outras contiguidades de dimensão menor e que estabelecem relações de proximidade com as anteriores, formando estruturas de povoamento mais complexas.

Na procura do mesmo tipo de relações e seguindo o mesmo método, aplicou-se também nas contiguidades urbanas com áreas inferiores de onde resultaram estruturas de proximidade do mesmo tipo mas sem presença de uma contiguidade dominante. Ainda, e por exclusão, as contiguidades restantes assumem uma posição isolada, concentrada e sem relação próxima com outras.

Resultado do cruzamento entre os dois cartogramas podem identificar-se basicamente três estruturas de povoamento que definem as classes desta variável:

- .contiguidades urbanas polarizadas;**
- .contiguidades urbanas em rede;**
- .contiguidades urbanas isoladas.**

A primeira, contiguidades em satélite, formada pelas contiguidades urbanas com áreas igual ou superior a 14ha e com outras contiguidades de dimensão inferior nos territórios muito próximos. Esta tipologia para além de ser expressão de dinâmicas entre aglomerados, reflecte uma situação de domínio de aglomerado sobre os outros, podendo ler-se este como um pólo dinamizador relativamente a outros. Num contexto urbano, Philippe Panerai et al. [1999], referenciando outros autores como Ebenezer Howard e Raymond Unwin, na Inglaterra e Ernest May na Alemanha, menciona o princípio das “cidades satélite” enquanto reflexo de um crescimento descontínuo que apresenta uma ocupação aberta no território poupando os campos cultivados. Apesar da impossibilidade, neste ponto do estudo, de afirmar

¹⁹ CEAU – FAUP, Relatório de Fundamentação Técnica – Modelo Territorial-PROT-Centro, 2008, p.16

a transposição exacta deste princípio para esta realidade, interessa sobretudo a apropriação da imagem/forma do mesmo.

A segunda estrutura, contiguidades em rede, é constituída por conjuntos de contiguidades bastante próximas, porém, e contrariamente à tipologia anterior, nenhuma assume um papel soberano, sendo que todas têm relativamente a mesma dimensão.

Por fim, a terceira estrutura de povoamento, contiguidades isoladas, é constituída pelas contiguidades urbanas isoladas, sem qualquer tipo de relação de proximidade com outras contiguidades, concentradas em núcleos maioritariamente de grande dimensão e rodeadas por vastos espaços livres de uso agrícola ou florestal.

Ainda se pode reflectir acerca da forma como estas estruturas se distribuem no território geográfico da região em estudo. Nota-se uma forte concentração dos dois primeiros tipos junto ao limite Oeste, associadas ao desenvolvimento da rede viária principal (IP2 E A23) formando um contínuo construído nesta linha. Ainda é possível observar que grande parte das contiguidades isoladas de grande dimensão se distribui pelos limites Sul e Este da região, particularmente na faixa raiana perto da fronteira.

Por fim, assinalar que o conjunto de aglomerados formam ainda estruturas muito mais complexas que derivam da maneira como se conjugam os elementos que os constituem e que a classificação anteriormente estabelecida é neste sentido imperfeita, facto que resulta da escala de análise utilizada.

c. afectação viária

A necessidade de se relacionar é intrínseca ao Homem e por isso a organização dos espaços que o constrói em muito depende da relação destes com a rede viária a que está associada. A posição escolhida para a fixação das populações depende fortemente da facilidade de deslocação, sendo que o lugar de implantação dos aglomerados se encontra, por isso, associada à existência de importantes trajectos e percursos no território e à sua proximidade com estes. "É difícil caracterizar a organização espacial das aldeias portuguesas, mas pode notar-se que não é raro existir uma certa orientação ao longo de caminhos antigos" [Lautensach, H., 1989, Vol.III, p.834].

Seguindo este entendimento, encontram-se vários estudos²⁰ com classificações que relacionam a

20 Exemplo disso são os estudos de: José Glez-Cebrián Tello, "Intervención sobre el medio rural en Galicia : una aproximación a su realidad territorial"[2009], no qual, relativamente aos aglomerados rurais galegos, classifica dois grupos: "(aldeias) nucleares, caracterizam-se como uma entidade concentrada e individualizada dentro do meio agrário em que se implanta e articulada internamente mediante um ou mais caminhos que enlaçam o edificado da mesma com o solo agrícola circundante" e "aldeias adoçadas a uma estrada, caracterizam-se pelas edificações se relacionarem directamente com um itinerário";

E ainda o estudo de Marta Rodrigues Aragão[2007], "A forma urbana enquanto suporte de uma identidade : análise da morfologia urbana dos aglomerados do concelho de Nisa", segundo o qual podemos classificar os aglomerados portugueses segundo três categorias: "tipologia linear – caracterizada pelo desenvolvimento linear da forma e segundo um eixo estruturante de continuidade do sistema viário"; "tipologia convergente – caracterizada por se apoiar no cruzamento de vários eixos, contribuindo para o desenvolvimento radial da forma" e "tipologia de topo – caracterizada pela

posição dos aglomerados face ao meio viário e que demonstram efectivamente a relevância deste indicador:

Normalmente, este tipo análise é feita directamente à escala do aglomerado, partindo do estudo da forma e disposição do edificado e da relação deste com a rede viária. A observação processa-se individualmente num conjunto de povoamentos do qual deriva, posteriormente, o agrupamento em tipologias. No presente estudo, a categorização não é tão minuciosa porque a análise é feita à escala regional, partindo da análise do aglomerado enquanto componente do território e, por isso, a classificação segue outras directrizes neste campo, embora os princípios sejam semelhantes.

Assim, e na sequência do que foi exposto até aqui foram cartografadas duas categorias de contiguidades:

.com afectação viária: na qual as contiguidades urbanas têm relação directa com a rede viária principal²¹;

.sem afectação viária: as contiguidades urbanas não são estruturadas a partir da rede viária principal.

agregação do edificado com base numa rua estruturante que não apresenta continuidade”.

21 Consideram-se, neste estudo, integrantes da rede viária principal a rede de auto-estradas, itinerários principais, estradas nacionais e municipais.

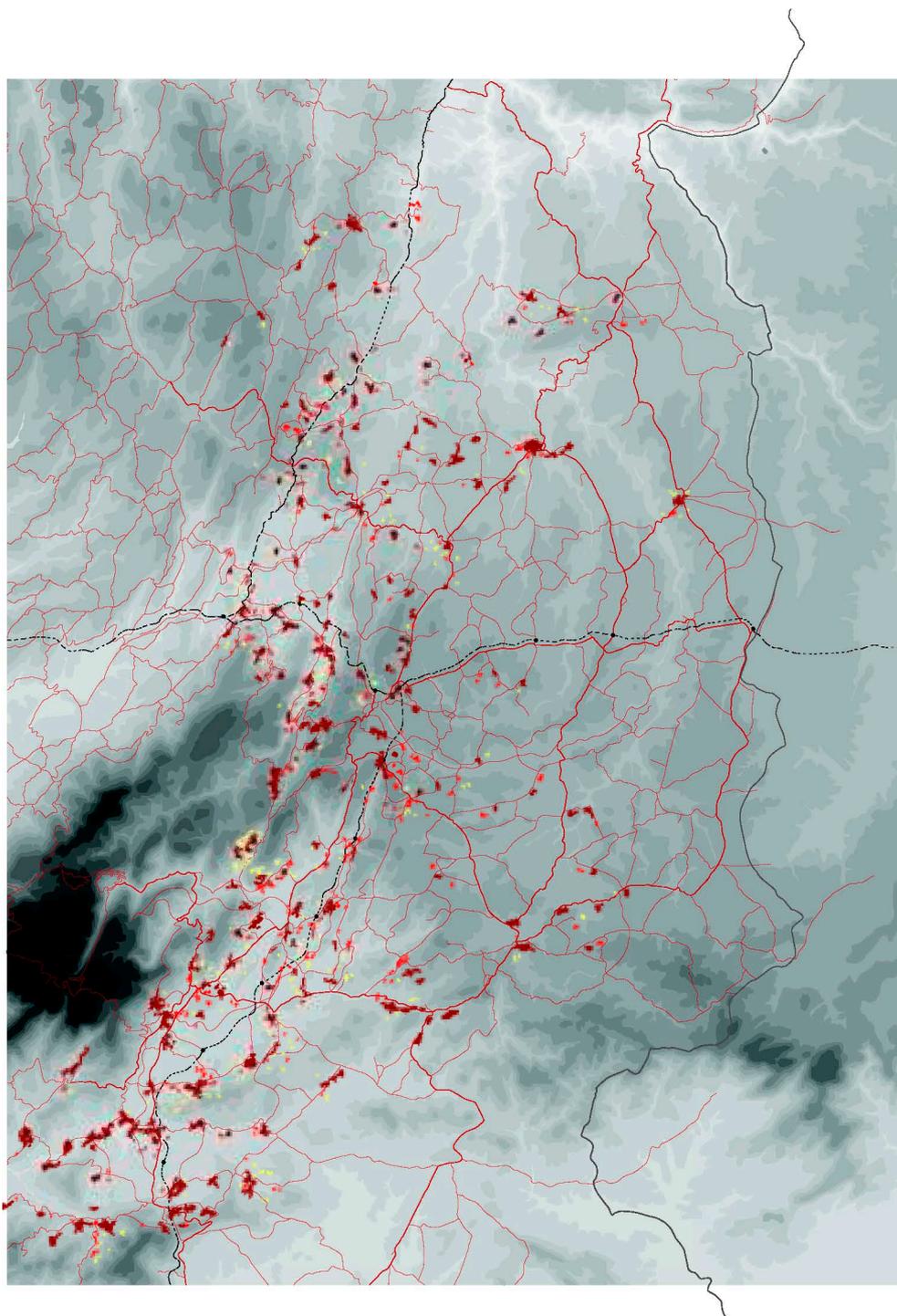


Fig 2.3.1. Afecção viária nas contiguidades urbanas polarizadas (mapa de autor)

Rede viária:

— Rede macro (auto-estradas e itinerários principais)

— Rede mezzo (estradas nacionais e municipais)

Contiguidades urbanas polarizadas:

■ Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha e com afecção da rede viária principal

■ Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e com afecção da rede viária principal

■ Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e sem afecção da rede viária principal

.hipsometria e rede viária: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009

.contiguidades urbanas: CEAU-FAUR, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



0 5 10km

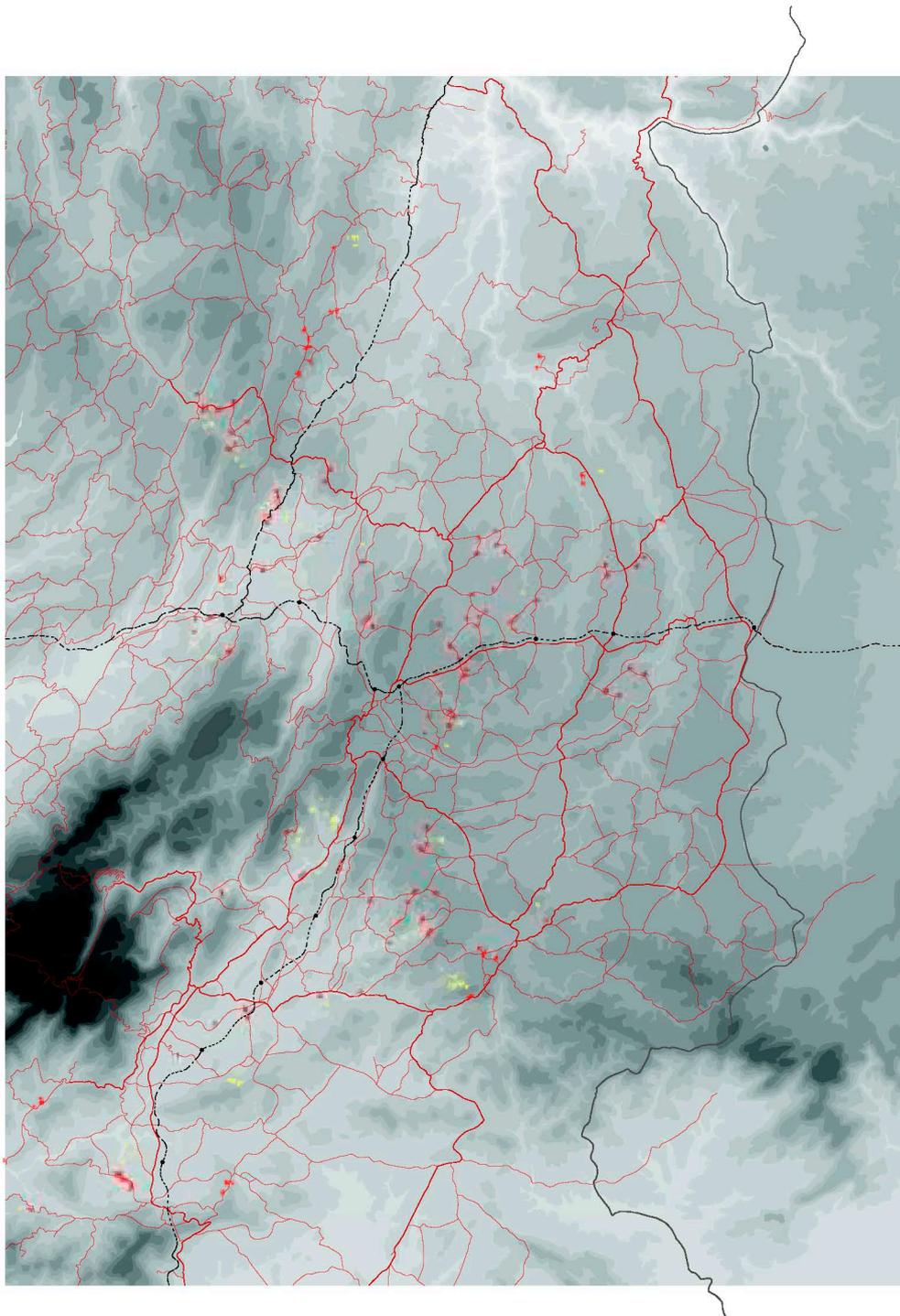


Fig 2.3.2. Afectação viária nas contiguidades urbanas em rede (mapa de autor)

Rede viária:

— Rede macro (auto-estradas e itinerários principais)

— Rede mezo (estradas nacionais e municipais)

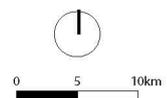
Contiguidades urbanas em rede:

■ Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e com afectação da rede viária principal

■ Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e sem afectação da rede viária principal

.hipsometria e rede viária: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009

.contiguidades urbanas: CEAU-FAUR, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



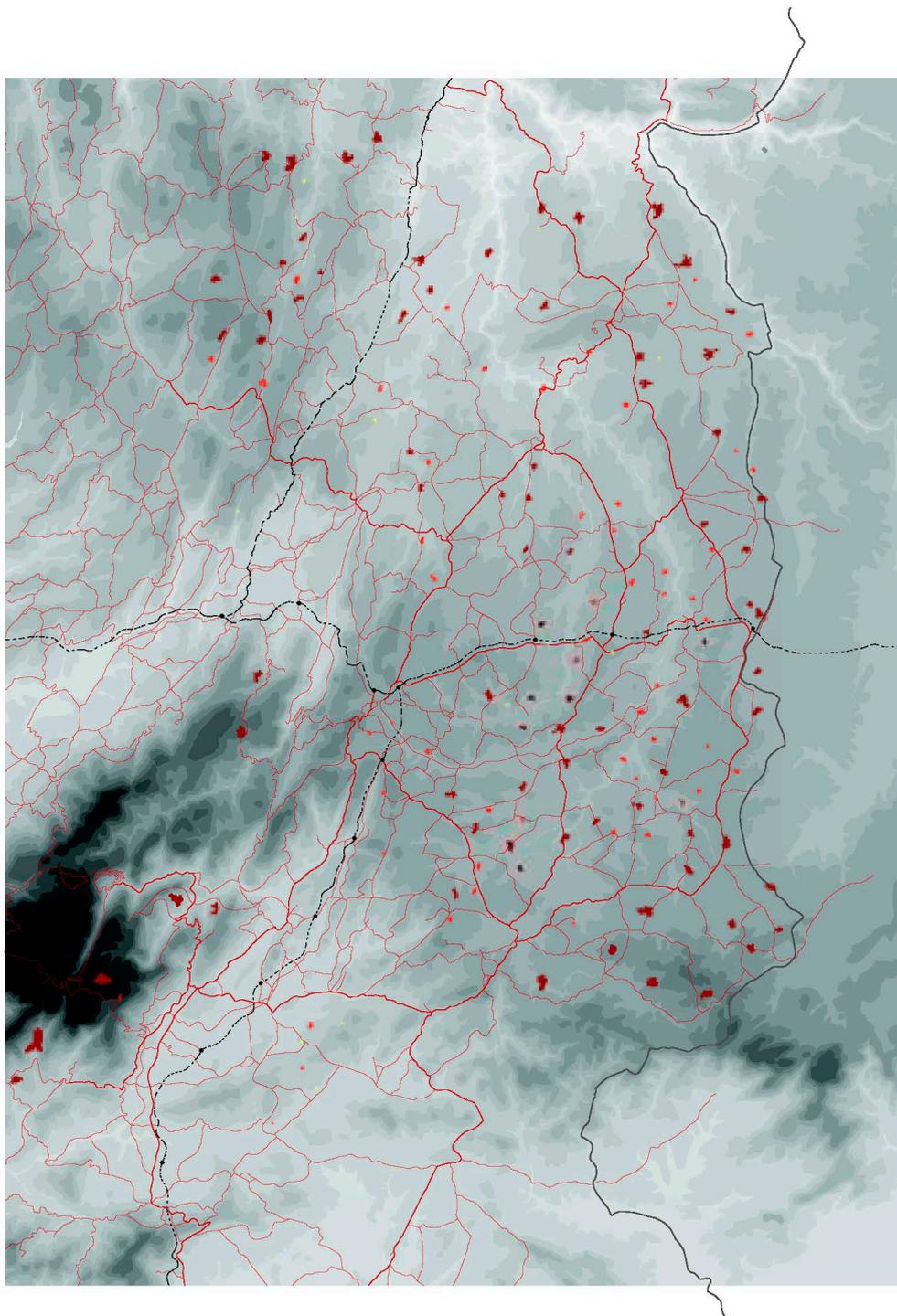


Fig 2.3.3. Afecção viária nas contiguidades urbanas isoladas (mapa de autor)

Rede viária:

— Rede macro (auto-estradas e itinerários principais)

— Rede mezzo (estradas nacionais e municipais)

Contiguidades urbanas polarizadas:

■ Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha e com afecção da rede viária principal

■ Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e com afecção da rede viária principal

■ Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e sem afecção da rede viária principal

.hipsometria e rede viária: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009

.contiguidades urbanas: CEAU-FAUR, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



0 5 10km

2.3.2. Unidades biofísicas

A fixação das primeiras populações num determinado espaço obedeceu, na época a que remontam estes acontecimentos, a critérios de ordem biofísica, por isso a relevância da orografia, da rede hidrográfica e dos recursos naturais não pode ser desprezada. Motivos diversos condicionaram estas implantações; de entre outros conhecem-se a proximidade e facilidade de acesso aos cursos de água e as características do próprio solo pela inerente propriedade de constituir a fonte de alimento. Conhecer e preservar estas relações significa assegurar a coerência com o seu passado, com a realidade destes territórios e, por isso, a observação que segue nos dois pontos seguintes procura decompor estes critérios em dois indicadores: a morfologia [fig.2.5], de características mais permanentes e aquelas que são condicionadas pela acção humana como os usos agrícolas [fig.2.6].

a. morfologia²²

O relevo distingue as formas da superfície terrestre, referindo-se às características físicas da paisagem. As unidades morfológicas são áreas onde domina uma determinada forma de relevo, sejam elas montanhas, vales, planícies, planaltos ou outras [Batouxas, M., 1998, p.209]. Estas unidades definem-se não apenas pela configuração que estas apresentam mas como resultado da dinâmica da biosfera como um todo, integrando outras condicionantes que lhe estão intrínsecas, como a hidrografia e o clima. [Grande Enciclopédia Geográfica, 1985] As formas do relevo, o clima e a distribuição da rede hidrográfica numa região condicionam as estruturas naturais de carácter perene que por sua vez também interagem na distribuição das populações no território. Nesta região encontram-se exemplos de unidades morfológicas com características próprias, pelo que, para a sua melhor definição e classificação seguiu-se o estudo pormenorizado acerca da diversidade das paisagens portuguesas, realizado por Cancela d'Abreu et al. [2004], aplicado à cartografia do relevo da região. De acordo com este estudo distinguem-se diferentes formas de relevo:

.bacias ou covas aluviais: "área deprimida da superfície terrestre, rodeada de um conjunto de relevos mais altos"[Batouxas, M., 1998, p.21]

Caracterizadas pela sua forma predominantemente plana, com altitudes entre os 300 e 500m, as planícies aluviais, tal como o nome indica, assinalam uma forte presença de cursos de água, tornando estas terras bastante férteis para utilização agrícola. Neste território distinguem-se duas bacias possuidoras

22 Um mapa morfológico, cartografia referente à morfologia, "descreve a configuração superficial ou forma terrestre de uma zona, em vez da sua desigualdade de relevo. Está destinado a mostrar a forma do solo mais efectivamente do que é possível com uso de contornos. Basicamente é um mapa de distribuição dos elementos morfológicos ou unidades da superfície terrestre, delimitado em termos do seu declive e aspecto. [Grande Enciclopédia Geográfica, 1985]

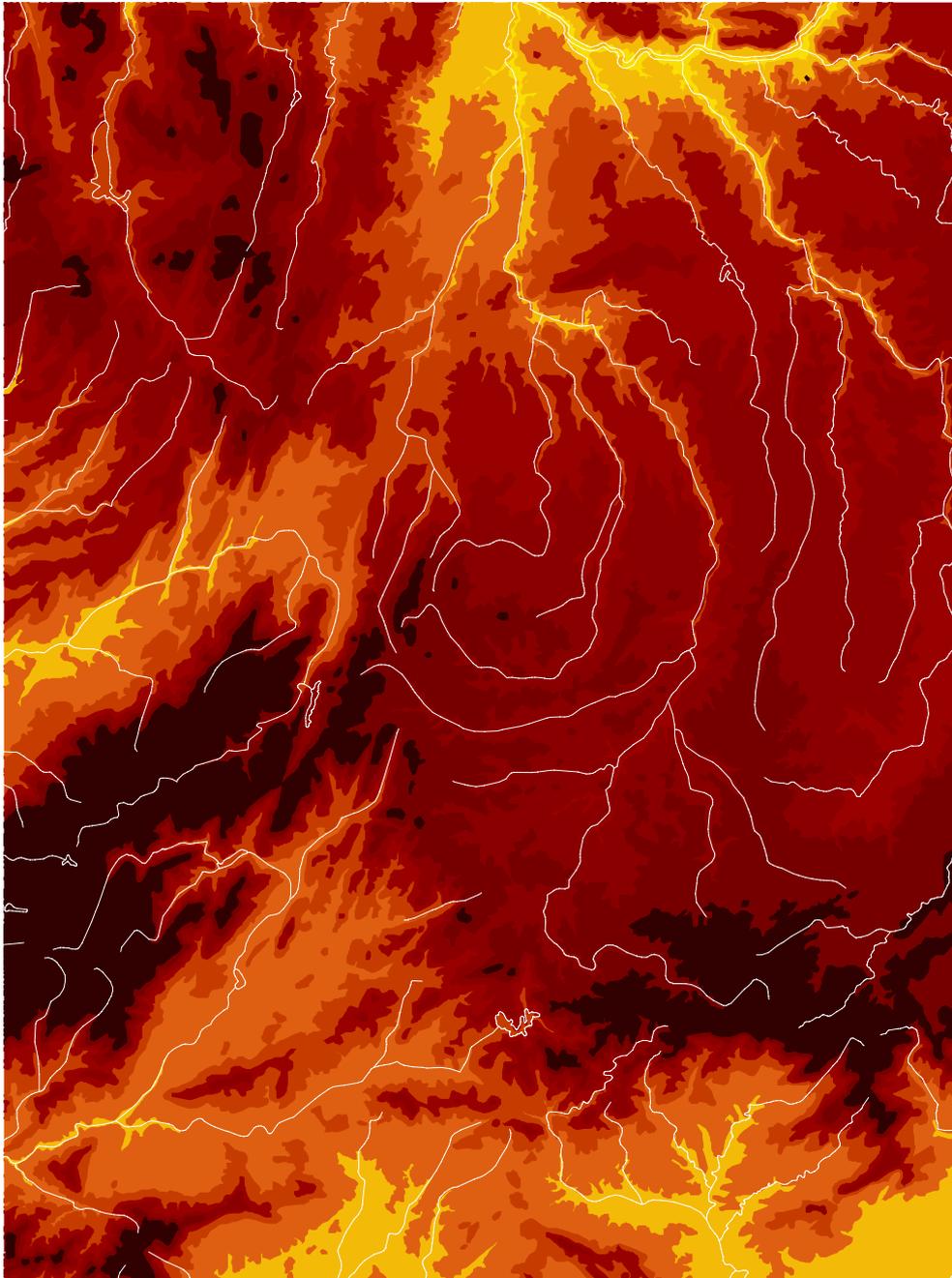


Fig 2.4. Hipsometria (mapa de autor)



destas características: a “Cova da Beira” e a “Cova do Mondego”²³, ambas numa situação morfológica que as posiciona entre grandes conjuntos montanhosos e que, pela protecção que lhes conferem, favorecem de condições climatológicas privilegiadas.

.Cova da Beira; parafraseando Cancela d’Abreu et al. [2004, p.98], “a Cova da Beira corresponde a uma bacia de abatimento com aproximadamente 30km de comprimento e 12km de largura máxima, localizada entre as serras da Estrela e da Gardunha, sendo atravessada no sentido longitudinal pelo rio Zêzere. Trata-se de uma zona predominantemente plana, embora com algumas saliências correspondentes a relevos de rocha mais dura.” Trata-se de uma importante unidade de paisagem, não só pelas suas características mas sobretudo pela sua extensão no território desta região.

.Cova de Celorico; embora de dimensões mais moderadas, a Cova de Celorico possui grande parte das características daquela anteriormente apresentada. Descrita pelo mesmo autor [2004, p.73], “a Cova de Celorico corresponde ao vale alargado do Alto Mondego, uma baixa fértil, de uso agrícola, encaixada entre uma série de relevos vigorosos: a serra da Estrela a sudeste e a Sul, o planalto da Beira Transmontana a leste e as serras da Esgalhada e Lapa a Norte e Oeste. Depois de deixar o maciço da Estrela, o Mondego descreve uma larga curva para Sudoeste, entrando então nessa baixa, adequadamente designada por cova”, providenciando a água necessária para a frutificação destas terras agrícolas.

.planalto: “forma de relevo de altitude elevada e de topo mais ou menos aplanado. Pode resultar da erosão das estruturas sedimentares horizontais de rocha dura ou, ainda, da elevação e posterior dissecação de superfícies de erosão (peneplanícies e pediplanícies)” [Batouxas, M., 1998, p. 156]

O planalto da Beira Transmontana, segundo Cancela d’Abreu et al. [2004, p.85], constitui uma grande unidade desta região. Com altitudes acima dos 600m é “marcada sobretudo pela configuração do relevo, vasto planalto rasgado por cursos de água e pontuado por frequentes afloramentos rochosos. Outra componente importante destas paisagens tem a ver com a sensação de abandono evidenciado pela escassa presença humana, aldeias quase desertas, rede incipiente de infra-estruturas e por um uso do solo predominantemente extensivo. Daqui resultam de paisagens de certa forma inóspitas, ásperas e, também, pouco variadas.” Como foi referido, a área de planalto caracteriza-se pela frequência de formações rochosas à superfície, no entanto, distinguem-se ainda extensas áreas de matos e vegetação herbácea natural que comprovam a dureza e destes solos.

.vales (depressões montanhosas): “forma de relevo deprimida resultante da acção erosiva das águas ou movimentos tectónicos” [Batouxas, M., 1998, p.209]

Os sistemas montanhosos ou cordilheiras montanhosas são conjuntos de montanhas ligadas

²³ Unidades de paisagens definidas e descritas por Cancela d’Abreu et al., 2004.

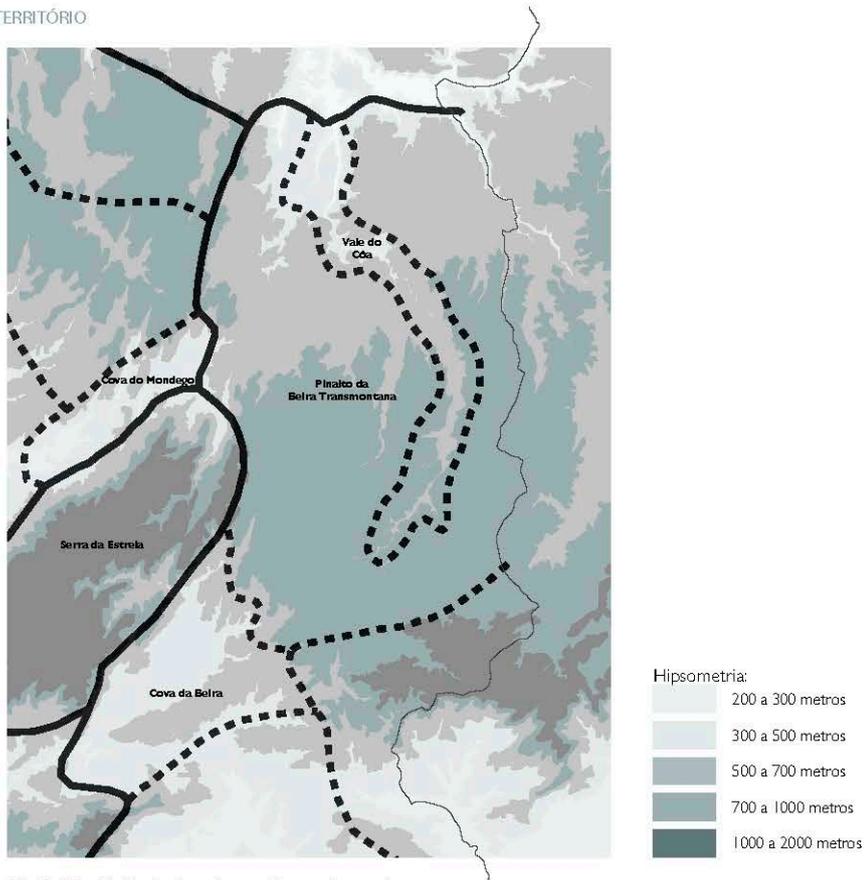


Fig 2.5.1. Unidades de paisagem (mapa de autor)
 Adaptado de 'Unidades de paisagem de Portugal Continental', Cancela d'Abreu et al., 2004

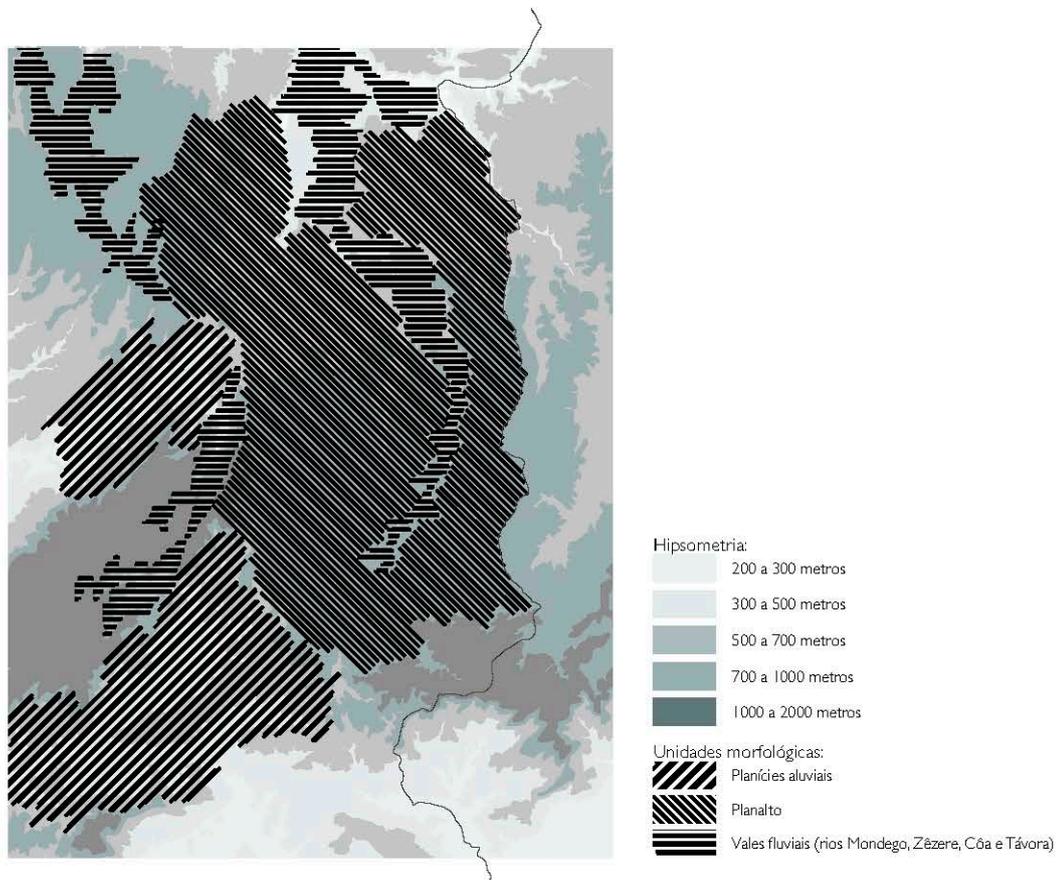


Fig 2.5.2. Unidades morfológicas (mapa de autor)

entre si, são elevações que apresentam falhas e vales profundos onde geralmente correm cursos de água. [Batouxas, M., 1998, p.50] A região em estudo está delimitada por vários sistemas montanhosos de grande relevância e aos quais estão associados importantes vales fluviais. Na distribuição da hidrografia destacam-se quatro rios principais, o Mondego²⁴, o Zêzere²⁵ e o Távora²⁶, que apenas a atravessam parcialmente, e o rio Côa²⁷, que percorre os seus territórios, de Sul para Norte, atravessando-a em toda a sua extensão. Destes derivam um vasto conjunto de pequenos afluentes que se distribuem por todo o território e que compõem a rede hidrográfica na totalidade.

O sistema montanhoso Montejunto-Estrela no qual se insere a Serra da Estrela é um dos mais importantes conjuntos montanhosos na escala nacional e a esta encontram-se associados profundos e imponentes vales e depressões que, por sua vez, são lugar de grande rios como o Mondego e o Zêzere. Cancela d'Abreu et al.[2004] descrevem este conjunto de paisagens de montanha como possuidoras de um carácter muito forte e expressivo. Segundo o mesmo autor [2004, p.187], "uma aproximação à Serra da Estrela faz percebê-la como um imenso bloco escuro e denso que nada revela da diversidade de situações que é, na realidade, o que define o seu verdadeiro carácter (...) Distingue-se neste maciço um imenso planalto central de onde partem os mananciais de água que rasgaram impressionantes vales como os do rio Mondego e Zêzere".

Mais a Norte, encontra-se o conjunto montanhoso das Serras do Leomil e da Lapa que, embora bastante menos imponente do que o descrito anteriormente, possui também algumas particularidades. Segundo Cancela d'Abreu et al. [2004, p.55], "as serras de Leomil e da Lapa constituem maciços com altitudes significativas (atingindo a primeira os 1008m e a segunda os 953m), mas com formas não muito vigorosas – são no geral arredondadas, imponentes mas sem cortes abruptos, características de relevos graníticos antigos". Estas montanhas são cuidadosamente rasgadas pelo Rio Távora e o seu afluente o Teja, deixando lugar a vales que embora de pequena expressão são os lugares mais propícios para o trabalho agrícola e, por conseguinte, onde se concentram as povoações. Neste conjunto de vales e depressões montanhosas é imprescindível individualizar ainda uma outra forma, o Vale do Côa, não só porque constitui por si só uma unidade de paisagem mas sobretudo pela características dissemelhantes relativas aos vales anteriormente analisados. Segundo Cancela d'Abreu et al. [2004, p.91], esta unidade "foi individualizada relativamente à envolvente pela dimensão e expressão deste vale que interrompe de uma forma muito clara a continuidade do planalto, não só em termos morfológicos mas, também no que diz respeito à sua humanização", uma vez que contrariamente ao que acontece nos outros exemplos, lugares privile-

24 O rio Mondego, o maior rio inteiramente português, nasce na Serra da Estrela, a 1425m de altitude, e percorre 234km até desaguar junto à Figueira da Foz.[Abreu, Maurício, Fernandes, José Manuel; 1990; p.122]

25 O rio Zêzere nasce na Serra da Estrela e desagua na margem direita do Rio Tejo junto a Constância, após percorrer cerca de 200km. Este rio possui uma importante bacia hidrográfica de 5000km². [Abreu, Maurício, Fernandes, José Manuel; 1990; p.146]

26 O rio Távora, afluente da margem esquerda do rio Douro, nasce perto de Trancoso e vai desaguar próximo de Tabuço. Este rio dispõe de uma importante albufeira, a barragem do Vilar.

27 O rio Côa, que corre de Norte para Sul, nasce na Serra da Malcata e percorre 130km até desaguar no Rio Douro, junto a Vila Nova de Foz Côa.

giados para a fixação de povoações, o vale do Côa se caracteriza pela quase ausência de povoamento. “O rio Côa nasce na serra da Malcata, mas esta unidade de paisagem foi apenas individualizada para Norte da povoação de Rapoula do Côa, quando o encaixe do vale começa a diferenciar-se do planalto envolvente” [2004, p.91].

O Vale do Côa é particularmente relevante pela sua extensão, uma vez que atravessa todo o planalto, mas sobretudo pelo acentuado declive das suas encostas, que impossibilita a fixação de aglomerados, e pela dureza e infertilidade dos seus solos, que condiciona, por isso, qualquer uso agrícola.

b. usos agrícolas

“As condições naturais favorecem culturas que, por sua vez, determinam formas de trabalho a que convém certa organização social e económica; o que tudo tem na expressão complexa que é o modo de vida o seu reflexo. A casa e a povoação amoldam-se às necessidades do homem e também às suas tendências, hábitos e tradições.” [Ribeiro, O., 1987-1991, p.867]

Comentando o autor, o homem e o território condicionam-se mutuamente naquilo que traduz uma alternância entre a dependência humana face ao que a terra oferece e o papel interventivo do ser humano sobre a mesma. As condições físicas do meio favorecem o crescimento de determinadas espécies de culturas agrícolas, que por sua vez implicam formas de trabalho específicas e que, em consequência, motivam uma organização social e económica individualizada. A importância do meio natural, dos campos de cultivo, prados e massas florestais que envolvem os povoamentos excede a mera determinação da possibilidade destes aí se terem fixado uma vez que estabeleceram a forma como o fizeram.

Segundo R. Lebeau [1979, p.21], “as sociedades rurais estiveram sempre intimamente ligadas à terra que exploram. Relações duráveis e profundas, solidificadas pelo hábito e pelo interesse, mas complexas, devido ao imbricado de relações entre o ambiente natural e o ambiente humano. Criaram assim estruturas agrárias, que se caracterizam, num dado conjunto rural, por determinado método de organização do espaço cultivado, de onde resulta um tipo de habitat, certa forma de parcelas cultivadas e um sistema de culturas particular. Todos estes dados, combinados, são expressos na paisagem agrária.”

A observação da distribuição dos usos agrícolas da região permite uma caracterização mais exacta desta porção de território, uma vez que embora esteja em muito ocasionada pelas formas do relevo, em estudo no ponto anterior, outras condicionantes, como o clima e a litologia dos solos, surgem aqui como determinantes. Esta afirmação explica a razão pela qual a organização das culturas não é uniforme considerando uma mesma unidade morfológica, encontrando nuances próprias no tratamento e uso do solo. Assim, cruzando a informação do ponto anterior acerca das formas do relevo com a informação dos usos agrícolas permite resultar num conjunto de unidades biofísicas que agrupam informação dos dois tipos.

De acordo com o “Modelo Territorial do PROT-Centro” [2008, p.69], “climaticamente a região

conhece situações extremas e de elevada secura. O efeito da altitude e da continentalidade actuam de modo distinto favorecendo verões muito quentes e secos em zonas mais abrigadas e vales; e frios prolongados nos planaltos de maior altitude". Este mosaico microclimático caracteriza uma riqueza vegetal e agrícola específica. A cartografia dos usos agrícolas reflecte todas estas variações e a espacialização das mesmas.

Assim, analisando as manchas dos usos agrícolas da Carta "Corine Land Cover 2006" [IGP, 2006] podem destacar-se áreas específicas nas quais se observa a predominância de determinadas culturas. Segundo Cancela d'Abreu et al. [2004, p.85], no planalto é necessário estabelecer uma mudança do padrão de uso do solo. Se a Norte e na faixa Este junto à fronteira o uso do solo é predominantemente de agrícola, onde "se sucedem grandes parcelas de cereais e pastagens ou forragens, separadas frequentemente por linhas de árvores ou sebes arbustivas, por vezes acompanhadas por muros de pedra solta", a Sul este torna-se visivelmente mais florestal e rochoso "sobretudo com plantações monoespecíficas de pinheiro e eucalipto, alternando com áreas de matos e pastagens". Ainda na parte Norte reconhecem-se variantes. Como se descreve no "Modelo Territorial do PROT-Centro" [2008, p.69], "a vinha junto a Pinhel ou os olivais e pomares, alternam com as áreas extensas dos prados naturais e do sequeiro entre o Côa e Águeda por terras de Almeida ou Figueira de Castelo Rodrigo".

Por outro lado, importa ainda particularizar os campos agrícolas que se estendem nas zonas mais baixas e aplanadas das bacias aluviais, nas quais a fertilidade dos solos em conjunto com a forte irrigação dos mesmos possibilita um uso intensivo e uma mescla de culturas praticáveis nesta região apenas sobre estas condições.

Como descreve Cancela d'Abreu et al. [2004, p.97] acerca da Cova da Beira mas cuja caracterização pode ser também transposta para a Cova do Mondego, "a paisagem da Cova da Beira reflecte a fertilidade do solo através de uma divisão em parcelas relativamente pequenas e da intensidade da exploração agrícola, que se multiplica na enorme variedade de usos, passando por algumas matas de pinheiros ou carvalhos, até olivais, pomares, vinha, cereais de sequeiro ou regadio, hortícolas, etc. É uma unidade de paisagem extremamente rica e diversificada, quer quanto a texturas como a cores, que contrasta com toda a envolvente. Sente-se abundância de água em todo o padrão da paisagem."

O restante território agrícola da região é composto, por mosaicos de pequenas parcelas regadas constituindo pequenas manchas de solo que rodeiam a rede de aldeias e povoados. ["Modelo Territorial do PROT-Centro", 2008, p.69]

Assim, as unidades morfológicas, antes determinadas, podem assim subdividir-se e originar quatro outras unidades biofísicas, cartografadas na figura 2.7 e que englobam informação acerca do relevo, do clima, da hidrografia, da litologia e dos usos agrícolas:

- .bacias aluviais (baixa agrícola e encostas);**
- .vales fluviais (rios Mondego, Zêzere, Côa e Távora);**
- .planalto agrícola;**
- .planalto com outros usos.**

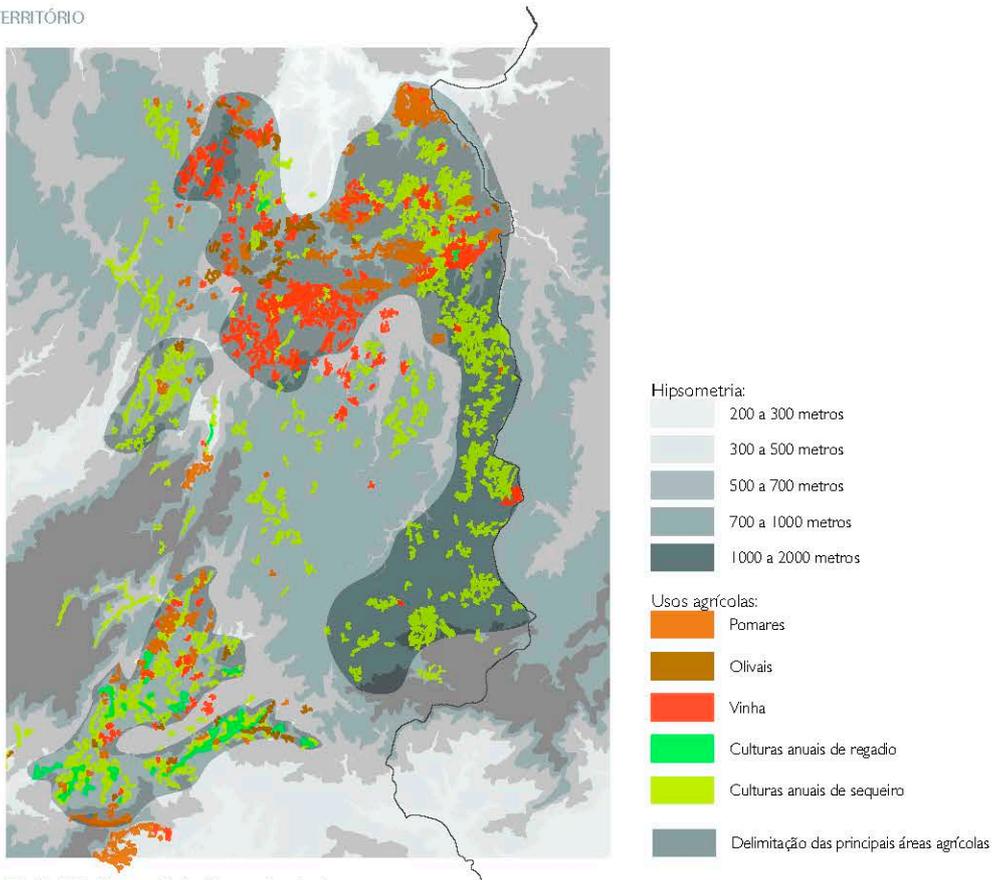


Fig 2.5.3. Usos agrícolas (mapa de autor)

Adaptado de Carta 'Corine Land Cover 2006', Instituto geográfico português, 2010

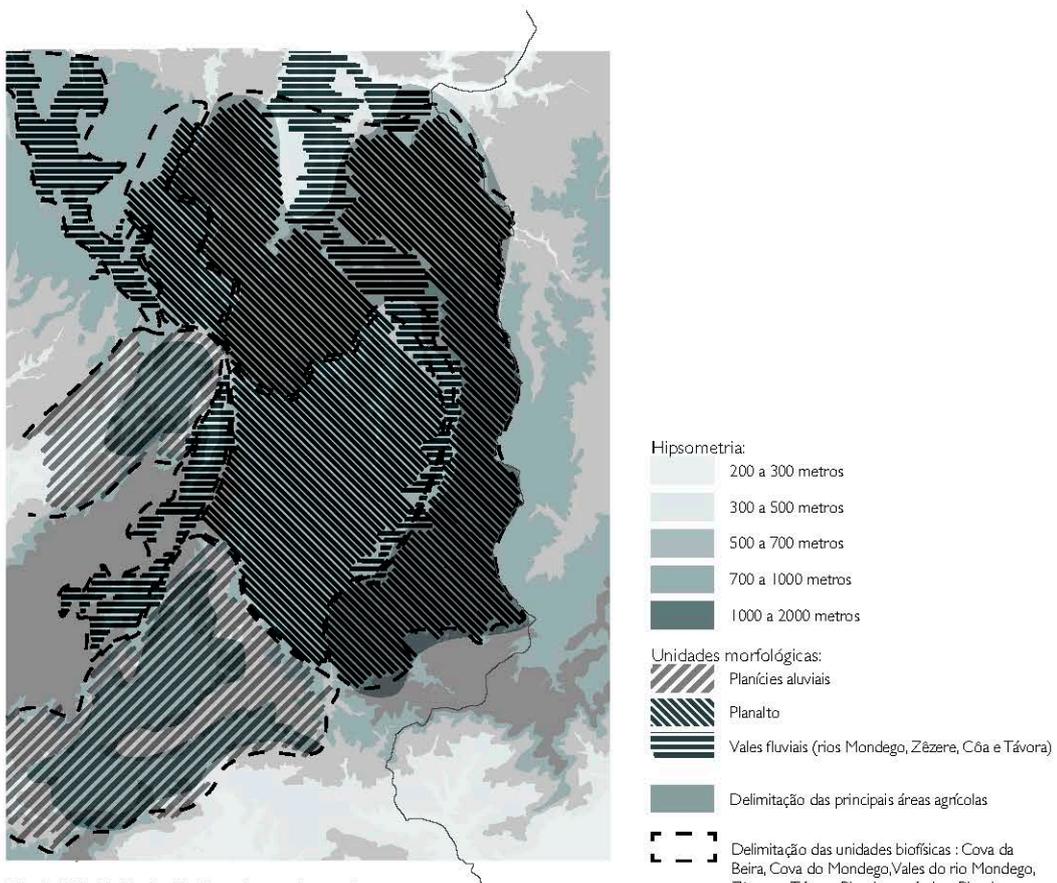
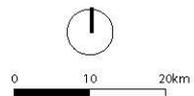


Fig 2.5.4. Unidades biofísicas (mapa de autor)



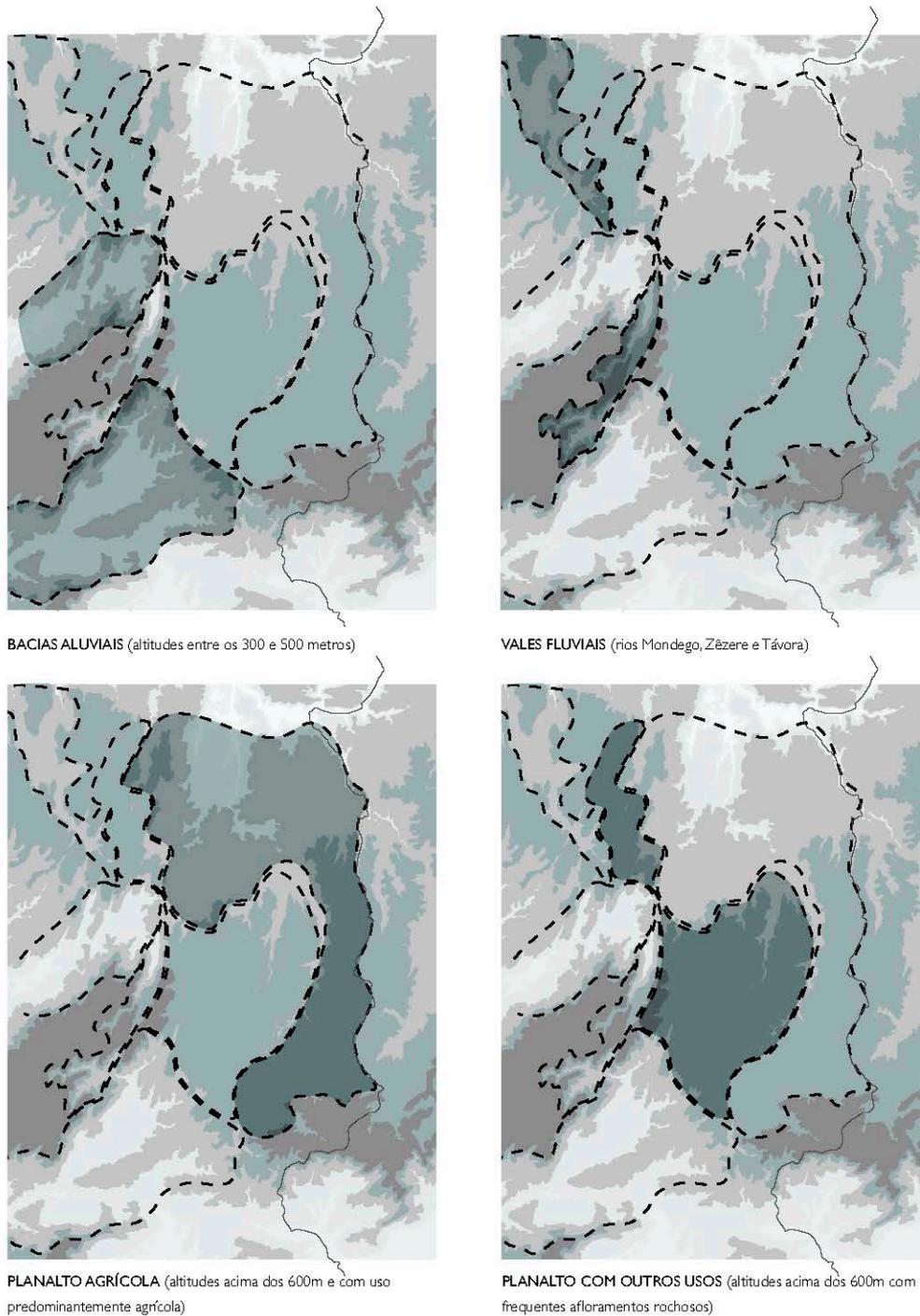


Fig 2.5.5. Delimitação das unidades biofísicas (mapa de autor)



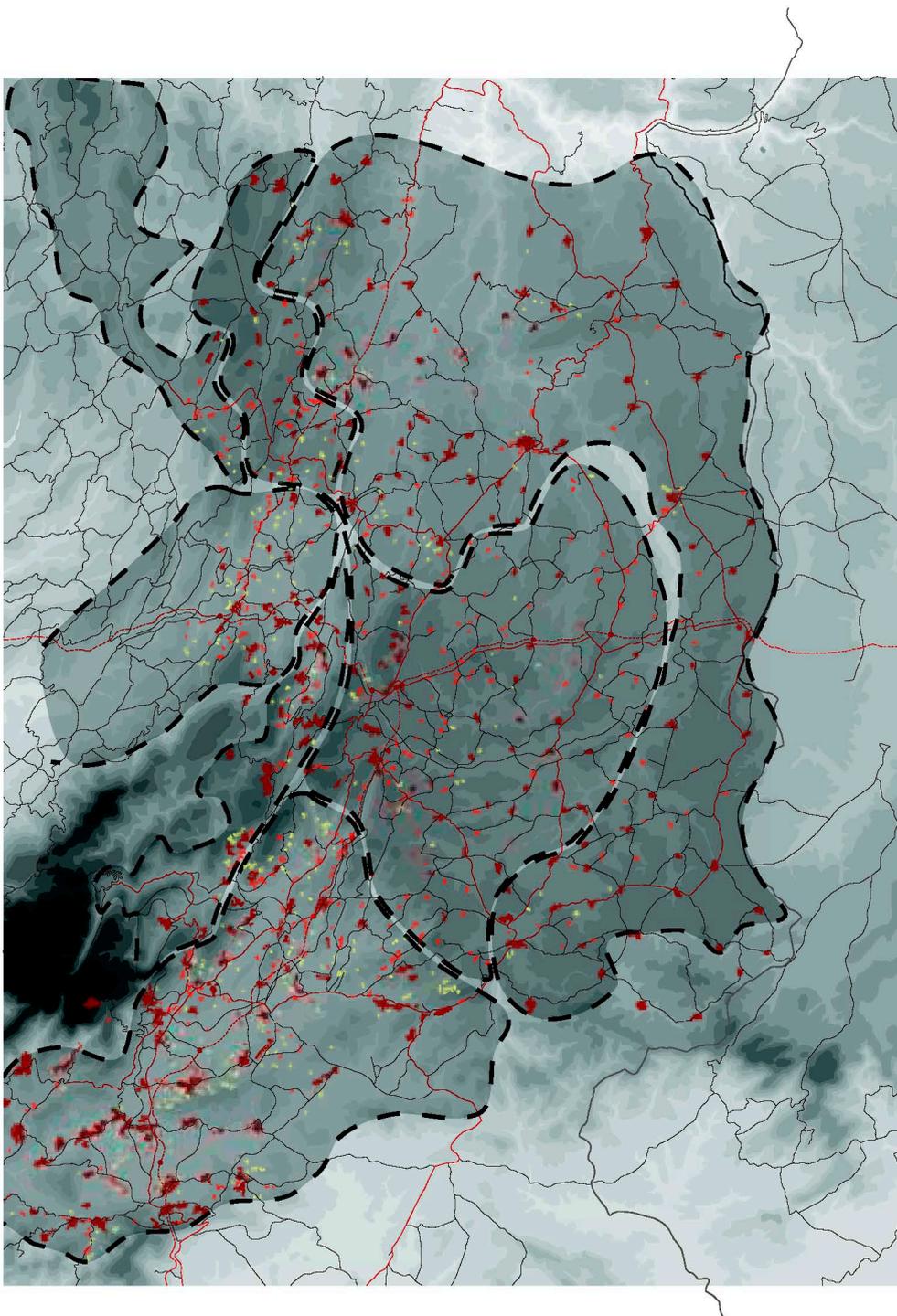


Fig 2.6. Estruturação do povoamento segundo as unidades biofísicas (mapa de autor)

Contiguidades urbanas:

- Área igual ou superior a 14ha e inferior a 128ha e com afectação da rede viária principal
- Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e com afectação da rede viária principal
- Área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha e sem afectação da rede viária principal

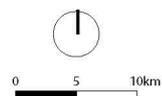
- Delimitação das unidades biofísicas : Cova da Beira, Cova do Mondego, Vales do rio Mondego, Zêzere e Távora, Planalto agrícola e Planalto com outros usos

Rede viária:

- Rede macro (auto-estradas e itinerários principais)
- Rede mezzo (estradas nacionais e municipais)

.hipsometria e rede viária: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009

.contiguidades urbanas: CEAU-FAUR, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



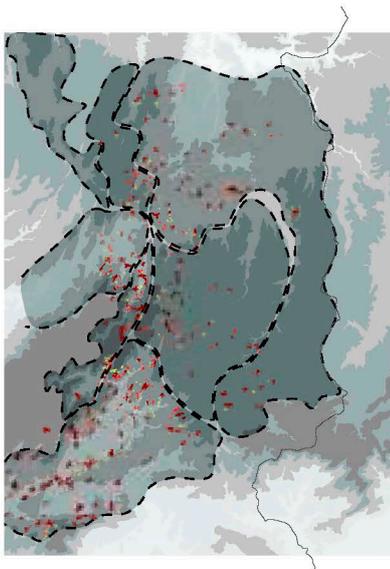


Fig. 2.7.1. Estruturação das contiguidades urbanas polarizadas segundo as unidades biofísicas (mapa de autor)

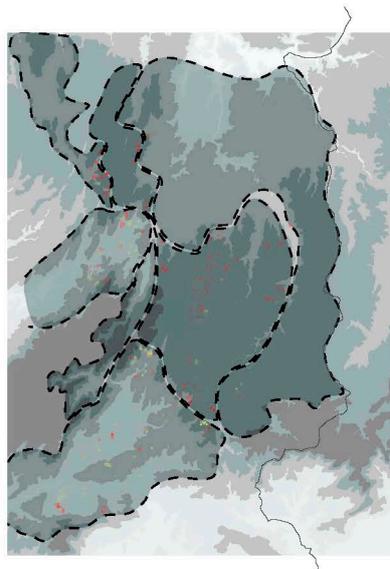
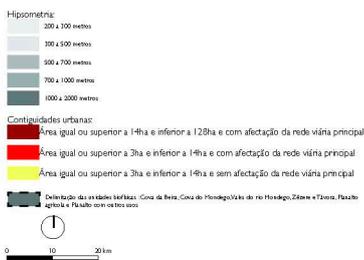


Fig. 2.7.2. Estruturação das contiguidades urbanas em rede segundo as unidades biofísicas (mapa de autor)

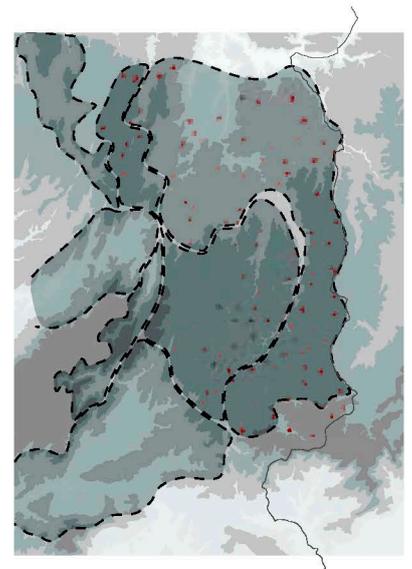
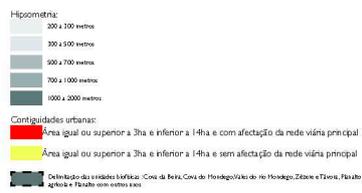
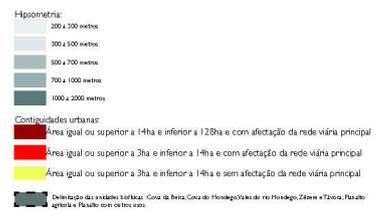


Fig. 2.7.3. Estruturação das contiguidades urbanas isoladas segundo as unidades biofísicas (mapa de autor)



2.4. SÍNTESE

Do cruzamento de todos os critérios até aqui apresentados, respeitantes ao povoamento ou ao meio natural, resultaram homogeneias que apresentam especificidades próprias e, por conseguinte, implicam formas diferentes de abordagem do ordenamento do território.

Pretende-se neste momento avaliar a distribuição das predominâncias dos tipos de povoamento, determinados pelas variáveis de dimensão, proximidade e afectação viária, consoante a sua implantação nas unidades biofísicas definidas. [figuras 2.6] Assim, importa cruzar os tipos de povoamento com as unidades biofísicas e comentar os resultados que se expressam consoante os quadros anexos [quadros 2.1 e 2.2], expressivo dessas dominâncias.

Um primeiro comentário diz respeito à inexistência de todos os tipos de povoamento em todas as unidades, sendo que uns são específicos ou mais frequentes em determinados locais. Então, se é possível observar que as contiguidades polarizadas se estendem um pouco por toda a região, tal facto não acontece com as contiguidades em rede e isoladas.

Relativamente às primeiras, embora tenham uma preponderância clara nas bacias aluviais, nas quais ocupam grande parte do território são também o sistema de povoamento dominante nos vales do Mondego e do Zêzere bem como em grande parte do planalto de uso agrícola. Porém, é ainda possível observar alguns exemplos implantados no restantes planalto. Estes últimos estão claramente relacionados com as sedes de concelho e/ou com o desenvolvimento das principais vias de comunicação entre elas, como é exemplo o itinerário principal n.º2 (IP2). Particular observação acerca desta última classe e que contraria aquilo que é visível em todas as outras diz respeito à qualidade das contiguidades que de menor dimensão. Se, por um lado, nas unidades de bacia, vales e planalto agrícola, em que se nota a especial propensão para a actividade agrícola, é observável que as contiguidades de menor dimensão se dividem igualmente entre aquelas que têm afectação viária das que não têm, em antítese, no restante planalto é clara a predominância, quase exclusividade, daquelas que têm afectação viária.

Acerca das contiguidades em rede, observáveis nas bacias aluviais, em particular nas zonas mais baixas junto aos terrenos agrícolas, contrariamente ao que acontece às contiguidades em satélite, implantadas já nas encostas, são ainda os exemplos dominantes no vale do rio Távora e em todo o planalto sem vocação para a actividade agrícola. Nas duas últimas classes e em semelhança com o que foi explicado no parágrafo anterior relativamente à qualidade das contiguidades menores, é reconhecível a relação de predominância existente entre as contiguidades deste género sem afectação viária com as unidades biofísicas com predisposição para o uso agrícola, contrariamente ao que acontece naquela que não revelam esta característica e às quais correspondem amplamente as contiguidades com afectação da rede viária principal.

Por último, no que diz respeito às contiguidades isoladas, e como já foi exposto mais atrás neste capítulo, parecem ocupar em exclusividade toda a faixa Este da região em estudo, junto à linha de fronteira com Espanha, numa dependência com as culturas cerealíferas de sequeiro. Este tipo de povoamento

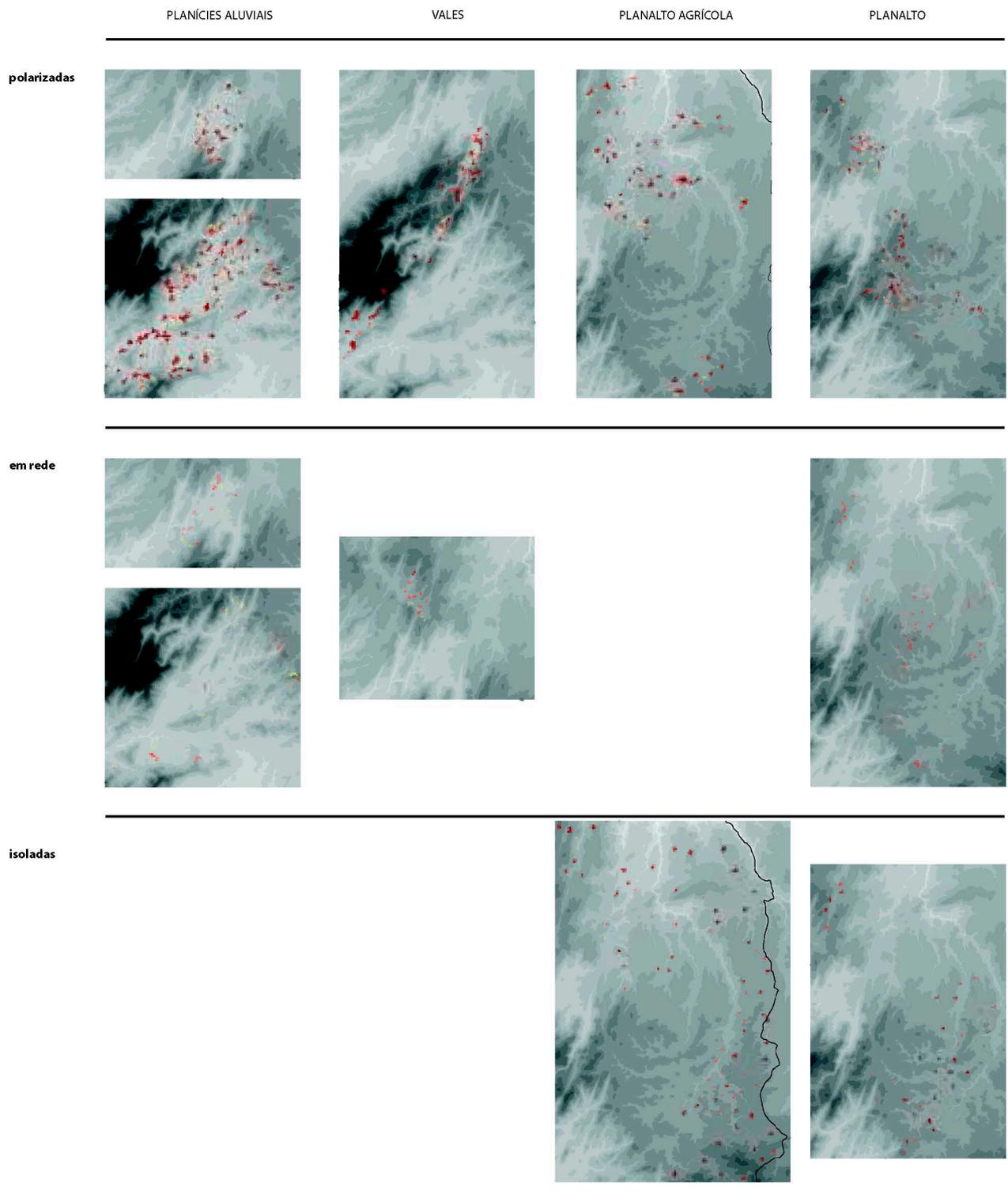
contempla contiguidades maiores e menores, no entanto, em ambos os casos, maioritariamente com relação directa com a rede viária principal. Assim, encontram-se exemplos deste tipo de povoamento, particularmente, no planalto agrícola, embora também se considerem exemplos do mesmo em territórios de planalto sem esta vertente, no entanto, neste caso, em exclusivo nos territórios mais a Sul contíguos com a classe anterior. Ainda relativamente a esta tipologia, esta pode ainda ser observada em alguns casos particulares implantados em vales encaixados no conjunto montanhoso ao qual pertence a Serra da Estrela. No entanto, devido às suas características de relativamente grande dimensão e estruturação mais complexa não são aqui estudados e englobam-se na categoria daqueles que foram excluídos antes pelas mesmas razões.

Concluindo e apesar das especificidades de cada classe já apontadas importa, em resultado de um olhar cruzado entre todas as categorias, destacar algumas considerações mais gerais que podem servir numa fase mais adiantada do trabalho. Por um lado, destacar a consonância entre as classes que integram grande quantidade de contiguidades sem afectação viária e as unidades que revelam propensão agrícola, parecendo indubitável afirmar a existência de relação entre uma coisa e a outra. Da mesma forma em territórios de planalto florestal observam-se exclusivamente aquelas contiguidades que têm proximidade à rede viária. Por outro lado, parece evidente a maior densidade de povoamento nas áreas mais a Oeste da região, particularmente nas bacias e vales e a rarefacção da mesma à medida que se aproxima da faixa raiana. E ainda, de notar que quanto maior é a rarefacção maior é a dimensão do aglomerado, contrariamente ao que acontece na faixa mais a Oeste onde a maioria das contiguidades é de menores dimensão, fazendo corresponder pequenas contiguidades a uma maior densidade das mesmas e a rarefacção à maior dimensão destas.

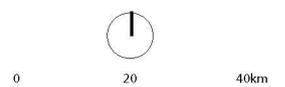


Quadro 2.1. Quadro esquemático da ocorrência dos tipos de povoamento segundo as unidades biofísicas

- Contiguidades urbanas com área superior a 14ha e com afectação viária principal
- Contiguidades urbanas com área superior a 3ha e com afectação viária principal
- Contiguidades urbanas com área superior a 3ha e sem afectação viária principal



Quadro 2.2. Quadro resumo da implantação dos tipos de povoamento segundo as unidades biofísicas



3. MORFOLOGIA

DOS AGLOMERADOS

.nota introdutória

3.1.TECIDOS URBANOS

3.1.1.Elementos morfológicos

3.2.DECOMPOSIÇÃO

3.2.1.Vias

- a. caminhos
- b. ruas irregulares
- c. arruamentos regulares
- d. estradas de ligação entre povoações (estradas nacionais e municipais)
- e. auto-estradas

3.2.2. Parcela e Edificado

- a. casario contíguo
- b. casario próximo
- c. casa unifamiliar isolada
- d. outros

3.3.RECOMPOSIÇÃO

- a. Tecidos "sedimentares"
- b. Desenvolvimentos lineares (com prevalência da moradia)
- c. Desenvolvimentos regulares (com prevalência da moradia)
- d. Desenvolvimentos com outros usos
- e. Estruturas emergentes
- f. Tecidos indefinidos

3.4.SÍNTESE

	PLANÍCIES ALUVIAIS	VALES	PLANALTO AGRÍCOLA	PLANALTO
polarizadas	<p>1.1.1</p> <p>Minhocal / Barraçal Vale Formoso / Caria</p>	<p>1.1.2</p> <p>Mzarela / Vila Soeiro / Pêro Soares Famalicão da Serra</p>	<p>1.1.3</p> <p>Freixada do Torrão Freixedas</p>	<p>1.1.4</p> <p>Souto Maior Santana da Azinha</p>
em rede	<p>1.2.1</p> <p>Freches entre Peraboa e Ferro</p>	<p>1.2.2</p> <p>Venda do Cepo / Miguel Choco Rio de Mel / Vila Novinha</p>	<p>1.2.3</p> <p>Esporões / Moreirinha / A-de-Cavalo Cheiras / Abadia / Miragaia Pessolta / Casal de Cinza / Carpinteiro / Criado</p>	
isoladas			<p>1.3.2</p> <p>Reigada Vascoveiro</p>	<p>1.3.3</p> <p>Amoreira Cerdeira</p>

Quadro 3.1. Aglomerados em estudo segundo as categorias a que pertencem (tipos de povoamento e implantação)

.nota introdutória

Após a análise primeiramente elaborada nesta investigação sobre a região, com enfoque na estruturação do povoamento segundo o meio biofísico em que se insere, segue-se o estudo detalhado de cada uma das classes que se estabeleceu. O detalhe neste caso implica não apenas olhar cada uma delas com mais critérios mas alternativamente aumentar a escala e perceber as cambiantes morfológicas que experienciam. Ou seja, partindo de uma observação de alguns aglomerados de cada uma das classes definidas no capítulo anterior; procura-se encontrar semelhanças e diferenças morfológicas que se possam relacionar com o meio (as unidades biofísicas definidas) congregando assim tal informação e pretendendo conseguir, no final deste documento, novas classes de povoamento que agreguem informação acerca da estruturação do povoamento (contiguidades urbanas), das características do meio e morfologias das respectivas estruturas.

O estudo dos aglomerados numa perspectiva daquela apresentada antes não é suficiente no reconhecimento das estruturas que verdadeiramente os compõem. Esta visão só é alcançada quando se conseguem ler todos os elementos que, de facto, têm um papel determinante nessa composição e essa é uma visão morfológica. Tal como se explica em detalhe ao longo deste capítulo o estudo do edificado e da rede viária é fundamental para identificar a totalidade de cambiantes que através das contiguidades urbanas não se conseguem perceber.

Para isso, observaram-se, através da ferramenta Google Earth²⁸, grande parte dos aglomerados que integram cada uma das categorias e a partir da análise de dois ou três exemplos de cada uma delas, tentaram destacar-se todas as características relevantes. O processo utilizado, e que é matéria do presente capítulo, é aplicado sobre um esquema de autor, representativo dos aglomerados em questão. Este esquema é uma representação da realidade onde não se consideraram as dimensões dos elementos, uma vez que foram desenhados a partir de uma composição de fotografias de satélite e não sendo possível retirar esta informação com detalhe o que também não era de máxima relevância para esta apreciação.

Então, a explicação do processo da análise morfológica dos aglomerados, explícito neste capítulo, será acompanhado da respectiva análise a três dos aglomerados, Caria, Freixedas e Reigada, que sendo bastante diferentes entre si, conseguem em conjunto mostrar a grande diversidade de situações encontradas em todo o grupo analisado. No entanto, como foi explicado antes, foram analisados aglomerados de todas as classes e, devido ao volume de informação visual, todo esse processo foi organizado, para mais fácil consulta, no ANEXO I. De toda essa informação resulta um quadro resumo e respectivas conclusões que compõem a síntese deste capítulo e que é a base para a análise subsequente acerca dos conceitos estudados e das formas de ocupação observadas.

28 Google Earth é um programa que através de globo virtual possibilita a visualização de imagens aéreas e de satélite de qualquer local no planeta, fornecendo informações geográficas sobre o mesmo. [Guia de usuário do Google Earth, [em linha]. [consultado em Junho de 2010], disponível em : em WWW:<URL: <http://earth.google.com>>

O estudo das formas dos aglomerados, principalmente daqueles que tanto interagem com o meio natural em que se implantam, necessita incorporar as diferentes condicionantes que determinaram as variantes formais que se observam.

O estudo das diferentes condicionantes só é possível através de uma leitura que integre os elementos constituintes dos aglomerados e, por isso, é impreterível recorrer a uma análise morfológica dos mesmos. Assim, e partindo da escolha de aglomerados característicos de cada uma das categorias definidas no capítulo anterior, proceder-se-á à sua caracterização morfológica, que posteriormente estará em contraponto com aquela que se definiu até aqui.

A paisagem construída tem vindo a considerar transformações na sua forma e nas estruturas físicas, interpondo, por isso, dúvidas nas ferramentas que servem, ou deverão neste caso servir, à sua análise e reflexão.

Por um lado a morfologia urbana é o domínio especialmente vocacionado para o estudo das formas físicas dos aglomerados, conhecendo-se variados estudos com provas dadas neste campo, no entanto, os atributos espaciais da contemporaneidade urbanizada, considerada fragmentada, descontínua e amorfa, fazem questionar a exclusividade de tal método. [Cavaco, 2009, p.20]

Neste sentido, a mesma autora apresenta uma metodologia algo diversa, argumentando a necessária distinção entre dois níveis de abordagem, elementarista e procedimental, complementares neste tipo de estudos. Citando a autora, "a um nível elementarista, na óptica da legibilidade dos tecidos construídos, a análise segue uma trajectória que passa pela identificação de elementos e materiais urbanos e pela leitura das suas formas de composição/combinção. A um nível procedimental, com olhos postos na inteligibilidade dos novos territórios do urbano, a análise vai no sentido de escrutinar as razões estruturantes e determinantes da forma urbana, ou seja, os processos de racionalização do urbano que podem ser sintetizados na figura da regra e do modelo". [Cavaco, 2009, p.23].

A presente investigação, considera seguir, a partir deste ponto, esta metodologia bipartida. A primeira parte, estruturada no presente capítulo, investiga as formas - legibilidade, de acordo com as variâncias na morfologia dos elementos que as constituem ao longo do tempo, enquanto que na segunda, documentada no capítulo seguinte, se procede à interpretação da primeira análise, como forma da compreensão dos fenómenos que as originaram – inteligibilidade, distinguindo assim diferentes padrões de ocupação do território. Esta última considera não só as formas em si mas coordena-las com a sua fundação histórico-temporal, os contextos geográficos e/ou outros em que se processam a origem e transformação das mesmas e ainda foca a importância que a relação inter-posicional detém na contextualização do conjunto formal. Esta última apreciação transporta não só as diferentes formas de organização espacial como procura entender e relaciona-las com os processos que as originaram e que por sua vez dependem dos contextos geográficos em que se implantam.

Assim, aglutinando estas duas perspectivas procura-se uma caracterização das formas dos aglomerados que seja reveladora de todas as condicionantes antes descritas.

3.1.TECIDOS URBANOS

A forma dos aglomerados não é resultado de um procedimento único, esta não é constituída como um todo, existindo por partes, resultado de uma produção (des)contínua no espaço e no tempo por acção de variáveis diversas. [Silva, 1998, p.33] Uma leitura diacrónica²⁹ destas formas permite associar às formas e estruturas dos povoamentos uma sinalização temporal, conseguindo assim distingui-las, percebendo as diferenças entre aquelas mais antigas com origem mais recente e os fenómenos estão na sua génese.

A presente parte do estudo debruça-se então sobre uma caracterização que se pretende reveladora dos diferentes tecidos que formam os aglomerados, enquanto expressão das várias fases e processos urbanos que determinaram a forma actual dos mesmos.

Metodologicamente, esta caracterização inicia-se pela identificação dos elementos constituintes das formas urbanas (elementos morfológicos), a que se segue a sua valoração (decomposição) e posteriormente, partindo de uma leitura separada e sobrepostas dos vários elementos, resulta a identificação e caracterização dos vários tecidos (recomposição) [Silva, 1998].

3.1.1.Elementos morfológicos

“O termo “morfologia” utiliza-se para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objecto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenómenos que lhes deram origem.”[Lamas, 1993, p.37]

A morfologia urbana é uma ciência que visa a total compreensão da forma urbana e do seu processo de formação, pela análise dos elementos que a constituem, os elementos morfológicos. Segundo Philippe Panerai et al. [1999, p.75], o conhecimento de uma povoação a partir do seu crescimento, enquanto uma organização que se desenvolve ao longo do tempo, permite facilmente construir uma imagem global da mesma, mais reflectida e menos errónea do que uma baseada apenas na observação directa da paisagem. Esta imagem global é um conhecimento que se forma progressivamente a partir da análise das suas formas, encontrando relações entre as linhas de força do território geográfico e os grandes traços que organizam a aglomeração. É neste contexto que a presente análise está direccionada, tentando perceber pontos de convergência entre as formas constituintes dos aglomerados, os processos de desenvolvimento e o território em que se implantam.

²⁹ Carácter dos fenómenos ou factos estudados do ponto de vista da sua evolução no tempo. [Dicionário da língua portuguesa, 2009]

Vários autores partilham esta mesma interpretação do que deve ser uma correcta análise morfológica, no entanto, afastam-se entre eles no procedimento utilizado, nos elementos analisados ou ainda nas relações que entre eles procuram. Como explica Lamas [1993], o meio urbano pode ser objecto de múltiplas leituras, consoante os instrumentos ou esquemas de análise utilizados uma vez que estes fazem ressaltar diferentes fenómenos implicados na produção do espaço. As inúmeras significações que se encontram no meio urbano e na arquitectura correspondem aos inúmeros fenómenos que os originaram. Denota-se, portanto, uma grande interdependência entre os diferentes elementos morfológicos e uma importante capacidade destes de se adaptarem, modificarem e transformarem. De acordo com os autores Phillippe Panerai et al [1999, p.75], numa aglomeração, a expressão “tecido” demonstra exactamente essas variâncias morfológicas, determinadas a partir de processos de continuidade e renovação, permanência e variação. Os tecidos dos aglomerados definem-se pela conjugação de todas as formas e de todos os tipos de elementos que os constituem. São nomeadamente o resultado visível de todas as transformações que ocorreram naquele espaço, decifrável pela justaposição de todas as variáveis que o explicam.

De entre os estudos sobre as formas urbanas e apesar das numerosas definições de tecido urbano, optou-se por utilizar aquela que foi estudada e descrita por Philippe Panerai et al.[1999, p.75] pela sua clareza, simplicidade e convergência com alguns pontos importantes nesta desta investigação. De acordo com estes autores, os tecidos urbanos são constituído pela sobreposição e entrelaçamento de três conjuntos, os elementos morfológicos e das variâncias nas suas características:

- .a rede viária (vias);**
- .o parcelamento;**
- .o edificado.**

Segundo os autores, esta definição de tecidos urbanos possibilita realçar as características essenciais que permitiram as diferentes partes da cidade evoluir, mantendo a coerência global e a clareza da sua estrutura. Aplica-se de igual forma aos tecidos antigos como às mais novas áreas urbanas e está mesmo presente no estágio inicial de uma qualquer forma urbana.

Então, a análise do tecido urbano resulta da identificação de cada um destes elementos e do estudo das lógicas e relações entre eles, formando um sistema complexo, a imagem formal da aglomeração [Phillippe Panerai et al., 1999, p.75]. Assim, e de acordo com os autores que se têm vindo a seguir, devem-se analisar isoladamente cada um dos elementos (decomposição) com o objectivo de os caracterizar e categorizar separadamente uma vez que é pela sobreposição (recomposição) dessas similitudes e diferenças que se desenham os diferentes tecidos. De uma apreciação separada de cada um dos elementos morfológicos, acima distinguidos, resulta uma leitura categorizadora dos diferentes tecidos que ao longo da tempo foram compondo as povoações. “Os subúrbios mais antigos distinguem-se dos desenvolvimentos mais recentes, bicos sem saída revelam uma cerca ou um antigo projecto abandonado, as partes mais antigas apresentam geralmente irregularidades geométricas que não são encontrados nos novos bairros.”

[Panerai et al., 1999, p.75]

Embora os estudos que se têm vindo a citar expressem considerações sobre as formas urbanas, relativos directamente à urbe, à cidade, de acordo com José Lamas [1993], quaisquer considerações sobre a forma urbana podem ser extensíveis a todo o território. Citando o autor [1993, p.70]“(…) poder-se-á falar indistintamente de produção morfológica da cidade ou de produção morfológica do território, de morfologia urbana ou de morfologia do território. Os conteúdos dão idênticos. A metodologia de trabalho (arquitectónico), também.”

Assim, as formas dos aglomerados implantados em territórios de matriz rural, como aqueles que servem de objecto de estudo a esta investigação, devem ser entendidos e estudados seguindo a mesma metodologia, sabendo que existem semelhanças com os elementos urbanos mas tendo sempre presente a forte relação com o meio natural e de que forma esta se transpõe para o desenho dos mesmos.

3.2. DECOMPOSIÇÃO³⁰

Adoptando a definição do que deve ser uma correcta análise morfológica, na qual o primeiro episódio deve relatar uma caracterização/valoração dos vários elementos morfológicos que compõem a forma, esta parte do estudo debruça-se sobre a definição das várias tipologias de elementos que organizam o espaço urbano. Esta definição tipológica embora partindo de definições de referência segue enunciados próprios, uma vez que procura respostas particulares ao objecto deste estudo.

3.2.1. Vias

Este sistema organiza uma rede que permite a distribuição e circulação. A rede é contínua e hierárquica, organizando espaços de território dimensionalmente diferentes. O estudo deste conjunto deve considerar a hierarquia das vias e do papel que desempenham na estrutura urbana, bem como a adequação ou o desfasamento entre a sua configuração e o seu papel na aglomeração.

De acordo com Philippe Panerai et al. [1999, p.81] os pontos essenciais sugeridos para o estudo das vias são: local, situação e lógica de traçados, pelo qual a análise destas estruturas deve responder a questões como:

- .Relações entre o traçado das vias e a localização geográfica: solo, relevo, planícies de inundação;
- .O papel destas vias na zona urbana e regional: ao mesmo tempo que estes canais estruturam a aglomeração a grande distância também organizam o tecido local;
- .Lógica dos traços geométricos: não se deve atender somente ao desenho mas fazer intervir as medidas, a largura das ruas e distâncias entre cruzamentos e ruas paralelas, uma vez que também elas caracterizam o tecido.

Estando a resposta ao primeiro ponto inserida num dos objectivos deste trabalho, encontrar convergências entre as formas dos aglomerados e o sítio geográfico em que se implantam, não é considerado necessário fazer uma transposição imediata desta questão para a classificação. No entanto, a base desta classificação responderá à partida a alguns dos pontos definidos uma vez que os aglomerados em análise foram escolhidas segundo categorias que os relacionam com o meio. Logo, esta caracterização tende a focar-se sobretudo nos dois pontos seguintes relativos à influência das vias na composição do território, podendo estas ter um papel à escala local, regional ou mesmo nacional e à lógica do seu traçado, neste trabalho denominado de morfologia da via, na qual se inserem duas categorias, uma relativa à dimensão do seu perfil e outra relativa às características da sua forma planificada.

³⁰ Termo utilizado por Luís Pedro Silva [1998] para designar o processo de análise individualizada dos elementos morfológicos.

A classificação deste sistema deve ainda considerar umas das principais propriedades destes espaços, a “permanência do traçado”, uma vez que a evolução dos tecidos processa-se mais radicalmente pela alteração do edificado do que pela transformação do sistema viário. Este, embora permita alterações no perfil das suas vias, poucas vezes é sujeito a transformações drásticas no seu traçado e, por isso, esta categorização atenta a esta questão. Esta leitura permite a observação de permanências no traçado de algumas vias que embora se insiram actualmente em categorias distintas, partilharam características comuns no passado.

Por conseguinte, a classificação do sistema viário neste trabalho, tendo presente que argumenta acerca dos espaços rurais, segue critérios baseados nos pontos antes expostos e interpreta cinco categorias [Quadro 3.2]:

a. caminhos: embora definam uma malha que se espalha por todo o território têm uma influência apenas local e surgem como forma principal de acesso aos terrenos de cultivo. De pequenas dimensões e formas irregulares são a estrutura base do viário capilar em torno das povoações;

b. ruas irregulares: de forma muito irregular, formam uma malha muito apertada e são o suporte das formas dos aglomerados mais antigos;

c. arruamentos regulares: distinguem-se das anteriores não pela sua dimensão mas antes pela regularidade do seu traçado, nesta categoria segue uma composição mais ortogonal;

d. estradas de ligação entre povoações (estradas nacionais e municipais): de alcance regional e traçado regular curvilíneo, constituem o elemento chave nas relações entre os vários aglomerados;

e. auto-estradas e itinerários principais: relacionam-se apenas pontualmente com o território em que se inserem, pelo que somente interferem directamente com alguns aglomerados.

As categorias em que se organizam e estruturam a rede viária, expressas antes, são passíveis de se organizarem de acordo com o seu alcance no território segundo três níveis principais: a rede viária micro, onde se inserem as categorias de caminhos e ruas que se reconhecem como vias capilares, a rede viária mezzo, que é constituída pelas estradas nacionais e a rede viária macro, constituída pelas auto-estradas e outras vias estruturantes ao nível inter-regional. Importa também destacar a forma como todas estas redes se estruturam umas com as outras, sendo que a rede mezzo é suporte da rede micro, uma vez que esta, se estrutura a partir das estradas nacionais e municipais e ao mesmo tempo é a partir destas últimas que se estabelece a ligação à rede de auto-estradas e itinerários principais.

VIAS	papel na estrutura	pavimento	Morfologia	
			Largura	Forma
a. caminhos	local regional	Não pavimentado	3-4m	Irregular
b. ruas irregulares	local	Pavimento de pedra alcatrão	3-4m	irregular
c. arruamentos de perfil regular	local	alcatrão	6-8m	regular
d. rede viária meso - estradas nacionais e municipais	regional	alcatrão	8-10m	regular
e. auto-estradas	regional	alcatrão	15m	regular

Quadro 3.2. Valoração das vias (características)

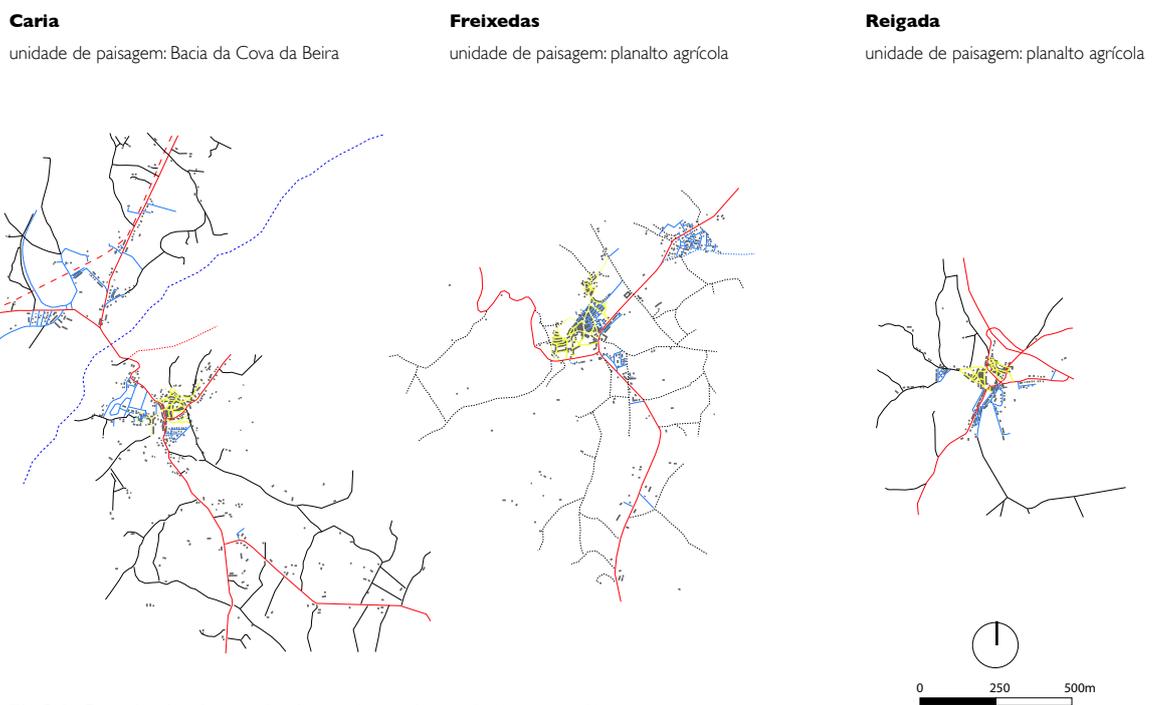


Fig 3.1. Exemplos de valoração das vias em alguns aglomerados (ver anexo I)

- caminhos
- ruas irregulares
- arruamentos regulares
- estradas
- auto-estradas

3.2.2. Parcela e Edificado

Uma leitura adequada deste conjunto (parcelamento e edificado), poderia ser executada através da observação das plantas cadastrais ou das plantas parcelares, que segundo Philippe Panerai et al.[1999, p.83], estão concebidas para por em evidência os limites da propriedade e a implantação dos edifícios no interior desta, fornecendo um certo número de indicações que, quando confrontadas com a análise do terreno, permitem uma boa apreensão do tecido. Muitos autores demonstraram já a eficiência destas análises, G. Caniggia em Itália , Françoise Boudone e Jean Castex em França, ou, num âmbito mais teórico, Pierre Merlin e Albert Levy são exemplos disso mesmo. [Philippe Panerai et al.,1999, p.83] De entre a composição teórica que rodeia esta temática, e tal como acontecia relativamente ao viário, muitos são os pontos de vista passíveis de originar um resultado exequível.

No contexto desta região, e no âmbito deste estudo, focado nas variâncias que têm constituído a formação das aglomerações em aspectos de proximidade e dispersão, importa evidenciar a relação entre o edificado e a parcela em que se insere e por sua vez, a dependência com o elemento viário que o suporta. Citando Philippe Panerai et al.[1999, p.85], esta questão pode ser entendida segundo duas perspectivas: uma que atenta na "relação rua/parcela, enquanto fundadora da existência do tecido urbano. A rua que conduz de um ponto a outro, de um quarteirão a outro ao mesmo tempo que servem lateralmente outras parcelas"; a outra perspectiva, que se transpõe para este estudo, preocupa-se com a "relação rua/parcela enquanto estrutura do construído. A parcela não é senão um lote a construir, indiferente à unidade de solo urbano orientada a partir da rua. As construções podem estar alinhadas à face ou recuadas, geminadas ou isoladas, altas ou baixas mas referem-se sempre à rua."

Quaisquer critérios utilizados para caracterizar este conjunto devem relacionar o edificado e a posição que este insere na parcela e relacioná-la com espaço viário que a suporta. Assim, a classificação do edificado segue quatro pontos: a inserção do edificado na parcela, a relação com o edificado próximo, com a rede viária que o suporta e ainda o uso do mesmo.

Neste ponto, em que a análise se centra nos tecidos com objectivo de perceber a evolução que protagonizaram ao longo dos tempos, a proximidade ou distanciamento entre o edificado e importância de se implantar junto a uma via permite identificar tendências organizadoras dos aglomerados e diferentes formas de crescimento dos mesmos.

Segundo os autores Philippe Panerai et al.[1999], esta submissão do construído ao espaço público permite a solidariedade entre o edificado ainda que pertençam a épocas ou tipos diferentes, ao mesmo tempo que transparece características comuns aos diferentes tipos de parcelas construídas e é pela existência ou não destas semelhanças que é possível a identificação de algumas orientações.

Assim, tendo em conta os pontos acima descritos, foram qualificadas cinco categorias para o conjunto parcela/edificado [Quadro 3.3]:

a. casario contíguo: edificado contíguo em pelo menos um dos lados constituem quarteirões irregulares ou linhas de casas mais regulares, formando um contínuo edificado;

b. casario próximo: casas unifamiliares que se dispõem próximas de outras e com relação imediata com o viário que o suporta;

c. casa unifamiliar isolada: sem relação próxima com outro edificado e com frágil relação com a rede viária que a suporta, podendo mesmo implantar-se no interior do lote;

d. outros: edificado de maiores dimensões, onde se incluem equipamentos e indústrias e que se implantam em parcelas também elas de maiores dimensões.

Concluindo, é notório em todos os aglomerados analisados a predominância na actualidade do edificado unifamiliar, que se implanta de diferentes formas. Álvaro Domingues [2006, p.30] faz alusão à casa unifamiliar em lote próprio enquanto elemento dominante dos territórios urbanizados. Denota-se também uma organização-tipo que dispõem um núcleo formado por casario contíguo em torno do qual se nota uma maior ou menor área de casario próximo e no exterior dessa área se dispõem as casas isoladas.

PARCELA E EDIFICADO	uso	Inserção na parcela	Relação com outro edificado	Suporte viário
a. casario contíguo	residencial	À face	Contíguo	Ruas irregulares
b. casario próximo	residencial	À face	Próximo	Arruamentos de perfil regular
c. casa unifamiliar isolada	residencial	Interior	Isolado	Estradas
d. outros	indústria equipamentos	À face	Próximo / isolado	Estradas Arruamentos de perfil regular

Quadro 3.3. Valoração do edificado (características)

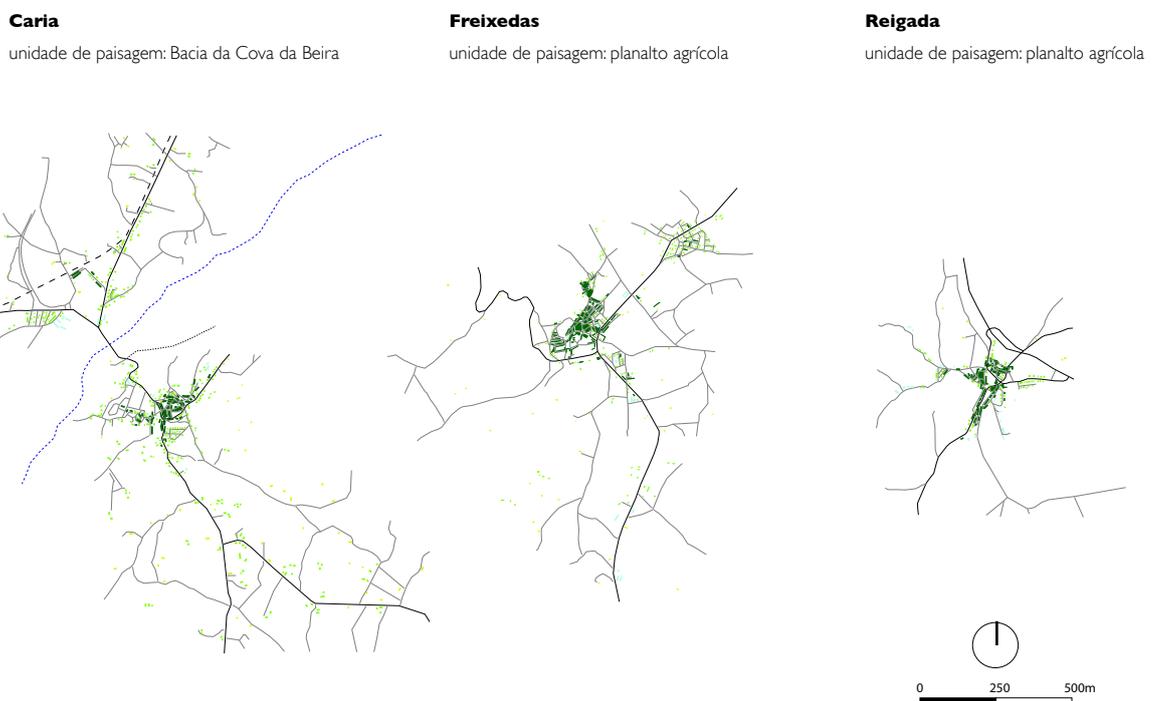


Fig 3.2. Exemplos de valoração do edificado em alguns aglomerados (ver anexo I)

- casario contíguo
- casario próximo
- casa unifamiliar isolada
- outros

3.3. RECOMPOSIÇÃO³¹

Após uma apreciação dos elementos morfológicos em separado e da sua, respectiva, caracterização baseada sobretudo na forma e relação com os outros componentes importa, segundo Phillippe Panerai et. al. [1999, p.85], estudar as lógicas e relações que se estabelecem entre eles, uma vez que, da diferença destas conjugações derivam as distintas estruturas de tecidos que compõem os aglomerados. Assim, se parece importante a análise isolada dos elementos da forma urbana, a apreciação da sobreposição das análises anteriores é crucial para a identificação e caracterização dos diferentes tecidos. Sendo que existem variados estudos que ressaltam a importância deste tipo de metodologia, segue-se a partir deste ponto o estudo realizado por Luís Pedro Silva [1998], intitulado *Formas da Cidade Difusa*³², uma vez que faz uma caracterização exaustiva dos tecidos urbanos. Embora a investigação se debruce sobre as formas e tecidos urbanos da cidade difusa³³, divergindo do presente estudo que aborda particularmente as formas de matriz rural, consegue-se encontrar uma grande área de convergência, que suportará esta secção do trabalho. Ainda e justificando esta possibilidade, as formas que estão na origem e transformação actual dos grandes centros urbanos assemelham-se e, noutros pontos, igualam-se àquelas que tomam parte na formação de qualquer outro tipo de aglomerado.

Contudo, a transposição dos vários tipos de estruturas territoriais identificados no estudo referido não é total e exacta porque, se por um lado o panorama nos territórios rurais não é tão vasto e definido, inexistindo uma diversidade tão grande na composição dos tecidos, por outro lado, esta valorização procura respostas específicas e que dependem do resultado desta caracterização.

Percebendo o carácter dos vários tecidos que compõem as povoações, conseguem ler-se temporalmente os processos que determinam a sua espacialização. Neste contexto, torna-se uma vantagem tentar estabelecer uma correspondência entre a análise referida e a que aqui se propõe, uma vez que, nos aglomerados urbanos podem observar-se algumas das respostas que se procuram sendo possível que se encontrem vários estágios de desenvolvimento dos tecidos urbanos, mesmo aqueles mais embrionários que caracterizam maioritariamente os aglomerados rurais.

31 Termo utilizado por Luís Pedro Silva [1998] para designar o processo de definição dos tecidos urbanos pela sobreposição dos elementos morfológicos valorados individualmente.

32 Dissertação realizada em 1998 no âmbito do Mestrado em planeamento e projecto urbano.

33 Com a Área Metropolitana do Porto como objecto de estudo.

a. Tecidos “sedimentares”³⁴

Segundo Luís Pedro Silva [1998, p.142], estes são “tecidos cuja estruturação entre via, parcelas e edifícios, ou conjuntos de vias, parcelas e edifícios, apresenta já grande definição das suas características.” Esta particularidade pressupõe que grande parte das transformações que se verificam nestes núcleos não interferem na globalidade do conjunto.

Neste grupo predominam as vias estreitas com traçado irregular e os edifícios à face da rua, compondo um conjunto relativamente denso e monótono. A base destes traçados está muito próxima da matriz medieval que encontramos em grande parte dos aglomerados urbanos. Como descreve o autor antes referido [1998, p.142], “normalmente em cidades de origem antiga ou de origem medieval, reconhece-se uma rede viária distinta, nomeadamente de características irregulares. Os edifícios implantam-se à face e as parcelas têm frentes estreitas”. Estas características estão também presentes nos aglomerados em estudo, reforçando, por isso, a ponderação previamente feita acerca da possibilidade de encontrar semelhanças nos tecidos que compõem os meios urbanos.

Ainda segundo o mesmo autor [1999, p.142], “nos casos mais estruturados, individualiza-se a presença de um edifício religioso, de um palácio, ou de uma fortificação em lugar singular, o que contribui, para constituir um importante referente formal de grande legibilidade no tecido normalmente com elementos irregulares.”

De acordo com a caracterização realizada acerca do edificado podemos distinguir neste grupo duas categorias que divergem segundo a proximidade deste elemento. Se, por um lado, se evidenciam aqueles que são compostos por edificado contíguo, formando quarteirões fechados bastantes densos, por outro lado, identificam-se outros cujo edificado embora próximo mantêm as quatro frentes edificadas livres. Neste último, a densidade construída diminui, a malha torna-se mais esparsa e mais susceptível de ser adensada tornando-se mais sensível a sofrer alterações profundas no seu conjunto.

b. Desenvolvimentos lineares³⁵(com prevalência da moradia)

Estruturas de desenvolvimento ao longo de vias de conexão e ligação, estas são conotadas com processos de expansão dos núcleos mais antigos. Referindo Luís Pedro Silva [1998, p.144], estas “são estruturas relativamente recentes, mais frequentes em territórios de propriedade fundiária tendencialmente fragmentada e de multiplicidade de pequenas aglomerações, com implantação próxima.” O mesmo autor, acerca destes tecidos em contexto urbano, considera que “o processo de ocupação, ao invés de

34 Expressão utilizadas por Luís Pedro Silva para definir este tipo de tecidos. [1998, p.142]

35 Expressão utilizadas por Luís Pedro Silva para definir este tipo de tecidos. [1998, p.144]

se concentrar em pontos de forte acessibilidade, ladeia a própria estrutura de acesso, normalmente de influência distante” e vai sofrendo um processo de alteração e sedimentação próprio destes tecidos. Na transposição para a realidade rural, encontram-se estes tecidos numa fase inicial nos quais o processo de sedimentação é inexistente ou amplamente elegível. Por outro lado, denota-se que estes se distribuem irregularmente ao longo destes eixos, com maior concentração junto ao núcleo central ou em pequenos núcleos ao longo do mesmo, sendo menos habitual encontrar habitações isoladas. Esta irregularidade pode também ser identificada nas parcelas adjacentes à via, uma vez que através de um processo de subdivisão, a parcela fundiária, de cariz agrícola e grande dimensão, se transforma numa parcela mais reduzida de suporte do edificado. Este processo permite a existência de variadas dimensões de parcelas que vão desde a parcela base, ainda sem subdivisões, a lotes de frente diminuta, localizados normalmente em lugares de maior significado, em particular junto ao núcleo mais consolidado. Normalmente os terrenos envolventes, para trás destas parcelas, têm um cariz totalmente rural, no entanto, percebem-se situações em que outros níveis foram adicionados, formando desenvolvimentos paralelos aos primeiros, tornando-se difícil distingui-los de outro tipo de tecidos [3.3.c].

Também nesta tipologia é possíveis distinguir duas variantes com base no tipo de via que os estrutura: a primeira, cujo suporte são as estradas de ligação entre povoações [3.2.1.d] que, pela própria designação, se refere a vias estruturantes no território e que fazem a ligação entre os aglomerados mais importantes e, por isso, também elas têm maior influência; a segunda, também elas estruturantes, mas contrariamente à anterior que era determinante no território, neste caso a área de influência é menor dando apenas a estruturação desse aglomerado ou de um conjunto de aglomerado, ou seja, cujo suporte são apenas caminhos ou evoluções destes [3.2.1.a].

Completando e parafraseando o autor Luís Pedro Silva, que se tem vindo a seguir nesta parte do estudo, acerca da importância destes tecidos na organização dos aglomerados, este sublinha que “mesmo na época das artérias de circulação rápida, estes tecidos mantêm um forte papel de atracção, são eixos agregadores que, poderíamos dizer, transformaram “não-lugares” de passagem, em lugares de morfologia linear” [1999, p.144].

c. Desenvolvimentos regulares (com prevalência da moradia)

Estes tecidos constituem estruturas muito diversificadas pelas várias conformações que podem adquirir dependendo quer do sítio em que se implantam, na continuidade de uma núcleo já existente ou formando um outro completamente distinto do anterior; ou ainda pela existência ou não da sua programação. De acordo com esta consideração podem observar-se variantes tão distintas que vão desde os tecidos de origem completamente programada, cujo conjunto mantêm um elevado grau de uniformidade, àqueles que não possuem um planeamento deste tipo. O autor Luís Pedro Silva [1998, p.145], a propó-

sito deste tema, distingue dois grupos: “os tecidos de moradias de origem programada e os tecidos de matriz rural. Os primeiros podem ser construídos de uma só vez, o que lhes confere monotonia formal, ora segundo o caso dos loteamentos, com um traçado que vem à cabeça, permitindo alguma autonomia de cada projecto do edifício. Os segundos correspondem normalmente a processos premeditados de ocupação informal, de uma ou varias parcelas rurais, transformando um caminho, ou uma via irregular, numa via regular (nem sempre), frequentemente em descontextualização total com a envolvente.”

De entre todos os aglomerados analisados, conseguem-se identificar ambas as realidades: os desenvolvimentos que têm por suporte uma via que foi planeada e que posteriormente a vontade de cada um determinou o conjunto resultante ou aqueles cujo processo de desenvolvimento foi exactamente o inverso, ou seja, a vontade privada ditou a construção mais ou menos organizada de um conjunto edificado que posteriormente foi motivo de infraestruturização. Segundo o mesmo autor [1998, p.145], “este processo, longe de ser exclusivo desta altura, foi vulgarizado em Portugal dos anos 70 e início dos anos 80, tendo refreado bastante nos últimos quinze anos”, sendo que a partir desta data se tornaram mais usuais os processos de origem mais programada.

Estes tecidos, embora demonstrem uma grande diversidade formal, tanto maior quanto menor for o grau de programação dos mesmos, também são definíveis, em oposição, pela sua uniformidade. Esta uniformidade revela-se no uso predominantemente residencial e na tipologia edificada, maioritariamente habitação unifamiliar. A afinidade nestas características com a classe antes descrita [3.3.b] permite perceber que também esta tipologia de tecidos se insere nos processos de expansão dos aglomerados, uma vez que o predomínio da habitação unifamiliar associada à quase inexistência de outras tipologias e usos determina, conseqüentemente, uma elevada dependência relativamente ao núcleo mais consolidado. Retomando o parágrafo anterior e para concluir, o autor Luís Pedro Silva [1998, p.145] comenta que “nem sempre é totalmente evidente a fronteira morfológica entre os processos planeados/projectados/licenciados e os processos informais, fronteira que nalguns casos tende a desvanecer-se, com a já mencionada legalização e conseqüente arranjo dos espaços colectivos adjacentes. Noutros casos a matriz rural original é inocultável.” Este facto depende sobretudo da capacidade daqueles que foram tomando parte nestes processos de perceber e se comprometerem com a realidade existente até então, bem como com as questões relacionadas com a divisão parcelar que variavam consoante muitas cambiantes.

a. Desenvolvimentos com outros usos

A definição destes tecidos depende sobretudo do uso e da dimensão do edificado que o constitui. Se, relativo ao segundo, a diferenciação é feita pela grande dimensão destes edifícios, no primeiro ponto a distinção é mais vasta dada a especificidade de usos possíveis identificados. Podem-se encontrar áreas industriais, de logística, de equipamentos ou simplesmente armazéns, estes normalmente inseridos em parcelas de carácter mais agrícola. Estes tecidos têm ainda outra particularidade importante uma vez

que afecta à dimensão do edificado estão também as grandes parcelas em que estes se inserem, constituindo uma ruptura com a malha correspondente aos loteamentos.

Assim, estas parcelas podem encontrar-se agrupadas em conjuntos, definindo áreas específicas, como é o caso das áreas industriais, ou estarem misturados junto de outros tecidos, normalmente de uso residencial, como acontece a implantação de equipamentos que servem essas populações.

e. Estruturas emergentes³⁶

Não sendo estruturas que se encontrem frequentemente nos aglomerados de matriz mais rural, a verdade é que surgem muito pontualmente e, porventura, que se prolongam por um período curto de tempo, findo o qual dão origem a uma tipologia de tecidos previamente descrita. O autor Luís Pedro Silva [1998, p.148] afirma que estes tecidos “correspondem a todas as transformações do território que não apresentam uma condição urbana definida, por falta de definição de uma ou mais componentes formais elementares.” Os casos mais frequentes que se encontram nas estruturas rurais são aqueles em que só existe a via ou que existe a via e um ou outros edifício, sendo que grande parte do tecido não está definido. De acordo com uma outra perspectiva poder-se-ia classificar grande parte dos tecidos rurais como estruturas emergentes, uma vez que o grau de indefinição é de tal forma elevado que torna difícil a decisão de os qualificar. Muitas vezes a diminuta extensão da ocupação dos tecidos adicionada à forma excessivamente fragmentada como se distribuem pelo território determina algumas dificuldades na identificação e constituição enquanto forma de tecido autónoma.

f. Tecidos indefinidos

Definem-se, sobretudo, pela ausência da urbanização tradicional, sobretudo na definição do que é a relação entre os elementos morfológicos, ou seja, se nos tecidos tradicionais é possível uma leitura se não imediata pelo menos fácil dos três elementos que compõem os tecidos e da forma como se suportam mutuamente neste caso essa identificação não é imediata, ou porque se relacionam de forma distinta ou porque a escala de observação deve alterar-se.

Assim, nos tecidos observados definem-se dois tipos destas estruturas: as quintas agrícolas e as habitações isoladas, divisões que foram definidas segundo critérios similares. Em ambos os casos a particularidade comum refere-se à permanência das estruturas e elementos fundiários, isto é, a base é

36 Expressão utilizadas por Luís Pedro Silva para definir este tipo de tecidos. [1998, p.148]

a grande parcela fundiária estruturada segundo os caminhos agrícolas que as suportam. Por um lado, particularizam-se as quintas agrícolas que seguindo esta estruturação organizam no interior da parcela um conjunto de edifícios, próximos entre si e diversificados nos usos (residência, armazéns, e edifícios de apoio à prática agrícola ou pecuária), mas sem qualquer suporte viário, sendo os próprios edifícios que definem os espaços de separação entre eles. Por outro lado, evidenciam-se as habitações isoladas que seguem as mesma directrizes, no entanto, implantam-se isoladamente ou em alguns casos em grupos de poucas habitações, o que representa já uma subdivisão da parcela, regularmente de vínculo familiar. Neste último caso o uso mantém-se por norma exclusivamente residencial.

Estas estruturas, pelo seu carácter em grande parte original, tendem, por processos de subdivisão destas parcelas, a originar novos e distintos tecidos, em particular a última categoria, uma vez que estes proprietários não estão normalmente vinculados exclusivamente à actividade agrícola como acontece na primeira categoria descrita.

TECIDOS URBANOS	vias	edificado / parcelamento
a. tecidos 'sedimentares'	ruas irregulares estradas	casario contíguo casario próximo
b. desenvolvimentos lineares	estradas caminhos	casario próximo casa unifamiliar isolada
c. desenvolvimentos regulares	arruamentos de perfil regular caminhos	casario próximo
d. desenvolvimentos com outros usos	estradas arruamentos de perfil regular	outros
e. estruturas emergentes	arruamentos de perfil regular	
f. não tecidos		casa unifamiliar isolada

Quadro 3.4. Valoração do tecidos urbanos

Caria

unidade de paisagem: Bacia da Cova da Beira

Freixedas

unidade de paisagem: planalto agrícola

Reigada

unidade de paisagem: planalto agrícola

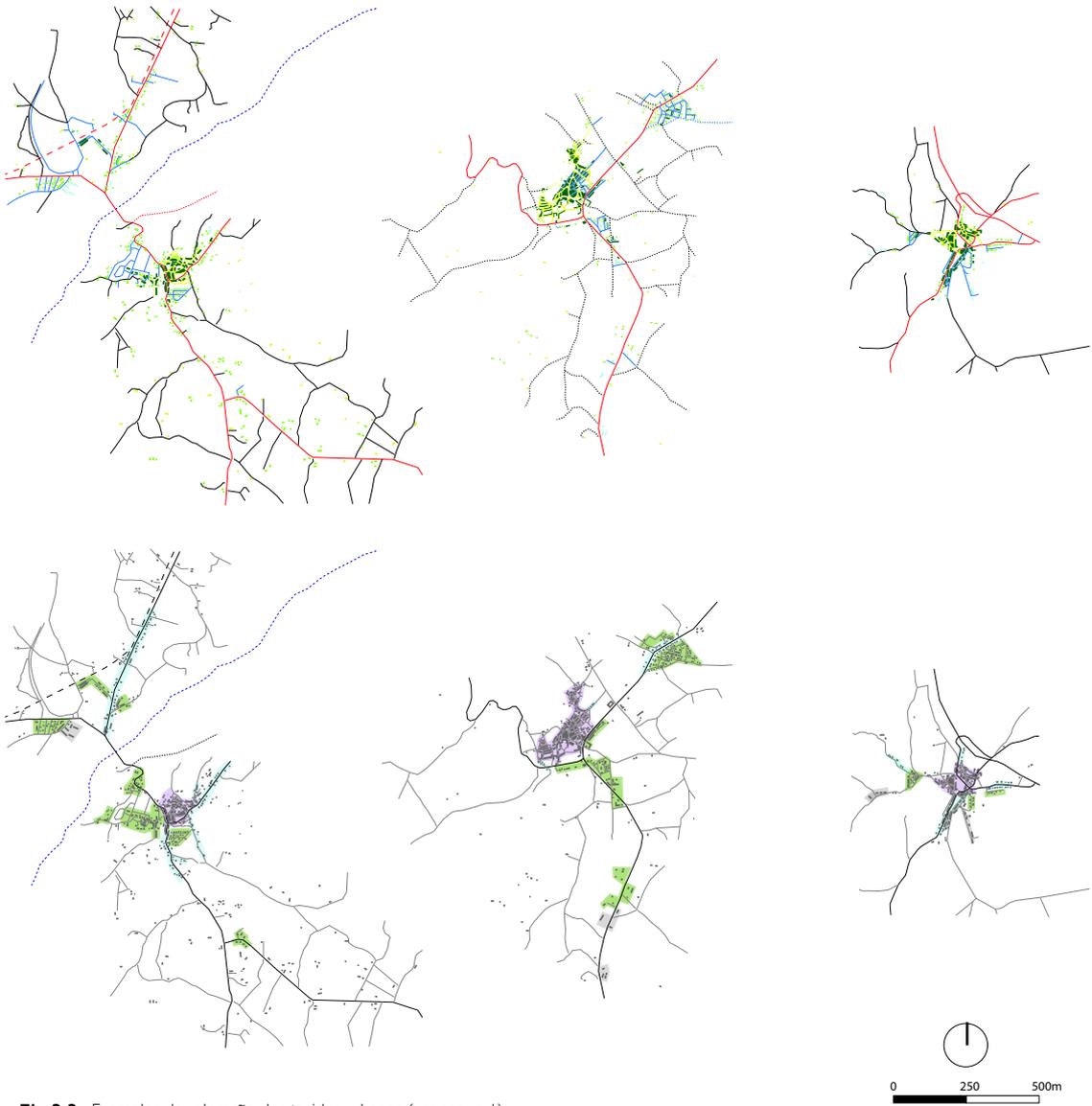


Fig 3.3. Exemplos de valoração dos tecidos urbanos (ver anexo 1)

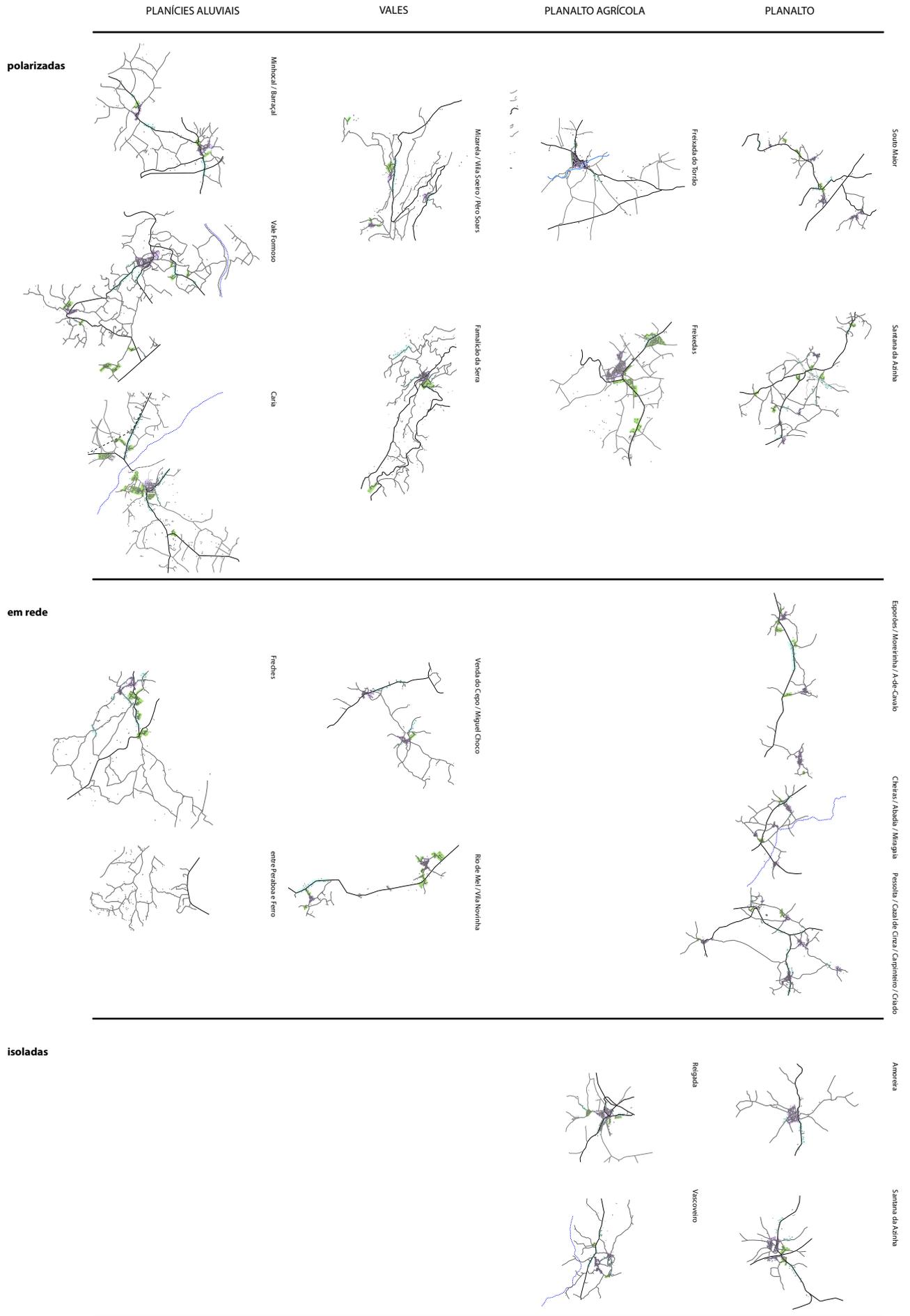


3.4. SÍNTESE

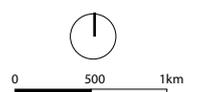
Todo o processo de análise morfológica que é descrito neste capítulo, objectiva, como propósito final, o esclarecimento e justificação da composição textual dos tecidos que compõem os aglomerados. Como pode ser notado no quadro resumo em anexo [quadro 3.5], esta realidade é bastante diversa e difícil de discernir numa apenas através de uma observação comparativa entre as morfologias dos aglomerados pertencentes a cada classe. Esta análise requer associar o estudo por observação destes com a apreensão de alguns conceitos-chave e, por isso, remete-se para o capítulo seguinte.

No entanto, importa ressaltar duas ideias importantes: primeiramente, é possível perceber características comuns dentro de cada classe e que estas são distintas das observáveis noutras, garantindo, assim, a justeza deste estudo; depois, é importante que na leitura da análise que se segue se mantenha presente todo o processo e as análises intermédias que se realizaram, quer acerca da rede viária quer sobre o edificado, uma vez que, podem ser importantes na descodificação de um ou outro conceito.

Por último, interessa destacar a importância do quadro resumo que se referiu porque, tal como o nome indica, é resultado conjunto de dois tipos de análise, a estruturação do povoamento, referente ao segundo capítulo, e as estruturas morfológicas respectivas, estudadas no presente capítulo, tornando-se, a partir daqui, o elemento base a partir do qual se estruturam todo o tipo de análise e conclusões que se apresentem.



Quadro 3.5. Quadro resumo da valoração dos tecidos urbanos dos aglomerados analisados (ver anexo I)



4. ESTRUTURAÇÃO MORFOLÓGICA

DOS AGLOMERADOS

4.1. FORMAS DA OCUPAÇÃO DA PAISAGEM

4.2. MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

4.2.1. Nucleares

- a. De desenvolvimento uniforme
- b. De desenvolvimento direccional
- c. Confluente

4.2.2. Polifocais

- a. Subordinada
- b. Diversa

4.3. FORMAS ORIGINAIS

- a. Quinta / Casal
- b. Aldeia

4.4. PADRÕES DE OCUPAÇÃO

4.4.1. Padrões de ocupação concentrada

4.4.2. Padrões de ocupação dispersa

- a. disseminação construtiva;
- b. rede de pequenas aglomerações ou aglomerados em colmeia;
- c. estruturas lineares sobre o viário existente;
- d. polaridades;

4.5. SÍNTESE

Após a análise morfológica detalhada que compôs o capítulo anterior é perceptível que esta, por si só, não é suficiente no escrutínio da diversidade de situações existentes. A apreciação morfológica sob um mesmo ponto de vista e segundo critérios idênticos permite reconhecer que os tecidos que compõem os aglomerados se organizam e dispõem no território de formas tão diversas quanto a diversidade de contextos existentes.

Objectiva-se, então no presente capítulo, perceber quais os modelos de organização espacial, compreendendo as formas arquitectónicas e os seus significados formais e culturais, partindo da análise morfológica do capítulo anterior adido de uma percepção contextual das mesmas. Segundo a observação morfológica, a ocupação do território inclui os mesmo elementos da forma, que se relacionam diversamente e formam tecidos morfológicos passíveis de definir todo o conjunto de aglomerados estudados, não contribuindo, neste sentido, para a reconhecimento das especificidades dos mesmos. No entanto, esta afirmação é tão verdadeira quanto falsa. Se é verdade que as tipologias de tecidos não são particulares de cada aglomerado, podendo ser reconhecidas e identificadas na morfologia de todos os aglomerados estudados e conjectura-se igualmente os não estudados, também é real que as características identitárias de cada um resultam da estruturação dos mesmos no âmbito em que se inserem. Assim, é do entendimento de como todas estas partes se conjugam e articulam entre si que se podem particularizar as características específicas de cada povoamento.

4.1. FORMAS DA OCUPAÇÃO DA PAISAGEM

Conhecendo os estudos³⁷ que anteriormente foram realizados que abordam a distribuição das morfologias do povoamento na região, reconhece-se-lhes, como foi explicado no início deste documento, a fragilidade de uma data e da sua insuficiente consequência na actualidade, dada a mudança de paradigma que afectou os territórios urbanizados, nos quais se lêem outros padrões de ocupação aos quais, naturalmente cederam também novos modelos conceptuais. “Encontram-se explicações cruzadas entre fortes mutações sociais e económicas, que caracterizam a contemporaneidade, e a diversidade de processos e formas de urbanização que lhes correspondem.” [Portas, N., Domingues, A., Cabral, J., 2003, p.43]

No entanto, os conceitos basilares sobre os quais assenta toda e qualquer análise sobre a disposição da população no território atravessaram temporalmente todos os estudos, indagações ou investigações sobre o assunto. Os conceitos “concentração” versus “dispersão” adjectivam a maior ou menor proximidade física entre os elementos urbanos, referindo-se por isso ao tipo e intensidade de relações que existem entre eles.

37 Refere-se apenas aos estudos de Orlando Ribeiro não aos estudos incluídos na elaboração do PROT-Centro, uma vez que estes últimos não avaliam a morfologia dos aglomerados.

Aglomerado / concentrado significa junto, aglutinado, reunido; e disseminado / disperso significa espalhado. [Dicionário da língua portuguesa, 2009] Adjectivos de índole variável são-no não no significado geral que apresentam mas de acordo com o campo de aplicação dos mesmos. Numa qualquer abordagem, todos serão considerados adjectivos de uma mesma família, entre sinónimos e antónimos, sendo passíveis de serem empregues em igualdade de circunstâncias.

No entanto, o contexto e situação deste estudo exige que seja esclarecida a possibilidade de vários níveis de leitura destes adjectivos que dependem da escala de observação e, por isso, do elemento que se define como a unidade e a que se refere tal adjectivação. Seguindo uma escala de gradual aproximação à escala humana, estes tanto se podem referir à observação do povoamento numa análise territorial, da mesma qualidade daquela expressa no capítulo dois, como à afinidade entre as estruturas que compõem os aglomerados numa relação mais próxima entre eles, ou ainda observa o edificado e a ligação que os edifícios estabelecem entre si. A apresentação dos vários graus de observação acarreta sobreposições e cruzamentos que tornam difícil uma leitura clara e separada entre eles.

A “concentração” e a “dispersão” podem seguir várias lógicas e padrões cujos entendimentos se conseguem a escalas diferentes e que possibilitam uma leitura mais próxima da realidade, em particular nesta região. Ambos os tipos de ocupação apresentam conflitos e mais valias. A concentração otimiza recursos mas também satura o território enquanto que a dispersão construtiva apresenta morfologias mais porosas, contudo as infra-estruturas e os recursos que as suportam não são muitas vezes optimizadas, e por isso os equipamentos e serviços se tornam investimentos desaproveitados, tendo de ser pensados num outro enquadramento.

Se no passado a “concentração” e a “dispersão” eram unicamente reflexo do sítio onde se implantava o povoado e da construção social que se lhes associava, na actualidade as formas destas ocupações são expressão do tempo e das lógicas mundiais. Como explica Álvaro Domingues [2006, p.21] “os modos de vida tem conhecido transformações radicais que, no caso deste tipo de análise, se reflectem sobretudo na diversidade de formas de habitat urbano ou na mobilidade. A fixação de novas actividades e emprego, a subida generalizada dos níveis de rendimento, a generalização do uso automóvel, as transformações dos agregados domésticos, a difusão de novas referencias culturais, os hábitos e praticas de consumo, etc, ajuda a explicar essas transformações.” A “aldeia global” espelha-se também aqui, ou especialmente aqui, uma vez que é neste contexto que se espacializa a transversalidade do que acontece. As sociedades e formas de viver são semelhantes independentemente do espaço onde se sucedem, uma vez que os critérios que os determinam se baseiam em qualquer dos casos na capacidade de mobilidade. Assim, é da conjugação de ambas as lógicas, do passado e presente que se concebe o retrato do que é a realidade destes territórios, sendo, por isso, valorizado e indispensável um (re)conhecimento temporal das suas formas.

Sinteticamente, o povoamento é composto pela conjugação de lógicas/padrões de ocupação concentrada ou dispersa que se podem coordenar física e territorialmente juntas ou afastadas. Essa partição entre aglomerados compactos e ocupações difusas não é viável. Segundo Nuno Portas, Álvaro

Domingues e João Cabral [2003, p.35], “a realidade é uma mescla entrópica de vários graus e intensidades de ambos os modelos conceptuais, (...) o novo mosaico combina efeitos de dispersão e os de aglomeração, combina tecidos especializados com misturas variadas de usos, viabiliza novas relações de proximidade com a continuidade das mobilidades polares (em direcção às antigas áreas centrais) e com mobilidades tangenciais (direccionadas às novas aglomerações de actividade e emprego, sem passarem, necessariamente, pelas antigas). A variedade, a plasticidade e a expansividade da nova condição urbana constituem, ao mesmo tempo, as suas maiores vantagens e a fonte dos principais problemas.”

Então, aprecia-se necessária a leitura da mesma realidade segundo uma visão tripartida, que reúne uma observação directa da estruturação dos tecidos a um estudo das formas originais de povoamento que produz uma repartição final do povoamento segundo padrões de ocupação. Este último é resultado da conjugação sucessiva de vários elementos que foram sendo definidos segundo as duas categorizações anteriores:

.MODELOS DE ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL: esta visão segue a leitura dos aglomerados enquanto uma composição de diferentes tecidos que se organizam em função uns dos outros. É uma leitura física destas questões, reflexo da observação directa da análise realizada no capítulo anterior;

.FORMAS ORIGINAIS: resulta de uma investigação que pretende escrutinar as origens das diferentes formas urbanas e da formas como a sua evolução determinou ou não outras estruturas mais complexas;

.PADRÕES DE OCUPAÇÃO: seguindo um entendimento aglutinador, este olhar pretende distinguir lógicas de ocupação do solo na sua dependência com os contextos em que se integram, com uma observação mais cuidada sobre a origem e processos que os formularam. Resulta, portanto, da interdependência do conjunto de variáveis espaço, tempo e contexto que derivam das análises anteriores.

4.2. MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL³⁸

Findo todo o conjunto de apreciações encadeadas que determinaram a categorização e explicitação dos vários tipos de tecidos que constituem os aglomerados estudados [3.3], torna-se possível a apreciação valorada das estruturas formais que compõem os aglomerados. Aspira-se, basicamente, perceber como são compostas as estruturas povoadas sendo que estas não são constituídas uniformemente apenas por uma tipologia de tecidos, podendo conter vários tipos destes, bem como se articulam entre si. A estes tecidos foi-lhes já atribuída uma caracterização que permite distinguir aqueles que têm um carácter mais consolidado daqueles que se formaram mais recentemente e por isso estão ainda em processo de sedimentação. Então, torna-se possível distinguir as diferentes organizações que os tecidos dispõem no território no presente, adido de alguma percepção cronológica de como se foram dispendo e que será útil para a busca das formas originais, objecto de análise no ponto seguinte.

Esta observação assenta sobre uma distinção basilar que diferencia os aglomerados estruturados num único núcleo daqueles que são compostos por vários, nucleares e polifocais, respectivamente. A característica principal que distingue estes dois grupos prende-se com a continuidade entre os vários tecidos, identitária dos aglomerados nucleares, ou pela fragmentação espacial entre os diversos tecidos, particularidade dos aglomerados polifocais. Partindo desta premissa e, segundo a categorização dos tecidos [3.3], a análise tenta organizar categorias pela forma como os aglomerados organizam a territorialização dos tecidos em si e entre eles.

4.2.1. NUCLEARES

a. De desenvolvimento uniforme

Estes aglomerados, inseridos na categoria daqueles que apresentam um único núcleo, possuem a particularidade de ser os que melhor exprimem esta característica, pela uniformidade formal do conjunto.

Embora possuidores desta aparente unidade, a sua composição "textual" é variada. Apresentam no seu centro uma área composta por tecidos "sedimentares" em torno da qual se distribuem, de uma forma homogénea, outros tecidos. Nestes salientam-se, quer aqueles de desenvolvimento linear, suportado pelas vias principais que já estruturavam o núcleo mais antigo, ou outros de desenvolvimento regular, que ocupam os espaços livres entre os anteriores.

A característica fundamental desta categoria, apesar das pequenas variantes que se possam encontrar, está determinada pela subordinação das áreas mais recentes ao núcleo mais antigo, sendo que

³⁸ Estes modelos foram categorizados segundo a observação empírica dos aglomerados analisados (Anexo I).

NUCLEARES

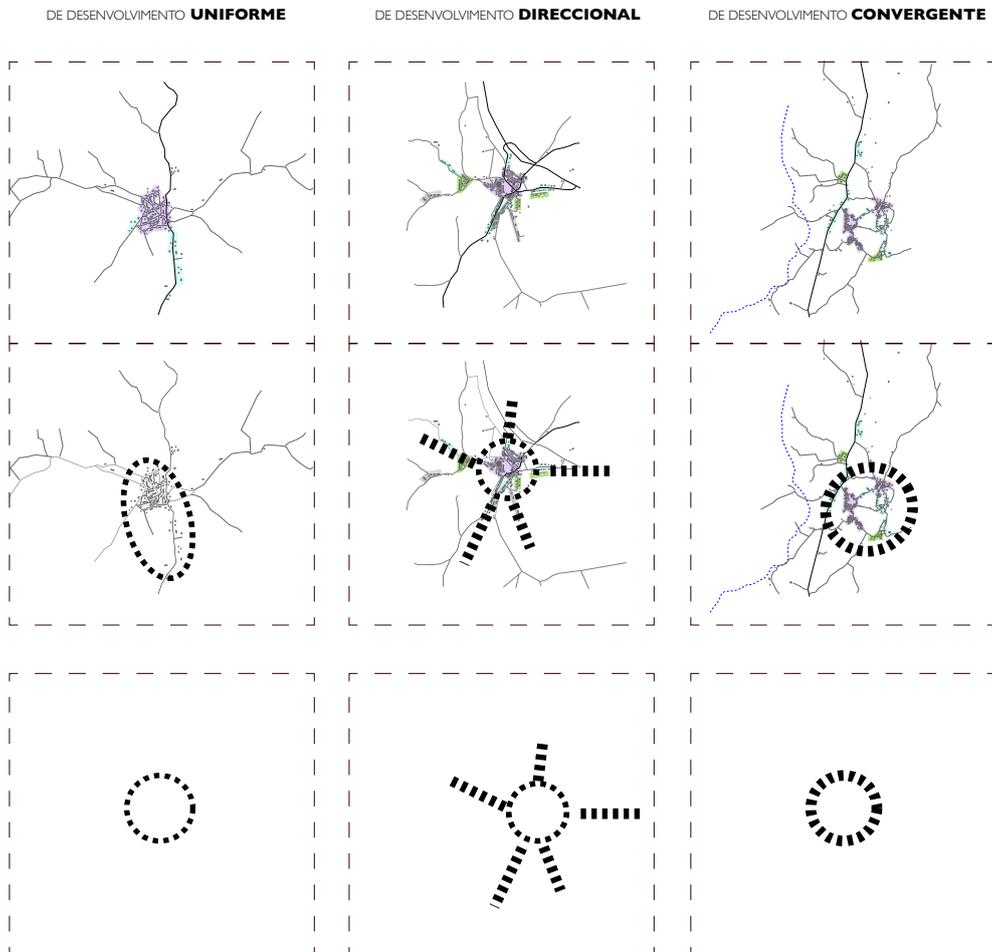
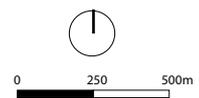


Fig 4.1. Modelos nucleares de organização espacial



denota-se que o processo de consolidação dos tecidos e a formação de novos prevalece a partir desse centro.

Ainda acerca deste modelo de povoamento, importa referir que é frequente nas áreas envolventes aparecer algum casario disperso e pequeníssimos núcleos de edificado agrícola. Esta dispersão é característica de aglomerados se situam junto a grandes campos agrícolas como acontece nas planícies aluviais.

b. De desenvolvimento direccional

Podendo ser considerada uma variante da tipologia anterior estes aglomerados apresentam igualmente um núcleo composto por tecidos “sedimentares” ocupando uma posição central, no entanto, distinguem-se dos anteriores na distribuição dos tecidos que o envolvem. Nestas circunstâncias encontram-se apenas tecidos de desenvolvimento linear segundo as vias mais estruturantes do aglomerado, podendo variar entre duas ou mais direcções.

De acordo com esta leitura, a referida categoria pode ser entendida como uma fase intermédia, sendo que a tipologia anterior se apresenta como o estágio final, alcançável por preenchimento dos “entre-espacos” livres. Não renegando peremptoriamente esta hipótese, prefere-se distinguir ambas as situações. Ainda que uma preceda à outra, este seria um processo prolongado no tempo que obrigariam a estabelecer várias outras tipologias. No entanto, esta percepção permite, tendo em conta que um dos objectivos deste trabalho seria apoiar crescimentos futuros, caso estes aconteçam, estudar os aglomerados da tipologia anterior enquanto suporte do que poderiam ser estágios evolutivos destes.

c. Confluente

Perante uma situação completamente inversa, nesta tipologia perde-se o carácter subordinante do núcleo central relativamente a todas as áreas envolventes. Nesta classe denotam-se vários núcleos compostos por tecidos “sedimentares”, especialmente separados. Nas áreas entre e para além destes núcleos estão implantados outro tipo de tecidos, como são exemplos os desenvolvimentos lineares. Consegue decifrar-se nestes exemplos um processo de aglutinação, completamente distinto da expansão observada nos exemplos anteriores, que tende a associar os núcleos mais consolidados. Denota-se uma perfeita ausência de um centro, com um papel centralizador. Assim, também o processo de sedimentação também é inverso e aspira a uma reunião convergente, partindo dos núcleos e tendo como pretensão uni-los segundo os caminhos estruturantes. Estes aglomerados são possuidores, na sua maioria, de um grande potencial de transformação, uma vez que existem grandes áreas livres e outras passíveis de densificação.

POLIFOCAIS

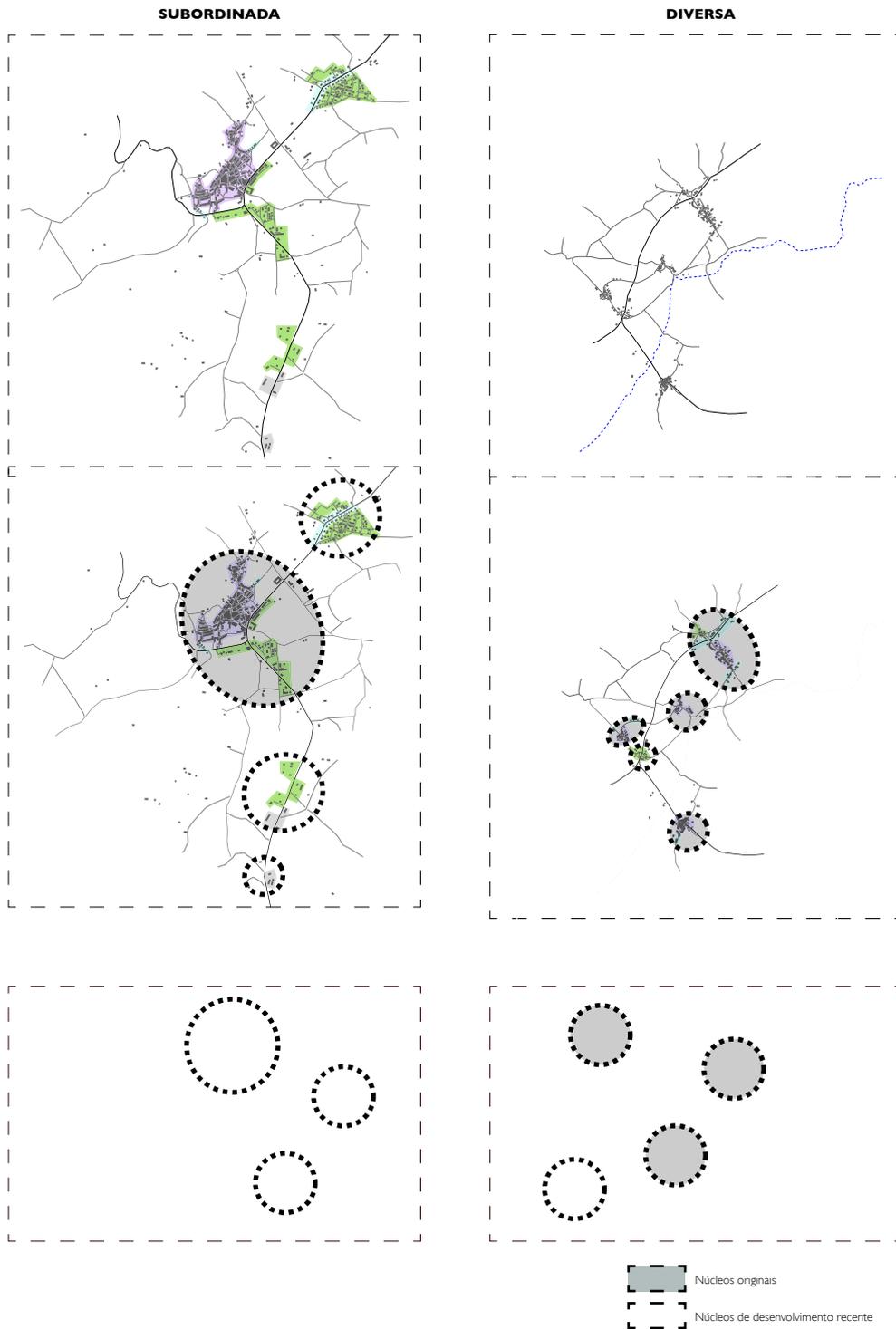


Fig 4.2. Modelos polifocais de organização espacial

4.2.2. POLIFOCAIS

a. Subordinada

Neste grupo reconhecem-se os aglomerados que são compostos por um conjunto de núcleos, fisicamente distantes e perfeitamente distinguíveis. Em particular neste sub-grupo estuda-se a variante na qual é perceptível a distinção entre um núcleo maior, dominante, que pela sua composição e desenvolvimentos se assemelha grandemente aos estudados na parte inicial do grupo anterior e outro(s) núcleo(s) cujas formas morfológicas os assumem claramente como estruturas mais recentes. Estes “novos” agrupamentos podem assumir diferentes formas e composições “textuais” também elas diversas, contudo, todas elas constituídas por conjuntos de tecidos pouco sedimentados. Assim, formalmente, podem compor áreas mais alongadas, quando compostas por estruturas lineares, ou mais juntas, se forem compostas por tecidos de desenvolvimento regular ou uma fusão entre ambos.

A estruturação que compõe esta polifocalização é variada dependendo em exclusivo de factores alheios à própria disposição destes núcleos. Estes factores são diversos e podem depender de particularidades que se encontram na infra-estruturação do território em que se implantam, nas condições do próprio meio biofísico ou ainda em causas sociais. No entanto, esta abordagem proporciona apenas uma observação dirigida exclusivamente para a organização física dos tecidos, não pretendendo justificar a relação entre formas e factores, análise a que se procede mais adiante neste capítulo.

b. Diversa

Neste último conjunto encontram-se aqueles aglomerados que sendo constituídos por vários focos populacionais não se consegue distinguir um que exerça um papel centralizador relativamente a outros. É, portanto, um conjunto uniforme, cujos pólos apresentam relativamente as mesmas dimensões. No entanto, reconhecem-se diferenças entre eles que possibilita a distinção de duas categorias: a primeira é composta por vários núcleos de formação mais consolidada e outros, que pela sua fraca sedimentação se distinguem como mais recentes. Nesta categoria, os núcleos são formados, maioritariamente, por uma única tipologia de tecidos. A contiguidade física entre os tecidos desaparece, criando núcleos “mono-textuais”, como se de um território explodido se tratasse, em que cada conjunto que partilha determinadas características fosse ocupar a respectiva área no território.

A outra categoria partilha das características de uniformidade entre os núcleos, acima referidas, no entanto, distingue-se porque cada um destes funciona como se de uma estrutura nuclear se tratasse. Ou seja, cada um deles é composto por vários tecidos, normalmente “sedimentares” e de desenvolvimento linear, em continuidade física como se de pequenos modelos do primeiro grupo, nucleares de desenvolvimento uniforme ou direccionado, se tratassem.

4.3. FORMAS ORIGINAIS³⁹

“Por crescimento entendemos todos os fenómenos de expansão e densificação das aglomerações apreendidos do ponto de vista morfológico, isto é, a partir da sua inserção no território” [Panerai et al. 1999, p.51]

Na noção de crescimento está implícita uma situação anterior, que a potencia e que lhe impõe directrizes, ou seja, para que se entenda o crescimento de algo é necessário primeiramente o conhecimento da sua forma original ou da forma a que se encontra relacionada a sua génese. Compromete, portanto, a distinção entre algo mais antigo e algo recente. Essa distinção, a base para o trabalho que se segue, aparece já referenciada aquando da classificação morfológica dos tecidos [3.3], em que se distinguem estruturas cujo traçado mais orgânico e irregular revelam alguma sedimentação e outras tipologias cujo desenho marcadamente rectilíneo e formal denota-se em processo de consolidação. No entanto, conseguem particularizar-se diferenças, de entre o que se designou tecidos sedimentares, que embora tenham reflexo na sua forma o seu sentido global só poderá ser entendido com a ajuda de outros saberes. Sabe-se que um discurso exacto e científico que aborde formação e desenvolvimento das estruturas morfológicas dos aglomerados implica um estudo multidisciplinar, sendo que cada uma das ciências envolvidas tem uma contribuição numa determinada área de investigação. Apenas da interacção e conjugação das diferentes vertentes seria possível definir com exactidão a origem e os processos de transformação sofridos e ainda as causas que lhes estiveram associadas.

Assim, as disciplinas da Arquitectura e da Geografia, tratando dos aspectos formais e das condições naturais respectivamente, bem como das relações entre ambos, declaram-se insuficientes nesta matéria. O recurso à disciplina da História⁴⁰ possibilita o conhecimento das formas originárias, da organização social que lhes está associada e o entendimento das relações existentes entre a sua origem e a sua evolução. A conjugação entre as várias matérias é caminho único na tentativa de conseguir encontrar pontos de encontro entre a forma morfológica dos aglomerados, com as gentes que os povoam, as formas de trabalho e o sítio em que se implantam. Porque todos se relacionam e estão relacionados construindo uma rede densa e complexa.

“As condições naturais favorecem culturas que, por sua vez, determinam formas de trabalho a que convém certa organização social e económica; o que tudo tem na expressão complexa que é o modo de vida o seu reflexo. A casa e a povoação amoldam-se às necessidades do homem e também às suas tendências, hábitos e tradições.” [Ribeiro, O. 1989-90, p.313]

³⁹ O adjectivo “original” é aqui utilizado na medida em refere características relativas à sua origem.

⁴⁰ A disciplina da História estuda as formas de povoamento enquanto condicionada pelas sociedades que as constituem.

Genericamente, pode distinguir-se a existência de dois tipos de territórios: o campesino e o de poder:[Garcia, B.; Expósito, M. 1983, p.124] O primeiro, definido pela actividade individual dos campesinos para cobrir as suas necessidades, o segundo foi originado pelos impulsos de poder aristocrático exercido sobre uma comunidade. Estes territórios dispunham de lógicas diferenciadas, mas não constituíam elementos estanques, antes estavam submetidos a mutuas interferências. Seguindo esta dicotomia base fundamenta-se a estruturação tipológica que se segue, dividida apenas em duas classes, que não a comprometendo consegue reconhecer os princípios das especificidades que se querem identificar. Distinguem-se, então duas categorias: os casais e quintas, de dimensão muito pequena e carácter familiar e as aldeias que se distinguem da anterior não tanto pela dimensão, uma vez que algumas vezes atingem dimensões pouco maiores, mas pelas estruturas sociais que organizam e que, por isso, implicam morfologias algo distintas. Como referem Barrios García e Martín Expósito [1983, p.125], autores que debruçam os seus estudos sobre as formas de povoamento de origem medieval, "o espaço e o seu ordenamento dependem em última instância da relação múltipla e dialéctica dos grupos sociais com a natureza; antes de tudo são uma criação social, um produto social. Portanto, os espaços geográficos, como realidades concretas, como elementos dinâmicos, variam de acordo com as mudanças estruturais que aconteçam na sociedade; cada modo de produção, com a sua lógica interna de apropriação e reprodução, tem necessariamente as suas formas espaciais de organização social, os seus tipos diferentes de ordenação do espaço".

a. Quinta / Casal

"Casal, originariamente adjectivo, "pertencente à casa", em latim com o sentido de "cabana" e depois, por extensão, de "fazenda" ou "quinta" [Ribeiro, O. 1989-90, p.324]

Embora neste enunciado se denunciem como sinónimos, a quinta, corresponde, na sua origem, ao domicílio da família no interior do espaço explorado pela mesma e dos correspondentes edifícios de apoio à prática agrícola enquanto que o casal surge como uma evolução da anterior, onde os pequenos conjuntos de dois ou três edifícios se multiplicaram, formando casais. Esta ideia é defendida por Pierre George [1975, p.149] quando afirma que "a formação dos casais é muitas vezes resultado do aumento do grupo familiar; fruto de um fogo originalmente isolado", seguindo um carácter nuclear embora de pequenas dimensões. Nestes exemplos, mantém-se a relação directa com os campos de cultivo, cada proprietário reside próximo da sua exploração agrícola. Com o crescimento da família o grupo edificado multiplica-se garantindo, porém, a proximidade entre eles, ou seja, embora haja divisão nos terrenos de cultivo, as casas continuam a edificar-se juntas, abrindo-se cada uma para o seu terreno cultivado.

André Marques [2006, p.75], numa investigação relativa aos componentes e processos de transformação de alguns casais localizados no Norte de Portugal, afirma que o "casal constitui uma célula

importante, senão mesmo dominante, da paisagem e dos povoamentos rurais, até ao século XIII e muitas delas, ainda que com algumas alterações, persistiriam até à actualidade mantendo o seu núcleo original". Segundo o mesmo autor, ao longo dos séculos, a palavra "casalis" difundiu-se por alguns espaços da Europa mediterrânica, assumindo significados distintos, embora todos derivem do seu sentido original de "unidade fundiária associada a uma casa", "habitação rústica", ou mesmo "propriedade rural". Em todas estas expressões distingue-se um fio condutor que esboça a descrição deste tipo de estrutura, pertinente para este estudo e que interpreta o casal como uma unidade familiar de povoamento e exploração, associando sempre uma vertente agrícola e uma outra de função residencial, dependente da anterior. Embora o casal apresente frequentemente uma implantação territorial descontínua, os autores que analisam a estrutura desta unidade defendem que a fragmentação do casal atingia apenas os campos agrícolas e nunca as componentes residenciais [Marques, A., 2006, p.96].

De formas marcadamente orgânicas, os diversos componentes do casal integram uma unidade que se define sobretudo a partir da residência e que, por isso, determina a perenidade das formas de povoamento, uma vez que os processos de transformação (divisão e aglutinação) se processam apenas nos terrenos agrícolas. Como descrevem os autores Barrios Garcia e Martín Viso [2001, p.70] à semelhança do que aconteceu com outras formas de propriedade, para além das unidades familiares de exploração, também o casal foi sujeito a um duplo processo de fragmentação e aglutinação, que, por serem tendências recíprocas, alimentando-se uma da outra, promoveram a recomposição frequente destas unidades.

Concluindo, característica determinante da sua forma isolada, esta unidade é representação de um sistema social familiar e, como descreve Orlando Ribeiro [1987-1991, p.865], neste caso, "a vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante⁴¹, as leiras⁴² que lhe pertencem. A intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e a outra próxima".

6. Aldeia

"Aldeia, de origem arábica, é palavra difundida tardiamente a partir do Sul: no Norte precederam-na locus (doc. em latim), logo (exemplos do séc. XIII-XV), lugar; povo e freguesia usam-se no mesmo sentido." [Ribeiro, O. 1989-90, p.325]

O sentido corrente da expressão aldeia é impreciso. Utilizado normalmente para designar o antónimo de cidade, distinguindo-se como qualquer forma de povoamento do meio rural, neste trabalho utilizar-se-á com um sentido específico a que se associa uma forma de povoamento que se descreve a

41 a seu talante: como quiser. [Dicionário da língua portuguesa, 2009]

42 Faixa de terreno. [Dicionário da língua portuguesa, 2009]

seguir:

De formas e tamanhos muito diversificados, as aldeias têm uma carga hierárquica mais marcada do que as formas de povoamento que foram analisados no ponto anterior. Como foi exposto acima, estes núcleos populacionais dependem das organizações sociais que lhes deram origem. A estratificação social destes aglomerados pode ser lida quer a nível interno, na justaposição dos espaços que os constituem, ou mesmo na relação com outros. Como referem os autores Barrios Garcia e Martín Viso [2001, p.146] “os lugares maiores aparecem dispostos em pequenos agrupamentos de acordo com um sistema demográfico de organização territorial em torno de um centro, que é o núcleo com mais população. À volta das cidades e vilas mais importantes, sobretudo, distribuem-se outros aglomerados, formando bandas concêntricas segundo o seu tamanho”. A origem destes núcleos mais pequenos estão dependente da evolução da forma central, matéria que se referirá mais a frente neste ponto. A transposição desta descrição para o território em estudo pode não ser exacta uma vez que podem não se verificar em todas as povoações, existindo casos em que o núcleo principal subsiste isolado, no entanto, interessa estar desperto para a existência deste tipo de ordenação que de uma forma mais ou menos directa organiza as regiões. A dimensão e, portanto, importância administrativa destas povoações é tanto maior quanto maior é a sua posição de domínio e centralidade, ou seja, as povoações maiores são aquelas que se implantam em posições mais elevadas e/ou em situações de proximidade com estradas de maior relevo, sendo que a posição privilegiada se refere a cruzamentos entre duas estradas estruturantes.

A aldeia é um centro de domínio e defesa dos campos que a envolvem reconhecendo na figura do chefe uma pessoa de poder. Esta questão de domínio mas principalmente de vigilância denuncia a razão pela qual estas povoações ocupam tantas vezes territórios mais elevados, preferindo assim as vantagens da posição de defesa à proximidade dos campos férteis de cultivo. No entanto a insegurança da fronteira não chega para explicar a implantação deste tipo de povoação. Está também, e fundamentalmente, ligado a um sistema de exploração que se baseia nos grandes campos de cultura de cereais e na criação de grandes rebanhos de gado, “onde a cultura e o pastoreio não se regem pela iniciativa familiar mas por uma forte disciplina na fruição da terra conservada unida”. “A terra permaneceu muito tempo em regime de exploração colectiva, como uma vasta unidade agrária, a que a aldeia serve de centro”. [Ribeiro, O. 1987-1991, p.861]

No interior das aldeias e como descrevem os autores Barrios Garcia e Martín Viso [2001, p.148] a organização espacial da povoação reflecte a fragmentação social da mesma, sendo que a divisão social do trabalho se traduzia em áreas, mais ou menos, definidas e diferenciadas, nas quais o centro era símbolo do topo hierárquico.

Pierre George [1975, p.151] define a aldeia como “a forma elementar de organização das sociedades rurais, pois responde às necessidades fundamentais e identifica-se com a acção do grupo, que inclui, em função das actividades agrícolas base, arroteamento, pastoreio, defesa e colheita dos produtos da cultura e protecção contra as agressões vindas do exterior”. Se, originalmente, nas formas de povoamento disperso existe um senhorio da propriedade agrícola, proprietário das suas terras e que tem a seu

cargo um maior ou menor número de empregados, as sociedades rurais das aldeias seguem princípios mais comunitários em aspectos como plantações das terras e a distribuição das colheitas.

Na sua génese a aldeia nasce da vontade de um grupo iniciar a exploração agrícola de uma porção de terreno à qual reconhecem uma vocação agrícola. Assim, a necessidade de uma posição de força para tomar posse desse espaço determina que o grupo se mantenha coeso, quer para por uma questão de defesa quer por questões agrícolas, uma vez que a exploração agrícola é responsabilidade de todos e a gestão das tarefas implica a organização do grupo. "A aldeia é uma reunião de camponeses colocados sob protecção do chefe, que a organiza em comunidade de trabalho e de defesa." [George P., 1975, p.152]

Sendo uma sociedade comunitária, embora com a presença de uma figura dominante, ocupam de forma muito concentrada o espaço onde habitam e onde se concentram outras funções necessárias à sobrevivência o grupo, em torno do qual se distribuem os espaços agrícolas, local e trabalho da maioria daqueles que a habitam.

Esta unidade grupal traduz-se espacialmente nos tecidos das aldeias, patente nas estruturas mais agrupadas e concentradas, assim como na sua dimensão, bastante mais numerosas, na sua génese, do que os exemplos referidos no ponto anterior. Segundo Orlando Ribeiro [1989-90, p.325] estas "povoações são, no geral, arruadas, compactas, com as casas dispostas em torno da igreja, embora às vezes se distingam vários núcleos ou bairros. Entre as habitações, que pegam umas com as outras pelas paredes laterais, não há senão ruas e largos, às vezes quintais, quase nunca culturas ou arvoredos, que se dispõem à volta, no campo, em lugar perfeitamente distinto, de maneira que é sempre possível saber onde começa e acaba a povoação". Esta forma de povoamento corresponde uma organização social própria que agrupa os habitantes numa verdadeira comunidade que domina toda a exploração da terra que envolve a povoação.

Esta é a forma espacial resultante destes mecanismos e à qual Pierre George [1975, p.152] designa de aldeia dominial. Segundo o mesmo autor "esta identifica-se com o domínio, cujo centro concreto, e ao mesmo tempo o centro de comando, é a residência fortificada do chefe. A aldeia reúne todos aqueles que, sob protecção e as ordens do chefe, possibilitam ao domínio a produção de tudo o que é necessário à vida de todos. A repartição dos frutos e a natureza das relações sociais entre o chefe e os membros da colectividade podem variar segundo um número bastante grande de esquemas históricos. A aldeia está ligada ao castelo que a domina, a vigia e a protege."

Reemerge aqui um ponto fundamental no estudo destas aldeias, a permanência do centro, espaço reconhecível pela posição do castelo ou da casa senhorial, que o substitui quando as questões defensivas deixaram de ser tão pertinentes, e que ocupa um papel de destaque normalmente associado a um largo, espaço de reunião e discussão dos aldeões com o chefe.

Este espaço transporta, normalmente, até aos nossos dias o mesmo papel articulador na estrutura da aldeia, no entanto, foi alterando o seu propósito, deixando de ser símbolo do poder senhorial mas antes reconhecível como espaço para todos ou de símbolo religioso, onde se implanta também a igreja.

A existência deste centro atribui à aldeia um nível de relevância relativamente a outros aglomerados. A definição das paróquias parte deste princípio organizativo e foi ele que deu origem à delimitação das freguesias, enquanto grau administrativo como as conhecemos nos dias de hoje. Reconhecer a importância destes processos na definição e organização dos espaços rurais constitui matéria relevante na precisão com que os mesmos se definem.

Resultante da redução do seu papel protector, os chefes das aldeias, proprietários rurais, perdem funções de autoridade sobre os camponeses, levando a reivindicações crescentes por parte das populações, na época, sobre o seu domínio pretendendo a emancipação, facto que, como explica Pierre George [1975, p.154], “vem facilitar a passagem da aldeia a uma estrutura mais democrática, quer através da divisão da propriedade, quer por separação de uma função dominante consagrada pelo levantamento da renda rural e pelo exercício da acção produtiva a cargo da colectividade aldeã”. Nesta situação, quer condicionantes defensivas ou de servilismo perante uma figura de poder esmorecem, a aldeia deixa de estar contida nos limites anteriormente definidos e novas estruturas estão libertas de certas demandas de localização, que determinaram as mais antigas.

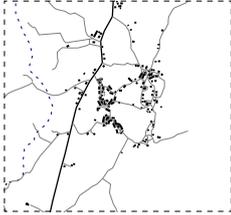
Segundo o mesmo autor [1975, p.155] esta tipologia de aldeia, “implantada onde o fundador do domínio rural considerou útil ou prudente, ou sujeita a um senhorio ou convento, frequentemente pendurada num local que a tornou inexpugnável, reencontrou na época moderna, e sobretudo ao longo do último século, a liberdade de se reorganizar, transferindo-se ou desmultiplicando-se em função de novas formas de trabalho e circulação”. Ocupando espaços anteriormente interditos, estas aldeias encontram novas possibilidades de desenvolvimento; “Desceu para a estação dos caminhos de ferro ou simplesmente para os campos. Conquistou as planícies, onde outrora se temiam febres”.

Actualmente, a leitura dos territórios onde antes as aldeias se erguiam isoladas é mais complexa. Este fenómeno é descrito por Orlando Ribeiro [1989-1990; p.318]: “sobre um fundo de aldeias antigas, compactas e espaçadas, insinuam-se casais disseminados junto das leiras com que, desde há séculos, se vem alargando a área dos terrenos de cultura”. As famílias agora livres da situação de domínio anterior deixam a aglomeração principal e vão assentar-se junto dos campos que lhes pertencem, trabalhando-os para aí produzirem alimento. Este casal sofre posteriormente um processo semelhante ao descrito no ponto anterior originando pequenas aldeias disposta espacialmente em torno de uma maior formando bandas concêntricas como se descreveu no início deste ponto.

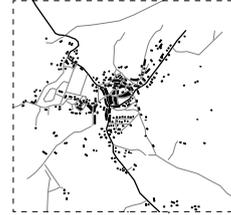
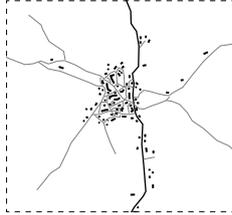
Concluindo, importa salientar como característica essencial deste tipo de povoamento as formas bem definidas e compactas, originárias de uma sociedade comunitária, se implantam em terrenos de menor intensidade agrícola e perpetuam ao longo do tempo.

PADRÕES DE OCUPAÇÃO CONCENTRADA

ABERTO

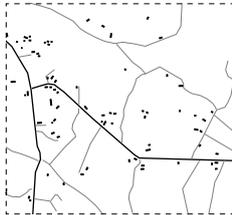
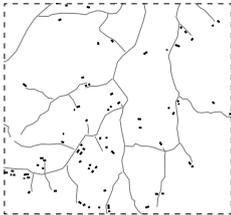


CERRADO

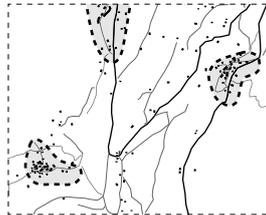
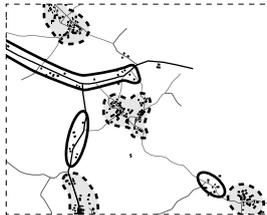
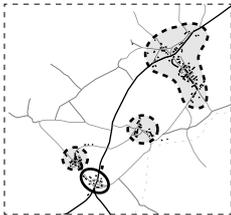


PADRÕES DE OCUPAÇÃO DISPERSA

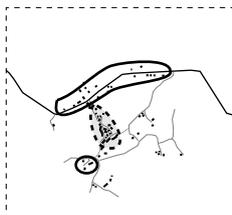
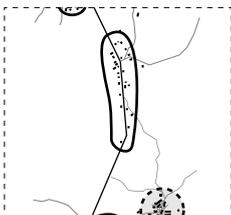
DISSEMINAÇÃO



REDE DE AGLOMERADOS



LINEARIDADES



POLARIDADES

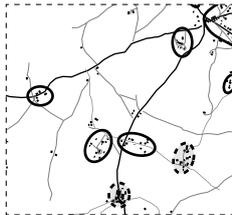
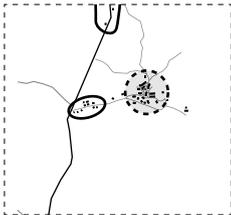
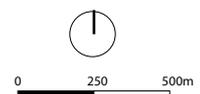


Fig 4.3. Padrões de ocupação

-  Padrão de ocupação concentrado
-  Rede de aglomerados
-  Linearidades e polaridades



4.4. PADRÕES DE OCUPAÇÃO

4.4.1. PADRÕES DE OCUPAÇÃO CONCENTRADA

Este padrão de ocupação encontra as suas raízes nas antigas “aldeias” cuja organização social tinha um cariz comunitário, no qual o ajuntamento edificado era reflexo das estreitas relações sociais que se estabelecia entre os habitantes destas povoações.

A directriz primária do crescimento de um padrão de ocupação concentrada passa, claramente, pelo alargamento das suas fronteiras formais, mantendo a continuidade entre os tecidos que os formam⁴³. O crescimento imediatamente exterior aos limites regularizados dos aglomerados desta região foi ampla consequência de fenómenos, pouco regulares, de incremento populacional para os quais muito contribuiu, durante o último século, a inversão dos movimentos migratórios a partir de 1975 com o retorno populacional das ex-colónias.

A expansão dos limites dos aglomerado, forma natural de crescimento, é designado de crescimento em coroa, segundo um modelo monocêntrico, empiricamente conhecido como “mancha de óleo”. Este tipo de crescimento procede-se a partir de um núcleo inicial, o qual tolera uma expansão gradual e, maioritariamente, regular dos limites existentes. Este procedimento mantém uma forte dependência deste núcleo original, mantendo-se este o centro de todos os crescimentos. Referente a estas povoações Pierre George [1975, p.155] comenta que, “parecem escapar sem dificuldade à transposição do esquema evolutivo que as precede, (...) o conjunto mantém-se sólido enquanto a pressão demográfica e as influências do exterior não vierem desagregá-lo e diminuir a sua coesão”, ou seja, embora permita um crescimento prolongado, este procede-se de forma gradualmente coesa a partir do antigo núcleo, conseguindo, assim, manter o modelo inicial.

Tal como o nome “mancha de óleo” indica, retrata fisicamente o alastrar progressivo das suas fronteiras, razão pela qual os vários estádios de crescimento são de fácil reconhecimento. A variedade de padrões de concentração depende, sobretudo, do grau de intimidade entre as várias edificações. Orlando Ribeiro distinguia nos seus estudos estes padrões. Segundo o mesmo autor [1989-1990; p.317], “umas vezes a aglomeração é cerrada, sem interposição de espaços cultivados, e as casas pegam umas nas outras, apenas com os logradouros nas traseiras, geralmente invisíveis para a rua. Outras vezes a aglomeração é mais ou menos frouxa, podem ver-se muros de quintais e espaços cultivados interporem-se entre os agrupamentos de casas (bairros), cada um com o seu nome próprio”. Assim, distinguem-se dois tipos de padrão concentrado, o cerrado, que se caracteriza por uma grande densidade de edificado deixando muito pouco espaço livre entre o edificado que o compõe e o aberto, cujo edificado se implanta exclusiva e sucessivamente ao longo das vias, formando quarteirões de grandes dimensões e

⁴³ Crescimento dos aglomerados segundo o modelo tradicionalmente conhecido por “mancha de óleo”, assim designado pela expressão visual deste tipo de crescimento.

deixando grandes espaços livres no seu interior.

4.4.2. PADRÕES DE OCUPAÇÃO DISPERSA⁴⁴

Na actualidade, a proliferação do veículo privado e o desenvolvimento das redes físicas de mobilidade e de transportes, consubstanciaram a extensão e dispersão territorial, principalmente da função residencial mas também de outras. As infra-estruturas e as tecnologias de mobilidade constituem o principal elemento de ruptura com os padrões sedimentares precedentes que caracterizam a origem de grande parte dos aglomerados, sendo que seguem outras lógicas que não obedecem à extensão natural dos aglomerados, contrária à “natural” mancha de óleo, antes referenciada. Segundo Ascher [2010, p.62] “o processo de urbanização e de crescimento das cidades, que acompanhou as duas primeiras fases de modernização e lhes serviu de ponto de apoio, prossegue, portanto, mas sob novas formas. O crescimento interno das aglomerações, por expansão para as suas periferias imediatas, dá amplamente lugar a um crescimento externo, ou seja, pela absorção na sua zona de funcionamento quotidiano, de cidades, de vilas e de aldeias cada vez mais distanciadas.” Também Nuno Portas [2008, p.62] descreve este fenómeno quando afirma que “a extensão das cidades deixa de se fazer na “continuidade” física e coloniza as novas ou antigas infra-estruturas entre cidades quando a

Contudo, aqui as situações são bastantes mais diversas daquelas que padronizam a concentração e, portanto, exigem uma mais cuidada clarificação sobre o contexto, origem e extensão que os caracteriza neste território particular. Os exemplos são inúmeros e vão desde a proliferação de estruturas lineares sobre o viário capilar existente, as polaridades afastadas do aglomerado dominante, a redes de pequenas aglomerações, até à simples disseminação construtiva sem outra estrutura aparente. Álvaro Domingues [2006, p.30] aponta algumas variantes ao tema da dispersão: “a dispersão por concentrações descontínuas; a dispersão linear ao longo de eixos preferenciais, a dispersão estruturada a partir da coalescência de antigos assentamentos periurbanos; o disperso por densificação e mistura funcional do território rural; a dispersão ex-novo; etc.”⁴⁵ Para além da grande diversidade por si só anexa-se a sempre presente possibilidade de encontrar conjugações entre vários padrões, o que supõe uma (re)interpretação das lógicas e padrões simples e assim lhes incrusta grande complexidade. Como explicam Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral [2003, p.44] a caracterização das diferentes realidades revela-se frágil “quando insiste num modelo dualista – a cidade e o urbano -, opondo a concentração (ou a aglome-

44 A bibliografia apresentada refere-se por norma às formas urbanas que surgem por extensão das cidades, no entanto, pela análise dos exemplos pode verificar-se que os padrões são reconhecíveis em outras forma urbanas que se inserem em contextos distintos. Como se referiu nos pressupostos teóricos deste documento, “o disperso não é rural nem urbano” [Domingues, A. 2006, p.340], podendo ser observável a mesma lógica em contextos distintos.

45 Algumas destas variantes são observáveis nos aglomerados em estudo e foram o base para a definição dos padrões aqui apresentados.

ração) à dispersão, quando de facto, se trata de algo mais complexo e interactivo.(...) Aqui se misturam processos de centrifugação ou explosão urbana a partir do crescimento de um aglomerado urbano inicial (espécie de dilatação periférica ou suburbana), formas de urbanização in situ (que já nasceram dispersas), novos padrões de urbanização de baixa ou alta densidade mais ou menos regulados por planos, etc.” No entanto, devem-se ainda distinguir de entre as formas de povoamento de origem dispersa, referidas pelo autor, aquelas de origem recente e outras de origem anterior que se relacionam com as formas de povoamento que foram expostas no ponto anterior [4.3.a.] e que são determinadas pela organização social e formas de exploração agrícola distintas daquelas que organizam a concentração. Todas as distinções que podem ser encontradas nestes territórios serão abordadas e explicadas a seguir:

a. disseminação construtiva;

A disseminação pode ser mais ou menos acentuada. A forma máxima desta é definida por um pontilhado de casas ou pequenos conjuntos edificados isolados sem definirem uma localidade e ainda sem qualquer tipo de lógica aparente que organize as várias implantações.

Este tipo de ocupação possui uma génese muito específica que a vincula à exploração de campos agrícolas, sedimentando múltiplos lugares e pequenas propriedades nas veigas⁴⁶ e vales desta região. Correspondem ao domicílio da família no interior do espaço explorado pela mesma e dos correspondentes edifícios de apoio à prática agrícola que ora se localizam junto dos primeiros ora se implantam junto das terras cultivadas. Segundo Pierre George [1975, p.149] perante esta condição encontram-se duas possibilidades: “a implantação no centro do lote – dispersão absoluta -, ou o agrupamento das habitações no ponto de contacto de quatro lotes diferentes”.

No entanto, a ocupação disseminada não se verifica em todas as áreas agrícolas, estando intimamente ligada com padrões próprios de uso do solo.

Seguindo a distinção formulada por Orlando Ribeiro [1989-1990, p. 208], a variedade de estruturas agrárias na região identifica-se com a proliferação, ou não, deste tipo de ocupação. Assim, nas áreas planas que se repartem por pequenos fundos de vale e bacias particulariza-se a estrutura agrária designada por “campo-prado do Noroeste” e caracteriza-se pela alternância entre campo no Verão e prado no Inverno, ambos regados. Estreitamente ligado ao regadio, utiliza os fundos dos vales e o começo das encostas (até 400-600m), mas detém-se na montanha pela dificuldade em elevar a água a estes territórios. Este tipo de estrutura está associado à total disseminação de povoamento em contraste com os respectivos campos de cultivo. Densos, retalhados e de grande intensidade e variedade agrícola, no qual cada proprietário trabalha individualmente a sua parcela numa íntima relação entre a casa e o campo.

46 Expressão utilizada por Orlando Ribeiro e que significa pequena planície cultivada [Dicionário da língua portuguesa, 2009]

Esta relação próxima com as áreas agrícolas demonstra o intenso sentimento de propriedade e representativo também do sistema social familiar que lhe é intrínseco, em contraste com o fraco sentimento de vizinhança que resulta do grande afastamento físico entre o edificado.

Por oposição, encontra-se a estrutura agrária que dá pelo nome de “campos abertos do Norte interior”, amplamente relacionada com padrões de ocupação concentrada [4.4.1] e que embora também bastante produtiva se identifique pela menor abundância de água e, conseqüentemente, menor intensidade agrícola e outros tipo de culturas, onde predomina o cereal. “Clima menos chuvoso, ribeiros encaixados cuja água é difícil de elevar; clima contrastado, terras planas, onduladas, até ao cimo das montanhas, que são quase sempre nesgas de planalto. Povoamento aglomerado em aldeias médias e pequenas, com exclusão do lugar de casas esparsas e do casal espalhado pelo campo. Pequena propriedade, mas hábitos de exploração colectiva que a sujeitam a uma sorte de disciplina de conjunto” [Ribeiro, O., 1989-1990 p.218].

Retrocedendo às primeiras estruturas agrárias referidas, que se identificam com os padrões de ocupação difusa, importa ainda referir que estes territórios são compostos por uma densa rede de caminhos, estreitamente relacionada com a matriz reticular das parcelas fundiárias que, neste caso, são maioritariamente de pequenas dimensões. Esta rede serve de suporte ao acesso a todas as explorações agrícolas e, por isso, está largamente relacionada com os limites das propriedades, que, como se referiu antes, sendo de pequenas dimensões determina uma maior densidade de caminhos.

Estes territórios padronizam assim estruturas que são “parentes próximos” daquelas que se observam na região do Minho, assemelhando-se na sua globalidade, pelo que tendencialmente poderão ter evoluções semelhantes. As pressões exercidas nestes territórios associam-se normalmente à divisão parcelar dos campos agrícolas aquando do crescimento da família. Nestas situações a disseminação pode manter-se inalterada se os novos edifícios se localizarem junto dos primeiros, formando casais, ou podem intensificar-se, se estes se forem implantar junto dos campos cultivados que lhes pertencem. Em qualquer dos casos a situação é circunscrita às bacias aluviais e início das encostas que as ladeiam e nasce da relação próxima com a “terra” e dependência daquilo que dela produzem.

No entanto, este mesmo tipo de ocupação nem sempre, na actualidade, relata a história e a continuidade com a sua origem. É possível observar este padrão de ocupação em contextos diversos que se distanciam da prática agrícola. Porém, os fundamentos da implantação de tal ausência de ordem narram pontos de contacto com a exposição anterior. Esta forma de disseminação expõe uma mesma vontade de isolamento e um forte sentimento de individualidade que não dependendo da necessidade agrícola é expressão das sociedades actuais. Segundo Álvaro Domingues [2006, p.27], “chegados ao início do séc. XXI, a expansão e fragmentação das formas urbanas, em grande parte explicadas pela infra-estrutura rodoviária e pela banalização do uso do automóvel, tomam formas diversas. A intensidade da vida quotidiana das populações acarreta uma vontade de afastamento e isolamento e esta vontade espacializa-se

na construção do edificado. Também, a facilidade de mobilidade proporcionada pelo veículo próprio nega a necessidade das populações viverem em continuidade física. Estes dois factores associados estabelecem a causa originária deste padrão de disseminação nos tempos actuais. O primeiro ponto antes expresso é ainda um bom orientador para situar os meios em que prioritariamente se desenvolvem. O frenesim diário que identifica a vida das pessoas quer contrastar com a tranquilidade que procuram, estando o contacto directo com a natureza nas premissas dessa procura. Assim, os lugares com especiais atributos naturais e/ou vegetais, são disso exemplo os vales, cujas vistas imponentes associadas a uma particular envolvente vegetal, tornam-se espaços privilegiados para a proliferação deste tipo de ocupação e acabam por exercer pressões de vária ordem, amplamente relacionadas com a protecção destes espaços únicos.

Assim, a disseminação é um padrão de ocupação que pela pluralidade de lógicas na implantação do edificado remete para estruturas que no capítulo anteriores foram designadas de “tecidos indefinidos”, exactamente pelo facto de estas não conjugarem uma associação entre os vários elementos morfológicos, sendo que se deparam com ausência de algum deles ou mesmo ausência de relações entre eles. Resultam, predominantemente, de uma vontade singular, alheia ao meio estruturado que a envolve.

.outros tipos de dispersão (tecidos fragmentados)⁴⁷

Se no primeiro grupo, acima exposto, a dispersão era sinónimo de desorganização, significando ausência de lógicas estruturadoras ou a incapacidade para as conseguir identificar, no ponto presente caracterizam-se aquelas estruturas cujas lógicas são identificáveis e passíveis de serem (re)inventadas e organizadas e, por isso, também estudadas e conjecturadas noutros casos e situações. Assim, o que acontece neste grupo de padrões de ocupação difusa é algo bastante dissemelhante ao que acontece no caso anterior; uma vez que, neste caso encontram-se diferentes tecidos estruturados que pelas circunstâncias em que se desenvolveram ditaram que estes se implantassem espacialmente separados, ou seja, contrariamente aos “tecidos indefinidos”, característicos do ponto anterior; nesta situação os tecidos encontram-se espacialmente fragmentados pelo território sem experienciarem continuidade física entre eles, situação esta típica, por sua vez, dos padrões de ocupação concentrada.

A delimitação e numeração das possíveis situações é difícil e sua circunscrição a este universo requer a capacidade de se abstrair das possíveis variações de escala e de as reconhecer pela sua identidade própria.

47 Nuno Portas [2008, p.62] explica que “correntemente atribui-se o termo “dispersão” ao crescimento aleatório por novas “urbanizações” ou condensações de núcleos”, expressão que se refere ao padrão de dispersão caracterizado na alínea anterior e “o termo “difusão” ao espalhar-se da vida e construção urbanas com base no cadastro e infra-estrutura rurais ou aproveitando a proximidade de instalações de trabalho entretanto deslocalizadas ou reformadas”, que representam os padrões cuja identificação se apresenta a seguir. Esta distinção define-se pela aleatoriedade ou não na definição das formas urbanas.

b. rede de pequenas aglomerações ou aglomerados em colmeia⁴⁸;

Este padrão caracteriza-se por ser uma estrutura polifocal que congrega aglomerados de pequenas dimensões, em igualdade de circunstâncias e com uma identidade toponímica. Embora detenham características identitárias próprias e a sua leitura enquanto indivíduo seja clara, dada a sua proximidade a analogia de conjunto é particularmente interessante, sendo que a morfologia evolutiva deste tipo de ocupação mostra grande aptidão para se alterar e construir novas formas. Torna-se, por isso, relevante que se contextualizem estes aglomerados nesta região e se perceba as dinâmicas que integram.

Típicos na região em terras de planalto, este tipo de ocupação encontra a sua origem, curiosamente como no caso anterior, nas quintas de exploração agrícola, no entanto, as circunstâncias ditaram processos evolutivos diferentes e, conseqüentemente, diferentes padrões de ocupação. Com a desvalorização do solo agrícola, a pouca fertilidade dos solos, o clima agreste em adição à transferência de população trabalhadora desta actividade para a produção industrial ou outras, determinou o abandono destas terras que se converteram ao braviao. Esta condição originou uma inversão no processo evolutivo que se descreveu no ponto anterior e os mesmos conjuntos edificados, as quintas, cujos habitantes se dedicavam à agricultura e ao pastoreio, evoluíram formando casais e pequenas localidades nas proximidades umas das outras. Estes conjuntos, que constituem por si só um padrão específico de dispersão, podem ainda integrar outros que, neste caso, processam raciocínios diferentes e que alteram as lógicas originais.

Assim, é possível a observação neste tipo de estrutura de duas dinâmicas diferentes: uma que é própria deste padrão em rede que segue a tendência de manter bem definidos os vários núcleos que a constituem, conservando o conjunto polifocal característico; a outra é divergente da anterior se não mesmo oposta e constitui por si só outro padrão de ocupação dispersa que pode estar ser encontrado em associação com este último ou isoladamente.

c. estruturas lineares sobre o viário existente;

O (re)desenho das estradas nacionais ou municipais durante o último século foi sinónimo da sobreposição de novos elementos, muitas vezes desconectados com a situação existente e que vieram redefinir as lógicas em processo. Esta situação pode ser pragmática em qualquer aglomerado, porém, é particularmente transformadora nos aglomerados em colmeia, pela possibilidade de aglutinar as partes num núcleo único, experiencia contrária à sua origem polifocal.

Estruturantes na composição do território, as vias de comunicação, organizam uma cadeia de re-

48 Exemplo de uma forma urbana de padrão disperso cuja origem não é moderna e que se definiu pela organização social que se lhe associa a sua génese.

lações e permitem a ligação entre todas as povoações e destas com aquelas que são administrativamente mais influentes. De especial relevância por serem aquelas que ligam as povoações mais importantes, estas vias estruturantes, foram sendo alvo de transformações para possibilitar que estas se tornassem vias com melhores condições e que permitissem trajectos mais rápidos. Então, neste caso, porque não existe um aglomerado dominante, estes itinerários desenham-se desconectados com as povoações, afastando-se do centro das mesmas e deixando de estabelecer um papel estruturante no desenho do seu espaço interno.

Contudo, estes elementos passam a constituir um ponto atractivo que leva as populações a afastar-se do núcleo central e a implantar as suas habitações ao longo desta linha, um importante ponto de circulação, mantendo ainda assim alguma proximidade com o(s) povoamento(s) original(ais). Esta constitui a caracterização deste padrão, que se identifica quando a própria via é o elemento que vincula a implantação de população afastando-as dos núcleos respectivos. Para além deste elemento, estruturador de novas formas de povoamento, também os caminhos ou estradas de ligação da povoação com esta via passam a entender-se como potenciais áreas de crescimento.

Assim, as possíveis áreas de expansão destes aglomerados deixam de ser as vias estruturantes dos tecidos destes aglomerados e introduzindo-se uma lógica alternativa, cujo fundamento se encontra na maior e mais fácil mobilidade e no redesenho das estruturas existentes (e virtuais).

O conhecimento destas situações compromete uma reflexão que, distinga vias e considere a extensão, ou seja, troços de vias habilitantes ou não para efeitos de construção, dependendo do contexto e dos possíveis conflitos com outras lógicas.

a. polaridades⁴⁹;

Este padrão distingue-se pela manifestação de novas estruturas relativamente longe do núcleo original. Conseguem-se, portanto, distinguir dois tipos de núcleos: um núcleo mais antigo, com formas irregulares e mais envelhecido e outros, cujas estruturas seguem um traçado regular, maioritariamente paralelo e perpendicular.

A necessidade ou vontade de afastamento relativamente a núcleos já existentes implica um motivo que determine essa separação. Ao longo da história vários foram sendo os motivos que ocasionaram tais acontecimentos, sendo que o exemplo anterior pode ser considerado um exemplo muito particular desta situação. Também as relações que se estabelecem entre os pequenos aglomerados, ainda que as suas origens sejam remotas, e os centros urbanos em torno dos quais gravitam são apreciadas como novas polaridades. A definição implica que exista um aglomerado de maior dimensão que exerça

49 Expressão utilizada por Álvaro Domingues [2006, p.30] para definir lugares emergentes num sistema policêntrico, que encontram nas infra-estruturas e na distribuição das funções os principais referentes para a sua definição.

uma posição de domínio relativamente às polaridades existentes ou que possam vir a existir e que deste dependem em grande parte.

A necessidade ou vontade de afastamento relativamente a núcleos já existentes implica um motivo que determine essa separação e é aqui que se particularizam os vários contextos em que se sucedem, sendo que o principal motivo está relacionado com a mobilidade das populações.

A construção da rede ferroviária nacional foi um importante marco, uma vez que constitui um veículo importante de circulação, semelhantes com as vias que antes se descreveram. A chegada deste meio de transporte à região aconteceu no final do XIX com a construção das linhas ferroviárias da Beira Alta, ligação entre a Pampilhosa (correspondência com a linha do Norte) e Vilar Formoso, e da Beira Baixa que faz a ligação entre a linha anterior na Guarda e Lisboa. As estações de paragem da rede ferroviária posicionam-se normalmente afastadas das povoações, uma vez que esta se desenvolve em terras baixas ao contrário das aldeias que preferiam os territórios das encostas, mais elevados. Tornam-se assim também pontos atractivos para a fixação de população que aí trabalha ou de alguma forma desta depende, constituindo pequenas aldeias junto desta nova função.

Actualmente as vias-rápidas e os nós que as articulam são a principal infra-estrutura indutora de crescimento urbano. O crescimento processa-se em função da velocidade com que circula entre vários pontos. Segundo a autora Cristina Bispo [2008, p.41] “este corresponde a uma terceira lógica evolutiva, a do funcionamento em rede, menos hierarquizado, independente e com polaridades pluri-funcionais”, sendo o primeiro a extensão dos limites dos aglomerados e o segundo a urbanização das vias principais de comunicação formando coalescências entre povoações. A mesma autora refere que este padrão rompe com a continuidade da “escala humana”, de proximidade, mais ou menos espontânea dos modelos antes descritos.

Como no ponto anterior, a procura de novos pólos de fixação está dependente de um mais fácil acesso a vias de comunicação ou, por outro lado, à implantação de uma nova função num ponto afastado. Neste conjunto distinguem-se, por isso, os pólos industriais ou equipamentos. Estes elementos conseguem, na maioria das vezes reunir ambas as componentes, uma vez que, posicionam-se maioritariamente junto a importantes nós viários. A implantação deste tipologia edificatória torna-se um ponto atractivo porque a sua própria construção implica a infraestruturização daquele sítio, iniciando o processo necessário para a implantação de outras construções.

Também aqui, como no episódio anterior, se verifica que os caminhos que ligam o antigo núcleo ao novo são importantes estruturas de desenvolvimento de tecidos, sendo que a grande problemática surge precisamente aí. Os territórios que se situam entre ambos os pontos urbanizados estão sujeitos a grandes pressões, estando na primeira linha de transformação tendo em conta os possíveis crescimentos. No entanto, este fenómeno não é particular dos grandes nós viários e pode ser visível também na estrutura viária nacional e municipal. A lógica que o estabelece é semelhante, a aproximação a vias de maior velocidade e facilidade de comunicação e muitas vezes, estas polaridades desenvolvem-se especificamente nos cruzamentos que fazem a ligação entre as povoações e a rede viária principal que lhe está próxima. A

característica comum a todas estas situações é a implantação de um núcleo edificado bem definido num especial ponto de interesse para as populações que o habitam, quer este esteja relacionado com funções específicas, como é o caso dos equipamento e pólos industriais, como com a mobilidade das mesmas, no caso dos nós ou cruzamentos viários.

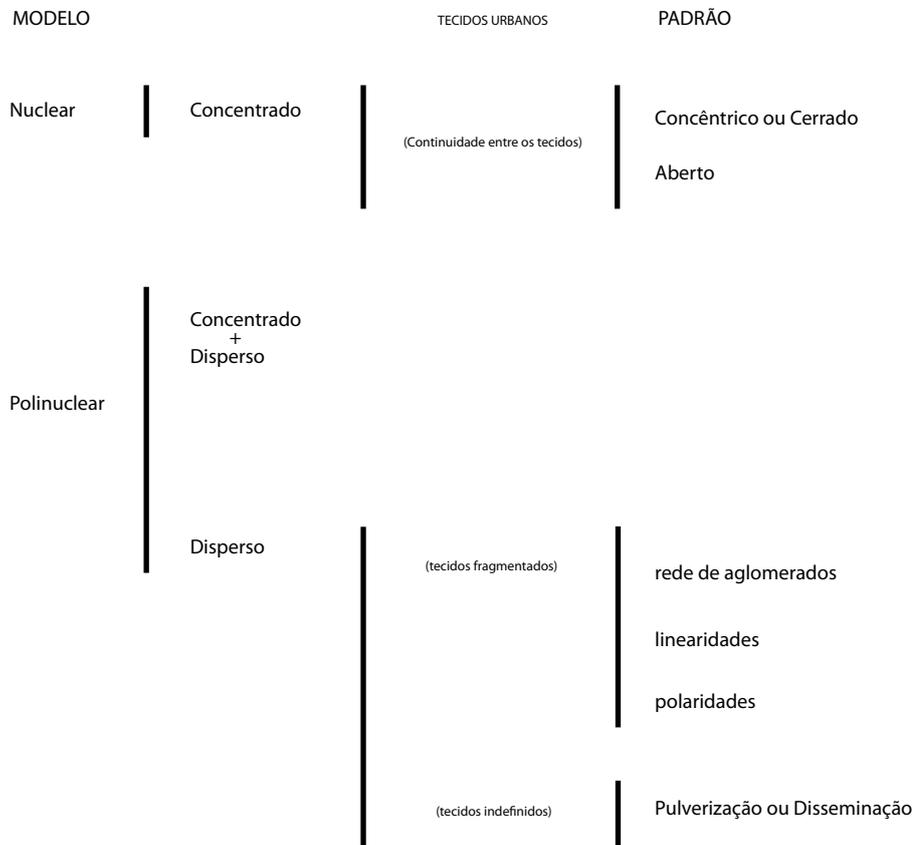


Fig 4.4. Esquema comparativo das formas de ocupação do território

4.5. SÍNTESE

O entendimento de cada uma das conceptualizações expressas anteriormente revela que algumas delas se sobrepõem e/ou se complementam. A partir deste ponto o estudo passa a referir-se quase exclusivamente aos padrões de ocupação visto serem aqueles que possuem a maior diversidade de situações mas também porque são os que agregam toda a informação apresentada. Importa, então, e em jeito de síntese deste capítulo apresentar os conceitos encadeados de forma a que permitam revelar-se como elementos de um mesmo grupo, como se documenta na figura 4.4.

Então, pela observação deste esquema é perceptível a rede de dependências que estabelecem entre eles, sendo que o modelo nuclear possui exclusivamente padrões de ocupação concentrado contrariamente aos modelos polifocais que podem apresentar exclusivamente padrões de ocupação difusa ou conjugar estes com os de ocupação concentrada. Percebe-se ainda a lógica que distingue os padrões, uma vez que, os concentrados apresentam continuidade física entre os tecidos que formam os aglomerados, situação oposta dos dispersos que espacializam a fragmentação dos tecidos ou, no caso específico da pulverização, que se refere às situações em que não é possível definir tecidos pela ausência de relação clara entre os elementos morfológicos. Por fim, denota-se ainda que é precisamente pela forma como se territorializa a fragmentação dos tecidos que se definem as várias lógicas de ocupação dispersa. Se, por um lado, os núcleos dessa fragmentação não incluem tecidos sedimentares definem-se linearidades, caso se desenvolvam ao longo de uma via, ou polaridades, em situações de maioritariamente de cruzamento. Por outro lado, se vários núcleos dessa fragmentação apresentarem tecidos sedimentares, o que os remete para uma formação mais antiga, define-se a rede de aglomerados ou aglomerados em colmeia, que expressam precisamente a proximidade entre eles.

Assim, assimiladas as conexões entre as variantes de modelo e padrão podem-se destacar quais destas características são próprias dos aglomerados estudados e através desse reconhecimento determinar grupos definidos com base na partilha dessas particularidades.

5. OCUPAÇÃO MORFOLÓGICA

DO TERRITÓRIO

5.1. TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS

5.2. CARACTERIZAÇÃO TIPO-MORFOLÓGICA

- a. Dispersão das bacias aluviais;
- b. Encostas povoadas nas depressões montanhosas;
- c. Aglomerados polarizados no planalto de uso agrícola;
- d. Aglomerados polarizados no planalto;
- e. Aglomerados em colmeia no planalto;
- f. aglomerados nucleares na faixa raiana;

5.3. SÍNTESE

Sendo que o presente estudo se debruça sobre o povoamento, encontrou nas possíveis variantes das suas formas e correspondentes variáveis a justificação necessária para o seu desenvolvimento. Delinear os processos que determinaram a forma como essas variáveis são fundamentais na estratégia de ocupação do território é resposta a uma procura que pretende enfatizar as especificidades morfológicas das estruturas povoadas na região em estudo.

Resumindo, partindo de três sistemas de povoamento identificáveis em contextos territoriais diversos [CAP:2] e, posteriormente, sujeitos a uma análise morfológica das estruturas que os compõem [CAP:3], foi possível esboçar um conjunto de circunstâncias que originam determinados padrões de ocupação [CAP:4] e que, por isso, remetem para locais e condições específicas.

Importa neste momento e em jeito de conclusão, reflectir acerca da forma como as relações entre a morfologia das estruturas de povoamento (padrões de ocupação) e o contexto territorial em que se inserem podem ser reconhecidas na cartografia “macro-escalar”, do género daquela apresentada no segundo capítulo. Consequentemente, pretende-se ponderar uma caracterização do povoamento que possa beneficiar uma leitura a esta escala a partir da identificação e territorialização das variantes tipomorfológicas das estruturas povoadas. Assim, conhecendo a distribuição das morfologias de povoamento na região poder-se-ão apoiar de uma forma sustentada os estudos regionais sobre o povoamento, uma vez que se admitem à partida variantes nas configurações que as “contiguidades urbanas” podem admitir.

Então, com o objectivo de perceber as variâncias na morfologia das estruturas que se camuflam por detrás das manchas de “contiguidades urbanas”, representação das estruturas povoadas na macro escala, o discurso posterior procura organizar um modelo de ocupação morfológica para toda a região, territorializando as variantes dominantes que se definem a partir da análise dos sistemas de povoamento consoante o contexto em que se inserem.

5.1. TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS

“Consideram-se contiguidades urbanas as manchas contínuas de construção, definidas por meio de um buffer de 50m aplicado a cada vértice do layer do edificado das cartas militares 1:25 000, às quais se subtraíram áreas inferiores a 3ha, uma vez que correspondem à concentração máxima de apenas 5 edifícios.” [cartograma “Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3 hectares”, in Relatório de fundamentação técnica - Modelo territorial do PROT- Centro, 2008; pp.15]

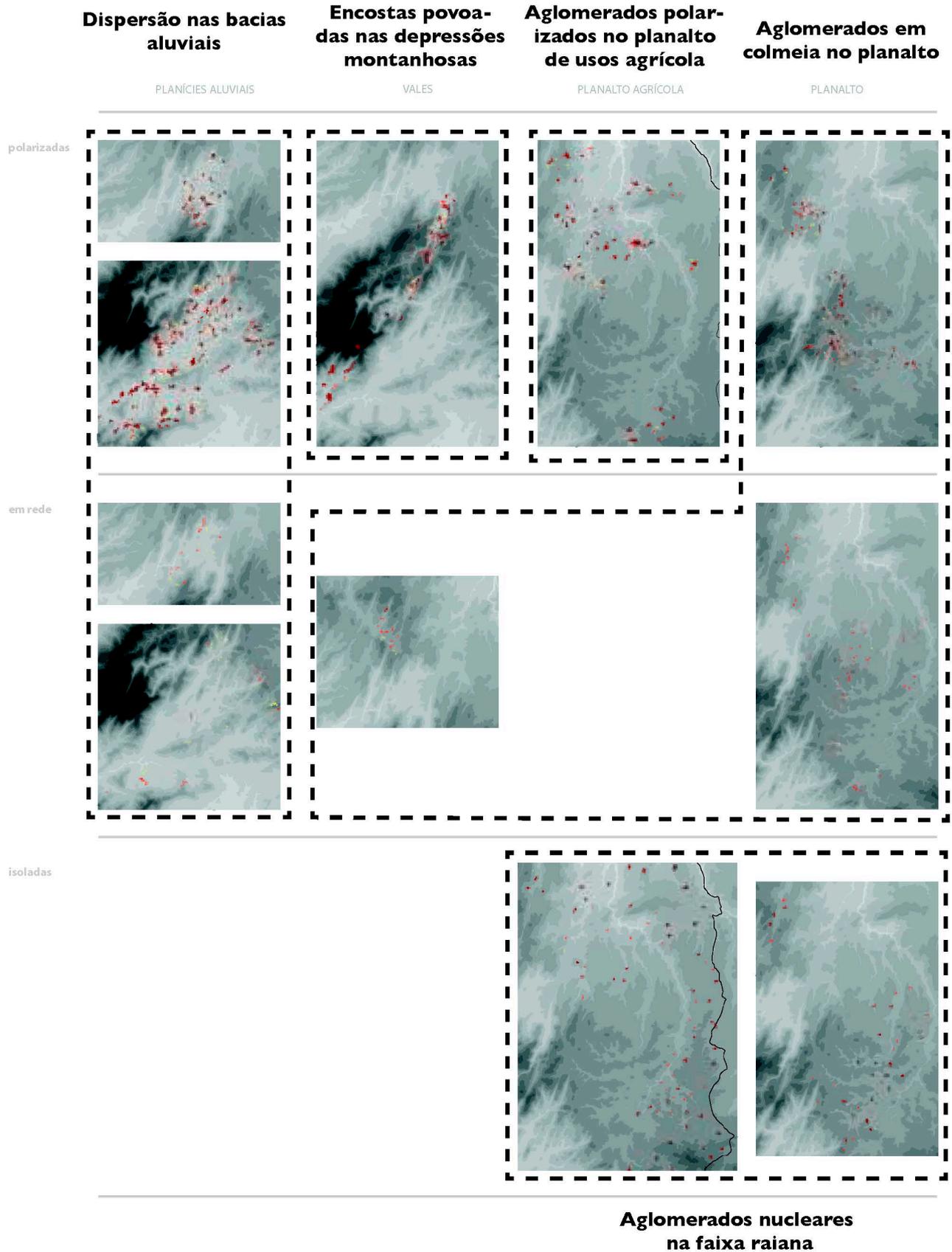
As manchas de contiguidades urbanas constituem um elemento essencial nos estudo macro-escalares do povoamento porque na sua simplicidade são expressivas da estruturação do mesmo no território. Porém, sendo elas resultado de um processo que aspira uma representação do povoamento à macro-escala, estas não são reveladoras das morfologias que definem e não deixam transparecer quaisquer diferenças entre si, nomeadamente da densidade edificatória que representam, uma vez que, apenas se definem pela proximidade do edificado, que como foi exposto antes [CAP:3], é apenas um dos elementos que caracterizam os tecidos urbanos.

Pela definição de “contiguidades urbanas”, que acima se reproduz mais uma vez, são assim consideradas uma panóplia de situações que vão desde a efectiva contiguidade construída até ao afastamento entre edifícios que pode distar, dependendo das situações, até perto dos 25m. Considerando-se esta situação, uma mesma “contiguidade urbana” pode enquadrar um conjunto de realidades diversas, bastante díspares entre si e podem até representar verdades divergentes. Importa esclarecer que a estruturação das “contiguidades urbanas” não desvenda a estruturação morfológica dos aglomerados que representam, sendo que podem revelar uma relação directa com um padrão de ocupação específico ou podem conjugar vários padrões e conduzir a formas mais complexas.

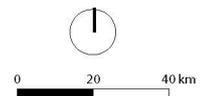
No entanto, apoiado na investigação que foi desenvolvida, é possível relacionar estes dois níveis: a estruturação do povoamento e as suas estruturas morfológicas. Para isso, foi necessário comparar as manchas das continuidades urbanas [CAP:2] com as manchas de tecidos urbanos [CAP:3] e encadear estas últimas com o reconhecimento dos padrões de ocupação respectivos [CAP:4]. Desta forma é possível perceber como são morfológicamente constituídas as manchas de continuidades urbanas segundo diferentes unidades biofísicas [CAP:2.3.2].

Este reconhecimento possibilita afirmar que uma determinada mancha de ocupação está relacionada, amplamente, com determinada(s) lógica(s) / padrão de ocupação que, por sua vez, é mais frequente ou única de determinado sítio. Ou seja, o encadeamento dos processos permite distinguir lógicas / padrões dominantes indubitáveis em locais específicos.

Pretende-se com isto, construir um modelo de ocupação morfológica capaz de apoiar a leitura de cartografia “macro-escalar” do povoamento nesta região, na qual não sendo legíveis os elementos morfológicos e as estruturas que estes compõem podem, no entanto, ser reconhecíveis a partir da tipologia morfológica que se implanta nesse contexto territorial. A caracterização tipo-morfológica que adiante se apresenta procura despertar a atenção para a diversidade de situações existentes e que podem deter significados específicos, sendo que este conhecimento pode ser transposto para outros estudos macro-escalares sem que seja necessário realizar uma análise desse género.



Quadro 5.1. Quadro resumo das tipo-morfologias com base da implantação dos tipos de povoamento segundo as unidades biofísicas (ver anexo I)



Dispersão nas bacias aluviais

Encostas povoadas nas depressões montanhosas

Aglomerados polarizados no planalto de usos agrícola

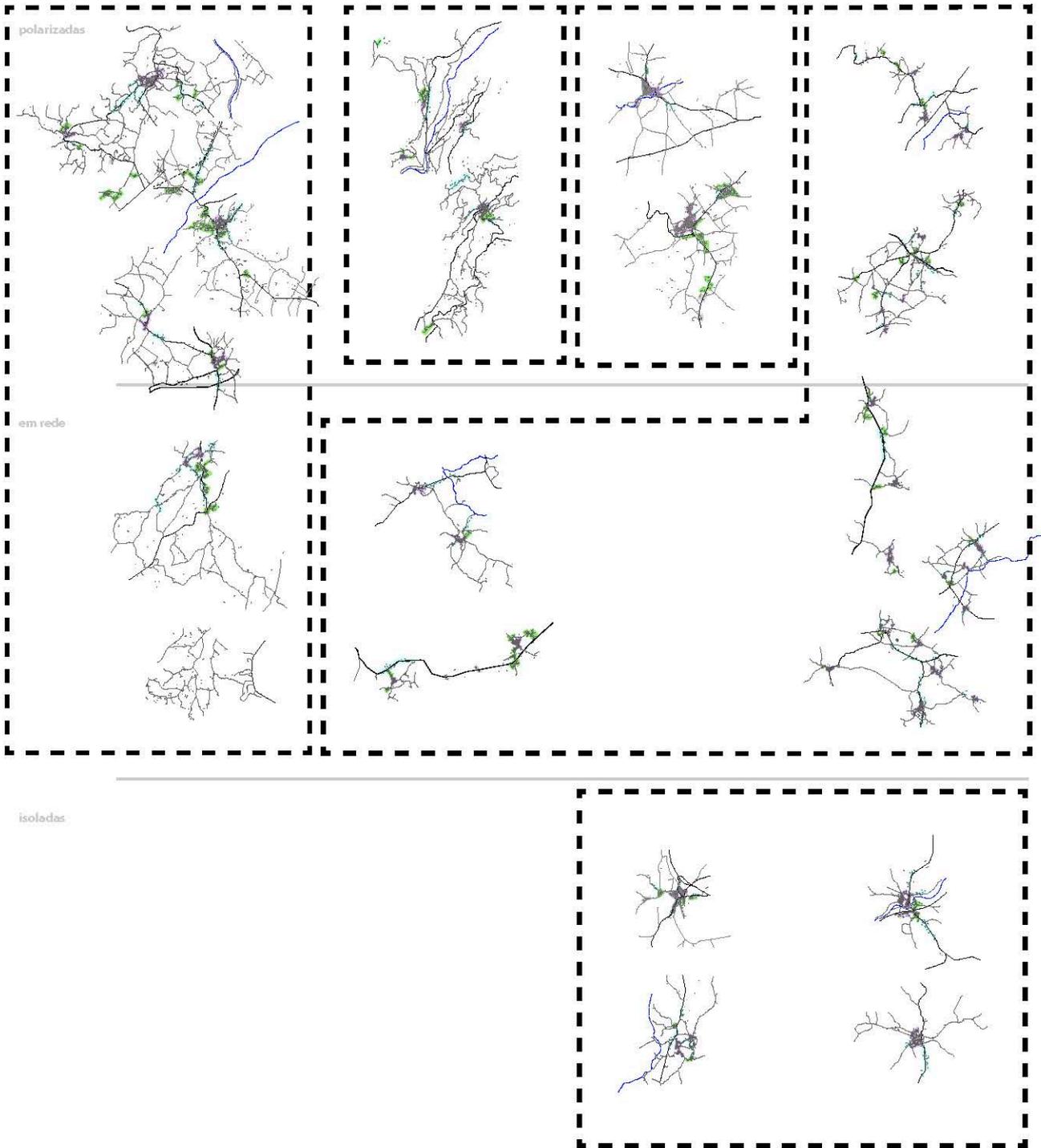
Aglomerados em colmeia no planalto

PLANÍCIES ALUVIAIS

VALES

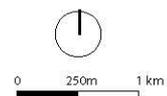
PLANALTO AGRÍCOLA

PLANALTO



Aglomerados nucleares na faixa raiana

Quadro 5.2. Quadro resumo das tipo-morfologias com base na morfologia dos aglomerados segundo as unidades biofísicas (ver anexo I)



As várias classes desta caracterização territorial do povoamento revelam, numa primeira e mais directa instância, as diferentes morfologias, ou seja, consegue distinguir cambiantes nas estruturas dos aglomerados, nas formas dos elementos que compõem essas estruturas, na sua organização morfológica e como tudo isto varia com o meio em que se implantam. Só assim se pode afirmar que um determinado tipo de estruturação morfológica é dominante de um meio específico, percebendo, então, as condicionantes que determinam tal estruturação.

No entanto, estas classes, segundo a análise que foi apresentada, revelam também as diversas formas como estas estruturas foram evoluindo ao longo do tempo, expondo as variantes na matriz evolutiva das mesmas e, por isso, estas são também expressão desse vínculo evolutivo que os aglomerados sofreram.

Então, e em resultado desta caracterização incorporar a interpretação dos vários esquemas evolutivos, pode ainda afirmar-se que esta expressa as potenciais formas de desenvolvimento dos aglomerados respectivos. Sabendo a forma como as estruturas de uma determinada tipologia se têm vindo a desenvolver possibilita que esse conhecimento seja possivelmente reconhecido em grande parte dos aglomerados dessa classe, uma vez que, partilham semelhantes origem, implantação e, conseqüentemente, também o mesmo esquema evolutivo.

Assim, esta caracterização vai para além da tipificação das diferenças morfológicas entre os aglomerados da região mas também revela variantes na forma como se poderão vir a desenvolver e, por isso, esta excede o papel de uma caracterização factual representativa da observação directa destes aglomerados e proporciona uma perspectivação de como poderão evoluir as suas estruturas, contribuindo para o que poderá ser o estudo e o planeamento da região no futuro.

Por outro lado, estas mesmas classes, sendo expressão das estruturas morfológicas que compõem são-no também das pressões que sofrem e, por isso, é plausível identificar problemas específicos de cada morfologia e/ou de cada sítio, assimilando também automaticamente a causa e ajudando, neste sentido, à reflexão que possibilite o controle dessa situação através de um planeamento específico.

Resumindo, a caracterização tipo-morfológica das estruturas povoadas que se segue, resultado de uma análise dos aglomerados segundo os padrões de ocupação que se observam, revela a enorme diversidade nas características dos mesmos. A distinção entre as classes procura ultrapassar de certa forma a rigidez dos três sistemas de povoamento segundo o meio em que se implantam e ambiciona que estas se estabeleçam agregando-os ou dissociando-os segundo variantes patentes na definição dos padrões de ocupação tendo sempre presente os seguintes pontos: morfologia, esquema evolutivo e as pressões exercidas.

5.2. CARACTERIZAÇÃO TIPO-MORFOLÓGICA

Esta última reflexão acerca das variantes morfológicas das estruturas povoadas na região em estudo enuncia as principais características de cada grupo encontrado tentando desenvolver um discurso comparativo entre eles e que enfatize tanto os pontos em que se assemelham como aqueles que lhes são exclusivos. Este discurso organiza-se segundo um esquema geral que parte de distinções mais gerais que se vão particularizando até ser possível abordar de uma forma coerente e compreensível as seis categorias tipo-morfológicas sugeridas. Este esquema decorre do facto de algumas delas não serem completamente díspares entre si e, devido as suas semelhanças, se poderem enquadrar em grupos.

Neste contexto, a primeira grande distinção observa-se entre dois grupos que distinguem as morfologias nucleares, associadas às contiguidades isoladas, daquelas que têm uma composição polifocal, que se remetem para as contiguidades em satélite e em rede. Neste campo de observação, importa ainda ressaltar que mesmo as contiguidades maiores, com áreas entre 14ha e 128ha que constituem as contiguidades em satélite, na maioria das situações não são compostas por uma única estrutura povoada mas antes por um conjunto formado por esta e outras estruturas, contrariamente ao que acontece nas contiguidades isoladas correspondentes, que são normalmente constituídas apenas por essa estrutura nuclear.

Posteriormente, e após apreendida a distinção basilar anterior, constrói-se aquela que parece ser a mais estruturante segmentação porque organiza tripartidamente as estruturas segundo o seu grau de estruturação enquanto conjunto e entre os próprios elementos morfológicos que definem essas estruturas. Especificando, os três grupos enunciados diferenciam, por um lado, aqueles que decorrem directamente do grupo das morfologias nucleares antes especificado e que se implantam maioritariamente no planalto agrícola, com especial predominância nos territórios de sequeiro junto à faixa raiana e, por outro lado, outros dois grupos que, embora ambos sejam compostos por estruturas polifocais, se distinguem pela definição das mesmas. Por isso, enquanto que um deles é formado por um conjunto de estruturas com padrões de ocupação, quer disperso ou concentrado, mas cujas estruturas apresentam formas bem definidas e delimitadas, o outro conjuga padrões de ocupação com formas exactas com a disseminação ou pulverização construtiva, cujas formas são bastantes indefinidas e presentes neste grupo.

Importa neste momento, particularizar as categorias morfológicas não apenas para mais detalhadamente as caracterizar e distinguir mas também para exemplificando melhor reconhecer os grupos mais gerais que antes foram definidos. Assim, segundo a organização tripartida antes argumentada, os aglomerados da região organizam-se segundo as seguintes tipo-morfologias:

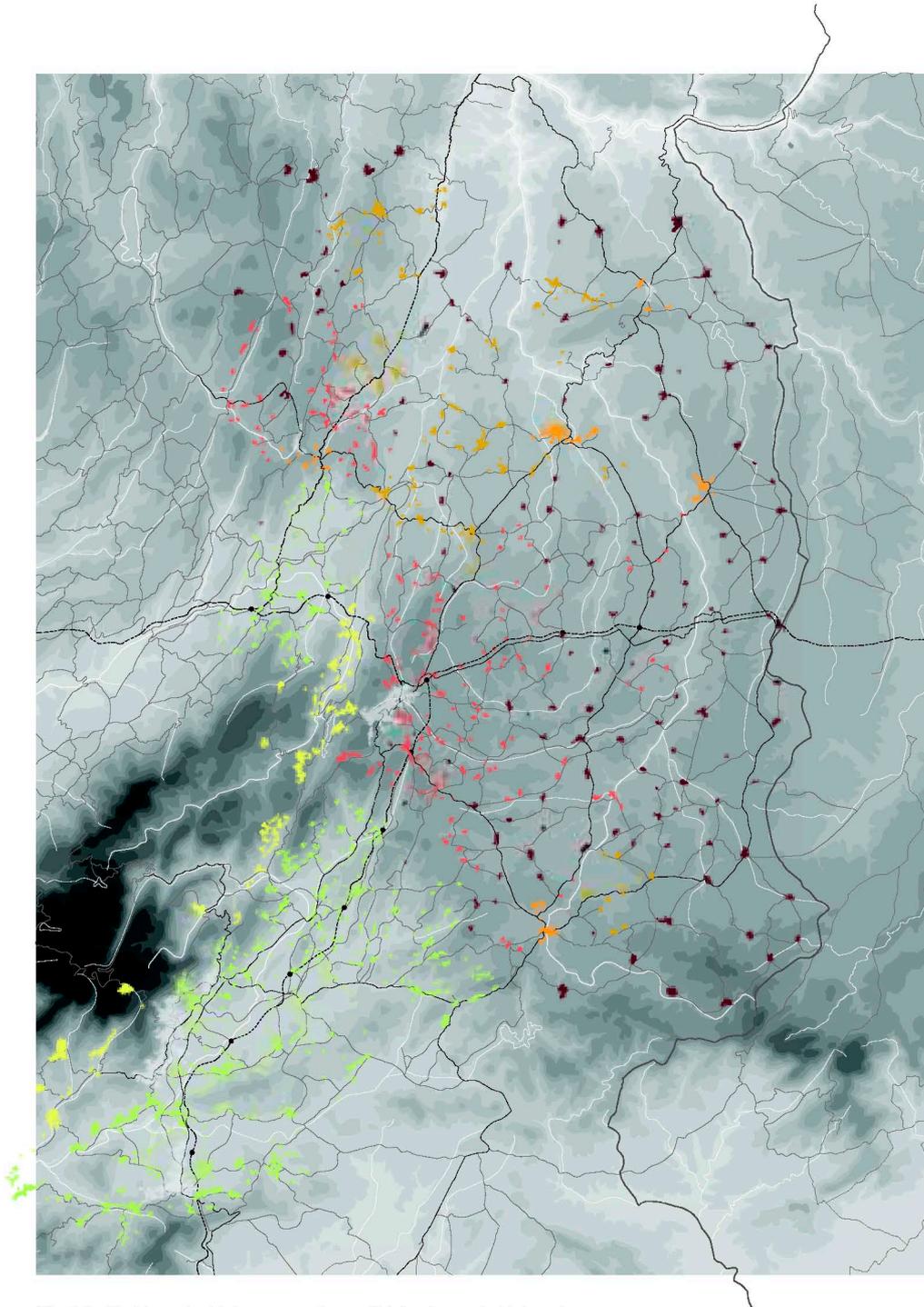
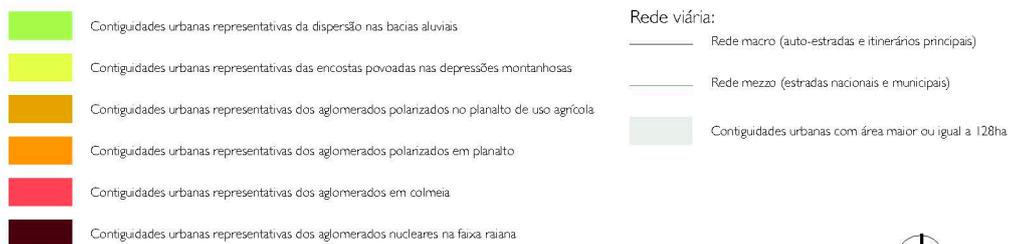
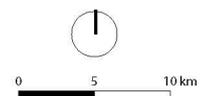


Fig 5.1. Modelo territorial da estruturação morfológica das contiguidades urbanas



.hypsometria e rede viária: Instituto geográfico do exército, [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], 2009
.contiguidades urbanas: CEAU-FAUR, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], 2008



a. **Dispersão das bacias aluviais;**

Esta tipologia define-se pelas suas estruturas com formas mais indefinidas e pela sua particular implantação nas bacias aluviais, caracterizadas pela abundância de água e grande variedade e intensidade agrícola. Nesta região particularizam-se então dois exemplos, a bacia da Cova da Beira e a bacia da Cova do Mondego, regadas respectivamente pelas bacias hidrográficas do rio Zêzere e do rio Mondego.

As contiguidades urbanas que se observam nestas áreas variam entre as contiguidades polarizadas, em maior número, e as contiguidade em rede. No entanto, visto que não se revelam diferenças morfológicas significativas entre as contiguidades de menor dimensão de uma e de outra categoria considerou-se apenas uma tipo-morfologia que agrega todas elas. Portanto, o povoamento nas bacias aluviais caracteriza-se por conjugar contiguidades de maior dimensão, com área maior ou igual a 14ha e inferior a 128ha que se situam já nas encostas e desenvolvem-se ao longo de vias estruturantes, em torno das quais gravitam outras contiguidades de menor dimensão, com área igual ou superior a 3ha e inferior a 14ha, que se distribuem desde as encostas até aos terrenos nas baixas agrícolas.

Morfologicamente, estas contiguidades revelam uma grande diversidade de padrões de ocupação, sendo que combina padrões de ocupação concentrada com outros de ocupação dispersa, onde se distinguem ainda a disseminação construtiva e outros que revelam formas mais definidas. A conjugação é diversa mas apresenta uma lógica que se remete imediatamente para o seu esquema evolutivo e para a forma como os povoados destas áreas se foram desenvolvendo.

Como foi referido acima, as contiguidades maiores, sendo que estamos no grupo das morfologias polifocais, não são na maioria das vezes constituídas apenas por uma estrutura nuclear mas antes por um conjunto de estruturas no qual se integra sempre essa estrutura de característica nuclear. Observam-se ainda linearidade e polaridades, em áreas mais próximas dessa estrutura nuclear, normalmente com afectação da rede viária principal, constituindo o desenho evolutivo da aldeia original. Por fim, no restante território distribui-se um pontilhado construtivo, disseminação, que se adensa em alguns pontos formando condensações⁵⁰ que originam grande parte das contiguidades que se observam nestas áreas, especialmente junto aos campos agrícolas e sem afectação viária, embora esta última condição não seja exclusiva.

A disseminação que se relata encontra formas distintas que se referem também a origens diferentes. Se por um lado, estes territórios são favoráveis ao aparecimento de quintas relacionadas com a intensa prática agrícola, por outro lado, também é fácil verificar que se popularizou aqui a implantação de habitações unifamiliares sem qualquer tipo de conexão com o trabalho agrícola, em boa parte ocasionada pela densa rede viária existente nesta área e pelo fenómeno que originou em todo o país o abandono em massa dos campos agrícolas que são então utilizados com outros fins.

⁵⁰ núcleos edificados formados pela aproximação e densificação de construções

Resumindo, observam-se então três níveis que se organizam aparentemente em anéis concêntricos. O primeiro, a estrutura nuclear, caracterizada pela continuidade entre os tecidos que a formam e pela presença de um núcleo sedimentado em torno do qual se estendem outros tecidos de formação mais recente. O segundo, afastado fisicamente do primeiro e podendo ser formado por vários núcleos apresentam normalmente afectação viária e correspondem a linearidades e polaridades. Estes dois padrões podem, porém, encontrar-se um pouco por toda a área desde que responda a essa condição de dependência com a rede viária principal. O terceiro nível ocupa o restante território embora as condensações que definem se espacializem maioritariamente na afectação com a rede viária principal ou no interior de campos agrícolas, onde se associam aos edificado de quintas de exploração agro-pecuária.

Finalizando a organização morfológica destas estruturas, tão procedente da forma como foram evoluindo [4.3.a], importa destacar uma última nota que reflecte acerca da grande predominância nestas áreas de contiguidades de grande dimensão com áreas superiores a 14ha. O estudo desta estruturas demonstra que grande parte destas contiguidades são formadas pelo adensamento da disseminação construtiva que assim possibilita que linearidades e polaridades que se encontram espacialmente distantes da estrutura nuclear se integrem na mesma contiguidade que a anterior. Assim, duas contiguidades com dimensões muito próximas podem revelar estruturas mais ou menos densas conforme a densidade do casario isolado nessa zona. A observação deste fenómeno permite prever que, no futuro, a proximidade entre algumas contiguidades menores resulte por aglutinação entre elas em contiguidades maiores sem que isso queira necessariamente expressar uma estrutura morfológica maior e mais definida.

Precisamente nesta matéria prevalece o grande ponto de interrogação acerca da estruturação do povoamento nestas áreas que sendo de grande potencial agrícola prevê-se que, seguindo este processo de subdivisão de terras e crescente construção e urbanização, estas sofram pressões que incapacitem o desenvolvimento agrícola destas áreas. O planeamento e a reflexão sobre as estruturas povoadas nas bacias aluviais deverá ter em conta a forma como se tem vindo a processar o desenvolvimento destas estruturas e debater as melhores estratégias para lidar com a situação protegendo os territórios agrícolas em desenvolvimento.

b. Encostas povoadas nas depressões montanhosas;

Inseridos em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, os vales encaixados dos rios Zêzere e Mondego espelham uma envolvente florestal particular destas áreas. Nos declives acentuados das suas encostas implantam-se povoados cujas características reflectem o contraste entre as espécies florestais que cobrem as encostas e as áreas baixas predilectas para usos agrícolas. De difícil acesso devido ao relevo acidentado, as estruturas povoadas destas áreas estabelecem-se preferencialmente nas encostas deixando o espaço aplanado para a produção agrícola. Assim, o povoamento que se observa nestas áreas

evidenciam dois tipos de estruturas muito particulares e que reflectem duas perspectivas sobre o meio em questão. Por um lado, aquelas que apresentam formas bem definidas nas quais se incluem as estruturas nucleares e ainda os aglomerados em rede e, por outro lado, a disseminação construtiva que se observa um pouco por todas as vertentes, chegando a ocupar os locais mais acidentados.

Pode, então, reconhecer-se que a matriz original que ocupava estas encostas com pequenos povoados evolui em dois sentidos em simultâneo; alguns destes aglomerados evoluíram nuclearmente, ou seja, mantendo a continuidade textual foram-se formando novos tecidos na proximidades dos existentes, normalmente no sentido de os aproximar com a rede viária principal; outros, pelo incremento notório das últimas décadas da disseminação construtiva, o seu esquema evolutivo passou pela formação de condensações um pouco por todo o território mas com especial enfoque para as áreas junto à rede viária principal.

Então, pode afirmar-se que este grupo, embora com pontos em comum com aqueles se caracterizou no ponto anterior; se distingue do mesmo primeiro pela matriz inicial, cujos povoados de pequenas dimensões se aproximam fisicamente entre si mas também, e sobretudo, porque raras vezes se distinguem novos núcleos estruturantes. No entanto, caso fosse necessário nomear aquela característica que os faz integrar o mesmo grupo seria claramente a pulverização construtiva que domina a paisagem. É também neste ponto que compartilham a situação que maior reflexão necessita no enquadramento das pressões exercidas nestes territórios. Neste caso em particular remete não para a pressão sobre os campos agrícolas mas para os problemas relacionados com a dispersão do casario unifamiliar que implica uma gestão diferente dos meios visto que a sua extensão de uma forma pouco concentrada implica um maior esforço no acesso à rede de distribuição de bens. Ainda neste ponto se verifica uma outra faceta da mesma conjuntura que se relaciona com a sua inserção num parque natural e de todos os problemas que podem advir do não controle desta situação, uma vez que, está em causa a pressão exercida sobre o coberto vegetal e a preservação do mesmo.

c. Aglomerados polarizados no planalto de uso agrícola;

Por último, dentro deste grupo maior, que se caracteriza pela indefinição das suas estruturas formais nas quais a presença da disseminação é uma realidade comum, integra-se ainda este sub-grupo que desempenha uma papel mediador; uma vez que, a princípios que já foram expressos nos grupos acima integra características típicas dos aglomerados nucleares de planalto.

Associadas a territórios de intenso uso agrícola do planalto, onde predomina a vinha, o pomar e o olival, as estruturas que compõem este grupo associam as estruturas nucleares com polaridades e linearidades, todas com grande definição das suas formas e concentração de casario, distintivo de terras altas e pobre em água do planalto e ainda alguma disseminação, própria de terrenos agrícolas. No entan-

to, neste último caso a pulverização está quase exclusivamente associada a quintas agrícolas, associações de dois ou três edifícios, e quase desaparece a pulverização de um único edifício. Aqui encontramos uma correspondência das linearidades e polaridades às contiguidades com afectação viária e da pulverização àquelas que não reflectem essa característica.

Descrevendo melhor este fenómeno, o que de facto acontece no planalto agrícola é que em torno das estruturas nucleares, normalmente posicionadas num ponto de cruzamento entre duas vias principais e as quais definem a morfologia da mesma, desenvolvem-se outras estruturas ao longo destas mesmas vias e de outras que se interligam com as anteriores. Para além destas é ainda possível observar outras estruturas, sem afectação viária e que são definidas pelo agrupamento de poucos edifícios, formando quintas.

Observando estes conjuntos percebe-se a relação que se estabelece entre a estrutura nuclear e as linearidades e polaridades que se desenvolvem numa relação de dependência com as anteriores. Dada a proximidade física entre elas e as vias estruturantes que as unem importa reflectir sobre a forma como potencialmente estas estruturas podem tender a unificar-se ou a agrupar-se em partes maiores. A forma em constelação, própria das estruturas de planalto, em que uma estrutura nuclear organiza outras estruturas implica uma outra forma de observar a estruturação do povoamento e impõe que esta observação reflecta acerca dos benefícios de potenciar este tipo de relações.

4. Aglomerados polarizados no planalto;

Com a caracterização desta tipologia ingressa-se num outro grupo daqueles apresentados e definidos no início desta exposição. Este grupo distingue-se daqueles em que se incluem as tipologias anteriores pelo completo desaparecimento da disseminação, sendo que a partir daqui as estruturas apresentam combinam padrões de ocupação concentrada com outros de ocupação dispersa mas nos quais não se inclui disseminação seja ela de que forma ou tipo for. Neste grupo todas as estruturas, quer aquelas que compõem contiguidades maiores quer as outras revelam formas contidas, bem definidas e possíveis de delimitar. Estes casos territorializam-se principalmente nas “terras altas”, onde o solo é menos fértil e por, isso, pouco propício à agricultura e cujas condições gerais não estimulam o afastamento das populações.

Nesta situação as estruturas satélite padronizam maioritariamente padrões de ocupação difusa nas quais se destacam as redes de pequenas aglomerações mas onde também é possível identificar linearidades e polaridades, sendo que todos estes padrões que se implantam nesta área de planalto se caracterizam pela coesão dos seus elementos reveladora desta propensão para o ajuntamento nestas áreas.

Nas estruturas que se implantam nestas áreas é possível observar uma matriz original que remete para uma composição do povoamento formada por uma rede de aglomerados de pequenas

dimensões relativamente próximos entre si que evoluíram segundo dois processos diferentes. Por um lado, distinguem-se aqueles em que um desses aglomerados pela sua posição rotular e/ou importância administrativa, como é o caso das sedes de concelho, aumentou de dimensão e destacou-se enquanto povoação polarizadora relativamente às outras. Por outro lado, pode-se observar um outro processo que remete para o (re)desenho da rede viária principal e que introduziu novas lógicas nos aglomerados deste grupo. Este potenciou novas formas de crescimento e expansão para estes aglomerados que, reconhecendo a relevância devida às vias de comunicação, encontra junto da rede viária principal os locais perfeitos para espacializar os seus crescimentos. Assim, reconhecem-se linearidades, pequenos núcleos de origem mais recente que se desenvolveram ao longo destas vias e, ainda, polaridades que surgem no cruzamentos destas com as vias de principal acesso ao centro da povoação.

Estes desenvolvimentos potenciaram o surgimento de algumas contiguidades de grande dimensão, com áreas entre os 14ha e os 128ha, uma vez que a proximidades entre os aglomerados e os novos núcleos motiva que numa leitura deste género se identifiquem enquanto contiguidades de grande dimensão.

A definição e delimitação desta tipologia é de difícil decisão, uma vez que, no seguimento do que foi dito, parece correcto considerar nesta categoria apenas às sedes de concelho ou aqueles aglomerados que apresentam morfologias idênticas, nos quais é claramente distinguível o aglomerado polarizador e os pequenos aglomerados, linearidades e polaridades que gravitam em torno deste. Os restantes aglomerados, embora representem contiguidades também elas polarizadoras, incluem-se na categoria seguinte, uma vez que, apresentam forma, morfologia e esquemas evolutivos idênticos e, por isso, podem também, no futuro, algumas dessas estruturas, seguindo o mesmo tipo de lógica, apresentar contiguidades comparáveis.

Os aglomerados polarizados tende, como foi explicado, pelo seu crescimento a "aproximarem-se" do núcleo polarizador. No entanto, outras vezes potenciam o aparecimento de novas estruturas, fisicamente afastadas das anteriores, multiplicando os focos de crescimento e colocando novas pressões sobre estes territórios.

Uma última nota refere-se ao facto de esta tipologia ser aquela que caracteriza as estruturas representativas dos aglomerados sede de concelho em todo o planalto, sendo que a única dissemelhança prende-se com o facto de em algumas delas se poder observar alguma disseminação, dependendo do facto de se implantar ou não em territórios de actividade agrícola embora não seja condição obrigatória.

e. Aglomerados em colmeia no planalto;

Retomando o discurso expresso na alínea anterior, esta tipologia refere-se aos aglomerados com estruturas povoadas com formas bem definidas, onde predomina o padrão de aglomerados em colmeia. Implantam-se particularmente nas terras de planalto e ainda em áreas, mais a Noroeste, junto ao vale do

rio Távora, nas serras do Leomil e da Lapa que faz a ligação com o planalto do Penedono⁵¹, cujas características morfológicas se assemelham às áreas rochosas do planalto da Beira Transmontana.

Estes aglomerados demonstram claramente uma matriz cuja origem remonta a quintas que pelo aumento da família e multiplicação do edificado precederam casais e, posteriormente, pequenas aldeias. Este fenómeno é facilmente reconhecido pela proximidade entre eles revelando que o tamanho dos terrenos respectivos em torno das povoações são de menores dimensões do que aqueles que rodeiam as grandes aldeias, cujos terrenos eram propriedade colectiva. A própria dureza destes territórios, com grandes áreas de rocha nua, impossibilitavam a fixação de grandes povoações, acabavam por se implantar aglomerados de pequenas dimensões em alguns espaços livres mas que permitiam a sobrevivência de pequenas povoações.

Estes aglomerados, com o (re)desenho da rede viária principal, testemunharam a redefinição dos seu esquema evolutivo que expressava o seu crescimento ao longo das vias que estabeleciam a comunicação entre os diferentes povoados, acabando por tendencialmente os aproximar cada vez mais ou até unir. Actualmente, reconhecendo a importância das vias de comunicação, as populações preferem os espaços junto a estas estruturas para se fixar, acabando por criar linearidades ao longo destas e polaridades nos cruzamentos de particular relevância e redireccionando a lógica de crescimento por continuidade para uma lógica de desenvolvimento pela criação de novos núcleos povoados. Este processo densifica o pontilhado de estruturas que cobre os territórios de planalto e embora estes novos núcleos mantenham as características de coesão dos aglomerados dos originais permitindo a fácil delimitação de cada núcleo, torna cada vez mais problemática a definição do início e o fim de cada povoação. Potencialmente, no futuro, algumas das contiguidades com áreas entre os 3ha e os 14ha, representativas das estruturas que compõem estas áreas, se transformem, por aglutinação, em contiguidades maiores, devido à proximidade entre elas e caso se observe o progressivo aumento das mesmas. O estudo de como se estão a transformar estas estruturas e bastante importante na distribuição da rede de equipamentos sociais e da rede de estruturas, uma vez que, pode ser a resposta para a repartição correcta destes meios às populações que os usam.

Importa, ainda, salientar que são notórias as dissemelhanças entre os aglomerados desta tipologia provocados, sobretudo, pelas diferentes conjugações que os vários padrões de ocupação dispersa podem concretizar. Se, por um lado, é visível que quanto maior é a dureza do solo maior é o predomínio dos aglomerados em colmeia, por oposição, nos territórios que se aproximam daqueles que exprimem grande actividade agrícola, estão mais patentes as linearidades e as polaridades, embora todos eles reflitam marcadamente uma propriedade comum a todos eles, a grande definição da sua forma.

Isto permite reflectir acerca da definição das tipologias morfológicas aqui apresentadas, reco-

51 Como escreve Cancela d'Abreu et al. [2004, p.31] acerca desta unidade de paisagem, "a paisagem é sobretudo marcada pelas grandes extensões de um ondulado geralmente suave, a uma altitude relativamente elevada (superior a 600 ou mesmo a 800), (...) Os solos são relativamente pobres, pouco espessos, ocorrendo com frequência afloramentos rochosos, sobretudo associados às encostas e áreas mais elevadas".

nhecendo que as morfologias não são estanques e fáceis de delimitar, sendo impossível traçar uma linha que estabeleça a fronteira entre uma tipologia e outra. Da mesma forma que o meio se vai alterando também a estruturação do povoamento vai reflectindo essas alterações e em alguns pontos mistura as morfologias de uns territórios com as de outros, sendo que não existe a dispersão por si só nem concentração pura. Também a apresentação e ordem das tipo-morfologias aqui expostas reflectem esses processos de transmissão de características de umas tipologias para outras em reflexo, muitas vezes da transposição de algumas características naturais do meio em que se implantam, desde a disseminação até ao máximo de concentração.

4. aglomerados nucleares na faixa raiana;

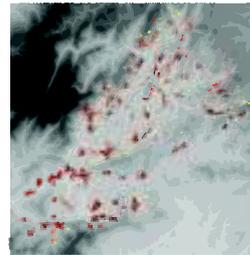
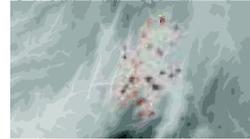
Como já foi mencionado, os aglomerados nucleares correspondem com exactidão ao grupo das contiguidades isoladas e referem-se a aglomerados implantados maioritariamente no planalto agrícola de sequeiro. As contiguidades isoladas caracterizam-se, tal como a sua toponímia indica, por não estabelecerem relações de proximidade com outras. O afastamento destes povoados, carácter fundamental dos mesmos, torna-se também a sua maior debilidade, uma vez que este afastamento físico se repercute na maior dificuldade de circulação entre eles e, portanto, de partilha da rede de equipamentos e outros.

As estruturas que estas contiguidades revelam são reflexo de sociedades comunitárias e dominam quase por completo a faixa Este da região, distanciando equitativamente umas das outras. Este grupo é aquele cujas formas nucleares são transversais a todas as escalas e se perpetuam legíveis da morfologia do próprio aglomerado à contiguidade que lhe corresponde. Caracterizam-se por definirem estruturas nucleares que, por sua vez, enunciam padrões de ocupação concentrado, maioritariamente fechado. No entanto, é possível distinguir a variante do padrão de ocupação concentrado aberto que se localiza na zona de planalto agrícola de vinha, no qual o contínuo edificado se implanta ao longo dos caminhos que estruturam as povoações, deixando amplos espaços livre entre eles. O processo evolutivo destes aglomerados mostram alguma facilidade em continuar a tradição de coesão das formas, no entanto, este processa-se sempre para além dos seus limites quando potencialmente poderiam ser densificados no seu interior.

Estes aglomerados implantam-se sempre sobre a rede viária principal, sendo que a sua estrutura morfológica é definida na integra pelo atravessamento de uma destas vias ou, na maioria das vezes pelo cruzamento entre duas. O esquema evolutivo destas povoações mostra o crescimento das mesmas através da continuidade física entre tecidos, primeiramente ao longo destas vias, e, posteriormente, fechando esta teia. A forma estrelar que estas povoações revelam reforçam esta centralidade. O aglomerado é o centro de tudo e, por isso, o domínio sobre todos o território à volta. Todos os caminhos vão dar a um sítio, o centro da aldeia.

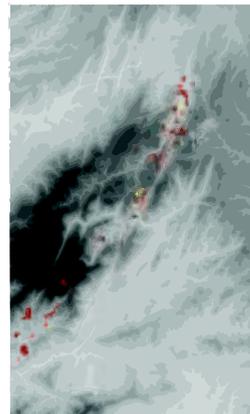
a. Dispersão nas bacias aluviais;

- . modelo polifocal;
- . implantadas nas bacias aluviais, Cova da Beira e Cova do Mondego, predominantemente, aglomerados maiores nas encostas e a dispersão estende-se até às baixas agrícolas;
- . combina padrões de ocupação concentrada com padrões de ocupação dispersa:
- . polaridades, junto aos nós viários e pólos industriais
- . linearidades, ao longo da rede viária
- . disseminação: associada a quintas agrícola e simples pulverização contrutiva



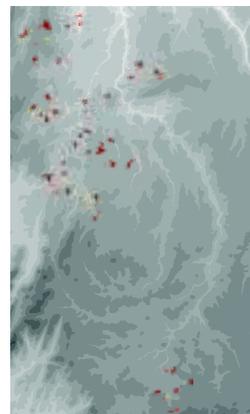
b. Encostas povoadas nas depressões montanhosas;

- . modelo polifocal;
- . implantadas nos vales encaixados do rio Mondego e Zêzere;
- . rede de aglomerados, de pequenas dimensões que se vão implantando nas áreas mais protegidas dos vales
- . disseminação: simples pulverização contrutiva

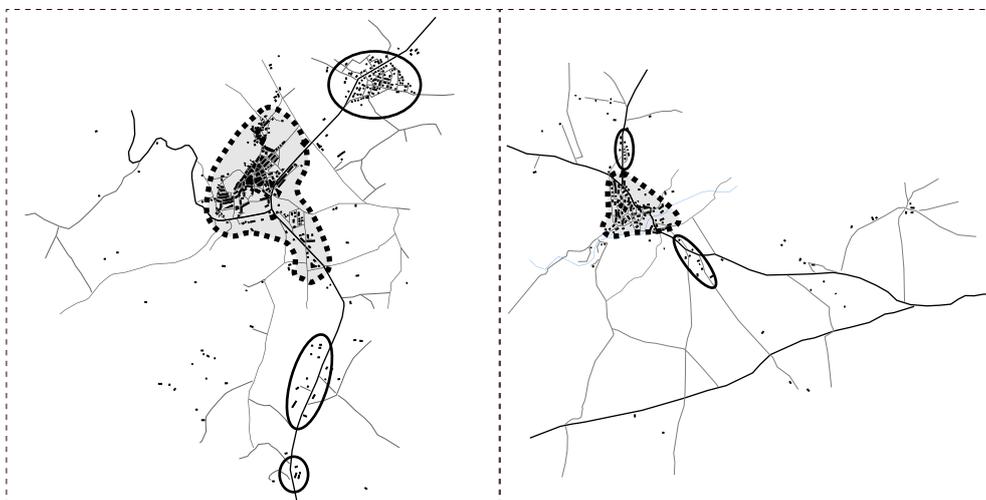
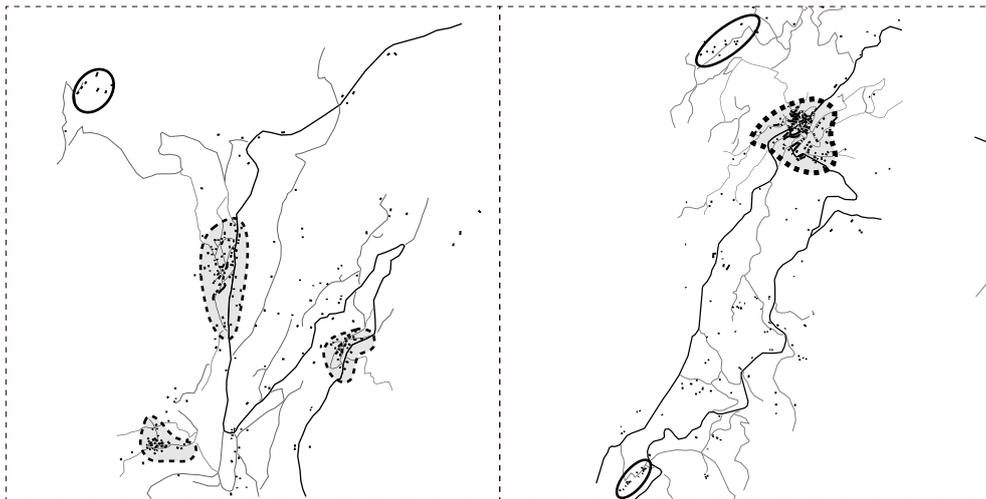
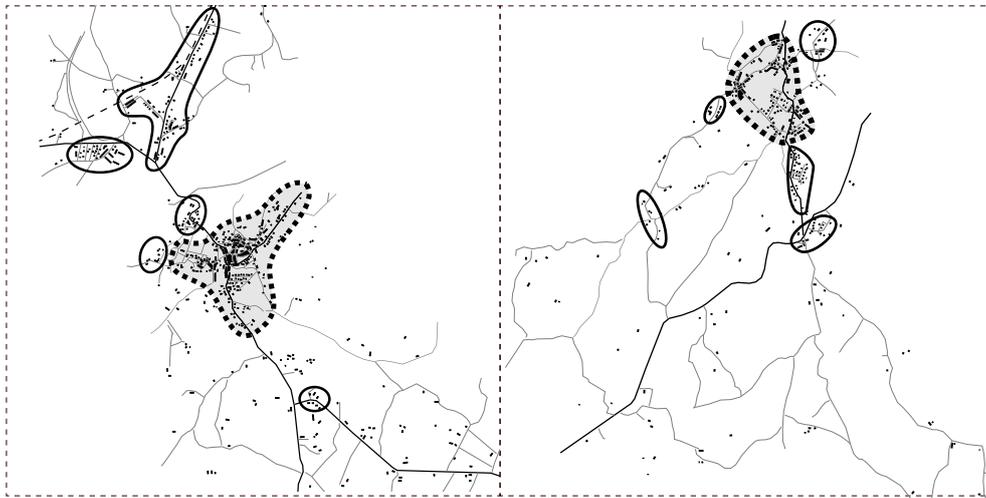


c. Aglomerados polarizados no planalto de uso agrícola;

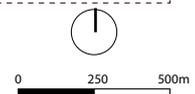
- . modelo polifocal;
- . implantadas no planalto com uso agrícola, predominantemente a vinha mas também o olival e o pomar ;
- . combina padrões de ocupação concentrada com padrões de ocupação dispersa, dispostos de uma forma concêntrica em que o núcleo com padrão concentrado é o centro:
- . polaridades:
- . linearidades;
- . disseminação: quintas associadas à exploração agrícola



EXEMPLOS DE AGLOMERADOS ESTUDADOS QUE MELHOR REFLECTEM AS CARACTERÍSTICAS DAS TIPOLOGIAS

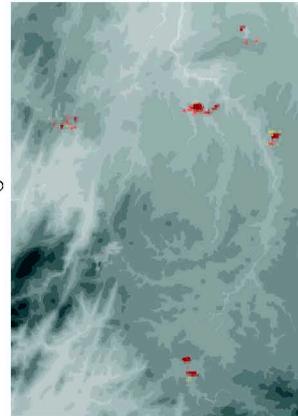


-  Padrão de ocupação concentrado
-  Rede de aglomerados
-  Linearidades e polaridades



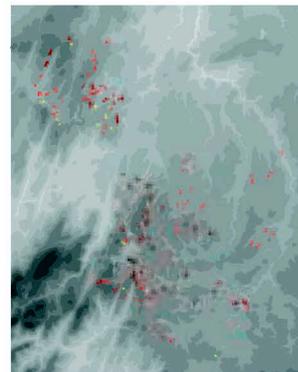
d. aglomerados polarizados no planalto;

- . modelo polifocal;
- . implantadas por todo o planalto, esta tipo-morfologia refere-se às sedes de concelho que pela sua dimensão e importância administrativa polarizaram aglomerados de menor dimensão nas proximidades;
- . combina padrões de ocupação concentrada com padrões de ocupação dispersa, dispostos de uma forma concêntrica em que o núcleo com padrão concentrado é o centro;
- . rede de aglomerados, de pequenas dimensões;
- . polaridades: novos núcleos habitacionais nas proximidades do aglomerado principal;
- . linearidades: ao longo das vias de acesso ao aglomerado principal.



e. Aglomerados em colmeia no planalto;

- . modelo polifocal;
- . implantadas no planalto com solos rochosos e com grandes áreas de afloramentos rochosos ;
- . padrões de ocupação disperso;
- . rede de aglomerados, de pequenas dimensões em proximidade uns com os outros;
- . polaridades, nos cruzamentos das vias principais com aquelas fazem a ligação até ao centro da povoação;
- . linearidades, ao longo da rede viária principal, cujo traçado contorna estes aglomerados.



f. Aglomerados nucleares na faixa raiana.

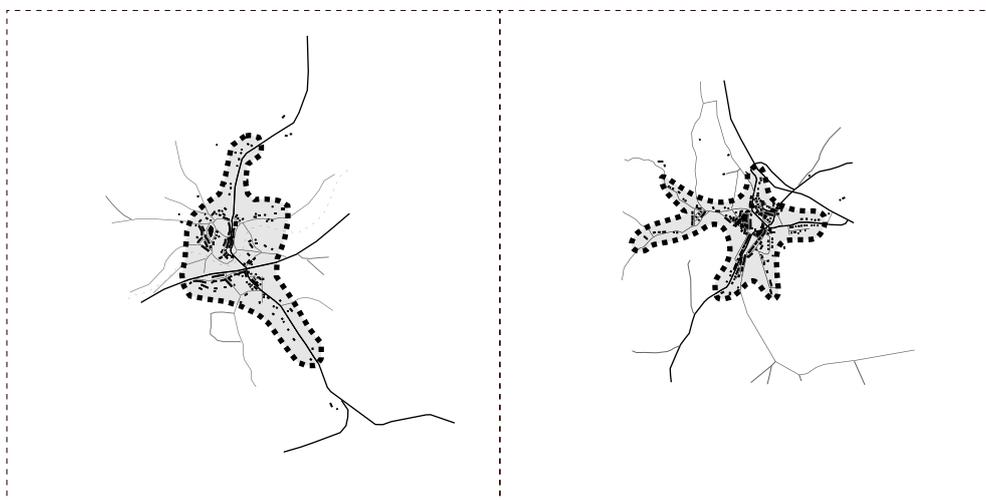
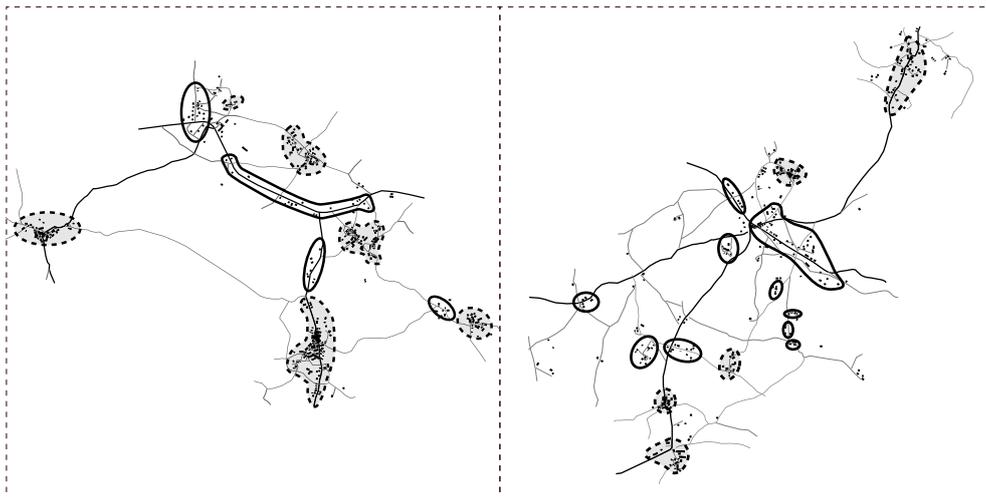
- . modelo nuclear;
- . implantadas maioritariamente no planalto agrícola de sequeiro acaba por estender-se além deste e ocupa toda a faixa fronteiriça;
- . padrões de ocupação concentrada, normalmente cerrado.



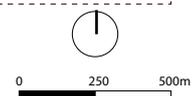
0 20 40 km

EXEMPLOS DE AGLOMERADOS ESTUDADOS QUE MELHOR REFLECTEM AS CARACTERÍSTICAS DAS TIPOLOGIAS

Devido à sua complexidade e natureza específica, estas estruturas não fazem parte do objecto de estudo e por esse motivo não se estudaram as variantes morfológicas desta tipologia neste trabalho.



-  Padrão de ocupação concentrado
-  Rede de aglomerados
-  Linearidades e polaridades



5.3. SÍNTESE

Distinguidas as classes tipo-morfológicas que ocupam todo o território da região, objecto da investigação que se realizou, parece, no entanto, importante esclarecer com cuidado a importância, as potencialidades e aplicabilidade que estas distinções têm ou poderão vir a ter em trabalhos futuros. O carácter desta investigação vincula-a à partida à classe daquelas que fazem uma caracterização de um determinado objecto, neste caso as diferentes morfologias do povoamento desta região. No entanto, e devido às várias análises que foram feitas alcançou-se uma caracterização morfológica, que implica o estudo dos elementos que determinam essa forma, as vias e o edificado, integrada numa leitura territorial de toda a região, sendo que se puderam desvendar relações existentes entre as estruturas morfológicas dos aglomerados e as áreas do território de onde são características, ou seja, de uma forma mais clara, são perceptíveis as especificidades morfológicas da região.

Esta informação vem, portanto, acrescentar um outro entendimento sobre a cartografia macro-escalar, introduzindo conhecimentos que possibilitam uma leitura morfológica do território, numa aproximação aos aglomerados que o compõem. No término deste trabalho, um olhar sobre a distribuição do povoamento, representado pelas contiguidades urbanas, possibilita um reconhecimento da diversidade morfológica das estruturas que formam aquelas manchas de contiguidade. As contiguidades urbanas, embora sendo aquelas que melhor permitem o entendimento da situação regional, não reflectem este tipo de informação, expressão importante na compreensão da estruturação do povoamento. Pretende-se que esta análise possa introduzir mais um conjunto de considerações importantes para qualquer estudo sobre a região e que possa apoiar particularmente aqueles que se referem a análises de âmbito regional.

Assim, importa distinguir três conjuntos de informação que foram agrupados neste estudo e que, por isso, estão expressos nas tipologias definidas. Seguindo uma ordem de aproximação aos aglomerados, o primeiro refere-se ao meio natural que sendo uma das condicionantes definidas à partida esclarecem-se sobre estes dados importantes acerca da diversidade morfológica da região, reflectindo acerca das suas especificidades e de que forma podem influenciar a distribuição do povoamento. O segundo conjunto reporta para as variantes morfológicas na ocupação do território, distinguindo as formas como as estruturas se associam ou afastam, as relações que estabelecem e a forma como isto se relaciona com o ponto anterior. Por último, o terceiro conjunto, refere-se especificamente aos elementos morfológicos, sendo que também acerca destes se revelam informações com aplicabilidade operativa. A associação e interdependência entre estes conjuntos de informações funciona como três níveis de um mesmo objecto, podendo apoiar trabalhos em diversas áreas e níveis e de diferentes naturezas.

As tipologias que foram definidas anteriormente compreendem informação que pode ser útil, por exemplo, ao nível do trabalho desenvolvido pelo organismo público CCDR-Centro, que devido à abrangência da sua área de intervenção não tem tido possibilidade de abordar esta temática. Este estudo pode então apoiar o trabalho deste organismo enquanto conhecimento das diferentes realidades morfológicas, da forma como se espacializam e reconhecendo a necessidade de políticas de ordenamento

do território que reflectam essas especificidades. Estas políticas devem ser reflexo das estruturas para as quais são definidas, sendo que a diferenciação morfológica aqui apresentada pretende-se que seja útil, por exemplo, na distribuição da rede de equipamentos de apoio à população mais idosa, residentes maioritários destes territórios. Esta distribuição deve considerar não só variáveis demográficas mas também a forma como estas se espacializam, contributo importante desta investigação. Equacionar uma estratégia de gestão do território em áreas de matriz vincadamente rural implica a compreensão desta realidade a partir das suas estruturas existentes, o que remete para uma leitura morfológica dos sistemas e para a identificação dos princípios tipo-morfológicos que lhes deram origem. Esta análise permitiria ainda estabelecer critérios distintos de distribuição dos recursos, de regulação de ocupação do uso do solo e da capacidade edificatória, imprescindíveis para uma boa gestão do território.

Por outro lado, poderão ser úteis nos estudos desenvolvidos ao nível da administração local, como os PDM's, PP's e outros, uma vez que estas tipologias especificam variantes nos aglomerados que reflectem, como foi explicado antes, morfologias, esquemas evolutivos e pressões diferentes e, por isso, necessitam de uma resposta individualizada no que diz respeito aos instrumentos de planeamento que se lhes referem. Tendo presente a área disciplinar deste trabalho, os conhecimentos que deste decorrem podem ser aplicáveis na definição de áreas valoradas segundo a definição e qualidade dos seus tecidos e os esquemas evolutivos que os suportam, o que poderá determinar estratégias algo diferenciadas. As estratégias definidas devem ser reflexo de um entendimento profundo das morfologias presentes nas diferentes áreas. Pretende-se que os entendimentos retirados dos diferentes aglomerados possa ser transponível para outros com semelhante composição morfológica,

Por outro lado, considera-se que este conhecimento pode desempenhar um papel de relevo na definição das áreas em transformação na tentativa de conseguir uma eficaz transição/integração dos tecidos mais definidos com aqueles cuja definição está em processo, servindo enquanto referência nas áreas menos consolidadas, procurando manter a continuidade, coesão, integridade e identidade do conjunto. Naqueles aglomerados que reflectem um maior dinamismo estes conhecimentos podem favorecer uma melhor gestão dos recursos e das redes de abastecimentos e infra-estruturas, uma vez que permite estudar estratégias diferentes que variam consoante as estruturas morfológicas e respectivas formas de desenvolvimentos das diferentes tipologias.

Por fim, ainda é possível distinguir um outro nível de aplicabilidade desta análise no que diz respeito ao trabalho de projecto de um arquitecto cuja intervenção se desenvolve num destes aglomerados. Neste sentido, pretende-se, através deste estudo, indicar as directrizes para o enquadramento do projecto assim como, fornecer as ferramentas necessárias para uma análise que lhe admite estudar a morfologia dessa povoação, reconhecendo um passado e um futuro e concebendo a sua intervenção nessa perspectiva. A definição da estratégia de intervenção deverá ser reflexo do local e das especificidades daquela povoação, redefinindo um pouco dessas estruturas e também aqui o reconhecimento da realidade enquanto uma entidade específica poderá ser uma mais valia para o projecto em si e para o conjunto povoado.

Relembrando o que foi exposto nos pressupostos introdutórios desta investigação, o fundamento do planeamento territorial, independentemente do objecto para que está direccionado, é a gestão dos recursos, ordenando e estabelecendo regras para as ocupações, sempre com o objectivo último de melhorar a qualidade de vida das populações. Trata-se de revalorizar ou de preservar o património natural, construído ou cultural, de prever e ordenar as transformações e as dinâmicas dos aglomerados, de estabelecer o equilíbrio necessário a uma evolução sustentada para as ocupações humanas. Assim, qualquer estratégia de ordenamento do território a qualquer nível deverá reflectir o dever de se adequar às necessidades das povoações e dos povoados a que se referem, sendo que variantes morfológicas tão díspares quanto aquelas aqui apresentadas presuponem reflexões também elas distintas.

Quer a concentração quer a dispersão apresentam conflitos e benefícios; se a primeira optimiza a gestão dos recursos mas satura o território, a outra apresenta morfologias mais porosas contudo as redes de serviços e equipamentos não são optimizadas. Como explica xxx [xxx] relativamente às morfologias mais dispersas, "identificam-se factores positivos (adaptabilidade, permeabilidade, fluidez, flexibilidade) e os supostamente negativos (destruição de unidades de paisagem longamente estabilizadas, consumo excessivo de solo, destruição ou obliteração de sistemas biofísicos, gasto de energia e infra-estruturas, etc)". Todos os modelos apresentam problemas e, por isso, acredita-se que a solução não deve tomar um como referência mas encontrar estratégias específicas para cada um. E apenas com base num conhecimento efectivo das realidades e contextos se poderá pensar aquela gestão do território que vai ao encontro das necessidades e que ocasione resultados consistentes.

A expressão "Problemas distintos, acções diferenciadas, a mesma lei", título de um texto dos autores Babo A. e Sá M. F. [1986] reflecte acerca da controvérsia que rodeia esta questão. Não estando, no entanto, a discutir directamente esta problemática, referencia-se a expressão porque parece ser esclarecedora da forma como esta investigação pode ser uma resposta que quer apresentar um caminho para a solução de tal problema.

Segundo Orlando Ribeiro [1989-1990, p.299] para estudar a distribuição do povoamento, "o primeiro passo consiste em observar as formas, estabelecer os tipos e notar a repartição destes." Esta investigação procura responder a este desafio, definindo as diferentes variantes morfológicas, esclarecendo em que pontos em que se materializa essa diferença e qual o princípio que a ditou. Pretende-se que esta esteja no ponto de partida de outros trabalhos que possam aplicar tais conhecimentos.

. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final deste trabalho e reportando aquelas que eram as condições primeiras no início do mesmo, pode afirmar-se veementemente, primeiro que a realidade é bastante mais diversa do que aquela apresentada então e, segundo, o meio biofísico deve ser considerado como determinante da estruturação e definição morfológica do povoamento nestas áreas, sendo que é visível uma evolução coordenada à medida que o povoamento se eleva em altitude e se afasta das áreas de usos agrícola no sentido de se tornar cada vez menos disperso, característica que se enfatiza no sentido inverso. Contudo, não é o único elemento condicionante, tendo sempre que se considerar outros factores como a proximidade a outros centros urbanos, a mobilidade e a facilidade de acesso a bens e serviços. Estes são aqueles factores que se relacionam em proximidade com a vida das populações e que se mostram também reflectidos ao longo deste estudo.

A estruturação do povoamento revela, como foi dito na introdução deste estudo, uma diversidade de situações tão ampla quanto a individualidade de cada aglomerado. Partindo de cada uma das categorias definidas perspectivam-se estudos que se debrucem especificamente sobre os problemas associados a essas morfologias, no sentido de tentar identificar respostas que possam apoiar os seus desenvolvimentos futuros. Olha-se, então, para este documento enquanto uma parcela inserida num território disciplinar mais vasto e que faria todo o sentido compreender:

Concluindo, interessa salvaguardar a sua especificidade mesmo dizendo respeito a um território, dito, inevitavelmente ditado ao abandono. As aldeias da beira são reconhecidas como aquelas que apresentam um futuro incerto, cuja população tende a deslocar-se em direcção a meios mais populosos, deixando estes aglomerados cada vez mais desertificados e envelhecidos. No entanto, a atenção dedicada a estas populações deverá reger-se pelos mesmos parâmetros pelo que a utilidade dos conhecimentos aqui apresentados pretende-se que seja direccionada para uma melhor gestão dos recursos de apoio a estas localidades.

Poder contribuir para uma melhor gestão dos recursos disponíveis fazendo com que as opções tomadas estejam a conseguir colmatar as necessidades destas populações é manifestamente o objectivo último do desenvolvimento deste trabalho. Uma melhor gestão do território implica o conhecimento das variantes que o compõem e compromete uma atenção às transformações que se vão desencadeando. Só assim se poderá perspectivar e cooperar no sentido de alcançar “um futuro” sustentado para estes territórios e para estas populações, contribuindo potencialmente para o seu desenvolvimento. Nuno Portas [2008, p.66], acerca das políticas urbanas, explica que “nestas questões das formas de habitar não se trata de saber quais são melhores que outras em valor absoluto mas como podem ser mais “sustentáveis” umas e outras, conforme a diversidade dos sítios e, sobretudo, dos modos de vida que exprimem a sua individualidade e sociabilidade”.

. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Maurício, Fernandes, José Manuel; Rios de Portugal / fot. Maurício Abreu, texto José Manuel Fernandes. - Lisboa : Círculo de Leitores, [D.L. 1990]

Atlas de Portugal / com cartas do Instituto Geográfico e Cadastral. - 1ª ed. - Lisboa : Selecções do Reader's Digest, 1988

Batouxas, Mariana; Dicionário de Geografia / Mariana Batouxas, Julieta Viegas. - Lisboa : Edições Sílabo, 1998

Brito, Raquel Soeiro de; Portugal : perfil geográfico / Raquel Soeiro de Brito ; colab. António Camões Gouveia. - Lisboa : Ed. Estampa, [cop. 1994]

Brito, Raquel Soeiro de; Atlas de Portugal / coord. Raquel Soeiro de Brito. - Lisboa : Instituto Geográfico Português, 2005

Dicionário da língua portuguesa 2010 : acordo ortográfico / Porto Editora. - Porto : Porto Editora, 2009

Domingues, Álvaro; Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal=ciudad y democracia : 30 años de transformación urbana en Portugal / coord. Álvaro Domingues ; colab. Nuno Portas...[et.al] ; fot. Filipe Jorge. - Lisboa : Argumentum, 2006

Ferrão, João; Sistema Urbano Nacional : síntese / Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano ; João Ferrão, Teresa Sá Marques ; Infografia Mariana Brandão. - Lisboa : Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002

Font, Antonio; L'explosió de la ciutat=the explosion of the city : morfologies, mirades i mocions sobre les transformacions territorials recents en les regions urbanes de l'Europa meridional=morfologies, observations and motions within recent terretorial transformations in the south Europe urban regions / ed. Antonio Font ; coord. Nuno Portas. - 1ª ed. - Barcelona : COAC, 2004

George, Pierre; População e povoamento / Pierre George. - Amadora : Livraria Bertrand, 1975

Glez-Cebrián Tello, José; Intervención sobre el medio rural en Galicia : una aproximación a su realidad territorial / coord. José Glez-Cebrián Tello. - Coruña : ETSAC, 2009

Lamas, José Manuel Ressano Garcia; Morfologia urbana e desenho da cidade / José M. Ressano Garcia Lamas. - Lisboa : F.A.U.T.L., 1988

Lebeau, R.; Les grands types de structures agraires dans le monde / R. Lebeau. - 2e ed. - Paris : Masson, 1972

Marques, Teresa Sá; Portugal na transição do século : retrato e dinâmicas territoriais / Teresa Sá Marques. - Lisboa : Afrontamento, 2004

Merlin, Pierre; Morphologie urbaine et parcellaire / edité par Pierre Merlin ; contributions de Ernesto d'Alfonso...[et.al.] ; trad. Françoise Choay...[et.al.]. - Saint-Dennis : PUV, 1988

Panerai, Philippe; Analyse Urbaine / Philippe Panerai, Jean-Charles Depaule, Marcelle Demorgon. - Marseille : Éd. Parenthèses, 1999

Panerai, Philippe; Elements d'analyse urbaine / Philippe Panerai...[et al.]. - Bruxelles : Archives d'Architecture Moderne, [1980]

Panerai, Philippe; Urban forms : the death and life of the urban block / Philippe Panerai...[et al.]. - Oxford : Architectural Press, 2007

Portas, N., Domingues, A., Cabral, J.; Políticas urbanas : tendências, estratégias e oportunidades / Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral ; colab. João Ferrão... [et al.]. - Lisboa : FCG, 2003

Ribeiro, Orlando; Geografia de Portugal / por Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach ; organização, comentários e actualização de Suzanne Daveau - 1ª ed.. - Lisboa : João Sá da Costa, 1987-1991

Ribeiro, Orlando; Portugal : o mediterrâneo e o atlântico : esboço de relações geográficas / Orlando Ribeiro. - 6ª ed. rev. e ampl.. - Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1991

Ribeiro, Orlando; Opúsculos geográficos Volume IV – O Mundo Rural / Orlando Ribeiro ; prefácio de Pierre Gourou. - Lisboa : F. C. G., 1989-1990

Ribeiro, Orlando; Opúsculos geográficos Volume VI – Estudos Regionais/ Orlando Ribeiro ; prefácio de Pierre Gourou. - Lisboa : F. C. G., 1989-1990

Universidade de Évora. Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico; Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal / Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico ; coord. Alexandre Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira. - Lisboa : Direcção-Geral do Ordenamento do Território, 2004

ARTIGOS DE PUBLICAÇÃO EM SÉRIE

Alves, F. Brandão; Cortesão, João Granadeiro; Dispersão Urbana: Uma oportunidade, Rev. Sociedade e território, ISSN 0873-6308-42, n.º42, 2008, 67-74

Antunes, João Carlos; Da ruralidade e do disperso urbano na península de Setúbal, Rev. Sociedade e território, ISSN 0873-6308-42, n.º42, 2008, 14-19

Babo, António Perez; Sá, Manuel Fernandes de; Planear na Região Norte. Homogenias e especificidades, Rev. Sociedade e território, n.º 4, 1986, 10-17

Cortázar , José Angel García de; Aguirre, Ruiz de; Organización social del espacio: Propuestas de reflexión y análisis histórico de sus unidades en la España Medieval, Rev. Studia historica. Historia medieval, ISSN 0213-2060, n.º 6, 1988, 195-236, [em linha] [consultado em Maio de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <http://dialnet.unirioja.es/>>

Domingues, Álvaro; Formas e escalas da urbanização difusa – Interpretação e intervenção no NO de Portugal, Rev. Inforgeo, n.º 14, 1999, 43-64, [em linha] [consultado em Maio de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <http://www.apgeo.pt/>>

Domingues, Álvaro; Ocupação dispersa – porque é tudo tão negativo quando se fala disto?, Rev. Sociedade e território, ISSN 0873-6308-42, n.º42, 2008, 31-41

Domingues, Álvaro; Silva, Luís Pedro; Formas recentes de urbanização no Norte Litoral, Rev. Sociedade e território, ISSN 0873-6308, n.º37/37, 2004, 8-22

Ferrão, João; Relações entre mundo rural e mundo urbano, Rev. Sociologia, problemas e práticas , ISSN 0873-6529, n.º33, 2000, 45-54

Ferrão, João; Portugal, três geografias em recombinação, Rev. Lusotopie, 2002/2, 151-158

Ferrão, João; Mudança económica nas áreas rurais, Revista da Faculdade de Letras - Geografia, ISSN 0871-1666, I Série, vol. XIX, 2003, 245-253

Ferrão, João; Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001, Revista de estudos demográficos , ISSN 1645-5657, n.º34, 2003, 17-26

García , Angel Barrios ; Expósito, Alberto Martín ; Demografía medieval: modelos de poblamiento en la Extremadura castellana a mediados del siglo XIII, Rev. Studia historica. Historia medieval, ISSN 0213-2060, n.º 1, 1983, 113-148, [em linha] [consultado em Maio de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <http://dialnet.unirioja.es/>>

García , Angel Barrios, Viso, Iñaki Martín ; Reflexiones sobre el poblamiento rural altomedieval en el Norte de la Península Ibérica, Rev. Studia historica. Historia medieval, ISSN 0213-2060, n.º 18-19, 2000-2001, 53-83, [em linha] [consultado em Maio de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <http://dialnet.unirioja.es/>>

Marques, José; Formas de organização do espaço na Idade Média, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003, [em linha] [consultado em Maio de 2011]

Disponível em WWW:<URL: <http://aleph.letras.up.pt/>>

Martins, Luís Paulo Saldanha; Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana – a população do Norte Interior; Rev. Douro - Estudos & Documentos, ISSN 0873-3899, vol IV (7), 1999 (1º), 27-59

Portas, Nuno; As oportunidades do PNOT; Rev. Sociedade e território, ISSN 0873-6308, n.º40, 2007, 88-92

Portas, Nuno; As formas da cidade extensiva, Rev. Sociedade e território, ISSN 0873-6308-42, n.º42, 2008, 61-66

TESES, DISSERTAÇÕES E OUTRAS PROVAS ACADÉMICAS

Azevedo, Nuno Miguel Fernandes; Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade : as dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro / Nuno Miguel Fernandes Azevedo ; orient. Teresa Sá Marques e Luís Manuel Leite Ramos. - Porto : [Edição do Autor], 2010

Aragão, Marta Chacim de Araújo Rodrigues

A forma urbana enquanto suporte de uma identidade : análise da morfologia urbana dos aglomerados do concelho de Nisa / Marta Chacim de Araújo Rodrigues Aragão ; docente acompanhante Profª Anni Gunther Nonell. - Porto : Faup, 2007

Bispo, Cristina Leite da Silva; A territorialização do urbano e a sua representação : experiência no CEAU-FAUP no âmbito dos PROT / Cristina Leite da Silva Bispo ; docente acompanhante Prof. Álvaro Domingues. - Porto : Faup, 2008

Cavaco, Cristina; Formas de Habitat Suburbano. Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa; Lisboa: FAUTL, Tese de Doutoramento.

Carvalho, António Miguel Dias Ferreira de; Cidade difusa : formas e intervenção; docente acompanhante Prof. Manuel Fernandes de Sá.; Porto : Faup, 2006

Fernandes, J.S.C.O.; Espaço Rurais. Papel no Ordenamento do Concelho de Loures; Orientadora Prof. Manuela Raposo Magalhães, Co-Orientador Prof. João Castro Caldas; Lisboa : Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2001, [em linha] [consultado em Março de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <https://www.ccdrc.pt/>>

Marques, André Evangelista; O casal : uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200) / André Evangelista Marques. - Noia : Toxosoutos, 2008

Silva, Luís Pedro Ferreira da; Formas da cidade difusa : investigação efectuada no espaço urbano do Porto / Luís Pedro Ferreira da Silva. - Porto : FAUP, 1998. - 209 p. : il. ; 30 cm. - Dissertação de Mestrado
Silva - Luís Pedro Ferreira da 19 - / Espaço urbano - Porto

Silva, Rosa Fernanda Moreira da; Contraste e mutações na paisagem agrária das planícies e colinas minhotas / Rosa Fernanda Moreira da Silva. - Porto : [S.N.], 1983

RELATÓRIOS CIENTÍFICOS ETÉCNICOS

CEAU-FAUP , Relatório de fundamentação técnica do PROT-Centro – Modelo territorial, Porto, Janeiro de 2008

CCDR- Centro, Proposta de PROT – Centro, Coimbra, 28 de Setembro de 2010, [em linha] [consultado em Outubro de 2010]

Disponível em WWW:<URL: <https://www.ccdrc.pt/>>

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

LEI n.º 58/2007 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. D.R. I Série-A (4-9-2007) 6126-6181

MATERIAIS CARTOGRÁFICOS:

Instituto geográfico do exército , [Carta Militar Itinerária de Portugal], [escala 1/500 000], [ficheiro vectorial], 2009, [em linha] [consultado a 23 de Março de 2011]

Disponível em WWW:<URL: <http://www.igeoe.pt/>>

Instituto geográfico português, [Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2011)], [escala 1/500 000], [ficheiro vectorial], 2010, [em linha] [consultado a 23 de Março de 2011]

Disponível em WWW:<URL: <http://www.igeo.pt>>

Instituto geográfico português, [Carta Corine Land Cover 2006' (CLC06)], [ficheiro vectorial], 2009, [em linha] [consultado a 23 de Março de 2011]

Disponível em WWW:<URL: <http://www.igeo.pt>>

Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.

CEAU – FAUP, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 128ha'], [escala gráfica] Acessível no Relatório de fundamentação técnica do Modelo territorial do PROT-Centro, 2008, pp.18

CEAU – FAUP, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 14ha'], [escala gráfica]
Acessível no Relatório de fundamentação técnica do Modelo territorial do PROT-Centro, 2008, pp.15

CEAU – FAUP, [Cartograma 'Contiguidades urbanas com área maior ou igual a 3ha'], [escala gráfica]
Acessível no Relatório de fundamentação técnica do Modelo territorial do PROT-Centro, 2008, pp.15

CEAU – FAUP, [Cartograma 'Áreas de contiguidade e de rarefacção'], [escala gráfica]
Acessível no Relatório de fundamentação técnica do Modelo territorial do PROT-Centro, 2008, pp.15

CEAU – FAUP, [Cartograma 'Variação do número de habitantes 1991-2001 (%)'], [escala gráfica]
Acessível no Relatório de fundamentação técnica do Modelo territorial do PROT-Centro, 2008, pp.67

Comissão de coordenação e desenvolvimento regional do Centro, [Região Centro Alargada – NUTS III, 2002], [escala gráfica], [em linha] [consultado em Outubro de 2010]
Disponível em WWW:<URL: <https://www.ccdrc.pt/> >

Comissão de coordenação e desenvolvimento regional do Centro, [Região Centro Alargada – Distritos, 2002], [escala gráfica], [em linha] [consultado em Outubro de 2010]
Disponível em WWW:<URL: <https://www.ccdrc.pt/> >

Comissão de coordenação e desenvolvimento regional do Centro, [Região Centro Alargada - Municípios, 2002], [escala gráfica], [em linha] [consultado em Outubro de 2010]
Disponível em WWW:<URL: <https://www.ccdrc.pt/> >

BASES DE DADOS

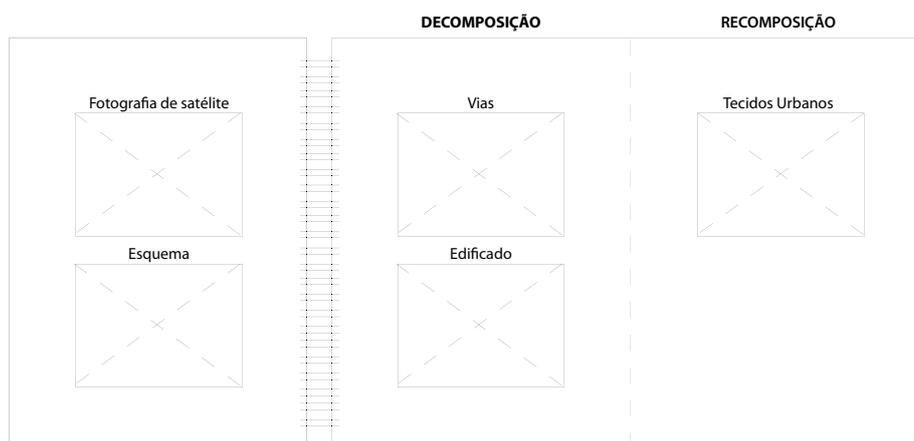
DGOTDU, Planos do ordenamento do território em vigor, [em linha] [consultado em Junho de 2011]
Disponível em WWW:< <http://www.dgotdu.pt/>>

Associação de Municípios da Cova da Beira, Planos directores municipais, [em linha] [consultado entre Janeiro e Julho de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <http://sig.amcb.pt>>

GOOGLE EARTH versão 5.2 (2010), KML Gallery: Explore the Earth on Google [em linha] [consultado entre Outubro de 2010 e Julho de 2011]
Disponível em WWW:<URL: <http://earth.google.com/gallery/index.html> >

. ANEXO 1

	PLANÍCIES ALUVIAIS	VALES	PLANALTO AGRÍCOLA	PLANALTO
polarizadas	1.1.1 Minhocal / Barraçal Vale Formoso / Caria	1.1.2 Mzarela / Vila Soeiro / Pêro Soares Famalição da Serra	1.1.3 Freixada do Torrão Freixedas	1.1.4 Souto Maior Santana da Azinha
em rede	1.2.1 Freches entre Peraboa e Ferro	1.2.2 Venda do Cepo / Miguel Choco Rio de Mel / Vila Novinha	1.2.3 Esporões / Moreirinha / A-de-Cavalo Cheiras / Abadia / Miragaia Pessolta / Casal de Cinza / Carpinteiro / Criado	
isoladas			1.3.2 Reigada Vascoveiro	1.3.3 Amoreira Cerdeira

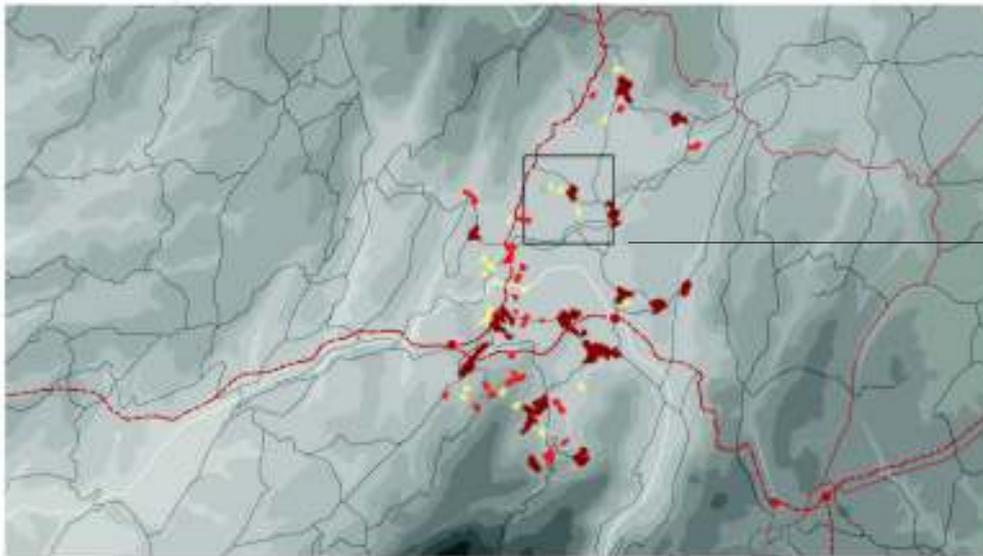


Processo de esquematização dos elementos morfológicos

Valoração dos elementos morfológicos e definição dos tecidos urbanos

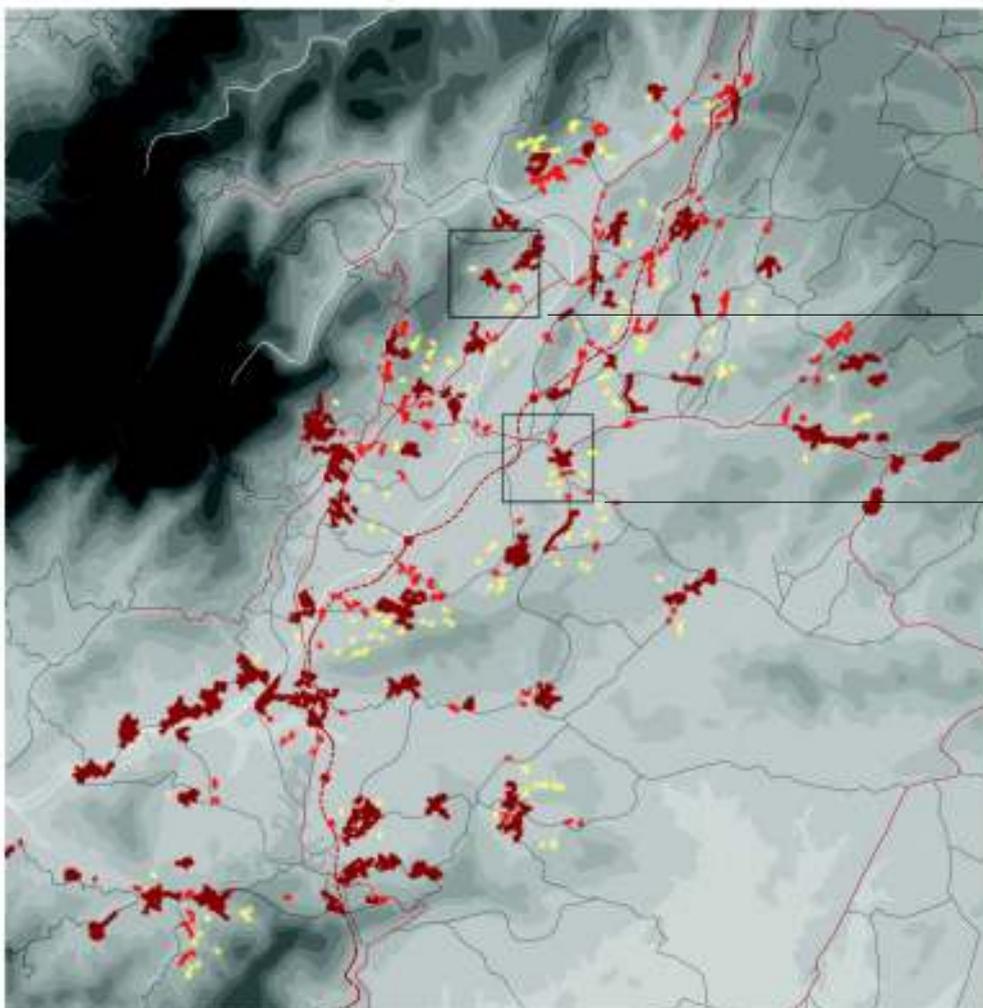
1.1.1

CONTIGUIDADES POLARIZADAS IMPLANTADAS NAS BACIAS ALUVIAIS



.povoações: **Barraçal e Minhocal**
.concelho: Celorico da Beira
.unidade biofísica: Cova de Celorico

Contiguidades urbanas polarizadas implantadas na Cova do Mondego

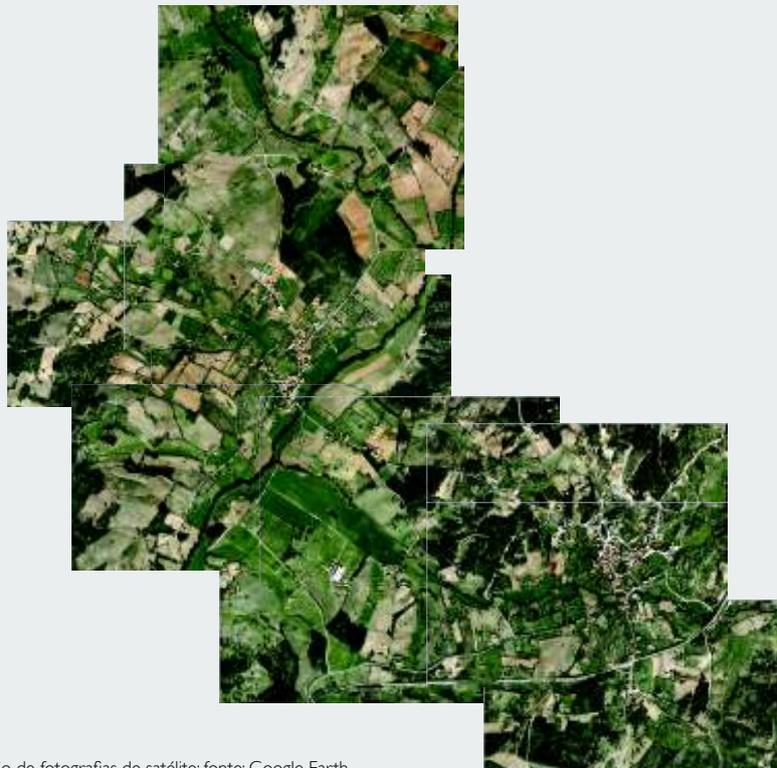


.povoações: **Vale Formoso e Aldeia do Souto**
.concelho: Celorico da Beira
.unidade biofísica: Cova da Beira

.povoações: **Caria**
.concelho: Covilhã
.unidade biofísica: Cova da Beira

Contiguidades urbanas polarizadas implantadas na Cova da Beira

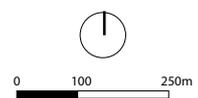
povoações: **Barraçal e Minhocal**; freguesias: Barraçal e Minhocal; concelho: Celorico da Beira; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 768 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



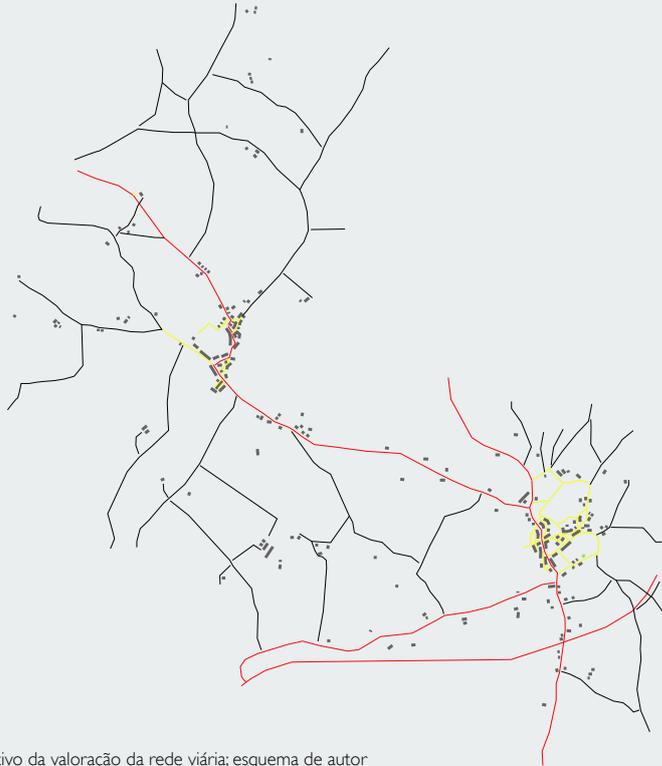
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

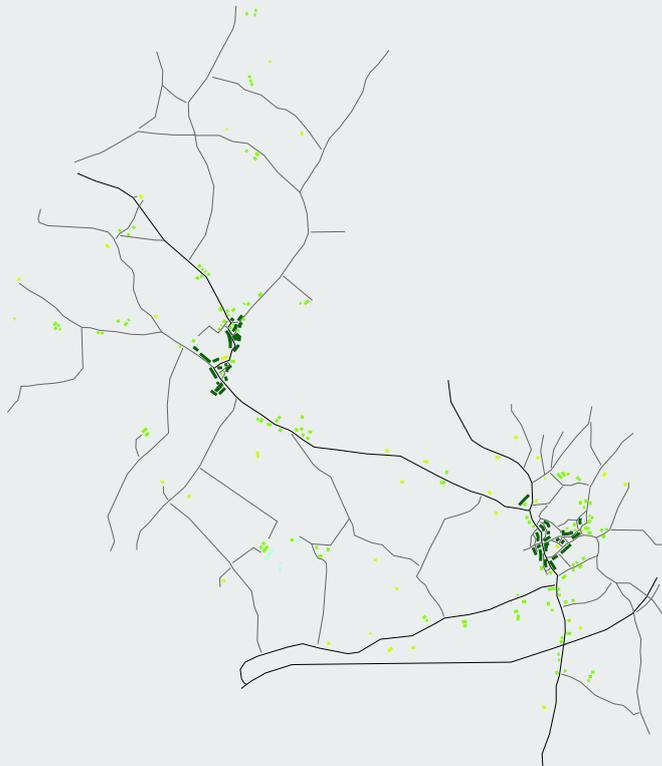
-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

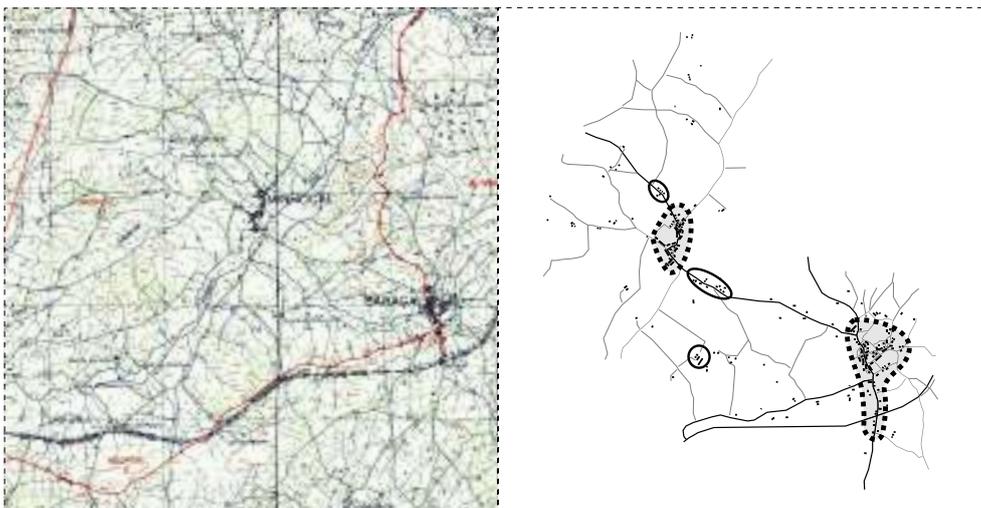
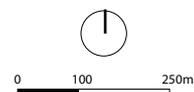


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

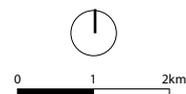
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 181 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



povoações: **Vale Formoso e Aldeia do Souto**; freguesias: Vale Formoso e Aldeia do Souto; concelho: Covilhã; distrito: Castelo Branco; número de residentes nas freguesias em 2001: 1340 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth

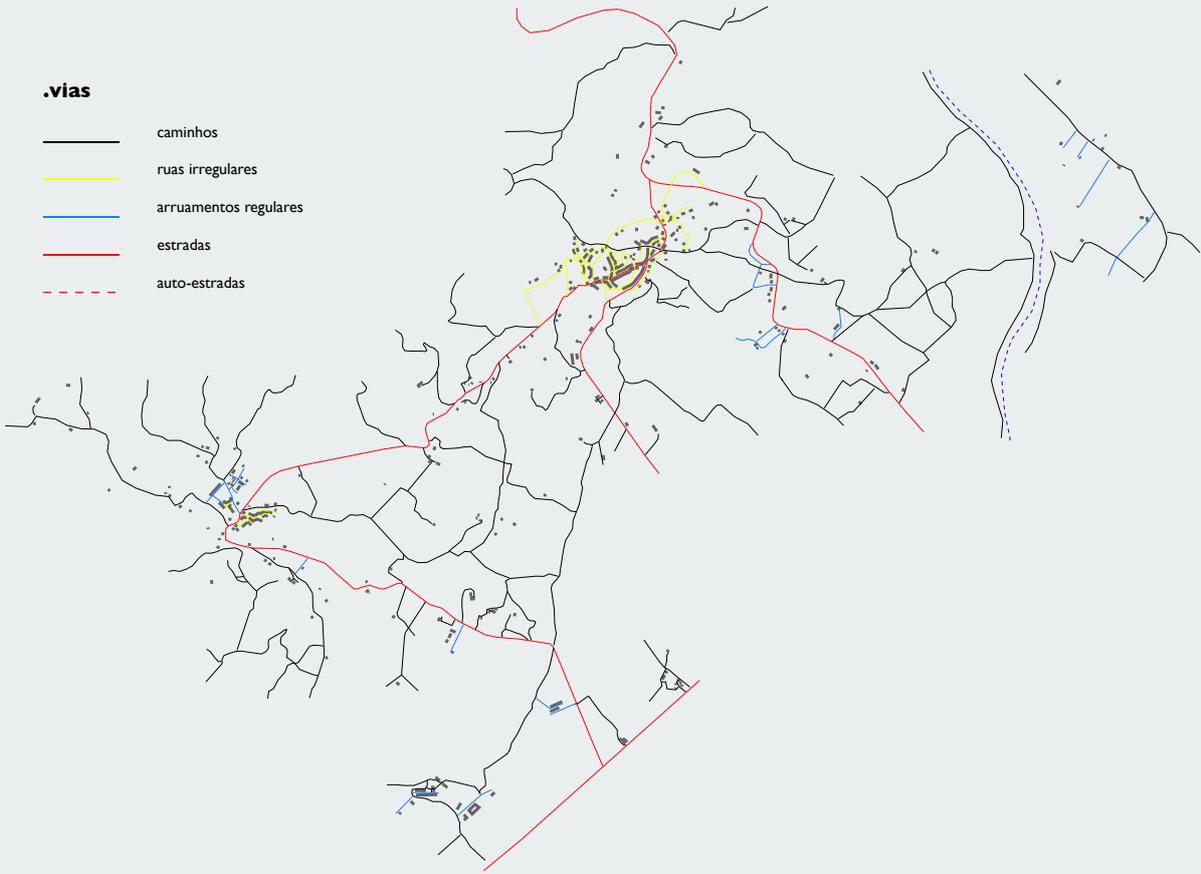


.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor

DECOMPOSIÇÃO

.vias

- caminhos
- ruas irregulares
- arruamentos regulares
- estradas
- - - auto-estradas



Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

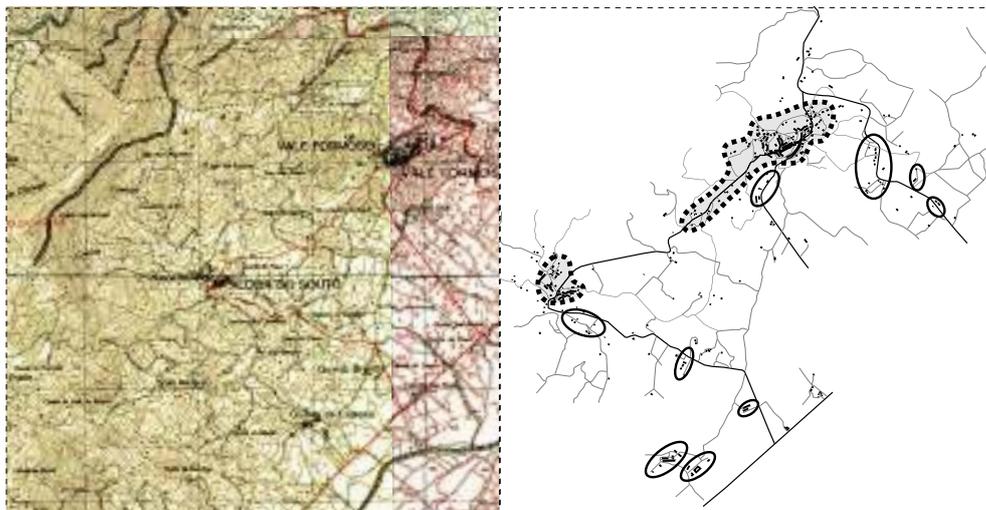
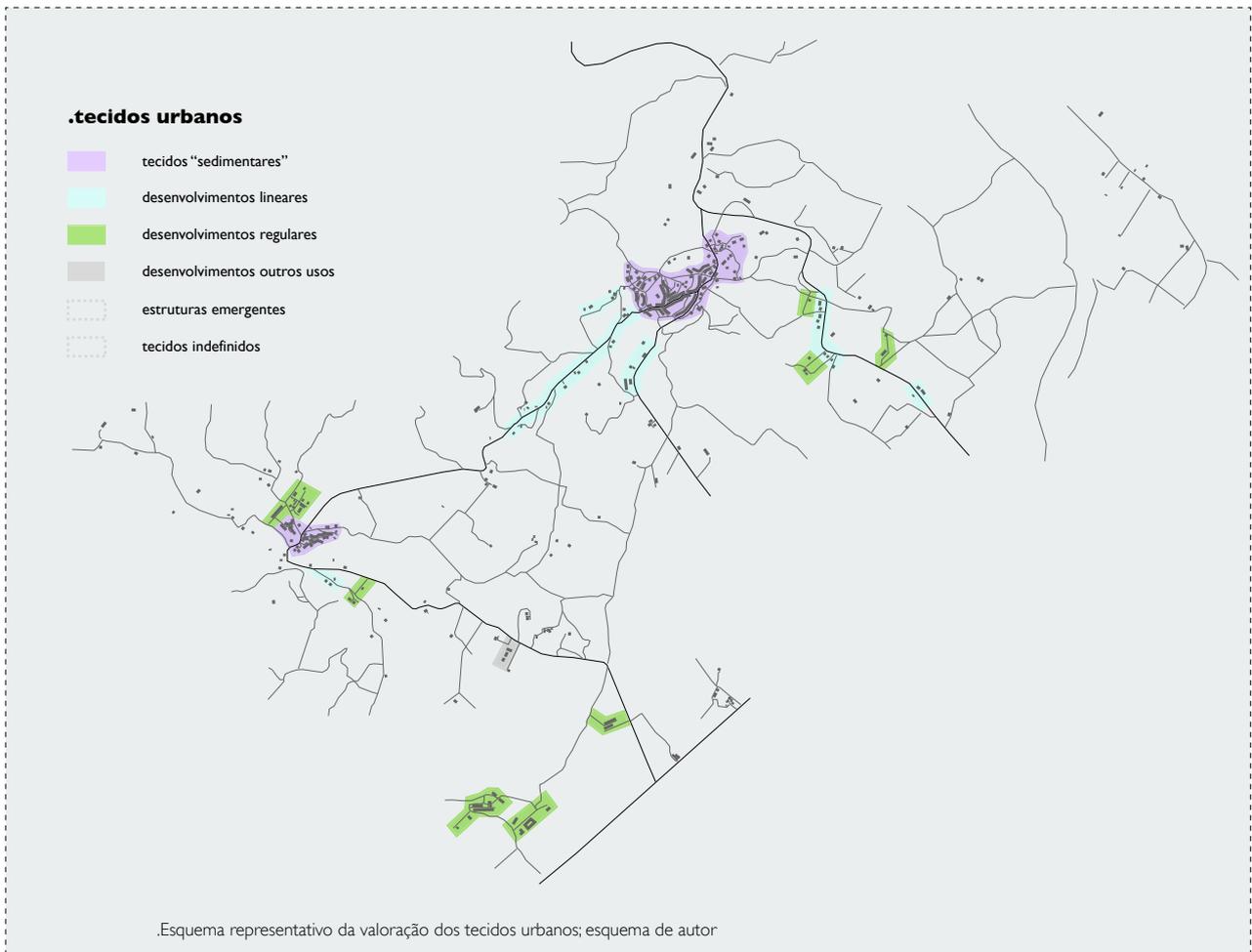
.edificado

- casario contíguo
- casario próximo
- casa unifamiliar isolada
- outros



Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO



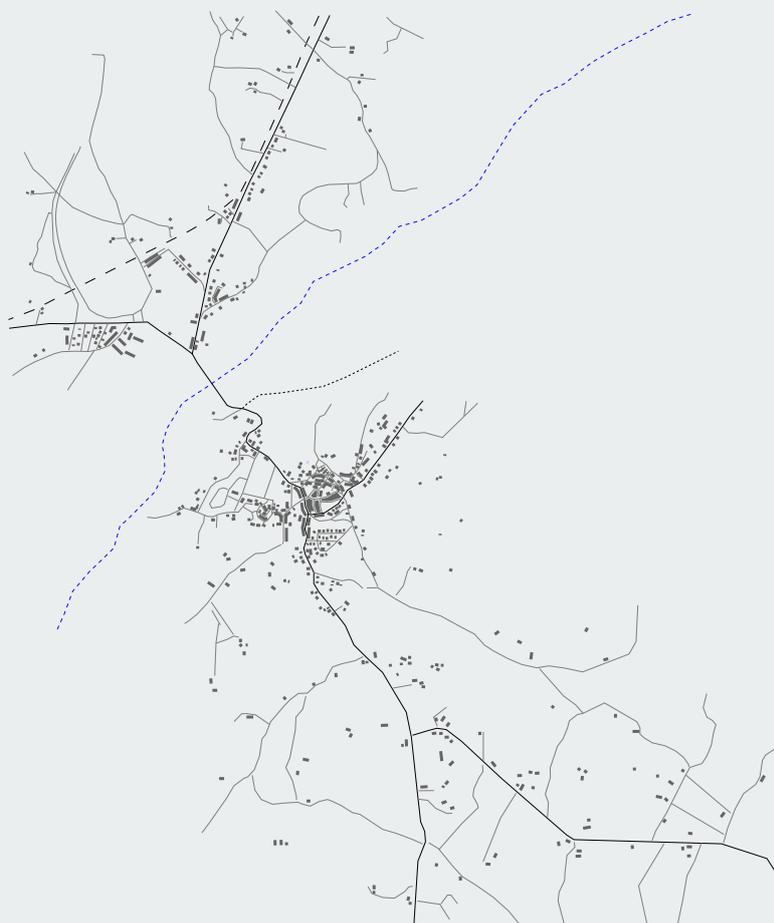
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 224/225 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação

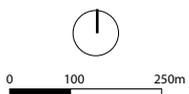
povoação: **Caria**; freguesia: Caria; concelho: Belmonte; distrito: Castelo Branco; número de residentes nas freguesias em 2001: 3309 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor

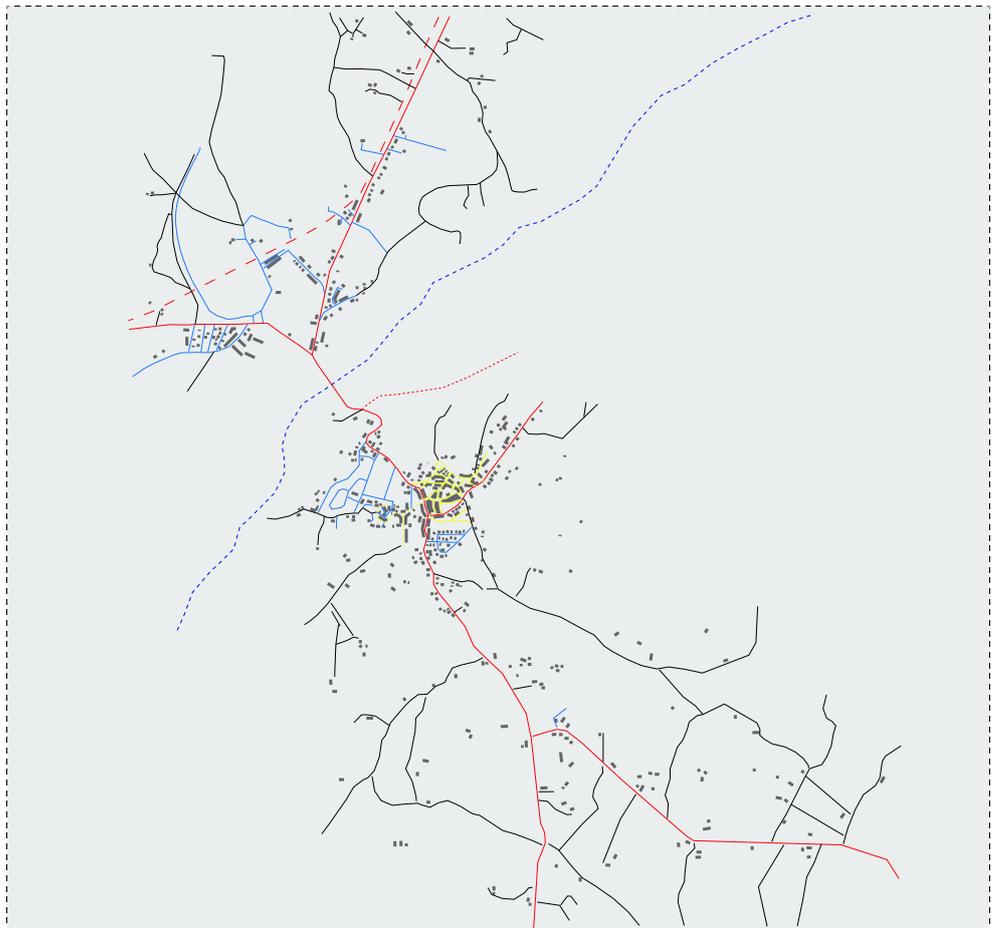


DECOMPOSIÇÃO

| ANEXO

.vias

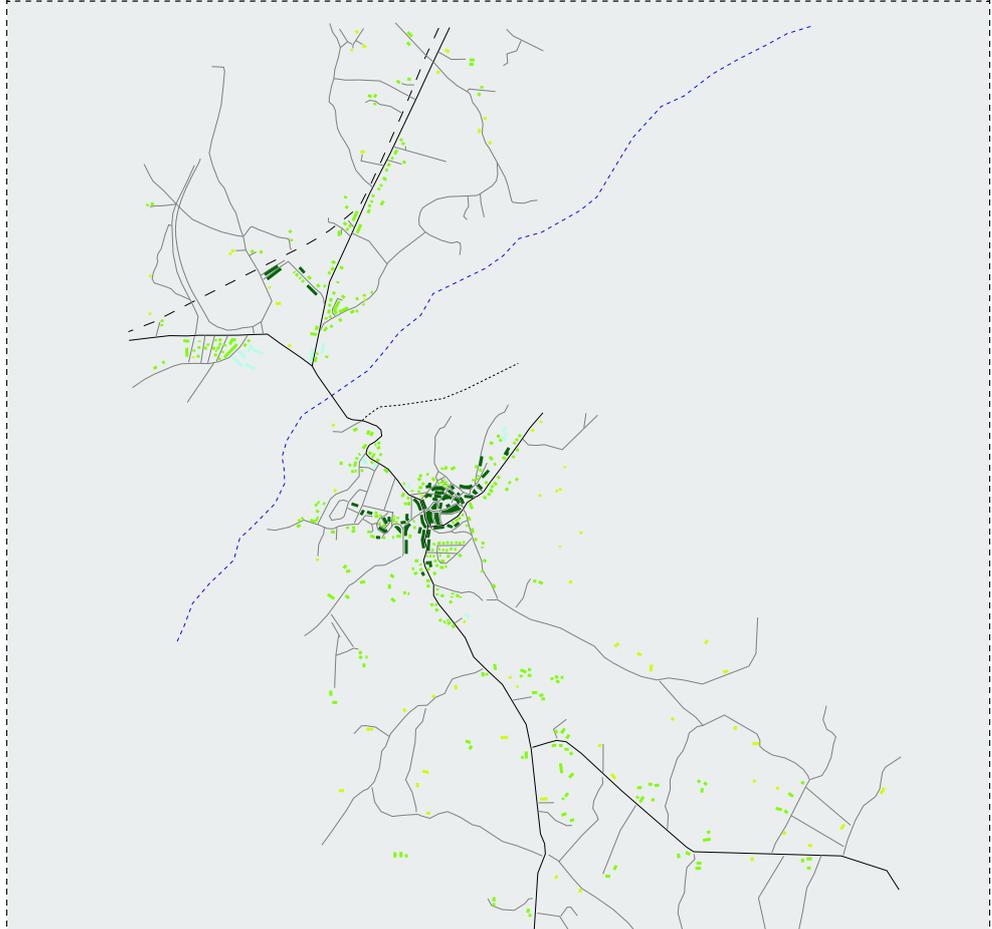
- caminhos
- ruas irregulares
- arruamentos regulares
- estradas
- - - auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

- casario contíguo
- casario próximo
- casa unifamiliar isolada
- outros

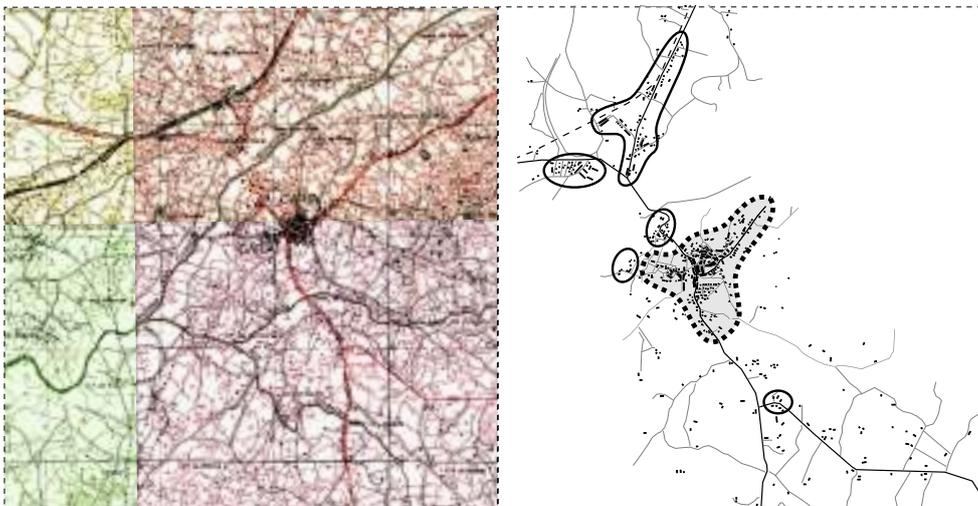
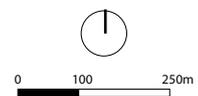
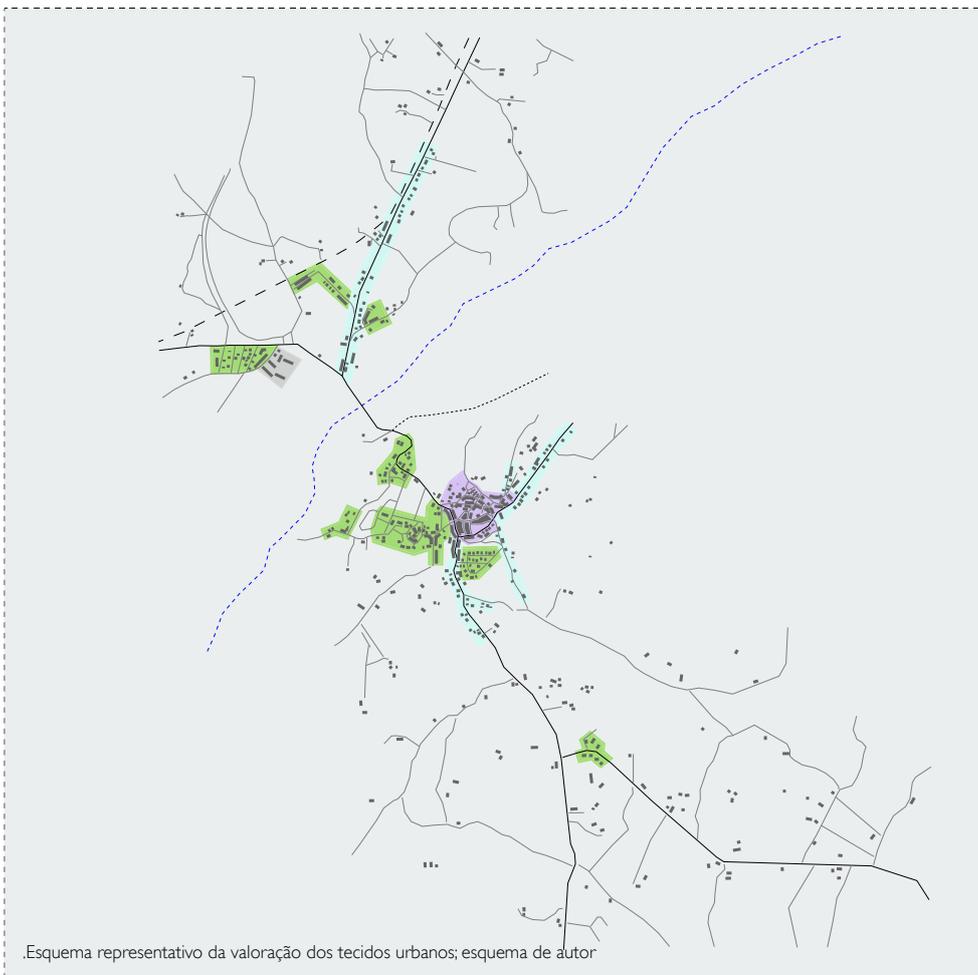


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

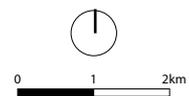
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



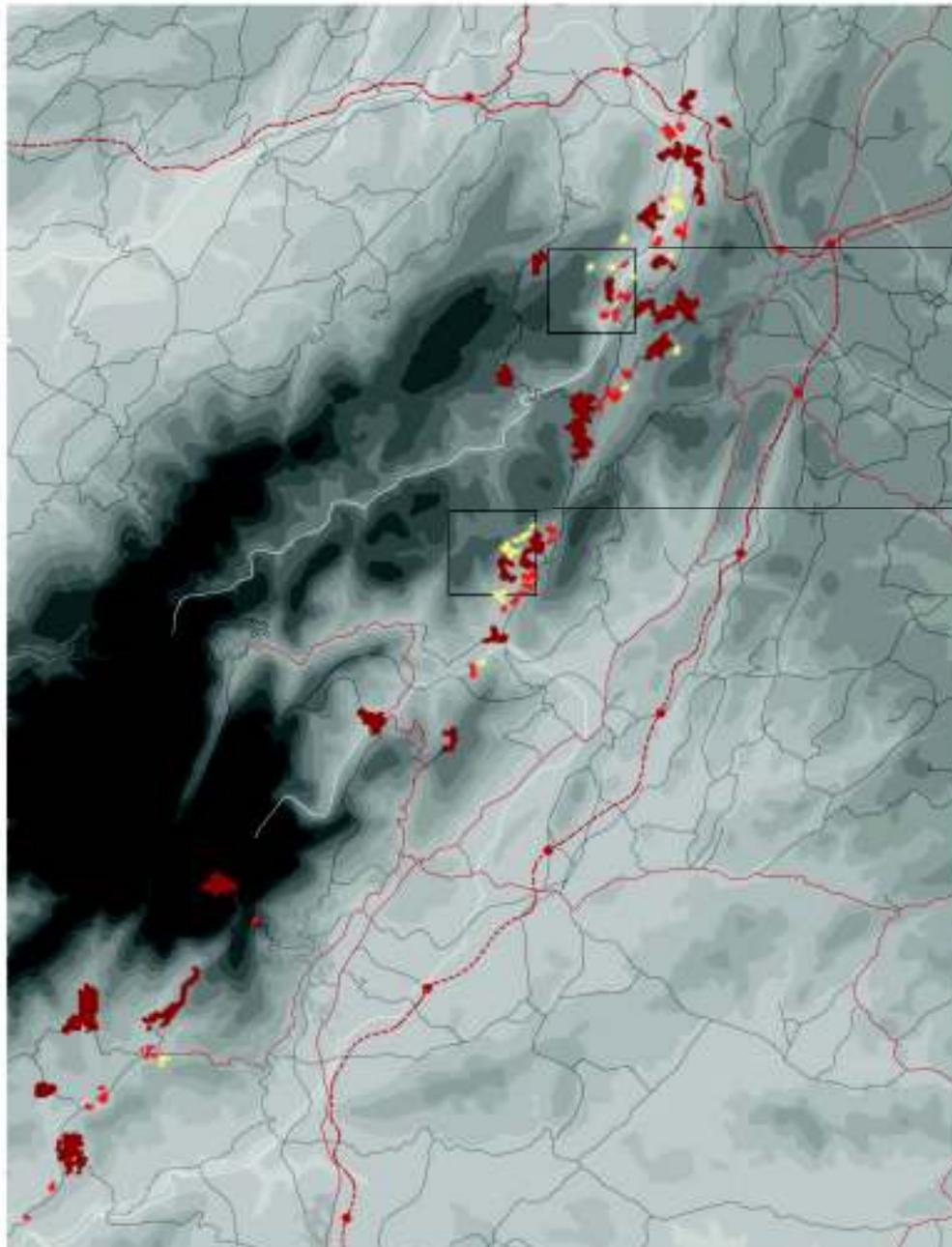
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 224/225/235/236 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970-72

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



1.1.2

CONTIGUIDADES **POLARIZADAS** IMPLANTADAS NOS **VALES**



.povoações: **Mizarela / Vila Soeiro / Pêro Soares**
.concelho: Guarda

.unidade biofísica: Vale do Mondego

.povoações: **Famalicão da Serra**
.concelho: Guarda

.unidade biofísica: Vale do Mondego

Contiguidades urbanas polarizadas implantadas nos vales

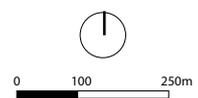
povoações: **Mizarela, Vila Soeiro e Pêro Soares**; freguesias: Mizarela e Vila Soeiro; concelho: Guarda; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 358 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



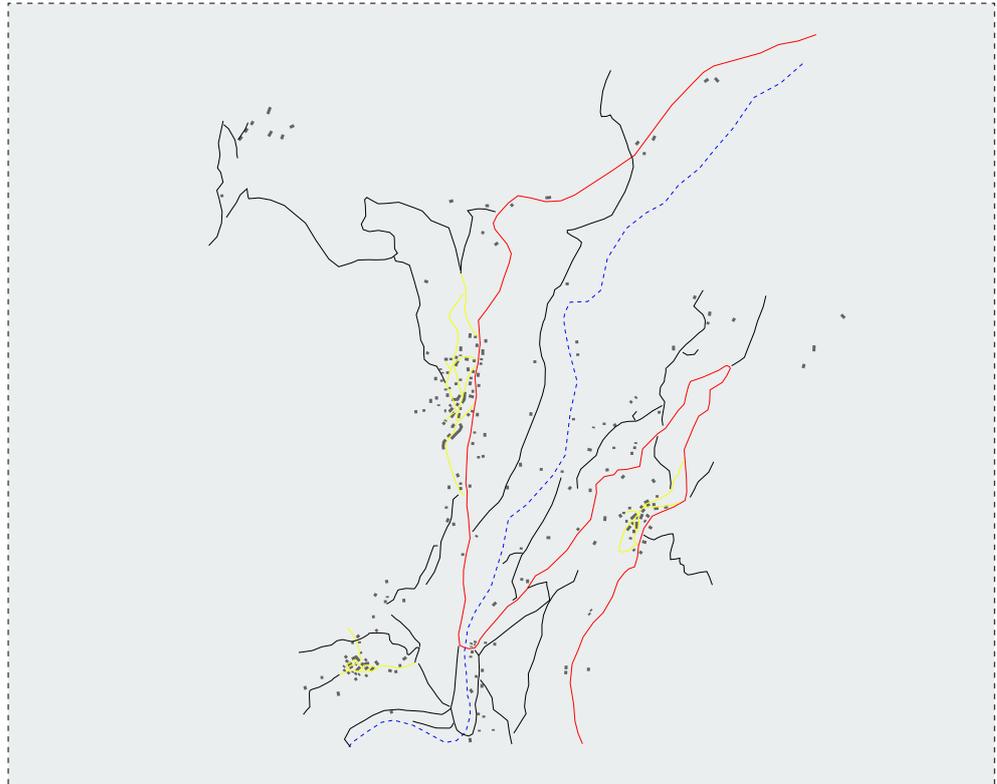
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

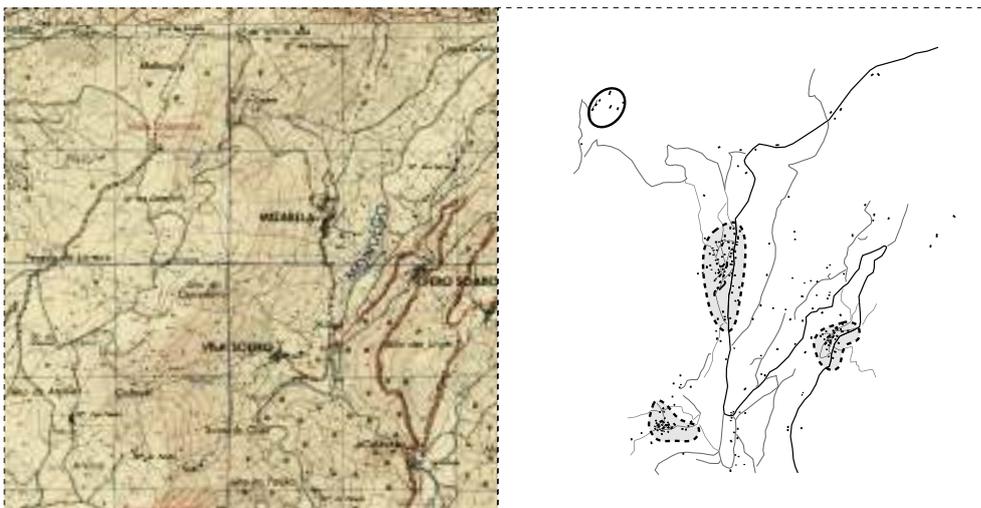
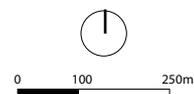


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

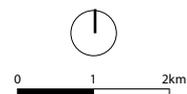
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 203 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



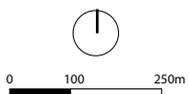
povoações: **Famalicão da Serra**; freguesias: Famalicão da Serra; concelho: Guarda; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 1 125 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



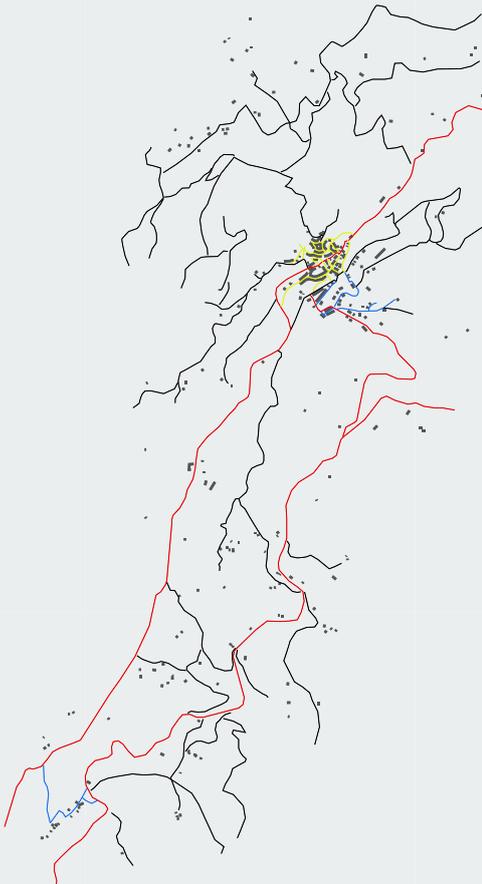
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

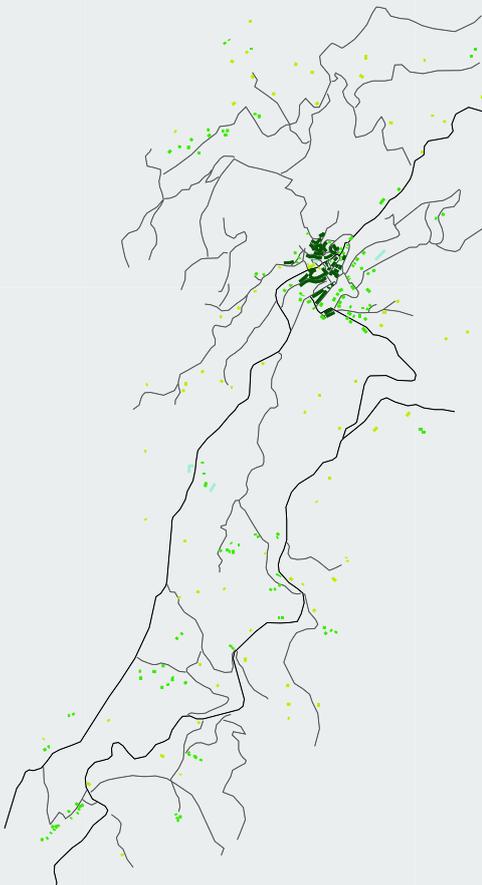
- caminhos
- ruas irregulares
- arruamentos regulares
- estradas
- - - auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

- casario contíguo
- casario próximo
- casa unifamiliar isolada
- outros

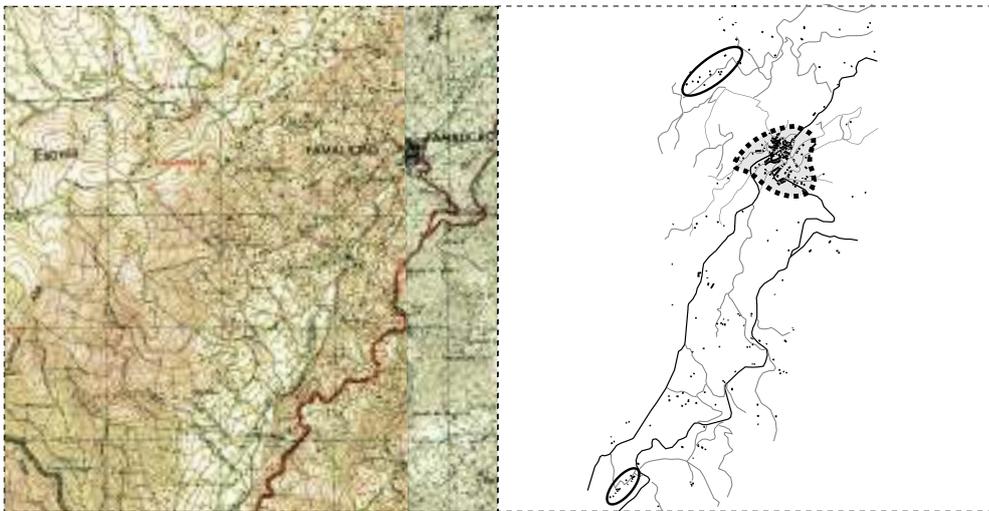
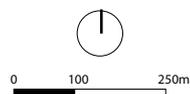
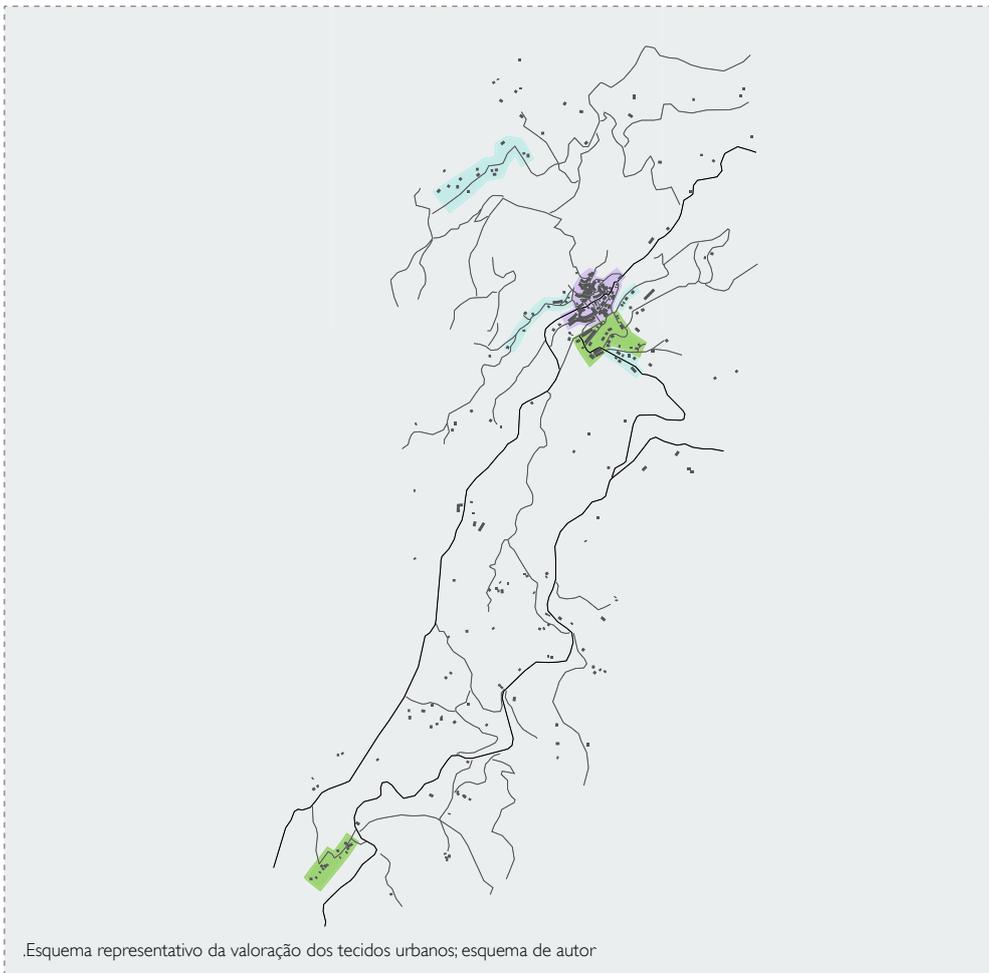


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

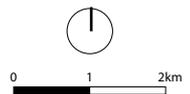
.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



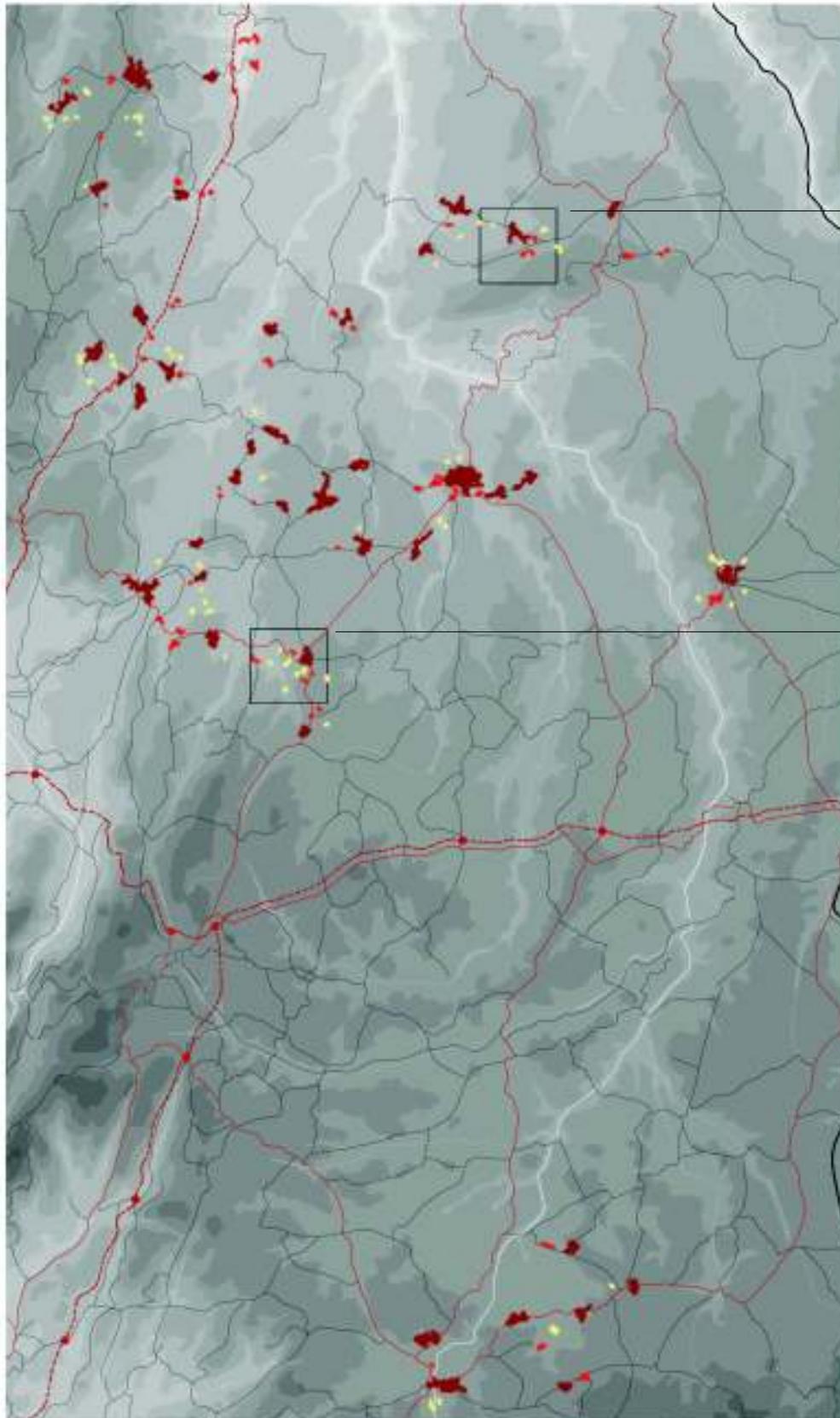
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 213/214 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970-71

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



1.1.3

CONTIGUIDADES POLARIZADAS IMPLANTADAS NO PLANALTO AGRÍCOLA



Contiguidades urbanas polarizadas implantadas no planalto predominantemente agrícola

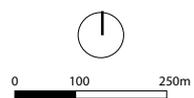
povoações: **Freixeda do Torrão**; freguesias: Freixeda do Torrão; concelho: Figueira de Castelo Rodrigo; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001:448habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



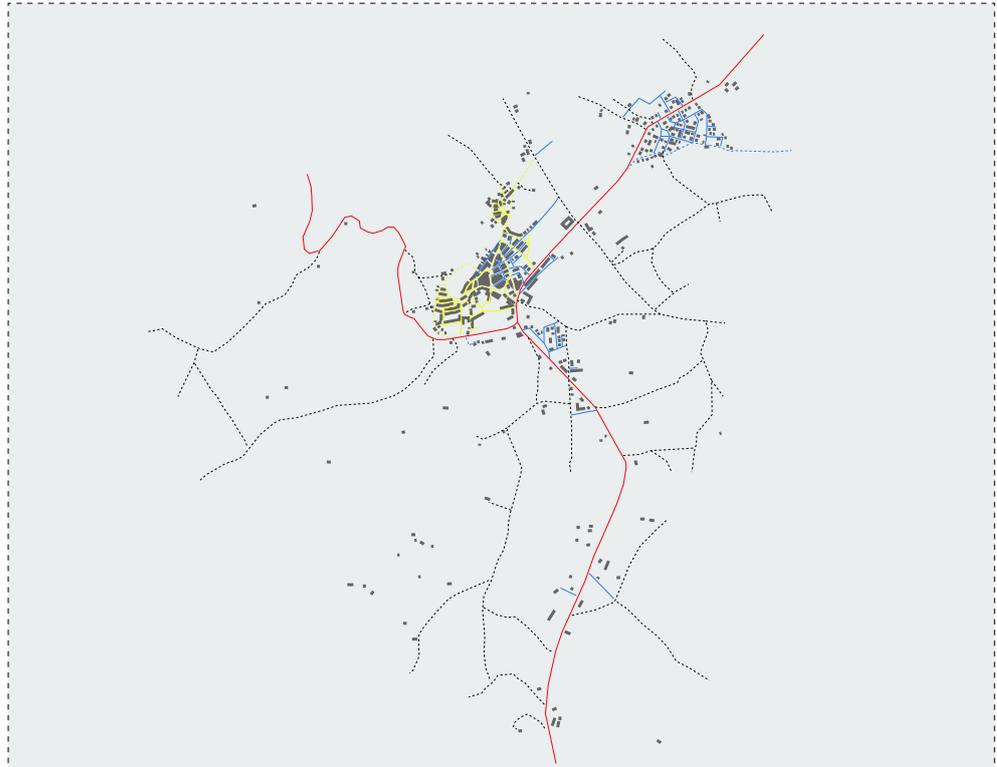
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

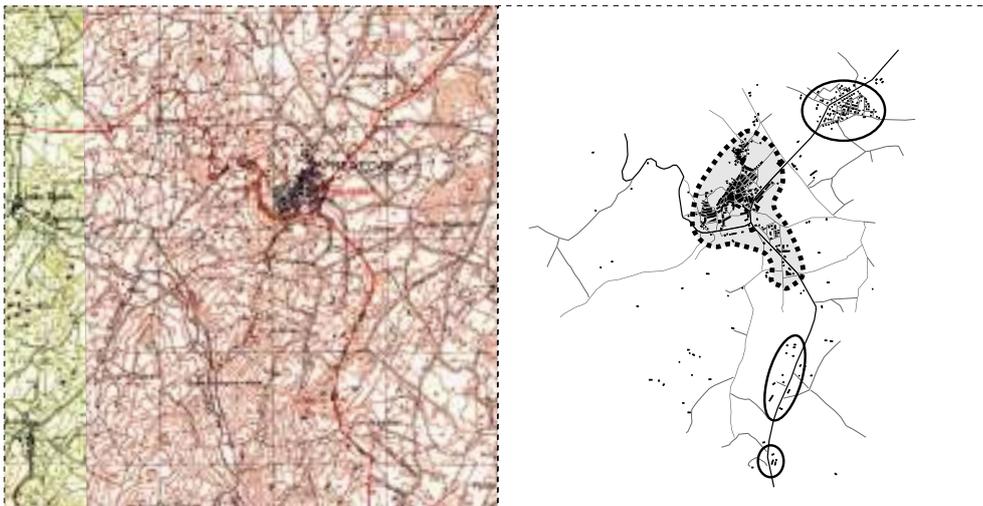
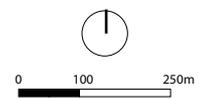


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

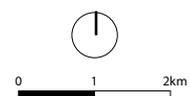
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 181/182 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



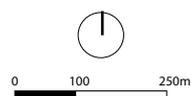
povoações: **Freixedas**; freguesias: Freixedas; concelho: Pinhel; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 1570 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



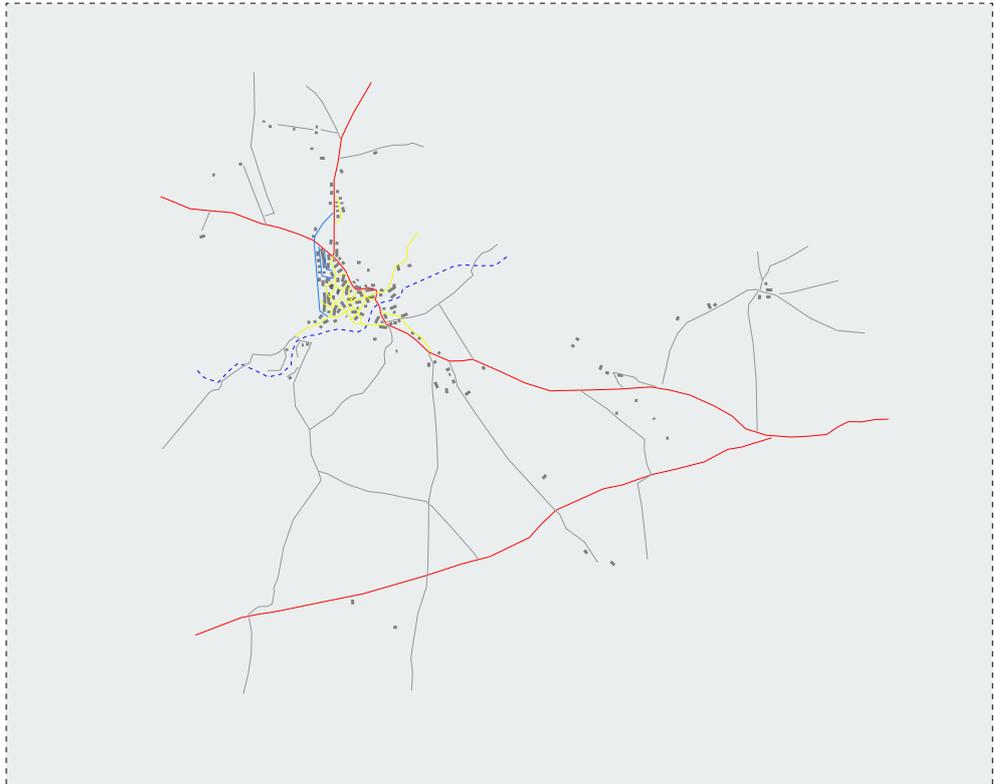
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

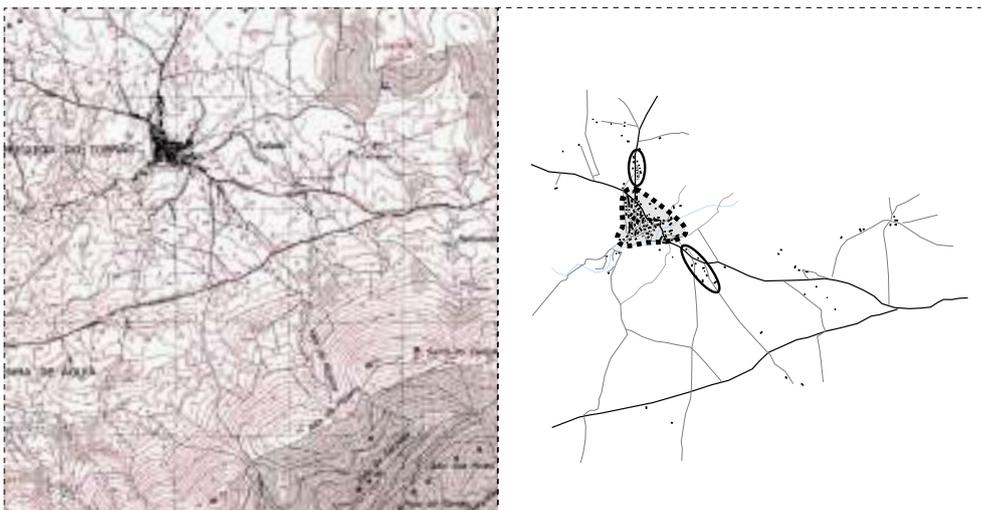
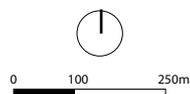


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

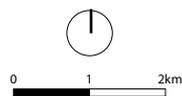
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



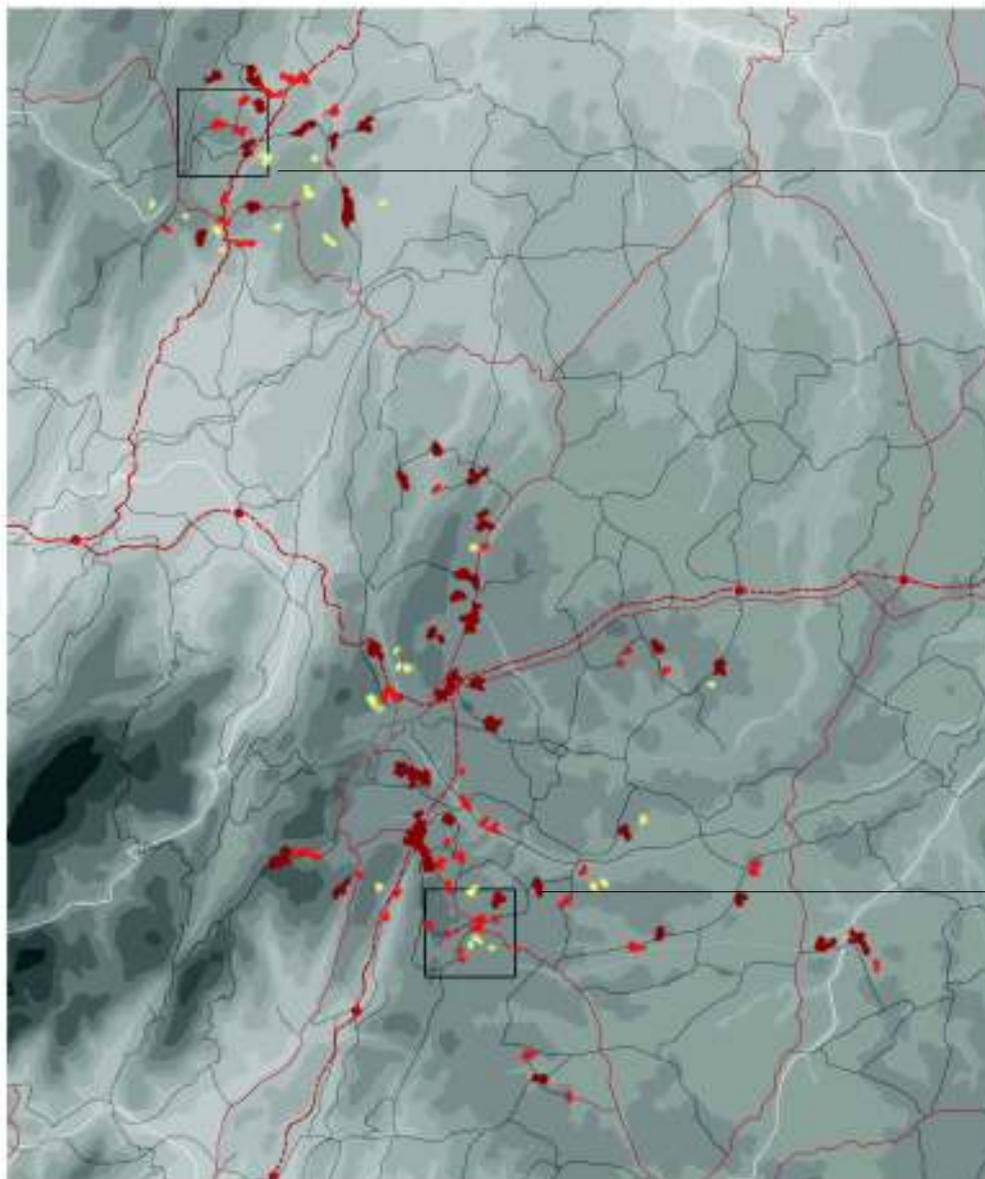
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 161 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1947

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



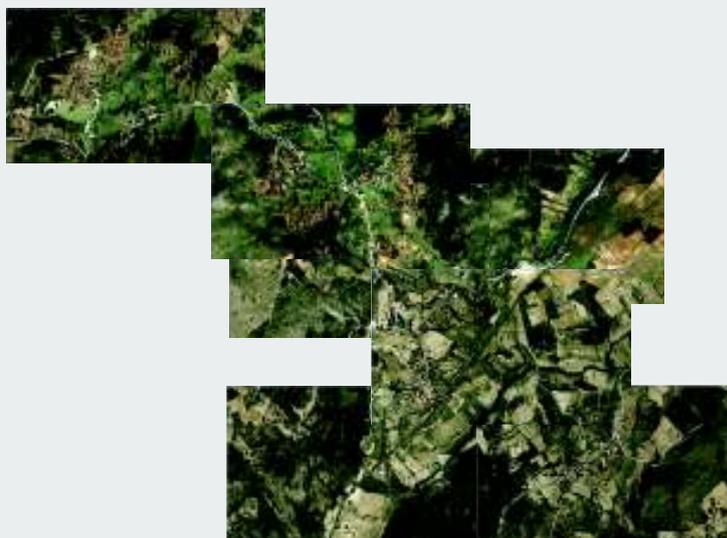
1.1.4

CONTIGUIDADES **POLARIZADAS** IMPLANTADAS NO **PLANALTO**



Contiguidades urbanas polarizadas implantadas no planalto com outros usos

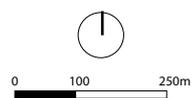
povoações: **Souto Maior, São Martinho e Falachos**; freguesias: Souto Maior; concelho: Trancoso; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 209 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



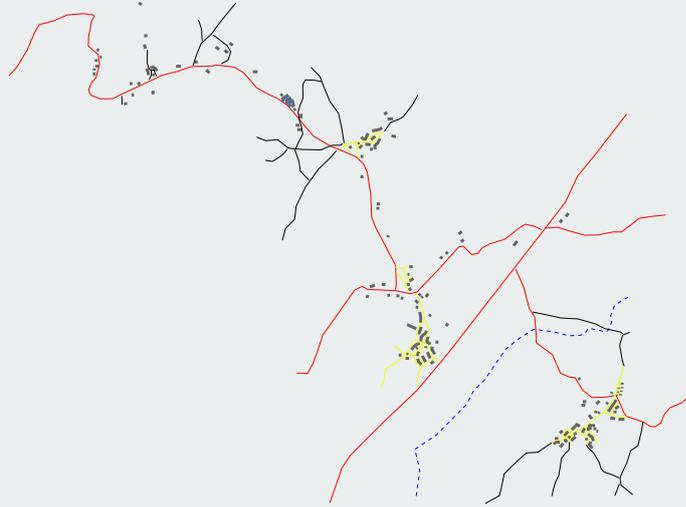
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

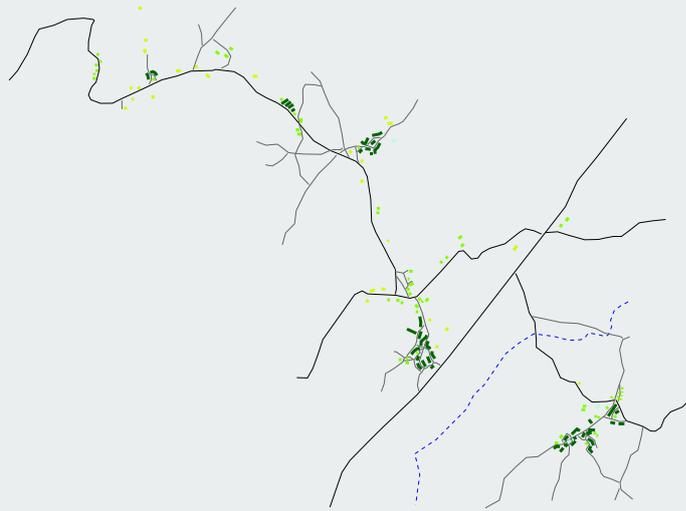
-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

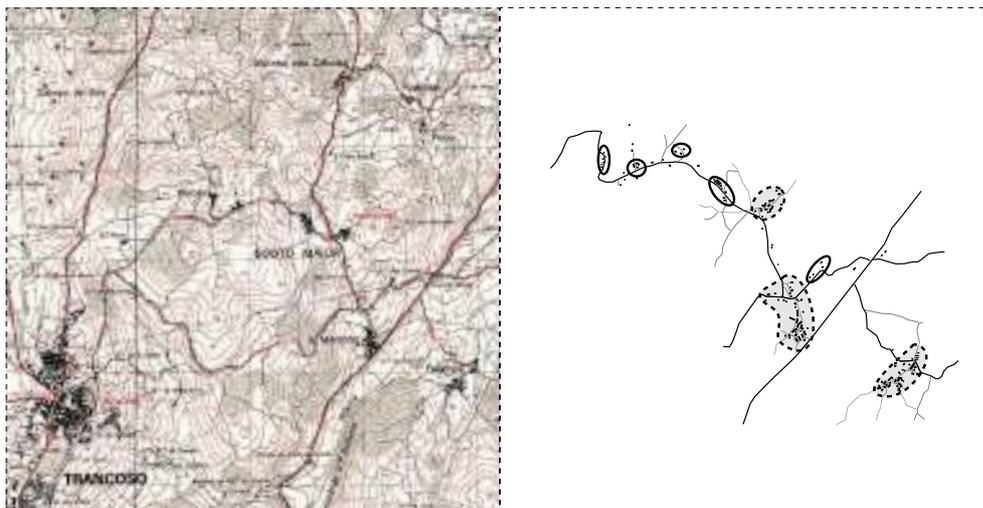
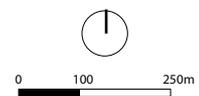


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

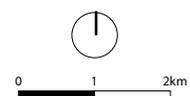
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 170 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



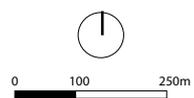
povoações: **Santana da Azinha e Sortelhão**; freguesias: Santana da Azinha; concelho: Guarda; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 662 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



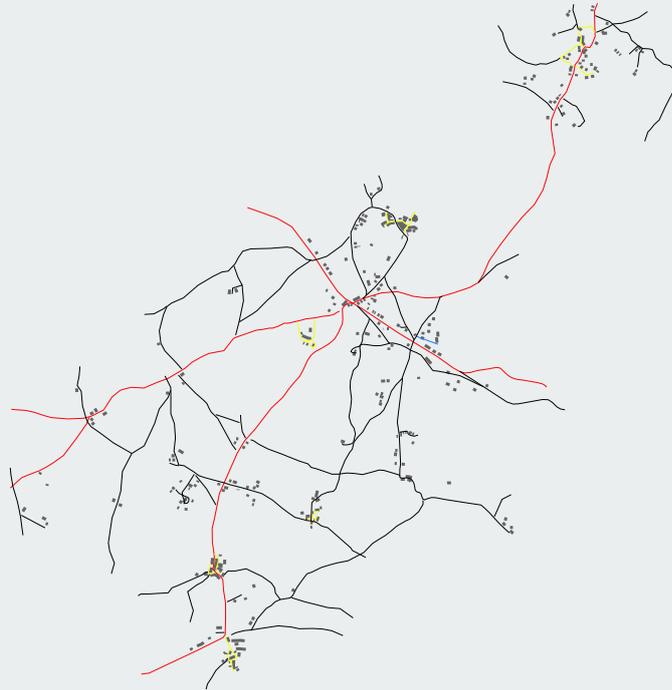
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

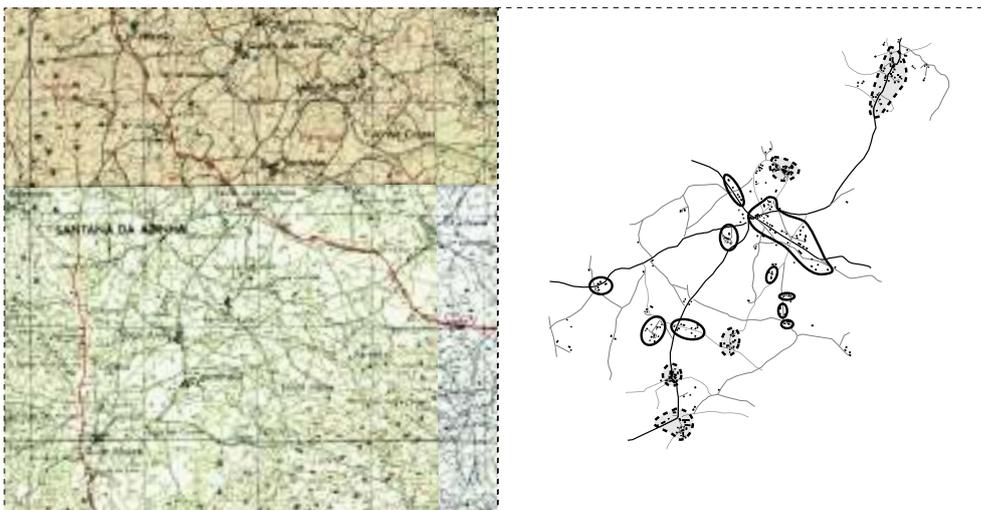
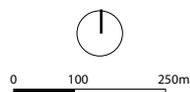
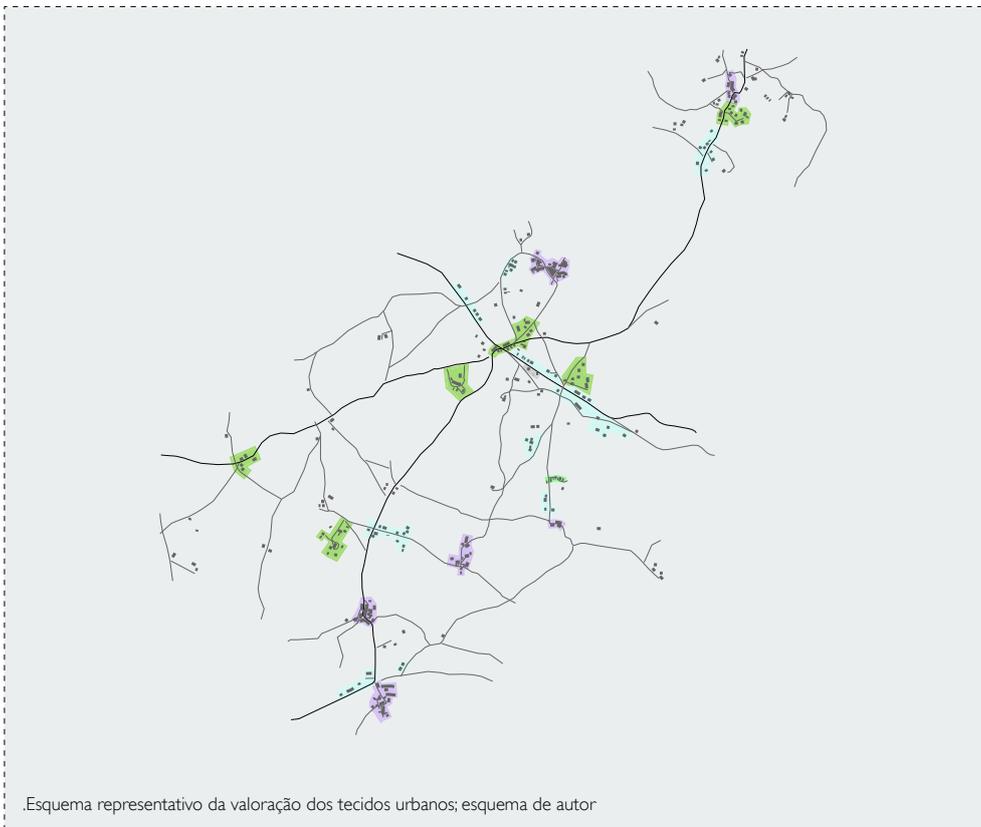


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

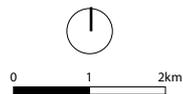
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



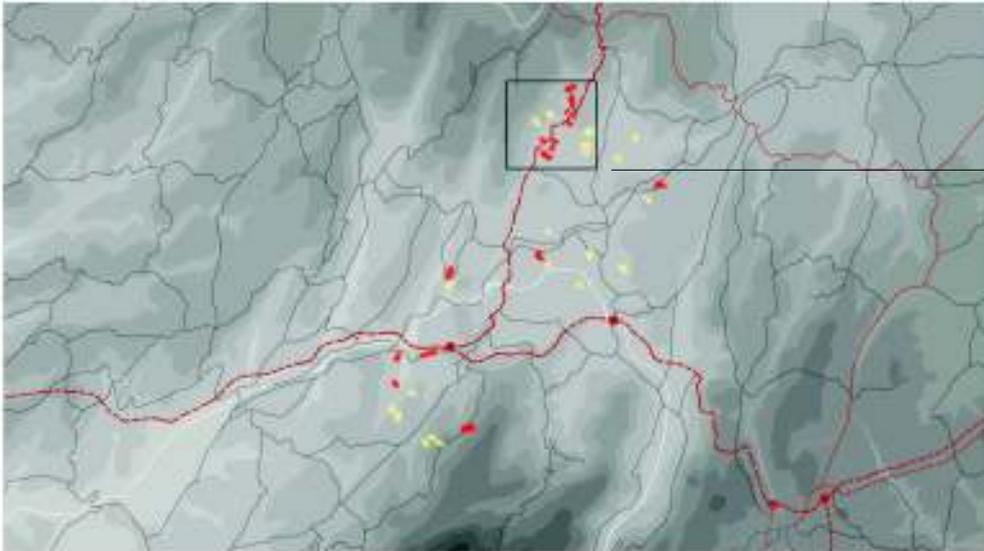
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 203/214/215 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



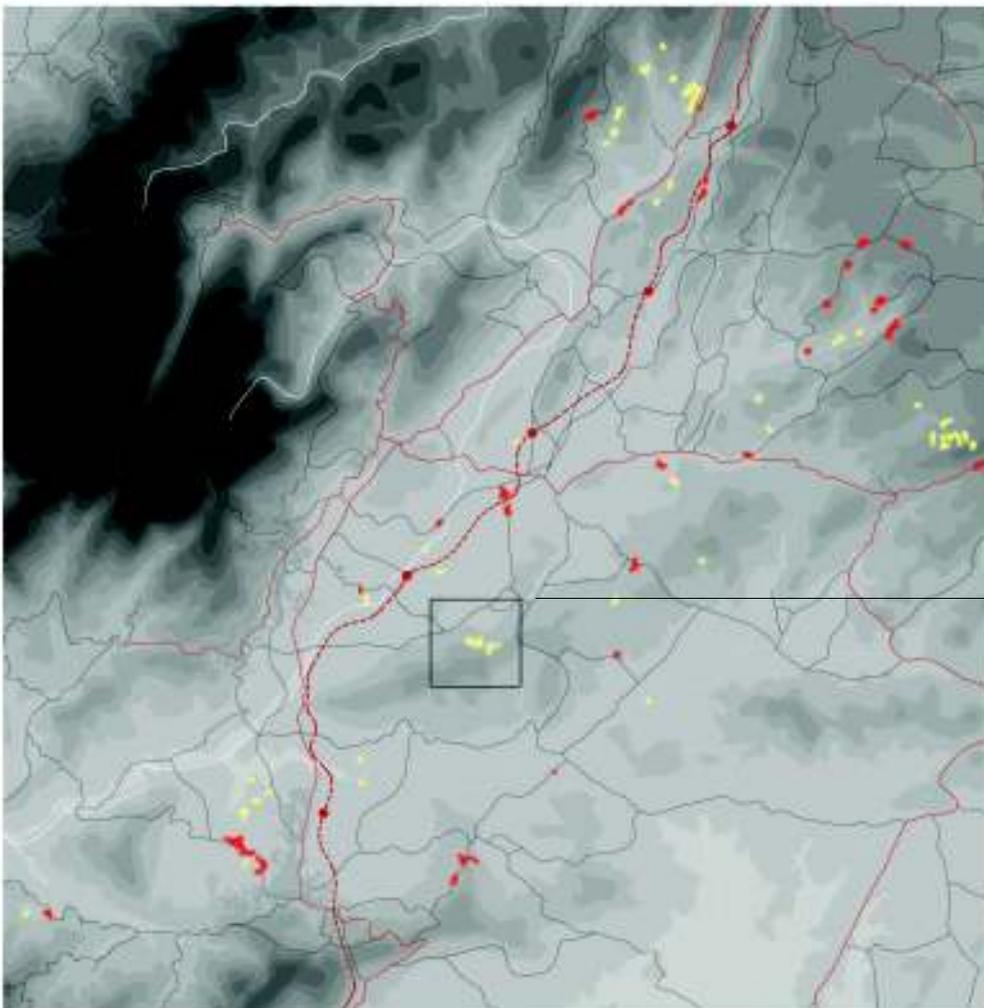
1.2.1

CONTIGUIDADES **EM REDE** IMPLANTADAS NAS **BACIAS ALUVIAIS**



.povoações: **Freches e Prado**
.concelho: Transcoso
.unidade biofísica: Cova de Celorico

Contiguidades urbanas em rede implantadas na Cova do Mondego



.povoações: **(entre Peraboa e Ferro)**
.concelho: Covilhã
.unidade biofísica: Cova da Beira

Contiguidades urbanas em rede implantadas na Cova da Beira

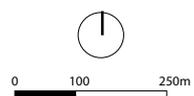
povações: **Freches e Prado**; freguesias: Freches; concelho: Trancoso; distrito: Guarda;
número de residentes nas freguesias em 2001: 807 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



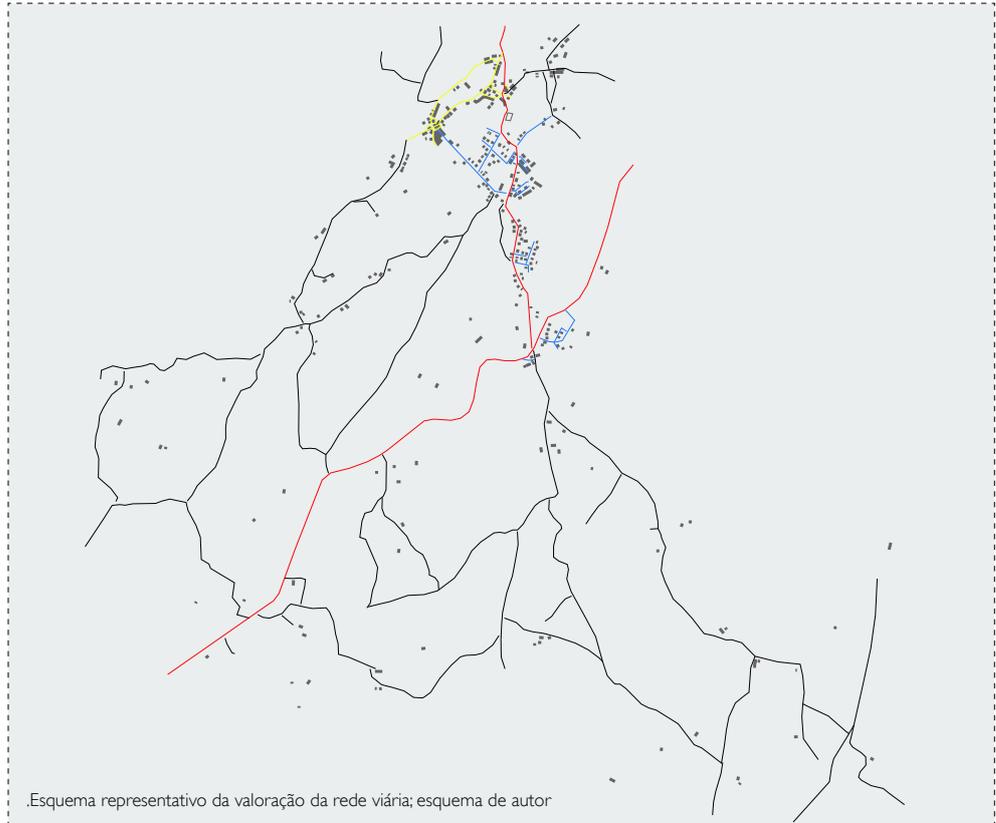
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.edificado

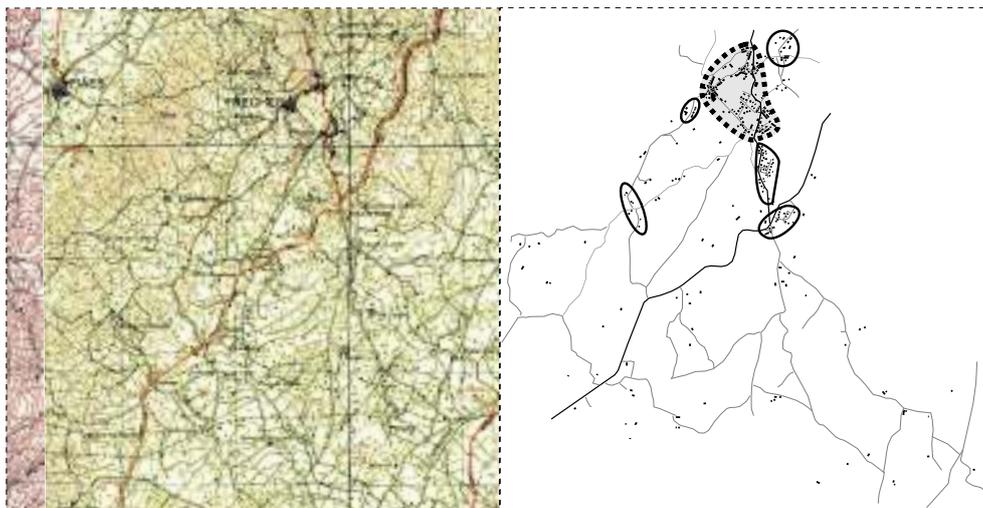
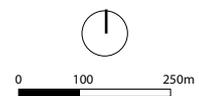
-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros



RECOMPOSIÇÃO

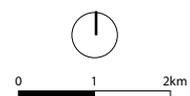
.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 181 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



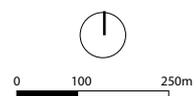
povoações: **(entre Peraboa e Freches)**; freguesias: Peraboa e Ferro; concelho: Covilhã; distrito: Castelo Branco; número de residentes nas freguesias em 2001: 4323 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



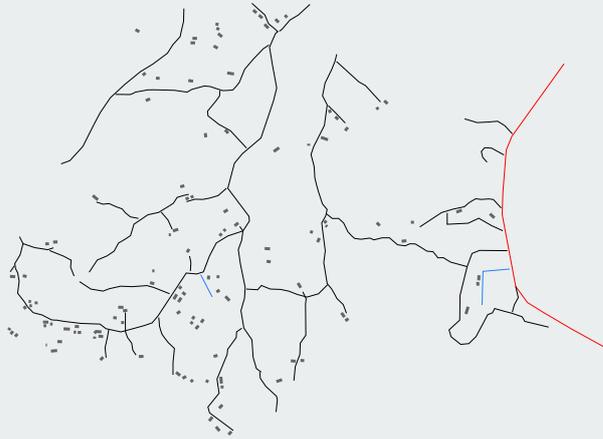
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

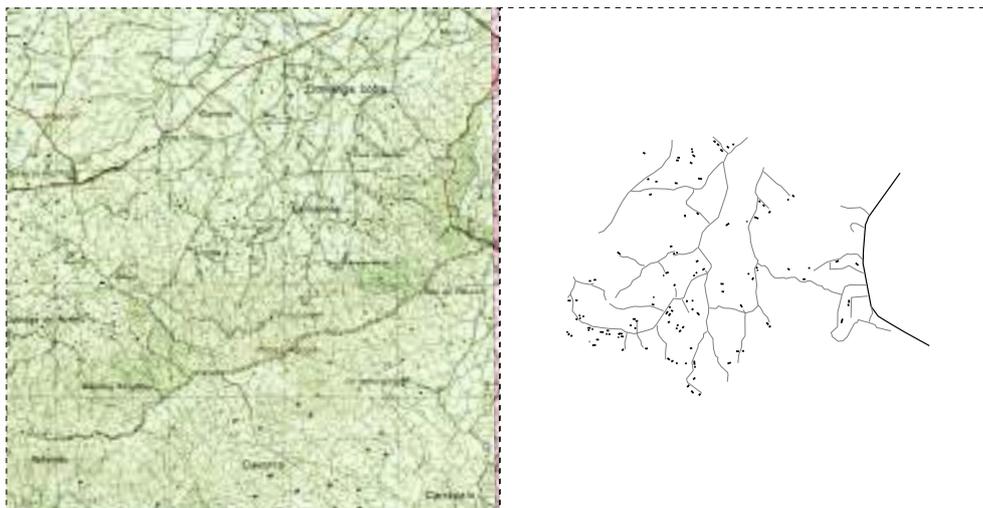
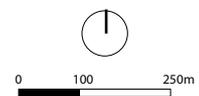
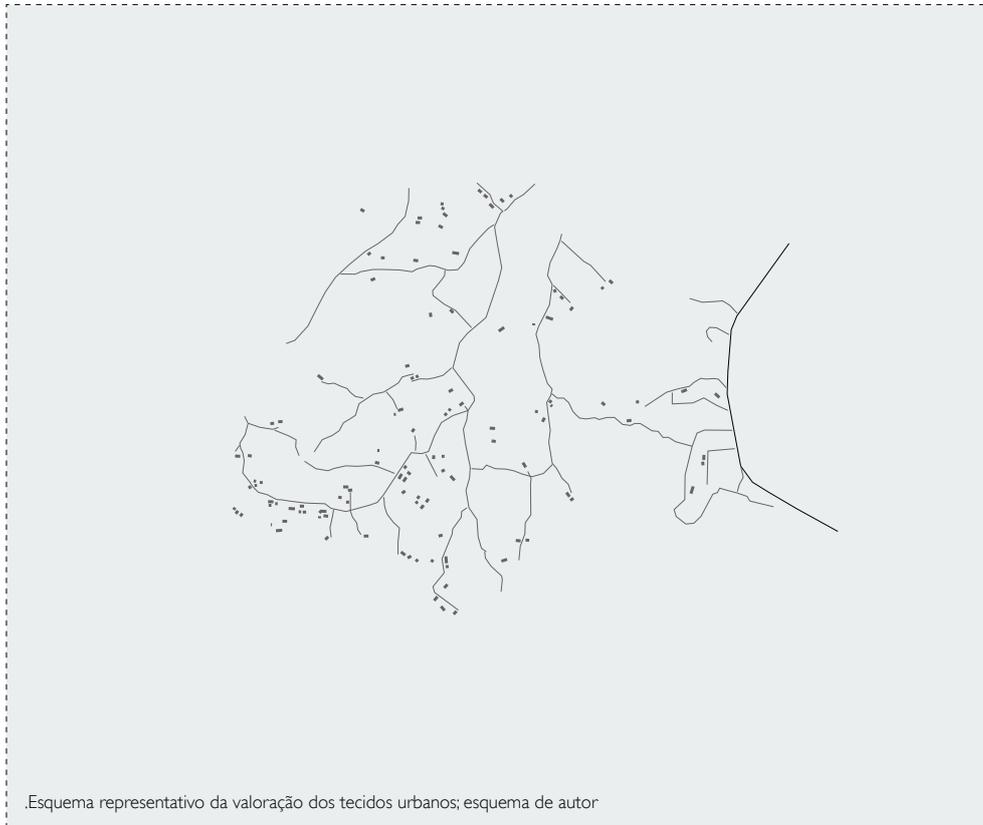


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

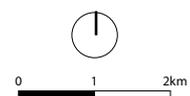
.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



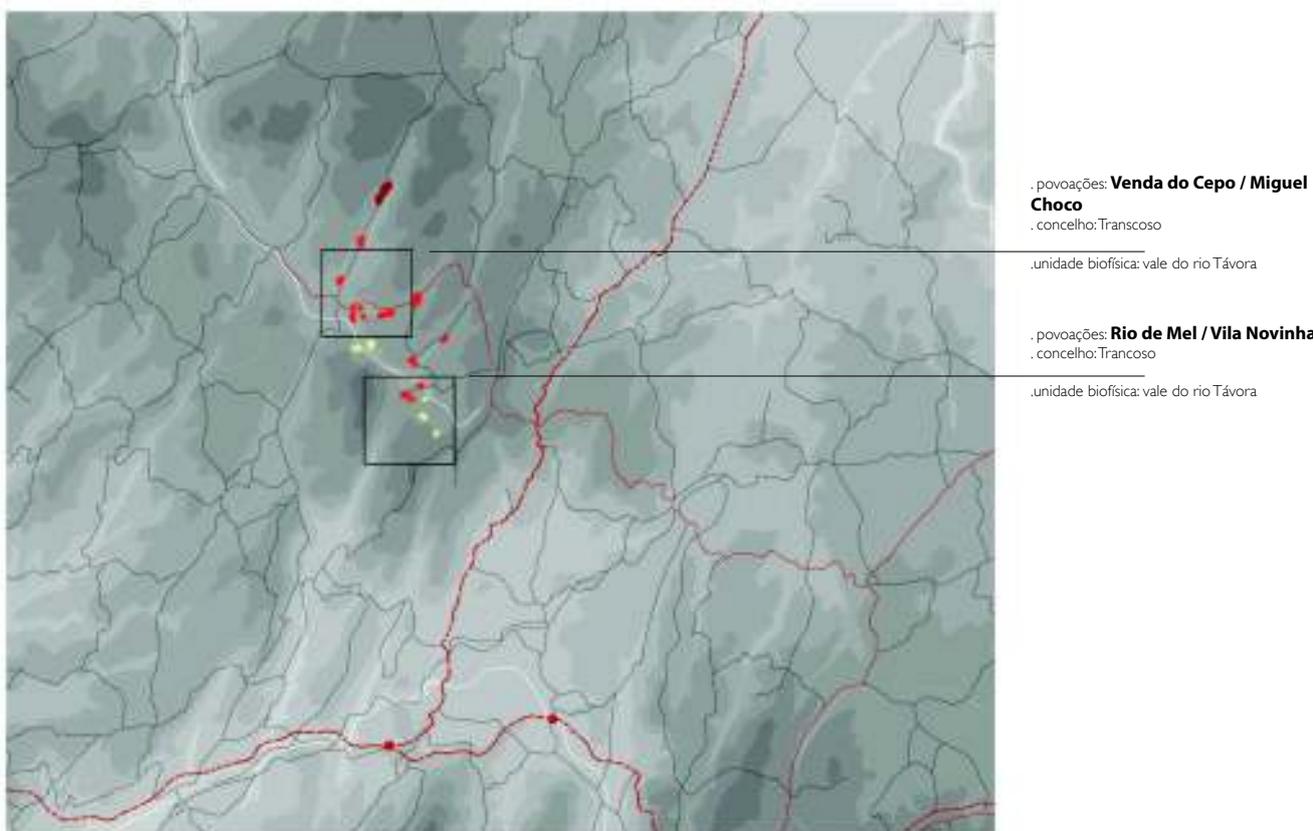
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 235 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1972

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



1.2.2

CONTIGUIDADES **EM REDE** IMPLANTADAS NOS **VALES**

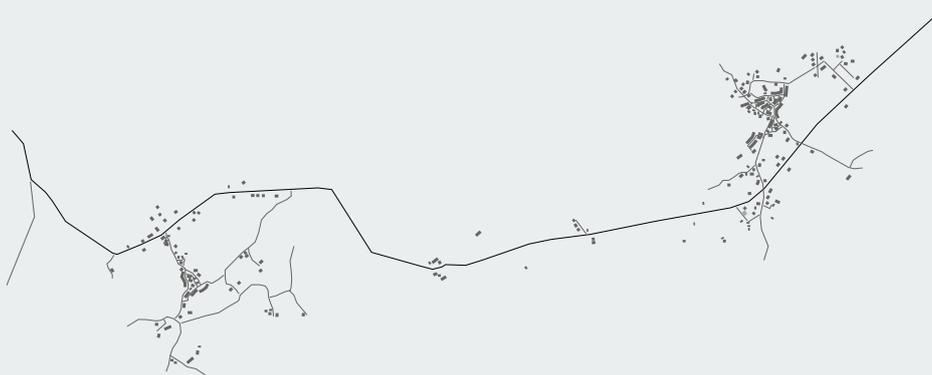


Contiguidades urbanas em rede implantadas nos vales (rio Távora)

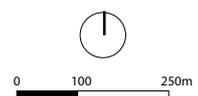
povoações: **Rio de Mel e Vila Novinha**; freguesias: Rio de Mel; concelho: Trancoso; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 469 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



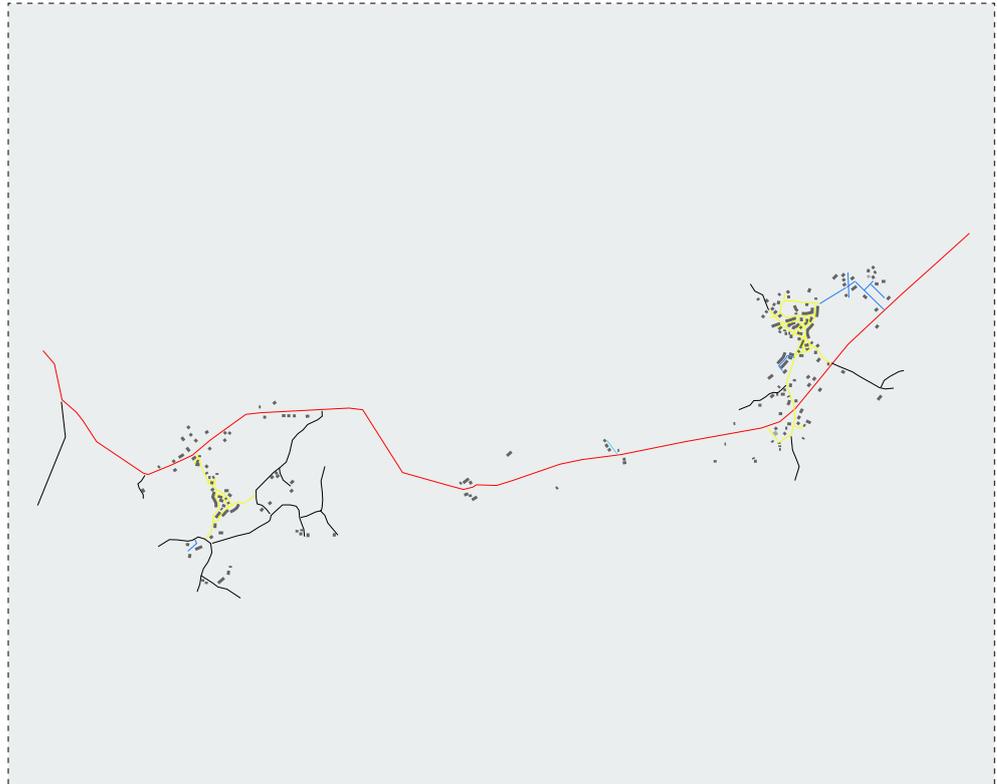
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

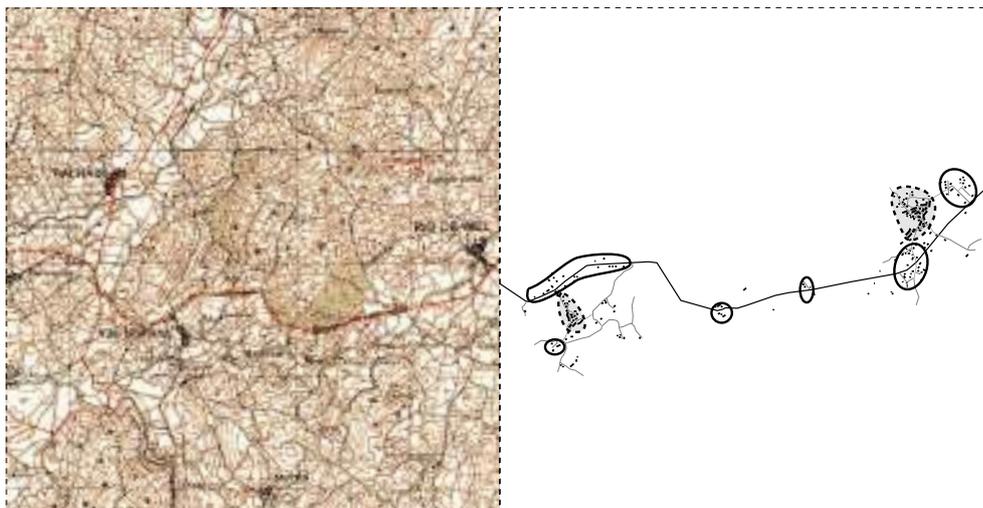
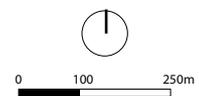


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

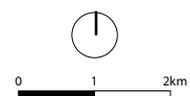
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 169 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

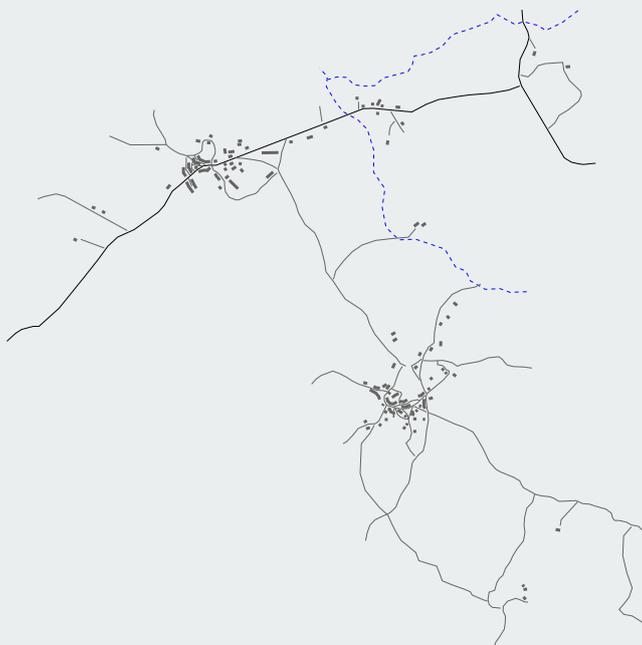
.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



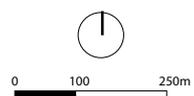
povoações: **Venda do Cepo e Miguel Choco**; freguesias: Trancoso (Santa Maria);
concelho: Trancoso; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 1313
habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



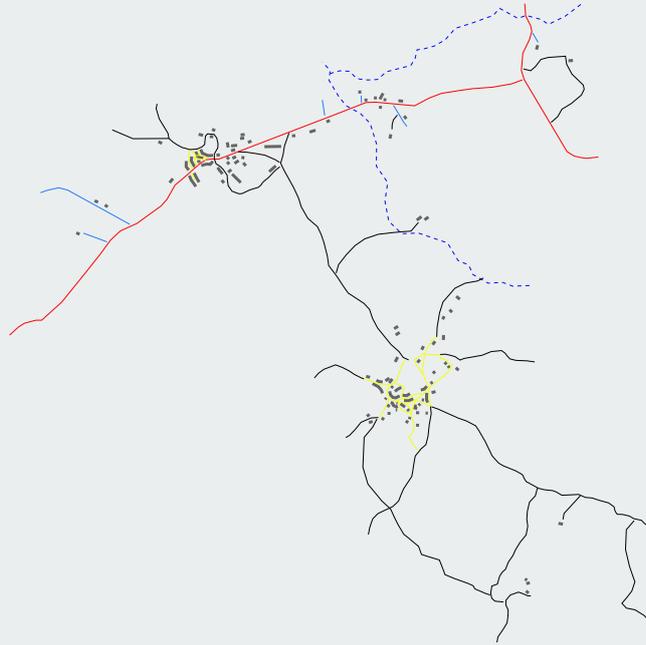
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

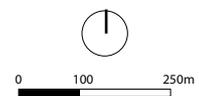
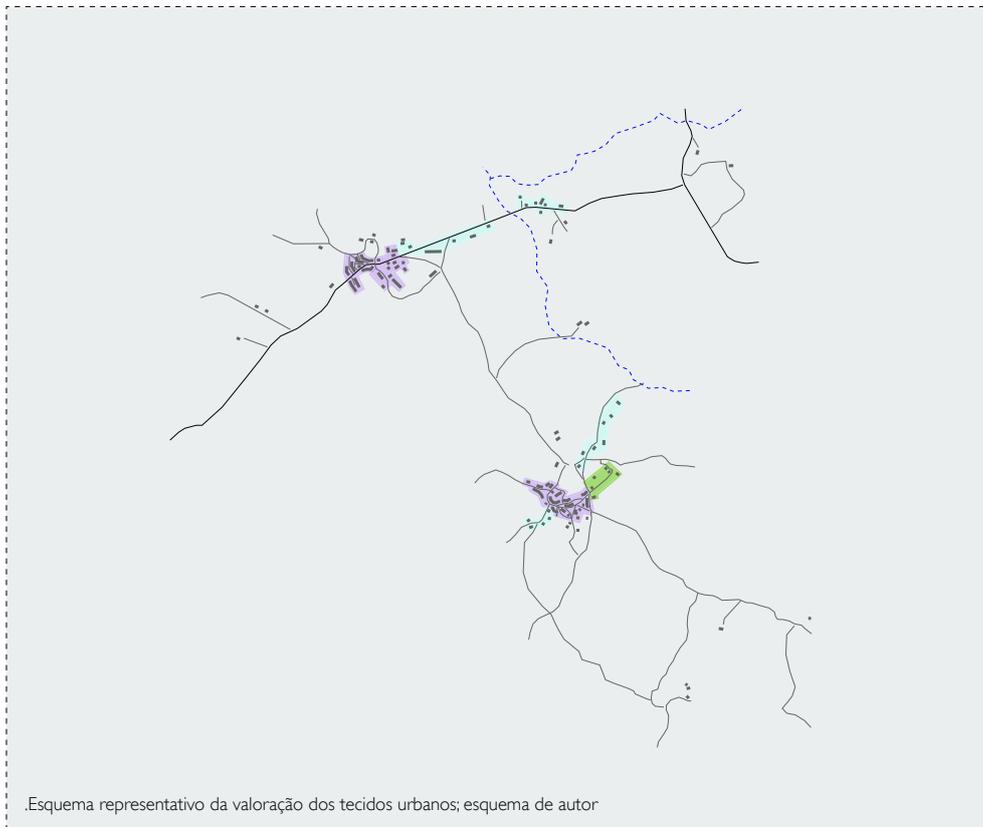


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

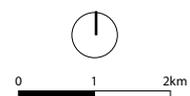
.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



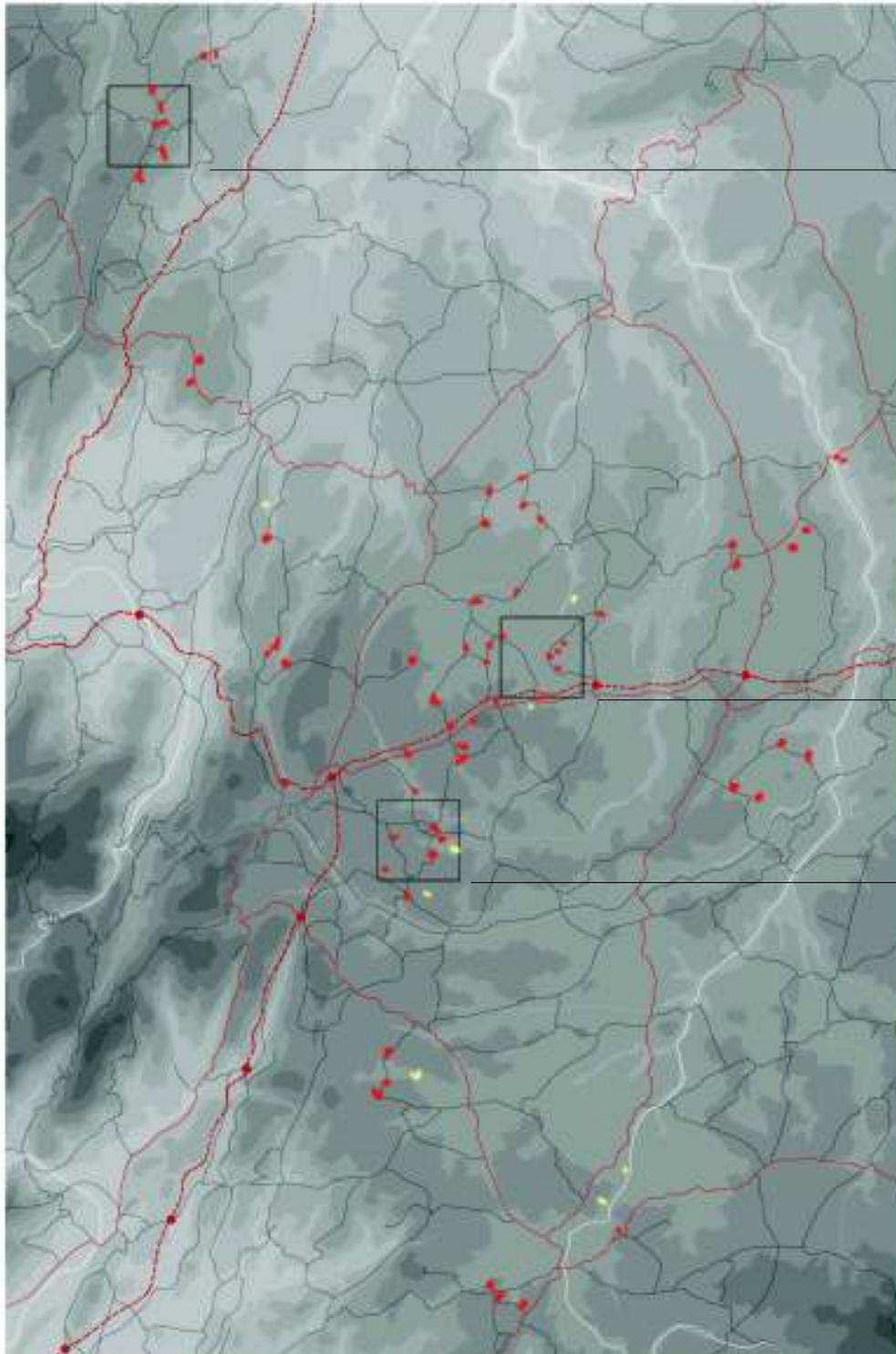
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 169/170/180/181 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação

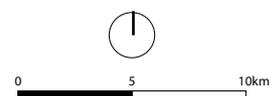


1.2.3

CONTIGUIDADES **EM REDE** IMPLANTADAS NO **PLANALTO**



Contiguidades urbanas em rede implantadas no planalto com outros usos



povoações: **Esporões, Moreirinhas e A-do-Cavalo**; freguesias: Moreira de Rei; concelho: Trancoso; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 985 habitantes



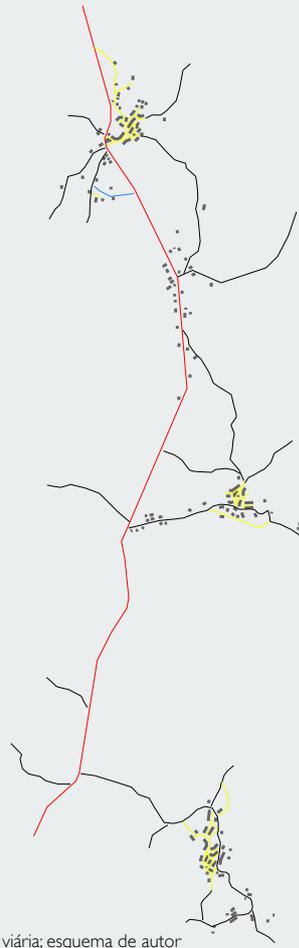
0 100 250m

DECOMPOSIÇÃO

| ANEXO

.vias

- caminhos
- ruas irregulares
- arruamentos regulares
- estradas
- - - auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

- casario contíguo
- casario próximo
- casa unifamiliar isolada
- outros

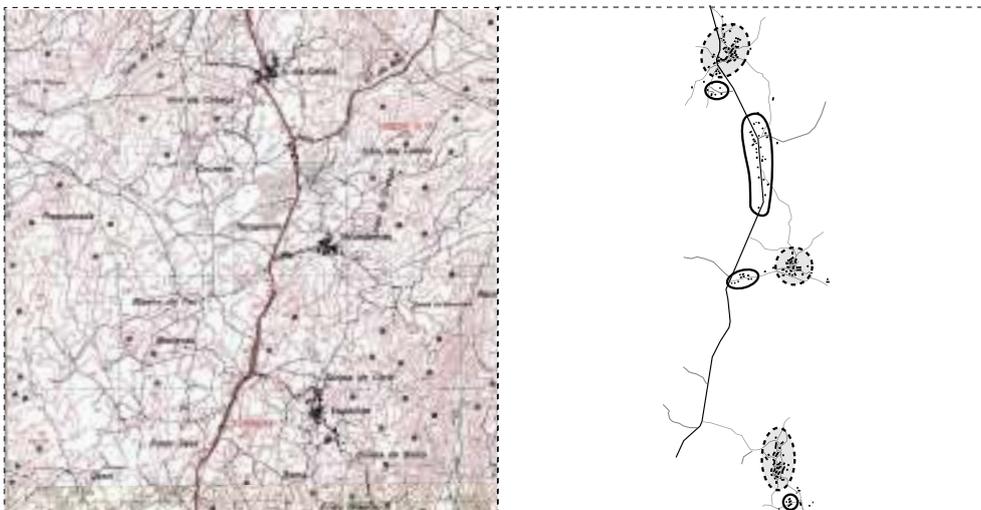
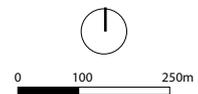
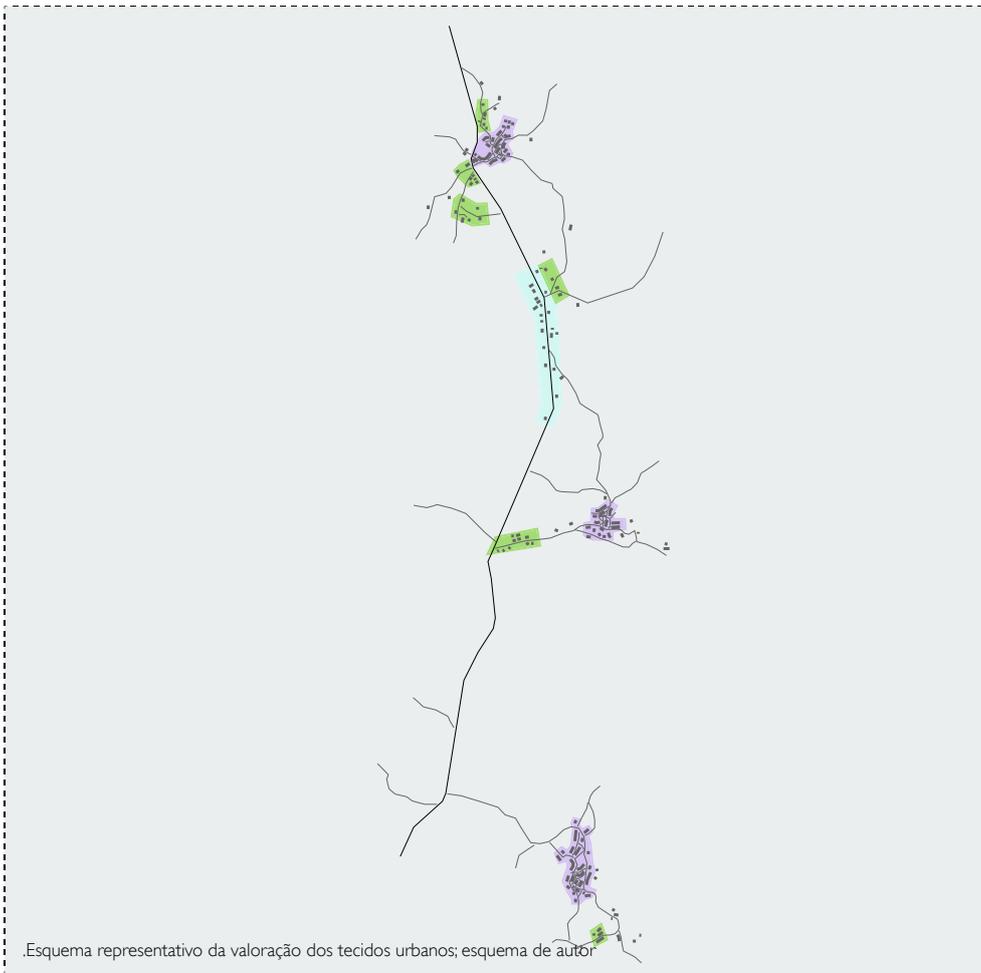


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

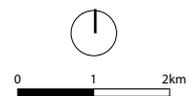
.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 160 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1946

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



povoações: **Cheiras, Abadia, Trocheiros e Miragaia**; freguesias: Pinzio; concelho: Pinhel; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 771 habitantes



Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



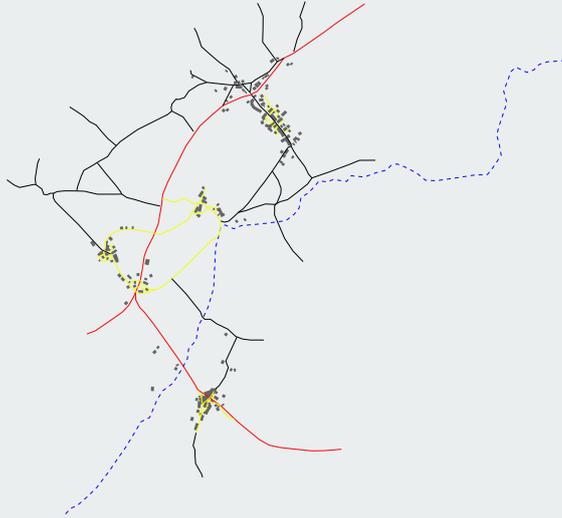
Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

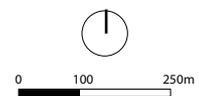
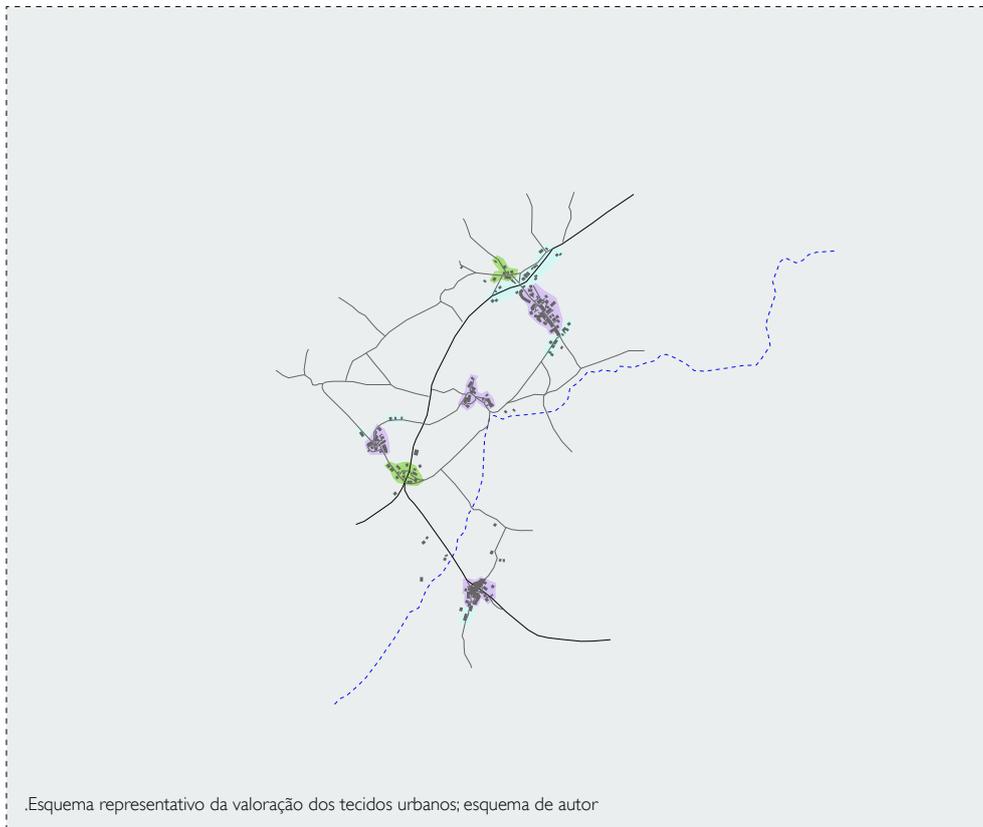


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

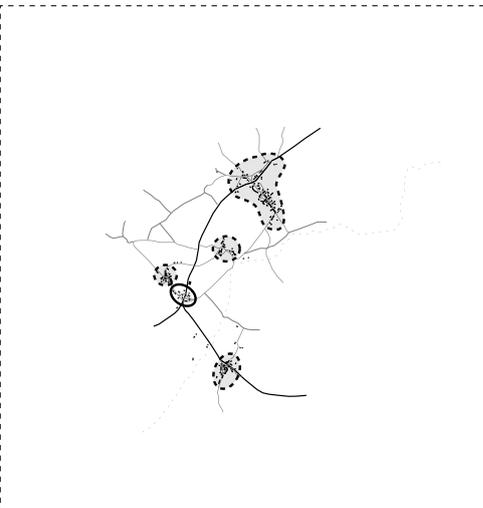
RECOMPOSIÇÃO

.tecidos urbanos

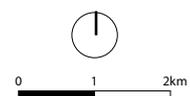
- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 193 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971



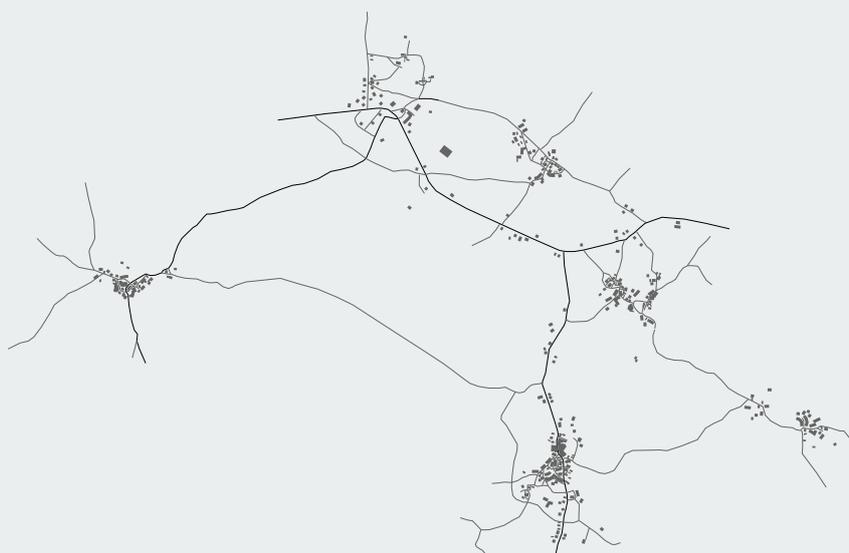
.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



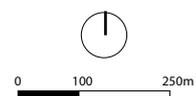
povações: **Pessolta, Qta. da Sra. da Póvoa, Casal de Cinza, Criado e Carpinteiro**; freguesias: Casal de Cinza; concelho: Guarda; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 889 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



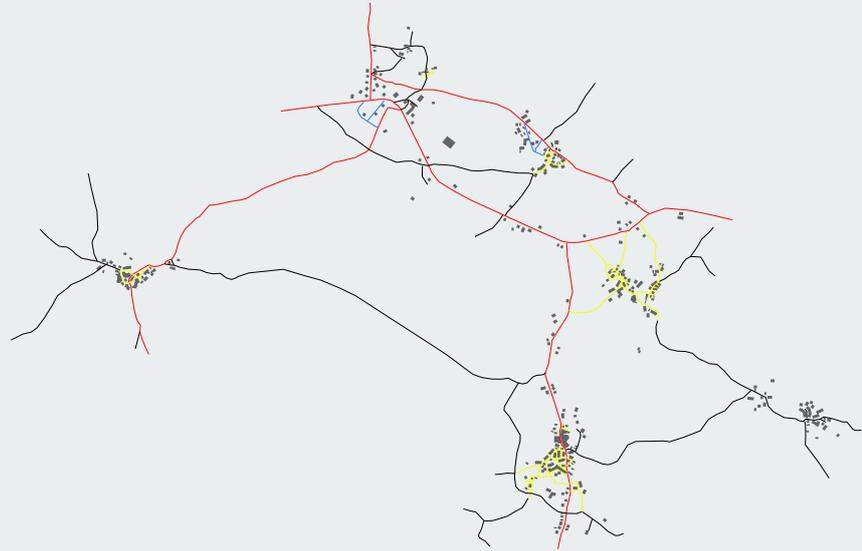
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

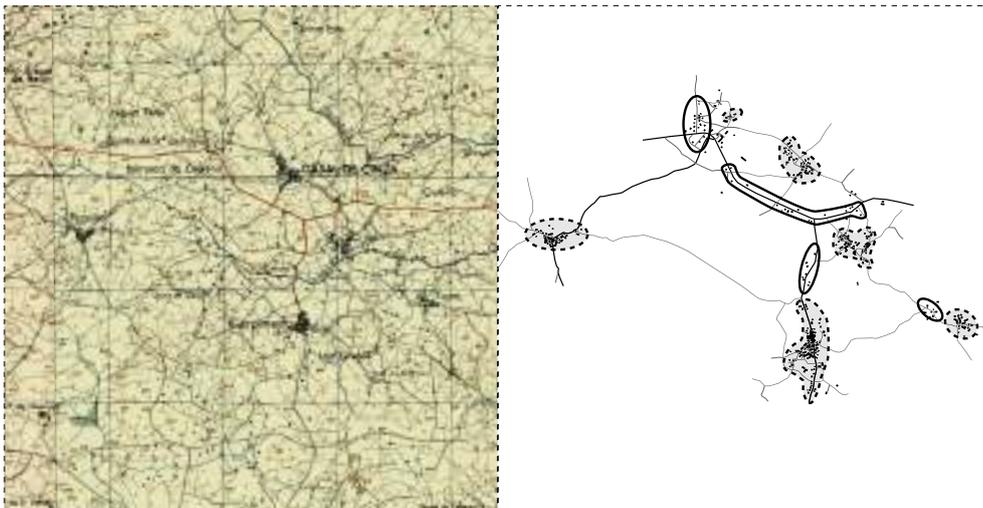
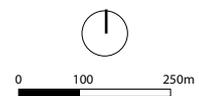
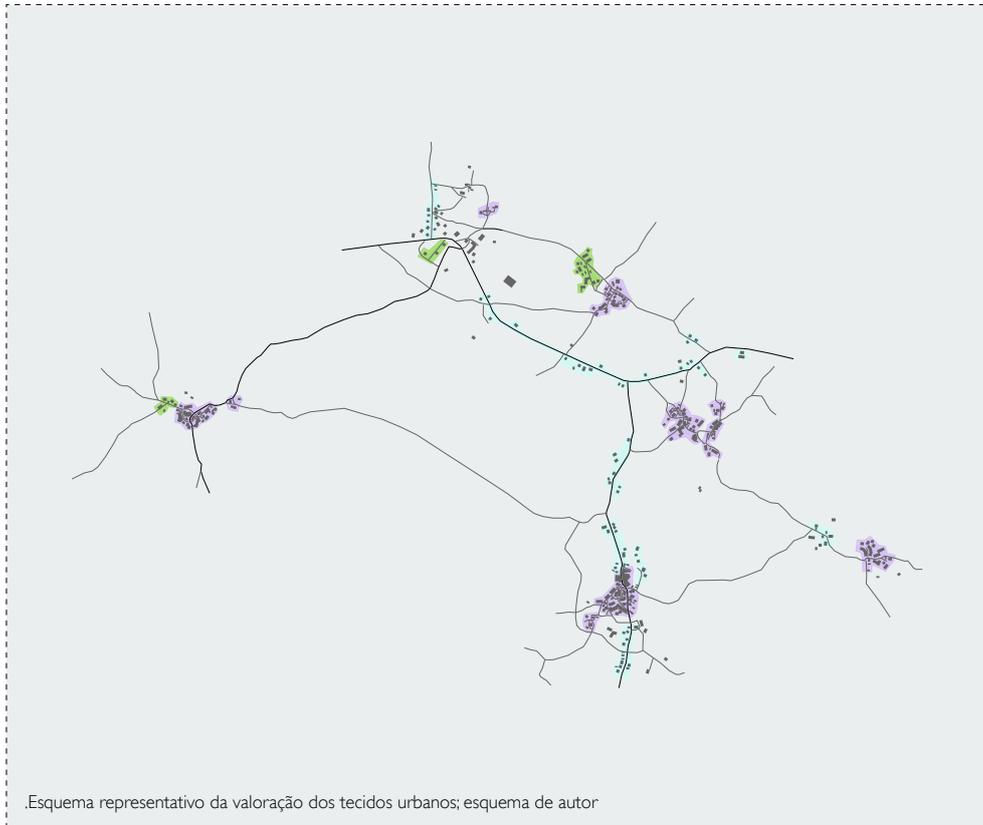


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

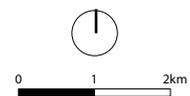
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



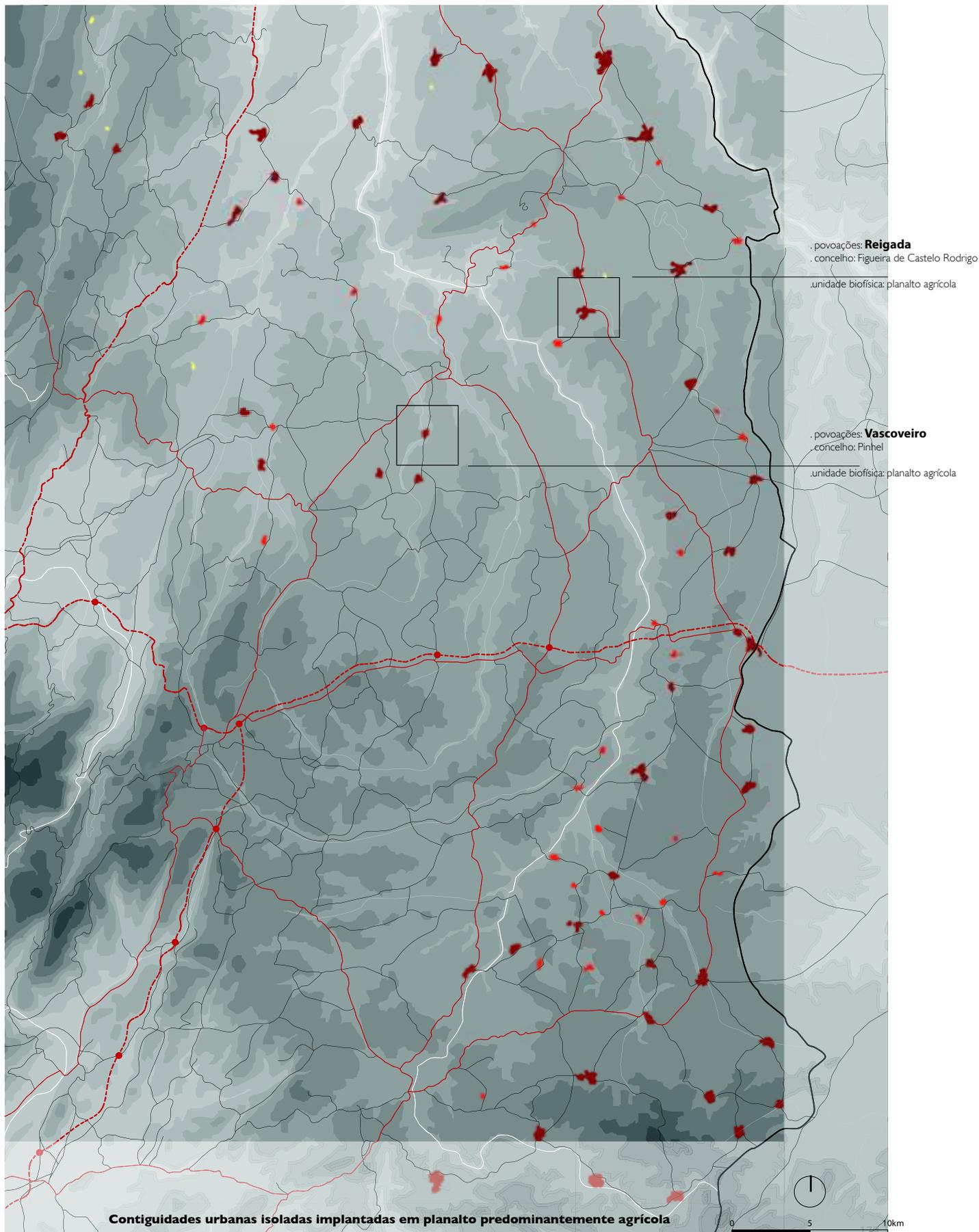
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 203/204 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



1.3.1

CONTIGUIDADES ISOLADAS IMPLANTADAS NO PLANALTO AGRÍCOLA



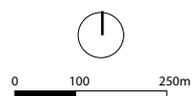
povoações: **Reigada**; freguesias: Reigada; concelho: Figueira de Castelo Rodrigo; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 512 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



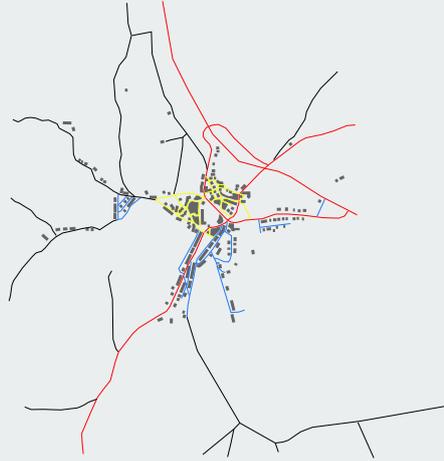
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

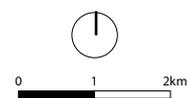
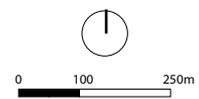


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

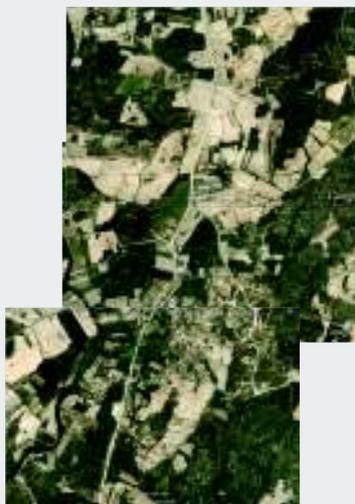
RECOMPOSIÇÃO

.tecidos urbanos

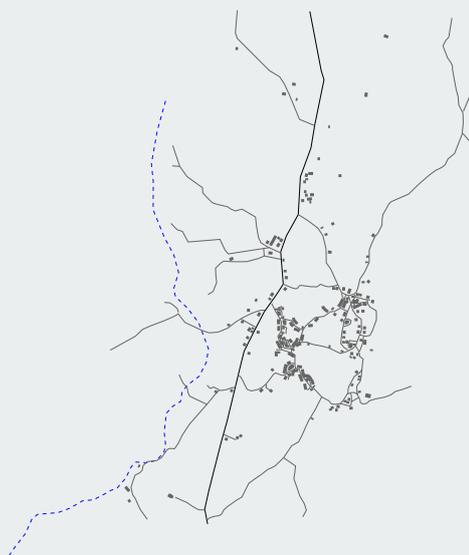
- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



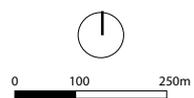
povoações: **Vascoveiro**; freguesias: Vascoveiro; concelho: Pinhel; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 334 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



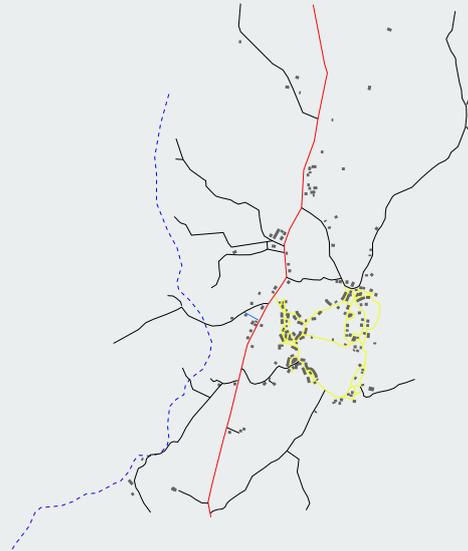
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

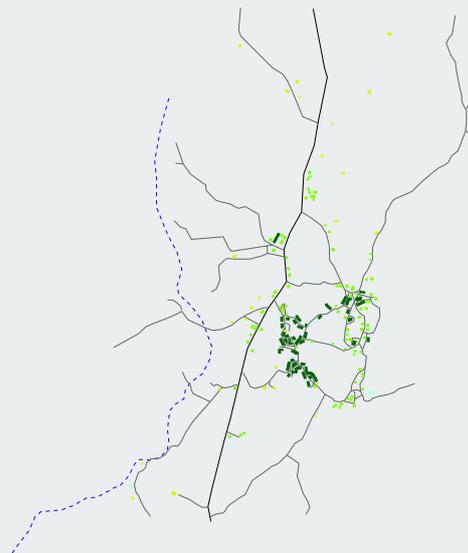
-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

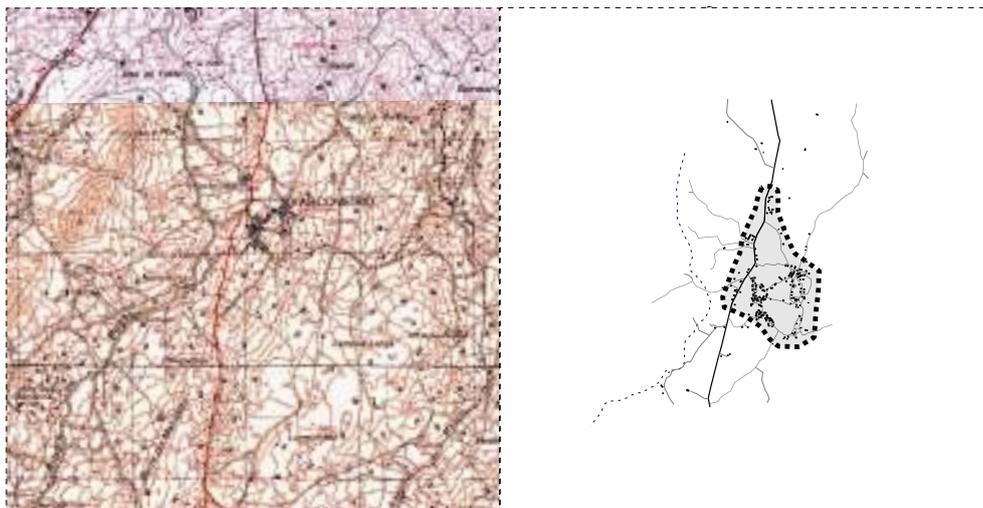
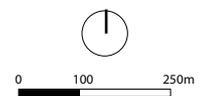


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

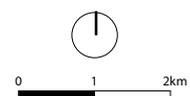
.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



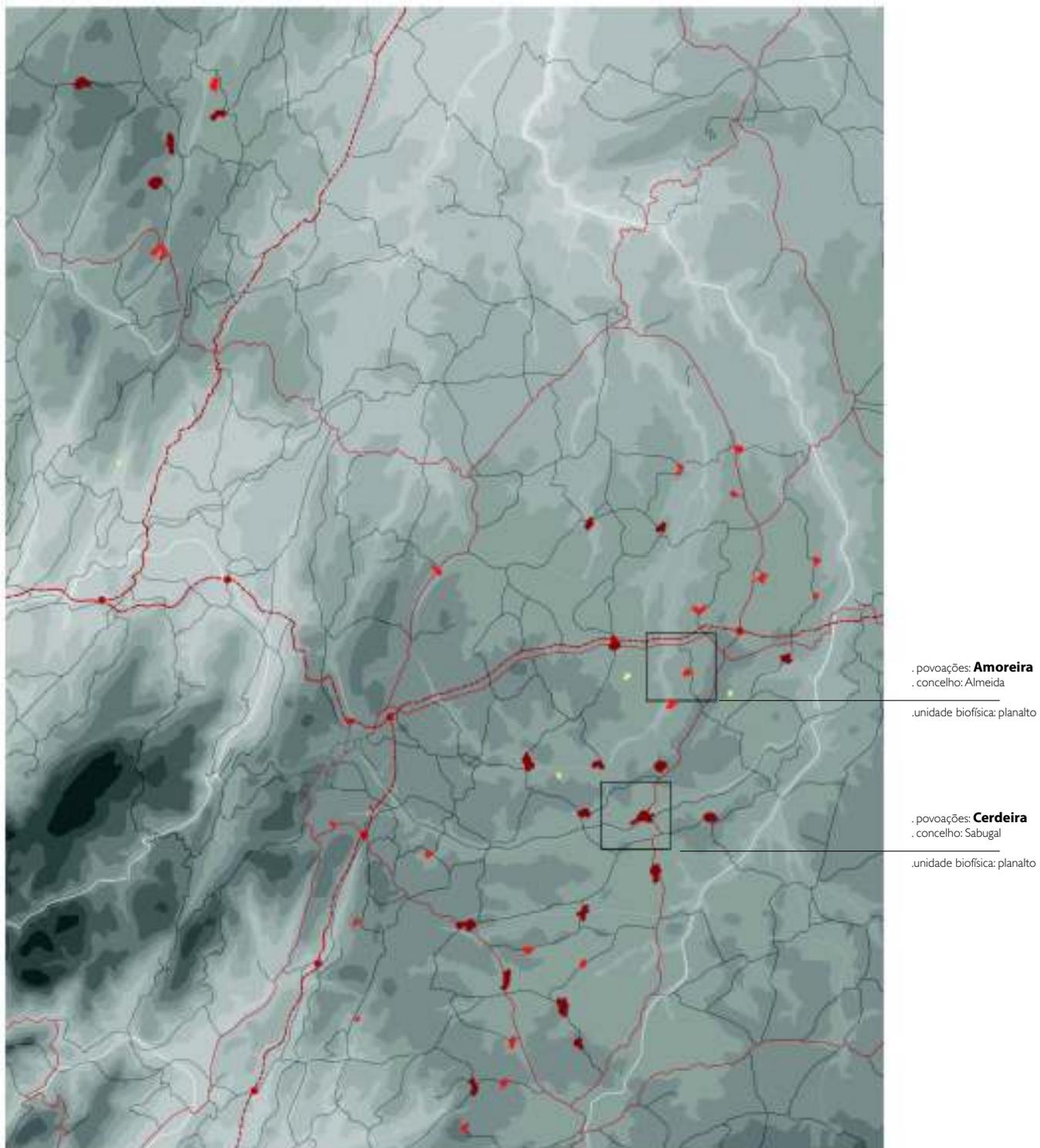
.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 171/182 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



1.3.2

CONTIGUIDADES **ISOLADAS** IMPLANTADAS NO **PLANALTO**



Contiguidades urbanas isoladas implantadas em planalto com outros usos

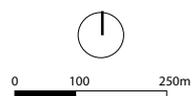
povoações: **Amoreira**; freguesias: Amoreira; concelho: Almeida; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 268 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



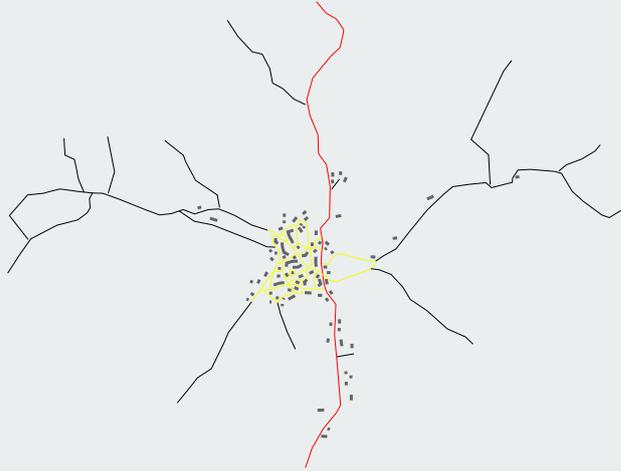
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

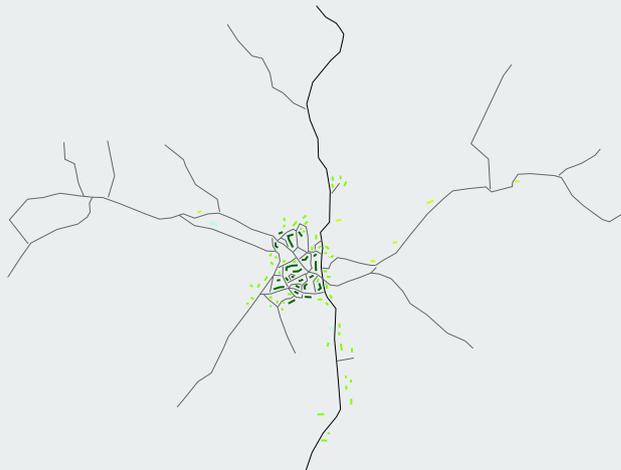
-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

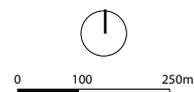


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

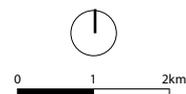
tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 193/194 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1971

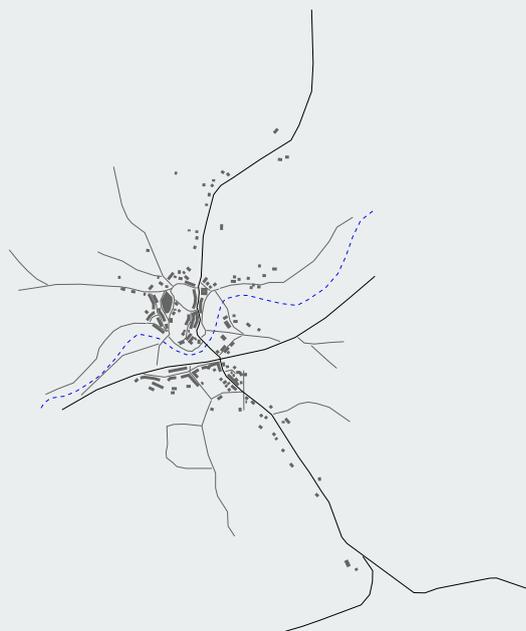
.Esquema representativo da estruturação morfológica - modelo e padrão de ocupação



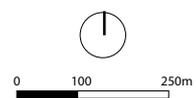
povoações: **Cerdeira**; freguesias: Cerdeira; concelho: Sabugal; distrito: Guarda; número de residentes nas freguesias em 2001: 375 habitantes



.Composição de fotografias de satélite; fonte: Google Earth



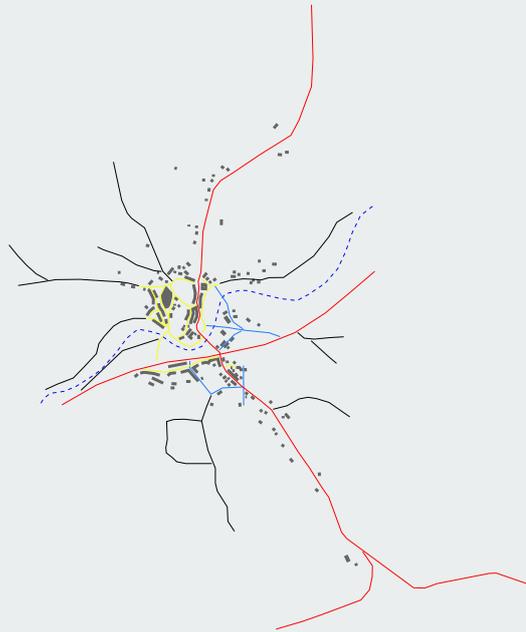
.Esquema representativo da rede viária e edificado; esquema de autor



DECOMPOSIÇÃO

.vias

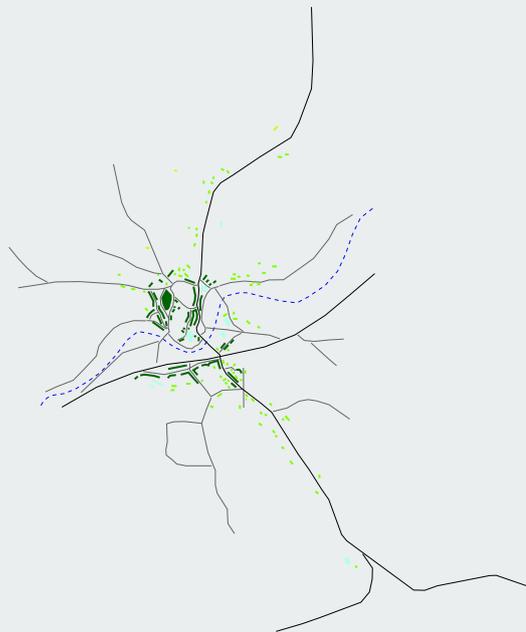
-  caminhos
-  ruas irregulares
-  arruamentos regulares
-  estradas
-  auto-estradas



.Esquema representativo da valoração da rede viária; esquema de autor

.edificado

-  casario contíguo
-  casario próximo
-  casa unifamiliar isolada
-  outros

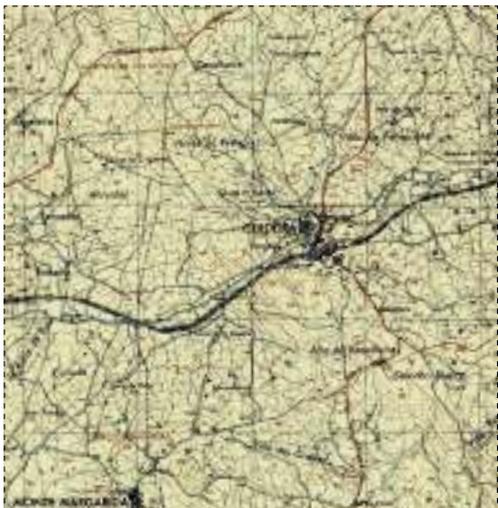
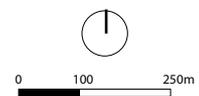


.Esquema representativo da valoração do edificado; esquema de autor

RECOMPOSIÇÃO

.tecidos urbanos

- tecidos "sedimentares"
- desenvolvimentos lineares
- desenvolvimentos regulares
- desenvolvimentos outros usos
- estruturas emergentes
- tecidos indefinidos



.Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha 204 ; Serviço Cartográfico do Exército; 1970

